

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador





Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador



Sobral
2020

**SER
TÃO
CULT**

Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador

© 2020 copyright by Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhaes Linhares
Maria Aparecida de Sousa
Raimundo Alves de Araújo
Raul Max Lucas da Costa
Regina Celi Fonseca Raick
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Viviane de Souza Lima
Telma Bessa Sales

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Ilustrações

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527 Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel
Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf
Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

CDD 324.281

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais
de servidores dos Institutos Federais de
Educação, Ciência e Tecnologia:*



Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13
Michael Löwy

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20
Hernán Ramírez

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46
David Moreno Montenegro

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71
Rejane Carolina Hoeveler

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90
Celina Lerner

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122
Fabiano Godinho Faria

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159
Michelangelo Torres

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174
Felipe Cazetta

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

Cícero João da Costa Filho

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

Fábio Gentile

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

Mauro Luiz Barbosa Marques

Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliado imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

David M. Montenegro analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeweler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

Fabio Gentile pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

Michelangelo Torres aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e descontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

Os organizadores

Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro



*Michael Löwy*¹

Observamos nos últimos anos um espetacular ascenso da extrema direita reacionária, autoritária e/ou **neofascista**, que já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos 1930. Alguns dos exemplos mais conhecidos: Trump (USA), Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), e agora Bolsonaro (Brasil). Mas em vários outros países temos governos próximos desta tendência, mesmo que sem uma definição tão explícita: Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia etc.

Em cada país esta extrema direita tem características próprias: em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia) o “inimigo” - isto é, o bode expiatório - são os muçulmanos e os imigrantes; em certos países muçulmanos, são minorias religiosas (cristãos, judeus, yazidis). Em alguns casos predomina o nacionalismo xenofóbico e o racismo, em outros o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais. Apesar desta diversidade, há alguns traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral – “*Deutschland über alles*” e suas variantes locais: “*America First*”, “O Brasil acima de tudo” etc. – a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o “Outro”, a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade.

A caracterização como fascista ou neofascista pode se aplicar a alguns, mas não a todos. Algumas forças políticas têm características diretamente fascistas: é o caso do partido “Aurora Dourada”, na Grécia, da CasaPound na Itália, do Jobbik húngaro, e de vários partidos nacionalistas nos países bálticos, na Ucrânia, na Bulgária e em outros países do Leste europeu. Outros, como os partidos racistas da Holanda, Inglaterra, Suíça, Dinamarca, não têm raízes no passado fascista.

1 Sociólogo, diretor emérito de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique*, de Paris. Estudioso do marxismo, desenvolveu pesquisas sobre as obras de Karl Marx, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin.

Proponho designar como **neofascistas** líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 - e com frequência, raízes históricas neste passado - mas também algumas diferenças substanciais. Tratam-se de fenômenos novos, que não são idênticos aos que conhecemos no passado. Alguns exemplos seriam: o partido de Marine Le Pen na França, o FPÖ (“Liberal”) da Áustria, o partido Vlaams Belang na Bélgica, Salvini e a Lega italiana, Jair Bolsonaro (sem partido orgânico) etc. Trump tem alguns aspectos neofascistas, mas misturados com um reacionarismo tradicional.

Outros conceitos são usados para designar a extrema direita atual. O termo “conservadorismo” é muito utilizado no Brasil, mas não é o mais apropriado: não se trata de uma corrente conservadora, no sentido tradicionalista da palavra, nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal. Bem pior é o termo de “Populismo”, muito utilizado pela mídia burguesa e pela ciência política acadêmica para designar a extrema direita. É um conceito inoperante e mistificador por várias razões:

- sua definição é tão vaga e imprecisa – “populistas são líderes que se dirigem diretamente ao povo, pretendendo lutar contra as elites” - que pode se aplicar praticamente a qualquer líder político;

- nada tem a ver como o que habitualmente se designa como “populismo”, em particular na América Latina: Vargas, Perón, Cardenas, João Goulart etc. - isto é, líderes com um discurso e, até certo ponto, uma prática nacionalista, anti-imperialista e um programa de reformas sociais moderadas;

- funciona como um eufemismo, ocultando a realidade destes líderes e regimes de extrema direita, profundamente antipopulares, intolerantes, com traços fascizantes; e

serve para confundir o público, colocando no mesmo saco como “populistas de direita e de esquerda” todos os críticos da globalização neoliberal.

Como explicar este espetacular ascenso da extrema direita e do neofascismo, em forma de governos, mas também de partidos políticos que ainda não governam, mas têm ampla base eleitoral e influenciam a vida política do país (França, Bélgica, Holanda, Suíça, Suécia etc.)? É difícil propor uma explicação geral para fenômenos tão diferentes, expressões de contradições específicas a cada país ou região do mundo; mas como se trata de uma tendência planetária, é necessário pelo menos examinar algumas hipóteses.

A mais evidente, e sem dúvida pertinente, é que a globalização capitalista – que é também um processo de brutal homogeneização cultural – produz e reproduz, em escala mundial, formas de *pânico identitário* (o termo é do crítico marxista Daniel Bensaid), alimentando manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou confessionais. Quanto mais a

nação perde seu poder econômico devido à globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da Nação “Acima de Tudo”.

Outra explicação seria a crise financeira do capitalismo que se inicia em 2008, provocando depressão econômica, desemprego, marginalização. Este fator foi sem dúvida importante para a vitória de um Trump ou de um Bolsonaro, mas é bem menos válido para a Europa: em países ricos, menos afetados pela crise, como Suíça e Áustria, a extrema direita tem um grande poder, enquanto que nos países mais atingidos pela crise, como Portugal, Espanha e Grécia, é a esquerda ou a centro-esquerda que é hegemônica, enquanto que a extrema direita é marginal.

Estes dois processos se dão em uma sociedade capitalista onde o neoliberalismo operava desde os anos 1980, aprofundando as desigualdades sociais e as injustiças sociais e concentrando as riquezas – como acontecia no capitalismo liberal pré-1929. Estas explicações são úteis, pelo menos em alguns casos, mas são insuficientes. Não temos ainda uma análise global, que dê conta de um processo que é mundial, e que ocorre em um momento histórico determinado.

Seria uma volta aos anos 1930? A história não se repete: existem evidentes semelhanças, mas os fenômenos atuais são bastante diferentes dos modelos do passado. Sobretudo, não temos - ainda - Estados totalitários comparáveis com o regime fascista italiano ou o Terceiro Reich Nazista. Os partidos neofascistas atuais não organizam tropas de choque paramilitares uniformizadas para aterrorizar a esquerda, como era o caso dos *camisas negras* de Mussolini, ou da *Sturmabteilung (SA)* de Adolf Hitler.

A análise marxista clássica do fascismo o definia como uma reação do grande capital, com o apoio da pequena burguesia, diante de uma ameaça revolucionária do movimento operário. Podemos nos interrogar se esta interpretação realmente explica a natureza do fascismo na Itália, Alemanha ou Espanha, nos anos 1920 e 1930. Em todo caso, ela não é pertinente no mundo atual, por várias razões: a) não existe, em nenhum dos países em que o neofascismo está em ascensão, uma “ameaça revolucionária”; b) o grande capital manifesta pouco entusiasmo pelo programa econômico “nacionalista” da extrema direita, embora possa se acomodar a esta política; c) o apoio aos Trump, Bolsonaro ou Le Pen não se limita à pequena burguesia, mas inclui grandes contingentes populares e mesmo da classe operária.

Estas diferenças justificam o uso do termo “neofascismo” para designar forças políticas que apresentam traços fascistas sem serem uma reprodução do passado. O site francês *Mediapart* escreveu num editorial recente, a propósito do ascenso da extrema direita na França e no mundo: “é cinco minutos antes de meia

noite”. Mas não é tarde demais para tratar de impedir a “resistível ascensão de Arturo Ui” - para citar o título da famosa peça de teatro antifascista de Bertolt Brecht.

O fenômeno Bolsonaro tem muito em comum com esta vaga planetária “marrom” (cor da camisa das milícias nazistas dos anos 1930). Mas há algumas diferenças importantes se comparamos, por exemplo, com a Europa:

1) em vários países europeus existe uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, mas esse não é o caso no Brasil. O fascismo brasileiro, o integralismo, chegou a ter bastante peso nos anos 1930, inclusive influenciando o golpe do Estado Novo em 1938. Mas o fenômeno Bolsonaro tem pouca relação com esta matriz antiga; pouquíssimos entre seus partidários sabem o que foi o integralismo.

2) ao contrário da maioria da extrema direita europeia, Bolsonaro não fez do racismo sua principal bandeira. Certo, algumas de suas declarações tinham claro caráter racista, mas não foi o tema central, mobilizador, de sua campanha.

3) o tema da luta contra a corrupção está presente no discurso da extrema direita europeia, mas de forma marginal. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: se levanta a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular este sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor, e venceu a disputa de opinião na sociedade ao identificar (falsamente) o Partido dos Trabalhadores (PT) como o núcleo do sistema político do Estado brasileiro e como o grande responsável central pela corrupção.

4) o ódio à esquerda, ou ao centro-esquerda – no Brasil, o PT – não é um tema importante da extrema direita na Europa ocidental; ele está presente, isto sim, nas correntes fascizantes da Europa oriental, nas ex-democracias populares. Neste caso, se trata de uma referência a uma experiência real do passado; no caso brasileiro, o discurso violentamente anticomunista de Bolsonaro nada tem a ver com a realidade brasileira presente ou passada. Ele é tanto mais absurdo porque a Guerra Fria já acabou há várias décadas, a União Soviética não existe mais, e o PT obviamente nada tinha a ver com o comunismo (em qualquer definição possível deste termo).

5) Enquanto boa parte da extrema direita, em particular na Europa, denuncia a globalização neoliberal em nome do protecionismo, do nacionalismo econômico e do combate à “finança internacional”, Bolsonaro apresentou um programa econômico ultraliberal, com mais globalização, mais mercado, mais privatizações, além de um completo alinhamento com o império americano. Isto lhe garantiu,

sobretudo no segundo turno, o apoio decisivo das forças do capital financeiro e industrial, assim como do agronegócio. A oligarquia capitalista brasileira preferia outros candidatos, mas ao se dar conta de que Bolsonaro era o único capaz de vencer o PT, aderiu massivamente a ele.

6) Enquanto a religião tem um papel limitado na ascensão da extrema direita europeia (salvo na Polônia e na Hungria), no Brasil as igrejas neopentecostais, com seu discurso homofóbico e antifeminista ultrarreacionário, tiveram um papel essencial na vitória de Bolsonaro.

O que é comparável na extrema direita europeia, norte-americana e brasileira (Bolsonaro) são dois temas de agitação sociocultural reacionária:

I. A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte e a distribuir armas à população para sua “defesa contra a criminalidade”; e,

II. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos reacionários, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) ou, sobretudo, evangélica neopentecostal.

Estes dois temas foram decisivos para a vitória de Bolsonaro. Outros fatores foram importantes: a) o desgaste do PT e da direita convencional. Mas havia outros candidatos que poderiam se apresentar como anticorrupção e “fora do sistema”, p.ex. a Marina Silva. Por que não tiveram sucesso? b) o papel nefasto da mídia. Mas ela estava dividida, nem todos fechavam com Bolsonaro; c) as *fake news*, enviadas por WhatsApp a milhões de brasileiros. Resta explicar por que tantas pessoas acreditaram em mentiras tão grosseiras; d) o desejo, de parte significativa da população, de um “Salvador da Pátria”, um “Homem Forte”, um “Mito”, capaz de “restabelecer a ordem” e “limpar o país”.

Ainda nos falta uma explicação convincente do incrível sucesso, em poucas semanas, da candidatura de Bolsonaro, apesar da violência, da truculência, da misoginia, da ausência de programa e da apologia descarada da ditadura e da tortura. Armando Boito Jr. publicou recentemente um artigo interessante no blog “A terra é redonda”, onde ele define Bolsonaro como **neofascista**. Comparto esta caracterização, embora discorde da definição que ele propõe, citando Togliatti, do fascismo: “movimento fascista é um movimento reacionário de massa enraizado em camadas intermediárias das formações sociais capitalistas”. Isto era talvez acertado nos anos 1930, mas é bem menos pertinente no século XXI. Hoje em dia, Marine Le Pen e Bolsonaro - para citar dois exemplos de neofascismo - têm um amplo apoio entre as classes populares, inclusive operários. Uma das contribuições mais interessantes do ensaio de Boito Jr. me parece ser sua caracterização da ideologia neofascista de Bolsonaro:

[...] fascismo e o neofascismo são movidos por um discurso superficialmente crítico e ao mesmo tempo profundamente conservador sobre a economia capitalista e a democracia burguesa – crítica ao grande capital e defesa do capitalismo; crítica à corrupção e à “velha política” combinadas com a defesa de uma ordem autoritária. A ideologia de ambos é heterogênea e pouco sistemática; nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído (Bolsonaro não proclamou abertamente em discurso transmitido nos telões da Avenida Paulista que a esquerda em seu governo deveria emigrar ou iria para a prisão?); o culto da violência (alguma dúvida sobre isso no que respeita ao bolsonarismo?); seu caráter principalmente destrutivo, negativo, não propositivo (Bolsonaro não esclareceu, para justificar sua falta de propostas positivas, que o governo dele será uma quimioterapia para o Brasil?); o irracionalismo (a terra é plana e o aquecimento global uma invenção, certo?); um nacionalismo autoritário e conservador (culto da homogeneidade da sociedade nacional e rejeição dos “desviantes”) e a politização do racismo e do machismo, ervas que brotam espontaneamente no solo da sociedade capitalista – na desigualdade de classe, na organização patriarcal da família, no autoritarismo da empresa capitalista – e que o fascismo alça, com o seu programa partidário, para a cena política.

Marilena Chauí também publicou no mesmo blog um interessante trabalho sobre os autoritarismos de nossa época. Marilena recusa o termo de fascismo para estes novos fenômenos, preferindo o conceito de “totalitarismo neoliberal”. Segundo Chauí, o fascismo era militarista, imperialista e colonialista, o que não é o caso dos regimes autoritários atualmente. Me parece um equívoco, pois há vários exemplos de fascismos do passado sem vocação imperialista, como o franquismo espanhol. O conceito de “totalitarismo neoliberal” é interessante, mas me parece que ele pode tomar várias formas, uma das quais corresponde ao que chamamos de neofascismo. Entretanto, sua análise do discurso destes governos autoritários, incluindo naturalmente Bolsonaro, me parece muito acertada:

Ideologicamente, com a expressão “marxismo cultural”, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apoia, e os diabólicos, que os contestam. Por orientação dos consiglieri, pretendem fazer uma limpeza ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando-se do ressentimento que a extrema direita tem por essas figuras. Como tais conselheiros estão desprovidos de conhecimentos

científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra “comunista” sem qualquer sentido preciso: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o status quo e o senso-comum (por exemplo: que a terra é plana; que não há evolução das espécies; que a defesa do meio ambiente é mentirosa; que a teoria da relatividade não tem fundamento, etc.).

São esses conselheiros que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos, etc., isto é, transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio.

Gostaria de concluir propondo uma pista de reflexão para o Brasil e a América Latina: precisamos construir amplas Frentes Únicas Democráticas e/ou Antifascistas para combater esta onda da “Peste Marrom”. Mas precisamos também levar em conta que o sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz constantemente fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de estado e as ditaduras militares. A *raiz* destes fenômenos é sistêmica, portanto, a alternativa tem de ser *radical*, isto é, antissistêmica. Concretamente isto significa uma alternativa anti-imperialista e anticapitalista: o socialismo. Ou melhor, o ecossocialismo, porque a questão ecológica terá um lugar cada vez maior no enfrentamento com Bolsonaro e seu protetor *yankee*, *Trump*. Um ecossocialismo afro-indo-americano (parafrazeando José Carlos Mariategui) que supera os limites dos movimentos socialistas do século passado - o compromisso socialdemocrata com o sistema, e a degeneração burocrática do chamado “socialismo real” -, mas recupera as bandeiras revolucionárias latino-americanas, de Simón Bolívar a Ernesto Che Guevara., de José Martí a Farabundo Martí, de Emiliano Zapata a Augusto Cesar Sandino, de Zumbi dos Palmares a Chico Mendes.

Neoliberalismo e (Neo) Autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do Cone Sul da América Latina



Hernán Ramírez

O neoliberalismo foi implementado como política pública pela primeira vez nos regimes autoritários do Cone Sul da América Latina, tendo o caso chileno como emblemático. Foi lá que se gestou sua grande experiência, a que contou inclusive com o beneplácito de Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan (MEADOWCROFT; RUGER, 2014). Ele não nasce com as ditaduras, é um projeto que se vinha gestando desde tempo atrás, mas só se plasma tendo elas como instrumentos.

Posições liberais eram antigas na região, mas quem dominava o debate econômico antes dos setenta era a heterodoxia. No debate Roberto Simonsen e Eugenio Gudín³, entre 1944 e 1945, tido como um marco, foi o primeiro quem se sagrara vencedor naquele momento, tendência dominante que se reforçaria com a instalação da CEPAL em 1948, que fez mais potente essa hegemonia, até por contar com a chancela das Nações Unidas, assim como pelo fato dos governos da época professarem uma aberta predileção pelo desenvolvimentismo.

De todo modo, noções neoliberais foram penetrando desde a década de 1950, corpus teórico que estava se desenvolvendo na Europa e nos Estados Unidos em resposta aos problemas do liberalismo clássico em dar solução à Crise de 1929 e, por sobre tudo, diante da ascensão dos regimes totalitários e do comunismo, que tinham no uso do Estado e no planejamento seu alicerce, o que lhes fazia temer pelas implicações de longo prazo das soluções keynesianas (MIROWSKI; PLEHWE, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016).

1 Texto desenvolvido com o incentivo da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, do CNPq, e do Edital Pesquisador Gaúcho, da FAPERGS.

2 Professor Unisinos / Bolsista Produtividade CNPq.

3 O IPEA publicou dois livros contendo esse debate (SIMONSEN; GUDIN, 1977).

Reunidos no Colóquio que homenageara Walter Lippman, em 1938, chegaram até a fundar o *Centre international d'études pour la rénovation du libéralisme* (CIRL) (DENORD, 2009). Suas atividades já sofriam com os fantasmas da Guerra e será em 1947, quando se rearticulam definitivamente em torno da Sociedade Mont Pèlerin, que passa a agrupar a parte significativa desse contingente, com o expurgo do Ordoliberalismo alemão, certamente por esse admitir um maior uso do Estado e do planejamento, políticas que passam a ser um divisor de águas dentro do mundinho neoliberal, embora não de forma tão nítida nesse momento.

Enraizamento neoliberal

Vários economistas da região se imbuirão de noções neoliberais em cursos que realizam no exterior e, desse modo, temos um primeiro ingresso difuso já no início dos cinquenta, até que ao mediar a década, se produz seu enraizamento institucional de modo mais sistemático. Seu marco foi o acordo pioneiro celebrado entre a Universidade de Chicago com a Pontifícia Universidade Católica de Chile, em 1955, para instalar um curso de economia que começou a funcionar um ano depois.

Na Argentina, Alberto Benegas Lynch cria em 1957 o *Centro de Estudios sobre la Libertad* (CESL), de filiação austríaca, com o próprio Hayek integrando seu Conselho (MORRESI, 2011^a; BÜREN, 2013). Em 1977, o filho de Benegas Lynch fundaria a *Escuela Argentina de Negocios*, atual *Escuela Superior en Economía y Administración de Empresas* (ESEADE). Embora não ocupassem postos-chaves na condução das políticas econômicas, tais entidades nos falam do prematuro ingresso de ideias neoliberais na região.

Tal processo de enraizamento se acelerará para finais dessa década. Isto se dá, fundamentalmente, porque mais do que uma simples teoria econômica, o neoliberalismo vai se constituir na ideologia de uma etapa do desenvolvimento capitalista que estava em cernes (MIROWSKI; PLEHWE, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016), imbricado profundamente no embate político da época. Disputa que no continente latino-americano teria de ganhar novos contornos com o desenrolar da Revolução Cubana, que põe levedura no processo de radicalização em curso e acende os sinais de alerta da potência hegemônica e seus interesses locais associados.

No Brasil, em 1959 é criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) com o intuito de promover os valores do capitalismo e potencializar o acionar empresarial, objetivo que teria de contar ainda com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que surgira no final de 1961, num *modus vivendi* que ainda

não foi totalmente desentranhado (RAMÍREZ, 2009) e cuja origem poderia ser anterior à formalizada nos documentos oficiais (MOREIRA, 2019), como mostra o envolvimento de Gilbert Huber Jr. nos seu prolegómenos.

Huber era um americano residente no Rio de Janeiro que teve participação na criação e em outras atividades cruciais do IPÊS, embora não desempenhasse funções de proa, talvez pela sua nacionalidade, o que deixaria evidências do envolvimento de interesses estrangeiros. Na final das contas, como falara Dario de Almeida Magalhães, do Comitê Orientador, “A tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos”.⁴ Isto foi crucial para que o IPÊS não fosse punido pela Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963, que acabaria ilegalizando o IBAD, que teve suas atividades encerradas e seu presidente tendo de fugir para a Suíça. Não por nada o segredo será a base na estratégia neoliberal (BÜREN, 2019).

De todo modo, os interesses estrangeiros brotavam por toda parte no que tange às atividades do IPÊS, as que envolviam empresas e autoridades americanas, como bem relata Huber numa reunião do Comitê Executivo⁵. De todas elas, chama a atenção o convite feito pelo *Latin American Council* (LAIC), criado por David Rockefeller, para reuniões em Nassau nos anos de 1962 e 1963 com o envio de pelo menos dois representantes empresariais de cada país, ao que o IPÊS responderia afirmativamente em 1962 enviando três dos seus diretivos, que fizeram extensiva sua visita a diversas autoridades americanas, como o presidente do Senado e membros dos Departamentos de Estado e Comércio⁶. Destas, a única que se menciona expressamente o nome da autoridade, foi a mantida com o embaixador Teodoro Moscoso, que fora coordenador da Aliança para o Progresso (Alpro) e sofrera sequestro na Venezuela, tendo documentos sigilosos apreendidos do seu carro, os que foram lidos por Ernesto Che Guevara na célebre Conferência de Punta del Este, de 1961.

Além dessa, existem outras evidências da relação com entidades vinculadas a David Rockefeller, entre as quais contatos com o *Committee for Economic Development* (CED). Em inícios de 1962, Alfred A. Neal, que mais tarde se tornou presidente do *Council for Foreign Relations*, nos Estados Unidos, enviou uma carta ao líder do IPÊS, Huber, oferecendo-lhe uma “operação CED de apoio”⁷, iniciando, assim, uma série de contatos, mais ou menos regulares, entre as duas instituições, que se prolongariam até 1968⁸.

4 Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 19/6/1962.

5 Atas do Comitê Executivo do IPÊS/Rio, 27/3/1962.

6 Atas do IPÊS/Rio, 12/2/1962.

7 Carta a Gilbert Huber Jr. de Alfred C. Neal. IPÊS/Rio, 28/2/1962.

8 CED, *Press Release*, 30/12/1968.

Mais uma vez, um indício nos leva a outro, com o qual podemos alcançar uma conclusão hermenêutica. Em novembro de 1965, o CED inclui o IPÊS na sua *International Library List and Order Form*⁹, mostrando quão importante era tal atividade. A publicação e circulação de artigos e livros seria vital nas redes neoliberais, assim como para o IPÊS. Desde seus inícios, as fontes trazem os esforços por editar diversas publicações, com bastante regularidade, muitas das quais tiveram o patrocínio de fundações americanas, que destinaram a esse propósito uma longa lista de títulos, inclusive com a recomendação expressa de manter caráter reservado¹⁰, para o qual a embaixada estadunidense parecia ser o ponto de contato. Prática que buscava esconder a participação do governo americano através desse tipo de entidades (ARNOVE, 1982; BERMAN, 1993).

De todas elas, nos deteremos num artigo aparecido em *Democracia e Empresa*, uma das revistas do IPÊS, também foi publicado pela revista *Espejo*, do *Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales* (MORAES, 2012), o que comprova essa circulação. Esse Instituto tinha nome similar ao brasileiro e foi fundado no México no ano de 1958, sendo promovido pela *Foundation for Economic Education*, fortemente vinculada à Sociedade Mont Pèlerin e ao próprio Hayek.

Não resulta estranho então que fora através de um pequeno folheto produzido por essa Fundação e distribuído pelo instituto mexicano que um grupo de guatemaltecos tomou contato com o pensamento de Ludwig von Mises e decidiu criar, em 1959, o *Centro de Estudios Económico-Sociales* (CEES), no seu país, lembrando novamente o nome dos outros dois Institutos. Tal Centro constituiu o embrião da *Universidad Francisco Marroquín*, a mais célebre das instituições que promovem as ideias do libertarismo na América Latina. Esse caso e o do México, além dos quais nos ocupamos, mostram como esse processo foi sumamente extenso.

Por isto, não é uma novidade que na Argentina se crie em 1964 a *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana* (FIEL), a instância das quatro organizações de cúpula da burguesia argentina, tendo a Fundação Ford como seu principal patrocinador, novamente uma entidade filantrópica americana associada a esse tipo de ação. Tal entidade seria chave nas políticas econômicas da última ditadura, saindo dos seus quadros todos os seus ministros de Economia, os que levaram adiante políticas de claro corte neoliberal.

Com casos em todos os países mais ou menos similares, temos que este foi um fenômeno regional recorrente, embora pudesse revestir cada um deles de nuances particulares, de acordo a idiosincrasias nacionais. O que nos fala também que

9 Carta de Ernest W. Groos ao general Octavio Gomes de Abreu, secretário geral executivo do IPÊS/GB, 23/11/1965.

10 A Circular nº 56/1865 expressava em espanhol, “*Le rogamos no publiquen este documento, que se circula solo con el fin de que sirva de pauta y orientación*” (sublinhado no original). CLA, CRC-Circular, nº 56/1965.

não foi uma mera implantação, já que o enraizamento do neoliberalismo teve particularidades e adaptações que não podem ser desprezadas nas análises. Inclusive estas são centrais para explicar as diversas clivagens existentes, algumas ainda pouco compreendidas, e as formas em que se desenvolveu cada caso particular.

Essa dificuldade no conhecimento se agiganta ainda pela estratégia do segredo (BÜREN, 2019) imposta a muitas das atividades, razão pela qual as fontes do IPÊS revelam singular valor, já que nos permitem conhecer pormenores que são impossíveis de inferir nos casos em que não podemos contar com essa massa documental primária. Nesse sentido, cobram particular interesse os nomes de algumas figuras que se envolveram em ações com o Instituto brasileiro.

Enno Hobbing aparece em diversas missivas do IPÊS como pertencente ao CED, ao LAIC e ao *Bureau Latinoamericano de Informaciones da Colômbia*. Essa singular personagem teria iniciado suas atividades como espião, envolvido no recrutamento de cientistas alemães após a Segunda Guerra Mundial, registrando ainda passo por Paris em 1950. Sua atuação na América Latina começa pela Guatemala, organizando a Operação PBSUCCESS, criptônimo da Central de Inteligência Americana (CIA), chave na deposição de Jacobo Arbenz em 1954. Teria sido o oficial de enlace do *Business Group for Latin America*, criado 1963 por David Rockefeller, que se converteria em *Council of the Americas* em 1970, sendo membro do seu conselho executivo. Também intermediaria fundos para *El Mercurio* com a intenção de desestabilizar Salvador Allende, o que dá sentido a uma frase vertida por Glycon de Paiva Teixeira, vice-presidente do IPÊS após o golpe de 1973: “a receita existe, e o bolo pode ser assado a qualquer hora. Vimos como ele funcionou no Brasil, e agora novamente no Chile” (DREIFUSS, 1981: notas 40 e 41, p. 424).

Lembremos que a burguesia americana se envolveu diretamente nessas ações através de figuras ligadas a David Rockefeller e a empresa *International Telephon & Telegram* (ITT), embora essas tenham conexão direta com o governo americano. Imbricação que revela muito do *modus operandi* em que a ação estatal se realiza por meio de organizações privadas, o que será uma ferramenta imprescindível dos grupos neoliberais. De fato, a Trilateral Comissão, promovida por David Rockefeller, desenhou o plano de rearticulação mundial (SKLAR, 1980), no qual o caso brasileiro também fazia parte (HOEVELER, 2013; SPOHR, 2016).

A julgar pelas trajetórias desses agentes externos, parece existir um certo padrão. Assim como Hobbing, Vladimir Reisky de Dubnick e Vladimir Lodygensky começaram suas carreiras no anticomunismo europeu, um de nacionalidade checa e, o outro, russa, onde teriam adquirido a expertise que transladariam ao Brasil e depois levariam a outros espaços, quando o perigo aqui estivesse debelado. Igualmente os dois estavam vinculados ao movimento católico, o primeiro como

intelectual incorporado à PUC/Rio e o segundo dirigindo a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Essa imbricação é bastante conhecida e chegou ao ponto de importar temporalmente para o Brasil o Padre Patrick Peyton, que chegara por intermediação do IPÊS e da CIA, com o propósito de agitar ideologicamente as bases católicas (RAMÍREZ, 2019).

Essa união entre anticomunistas antigos, a maioria com raízes católicas, e neoliberais não resulta extemporânea. De fato, o neoliberalismo se apresenta assim mesmo como um grupo contrarrevolucionário (KÜHNEL, 1978; COCKETT, 1995), inclusive isso fica mais que explícito nas obras de Walt Withman Rostow (1969) e Karl Popper (1974). E o fato de remeter ao velho conceito de liberalismo não deve nos iludir, já que esse passa a constituir mais um dos seus paradoxos ortodoxos, ideia proposta por Miles Khaler (1989) e Peter Evans, pela qual os neoliberais parecem não praticar o que pregam, o que fica apenas como um elemento discursivo, como mera apropriação de sentido.

Isto também nos mostra como se articulavam as redes das direitas, empregando o conceito em plural (MORRESI, 2011b; BOISARD, 2014), já que estas não se apresentam como um grupo coeso, mas ao modo de uma constelação (BALSA, 2007), composta por diversos elementos, os que não necessariamente têm origens em épocas similares, mas que podem estabelecer órbitas em torno de interesses comuns, que por momentos os aproximam, conformando subsistemas. De fato, uma das características dos grupos neoliberais é a de operar em vastas e intrincadas redes transnacionais (DENORD, 2002; FISCHER; PLEHWE, 2013), que não apenas se uniam em torno de interesses eidéticos, mas fundamentalmente por razões materiais que se expressavam politicamente.

Deste modo, foi se articulando uma coalizão heterogênea com alguns pontos em comum, composta por políticos conservadores, militares nacionalistas, membros do clero, empresários e tecnocratas (neo)liberais, que foi decisiva para deslegitimar os governos constituídos, deflagrar os golpes de Estado e posteriormente fazer parte ou legitimar as ditaduras, que tiveram caráter civil-militar (SIDICARRO, 2004; RAMÍREZ, 2012a).

Esta aliança pode parecer muitas vezes de forma pouco compreensível, mas o fato de segmentos do clero se unirem a grupos empresariais se explica desde diversos ângulos. Nessa época, o discurso econômico ainda não se sustentava por si, dependendo de outros recursos de legitimação, dentro do qual os apelos de tipo religioso eram importantes. Apenas em período posterior o discurso econômico consegue se autossustentar (MARKOFF; MONTECINOS, 1993; HEREDIA, 2015), inclusive prescindindo ou relegando outras justificativas.

A religião, em particular a católica, constitui um dos alicerces do mundo capitalista, inclusive a luta por interesses econômicos se justifica muitas vezes nessa base, a que inclui proporções de conflitos civilizacionais (BELLAH, 1991; KOTSKO, 2018). Os grupos de intelectuais católicos foram vitais à hora de construir as bases ideológicas em diversas esferas, inclusive a econômica, como parece ter acontecido com o ordoliberalismo alemão, particularmente no que se refere às políticas públicas vinculadas com a assistência social (HIEN, 1914; JOERGES; HIEN, 2017). E, de fato, o discurso empresarial da relação capital e trabalho dessa etapa parece calcado no paternalismo de viés católico, seja aquele enunciado pelo IPÊS, pelo *El Ladrillo* ou pelo líder da *Comisión de Estudios Económicos y Sociales* (CEES), futura *Fundación Mediterránea* (RAMÍREZ, 1998; 2005; 2012b).

Saída autoritária e primeira implantação do neoliberalismo

Os grupos que compunham esses núcleos iniciais onde se albergou o neoliberalismo tinham inicialmente intenções democráticas, mas se defrontaram com enormes dificuldades para serem competitivos nos pleitos eleitorais, ainda que com as facilidades que tinham por pertencerem aos grupos dominantes. Isto lhes permitia dispor de meios materiais em profusão, assim como do apoio estrutural dos aparelhos ideológicos da burguesia, como de fato se comprova com o maciço apoio dado pelo jornal *El Mercurio* à campanha de Alessandri quando disputou a presidência e na deslegitimação do governo Allende, o que o tornaria um dos artífices do golpe de Estado; bem como no caso do Brasil, onde o IPÊS articulou uma poderosa rede de apoio midiático para contrapor à Cadeia da Legalidade idealizada por Leonel Brizola, que fora chave para garantir a posse de Goulart, e, portanto, precisava ser rapidamente neutralizada.

Embora de difícil quantificação e comprovação empírica, temos observado como as campanhas de candidatos ligados à burguesia foram irrigadas com quantidades ingentes de recursos, como demonstram diversos documentos do IBAD e do IPÊS, inclusive com a chancela de uma CPI, que atestou a colaboração externa, o que também se observa no caso chileno, talvez o mais emblemático. Igualmente, o investimento realizado na elaboração e difusão desse discurso não estava rendendo os frutos esperados dentro dos setores subalternos. Como bem comprova a rejeição com que fora recebido *El Ladrillo* (CASTRO, 1992), proposta programática elaborada pela equipe econômica que atuava na PUC do Chile e que pretendeu ser a plataforma econômica de Jorge Alessandri, e o apoio que receberam as Reformas de Base no Brasil, para o qual o IBAD e o IPÊS elaboraram uma

série de estudos para lhe fazer contraponto e municiar os parlamentares ligados ao seu projeto, muitos financiados através deles.

Tais dificuldades não passaram despercebidas por Juan Linz (1978), que cedo teorizou sobre esse fato, sindicando nele, nessa imperícia, a tendência crescente por soluções autoritárias, na medida que os intentos pelas vias democráticas se revelavam infrutíferos. Esse é um percurso que pode ser seguido na sucessão de ditaduras vividas pela Argentina, nas quais se registra um grau de repressão crescente, com um claro corte produzido naquela instalada em 1966, que marca um patamar distinto ao não pretender mais neutralizar os adversários, mas exterminar os inimigos, como hipotetizara Marcelo Cavarozzi (1989). Fenômeno que também pode ser observado nos processos de decomposição política que Brasil e Chile atravessaram. O golpe de 1973 arranca desde o momento mesmo do pleito eleitoral que dá vitória parcial a Allende, que precisava ser referendada pelo Congresso. E as desventuras padecidas por Goulart para garantir sua posse e a luta que teve para se desvencilhar do cerco parlamentarista, a última barreira.

Pela longa experiência de ditaduras em Argentina, a intensão seria a de eliminar o tripé que sustentava o modelo desenvolvimentista, a quem julgavam como responsável pela crise e radicalização. A aliança entre industriais nacionais, operários sindicalizados e tecnocratas que o alavancavam desde o Estado precisava ser desmontada, com o auxílio da repressão, caso necessário, a que se desferia tanto sob os indivíduos como as suas estruturas, principalmente as intelectuais e corporativas, com as quais potencializavam sua ação política e, principalmente, ideológica.

Glycon de Paiva Teixeira, vice-presidente do IPÊS, opinava numa reunião que o Instituto deveria se converter num centro de “‘*post-graduation*’ ... [para] economistas, visando neutralizar os cepalistas, todos mais ou menos ‘tisonados’”¹¹. E, de fato, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi fechado três dias após consumado o golpe de Estado de 1964. Na Argentina, o Instituto Di Tella, financiado por aquele que fora o grupo econômico mais poderoso da época, encerrava suas atividades em 1970, e o Instituto de Estudos Econômicos e Financeiros (IEEF) foi dissolvido junto com a sua entidade mãe, a *Confederación General Económica* (CGE), em 1976, tendo sua biblioteca saqueada. Folga de maiores comentários, o expurgo realizado em entidades estatais, como universidades e outros entes, com quadros expulsos ou disciplinados.

Ação que seria vital, já que desestruturaria severamente o pensamento alternativo, que já sofria uma decomposição à medida que a radicalização aumentava, colocando em perigo, real ou imaginário, o status quo, razão pela qual os setores

11 Arquivo Nacional. Ata da Reunião Plenária do Comitê Executivo do IPÊS, 8/4/1963. Sublinhado no original.

mais moderados se afastavam do desenvolvimentismo, para preservar sua posição de classe (BIELSCHOWSKI, 1995). Em outros casos, a desestruturação das organizações que os congregavam levava a terem de buscar outras formas de sustento, incorporando-se a entidades que professavam outros credos, as que o submetiam a rigoroso escrutínio (DE PABLO, 1995). Muitos marcharam ao exílio, no melhor dos casos, e outros perderam a vida. Em definitiva, a dinâmica das comunidades epistémicas (HAAS, 1992) se via profundamente condicionada pela conjuntura, que pavimentara o domínio ortodoxo.

Igualmente, o empresariado sofreria esses embates. Além da ilegalização da CGE, a única organização corporativa submetida a intervenção foi a *Unión Industrial Argentina* (UIA), que provavelmente levantaria a sua voz diante do processo de desindustrialização que se implementava. De fato, Domingo Cavallo, numa reunião dos empresários cordobeses da *Fundación Mediterránea* com o vice-ministro da Economia da ditadura, se atreveu a alçar sua voz condenatória em 1980 (RAMÍREZ, 1998), um ano mais adiante, os empresários metalúrgicos da cidade de Rosário protestavam ameaçando estraçalhar a cadeira presidencial (SIMONASSI, 1998).

Outro grande suporte era sem dúvida o movimento sindical, que também foi alvo preferencial, primeiramente procurando cooptar e ampliar a base de dirigentes que propenderam a uma conciliação com o capital, para o qual as entidades que se vinculavam à Igreja católica foram um instrumento bastante usual, especialmente no Brasil e por sobretudo as jesuítas, como as do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, onde se alocaram cursos de liderança. Inclusive temos conhecimento que a *Loyola University*, dos Estados Unidos, teria atuado como um centro relevante, além do que acontecia na Bélgica, outro baluarte nesse sentido. Igualmente, as duas grandes sindicais dos Estados Unidos, a *American Federation of Labor* (AFL) e o *Congress of Industrial Organizations* (CIO), tiveram ações com o mesmo propósito (CORRÊA, 2017a; 2017b),

A repressão se deu também nas organizações estudantis, que não apenas representavam a juventude, mas que são a continuidade natural da *intelligentsia* de diversos grupos sociais, incluso a disciplinarização que alcançou o setor castrense. Antes do golpe chileno, o próprio comandante do Exército, general René Schneider, foi vitimado por grupos militares, na tentativa de deflagrar o estado de descontentamento que levasse ao golpe. No Brasil, os militares, em especial os de baixa patente, foram vítimas de expurgos, como forma de sustar a rebelião que buscava igualar seus direitos com os da oficialidade (ALMEIDA, 2012).

Inclusive, a força repressiva foi usada pelas ditaduras para dirimir seus embates internos, que em essência eram por projetos conflitantes. Em 1978, Chile

vê chegar ao seu desfecho o enfrentamento entre o general de Exército Augusto Pinochet e o general da Aeronáutica Gustavo Leigh (VALDIVIA, 2003) e, no caso argentino, a disputa seria entre o general Jorge Videla, na defesa de seu gabinete econômico, contra o general Genaro Díaz Bessone e o almirante Emilio Massera, que nas suas pretensões levantavam projetos de viés nacionalista, o que contradizia as diretrizes neoliberais que eram dominantes (CANELO, 2009).

Lembremos que as consequências sobre o modelo desenvolvimentista foram letais, se aprofunda nessa época o processo de desindustrialização, passando-se à primazia das atividades financeiras, com uma descomunal concentração de renda e retirada do Estado, a partir da qual os interesses externos e da burguesia associada voltam a ganhar espaço, aniquilando-se de modo geral as pretensões autonômicas da dita burguesia nacional. Começava a viver assim a região, desde seu lócus subordinado, o limiar do que se conheceria como globalização, para o qual o neoliberalismo servia de plataforma ideológica.

Ainda que a repressão fosse um pilar importante das ditaduras, estas tinham intenções refundacionais (O'DONNELL, 1982; GARRETÓN, 1993; SIDICARRO, 1996; RAMÍREZ, 2015), com a pretensão de introduzir amplas reformas que alçassem estruturas diferentes, as que estariam inoculadas contra a radicalização, para a qual os *think tanks* desde tempos atrás estavam se debruçando em projetos, com qualificados estudos a respeito, que foram utilizados com tal intuito. Inclusive, podemos ver como o grau do amadurecimento deles teria paralelo com o sucesso alcançado pelas ditaduras nesse sentido.

Um dos alvos dessas intenções refundacionais das ditaduras, a instâncias do ideário neoliberal, foi o Estado, sob o qual se planejaram profundas reformas, tanto *El Ladrillo* como as propostas do IPÊS (RAMÍREZ, 2005; 2012a; BORTONE, 2013). E o governo brasileiro revelou um singular ímpeto reformista, a começar pelo Programa de Ação Estratégica do Governo (PAEG), seguido por três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), embora o último ficasse apenas como esboço.

Isto último pode parecer um contrassenso, mas lembremos que o planejamento ainda não era visto como algo incompatível com o neoliberalismo, sendo reivindicado pela vertente ordoliberal, com a qual o caso brasileiro parece ter mais afinidade, em especial entre os militares, como comprova a rápida visita do presidente alemão ocidental. Tal corrente teórica o via como algo necessário em países onde as leis do mercado não imperavam, sendo necessário criar previamente uma ordem favorável a elas. Nuance que nos pode ajudar a explicar a singularidade do Brasil nesse quesito em relação às outras experiências regionais.

De todo modo, a maior parte das políticas econômicas se orienta numa clara perspectiva neoliberal clássica. Foi durante as ditaduras que se deu a primeira etapa das privatizações, que avançaram pelas empresas periféricas, quebrando assim resistências da população e, especialmente, da ala mais nacionalista dos militares, que via nisto uma ameaça à soberania. O *El Ladrillo* tinha isto como um dos seus pontos mais relevantes, assim como o IPÊS fez um estudo visando este objetivo e o programa anunciado pela equipe econômica argentina também as incluía, com o qual se pretendia desafogar o déficit estatal e alavancar o mercado de ações, criando uma massa de pequenos investidores, algo que Margareth Thatcher popularizaria e que constitui a base da Economia Social de Mercado, que com a medida criava um grupo de apoio ao capitalista, ao compartilhar, embora que de modo subordinado, das suas benesses e vicissitudes.

Não obstante, seu núcleo central foi preservado. O governo receava os impactos sociais e políticos do desemprego que deviria, os militares nacionalistas temiam abalos na soberania, em particular pelo domínio que interesses estrangeiros teriam, e os empresários estavam receosos pelas consequências microeconômicas, já que as grandes empresas atuavam de forma monopólicia e tinham grande atração nos preços, seja como compradoras ou vendedoras de insumos essenciais para a indústria, que dessa forma corriam o risco de alterações na matriz de preços, que na maioria das vezes eram subsidiados.

Outro dos pilares dessa transformação foram as mudanças que começavam a se dar no mundo do trabalho. No caso brasileiro, fora extinta a estabilidade após dez anos de serviço para os empregados na iniciativa privada, o que será substituído por um seguro desemprego, que vai se chamar Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (RAMÍREZ, 2005). No caso chileno, foram criadas as *Administradoras de Fondos de Pensión* (AFPs) e também se avançou na privatização da saúde, com as *Instituciones de Salud Previsional* (ISAPRE). Medidas que tinham o intuito de liberar a mão de obra para as novas exigências tecnológicas e incutir a lógica neoliberal individualista. Estas seguramente teriam tido mais resistência se não fossem lideradas por ditaduras, como bem lembra o episódio da rejeição com que fora recebido o *El Ladrillo* em 1970.

Autoritarismo de mercado, aliança com o populismo e segunda onda neoliberal

Se o neoliberalismo precisou de um estado de exceção para ser implantado, com o qual não é incompatível, pelo contrário (VALIM, 2017), essa não era uma condição ideal, já que aparelhava seus próprios perigos. Em particular, que as ditaduras se transformassem em personalistas ou que adquirissem verdadeiros

vieses nacionalistas. Riscos que não eram em vão, visto os desafios que Brasil e Argentina fizeram no terreno nuclear, bem como esta última deflagrou um conflito bélico contra uma potência capitalista, a contragosto dos Estados Unidos.

Por isto, não resulta estranho que, depois de um tempo prudencial, o próprio poder global começasse a colocar limites nas ditaduras que tinham ajudado a erigir, pressionando pelo retorno à democracia, inclusive como forma de limpar seu passado golpista e se posicionar prevendo a nova conjuntura. Como exemplo, temos a visita de Samuel P. Huntington, homem de David Rockefeller e um dos integrantes da *Trilateral Commission*, ao Brasil, no qual isto seria levado ao conhecimento do gabinete e, a posterior, presidente Ernesto Geisel empreenderia o período de distensão que levaria à abertura (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 233).

Apenas no caso chileno as políticas neoliberais foram bem-sucedidas e a ditadura conseguiu seus objetivos mais amplos no âmbito econômico; na Argentina e no Brasil, contrariamente, houve um rotundo fracasso. Com isso, deu-se lugar à volta de políticas heterodoxas na primeira etapa da redemocratização, devido ao descrédito das políticas de ajuste e o particular período vivido na abertura, mais propício a políticas expansivas do gasto público, após anos de contenção, herança amarga de uma vultosa dívida externa, que passou assim a ser o principal entrave.

Dessa forma, nesses dois países, os atores que se vinculavam ao receituário neoliberal tiveram de se reconverter à nova ordem, carregado um pesado lastro sobre suas costas. De todo modo, a expertise organizacional acumulada seria vital nesse processo, um dos seus atributos mais potentes, e, longe de se amearhar, apostaram novamente nos *think tanks* como âmbitos propícios para a sua regeneração política. Esse não era um fenômeno apenas local, senão mundial, e correu paralelo à crise dos partidos (OFFE, 1989; KIRCHHEIMER, 1980). Por essa razão, esses últimos perdem suas características ideológicas mais fortes, para se transformar em meras máquinas eleitorais, incapazes de formar quadros técnicos e formular políticas públicas eficazes, os que passam a ser providos de modo externo, na sua maioria por esses *think tanks*, uma vez no governo.

Isto se comprovará nas primeiras experiências da redemocratização que tiveram lugar na Argentina e no Brasil, não muito auspiciosas em matéria econômica. As medidas heterodoxas adotadas inicialmente pareciam calcadas num padrão antiquado de elaboração de políticas públicas, que remitia a muito voluntarismo, provocando efeitos desestruturadores, apesar de certa correção de rota que se esboçou quando o perigo era iminente, circunstâncias que agravaram o penoso estado herdado.

Diante deste quadro, o mercado aproveitou a oportunidade para aplicar duros corretivos, apelando ao seu poder de formar preços, inclusive agigantado pela

profunda concentração econômica promovida durante as ditaduras. A aplicação de uma terapia de choque (KLEIN, 2007) também tinha propósitos pedagógicos, seja nos políticos, como nos quadros técnicos e na população em geral, já que todos sofriam os efeitos devastadores dos processos hiperinflacionários de que suas economias padeciam. Inclusive, no caso argentino, a convulsão social que provocara levou ao adiantamento das eleições e transpasso do poder presidencial de modo antecipado.

Esse poder ainda é mais opressivo se levamos em consideração que os agentes internos estavam profundamente imbricados nas engrenagens transnacionais, seja aquelas que influem na circulação dos fluxos monetários privados em grandes escalas, agigantadas pela nova fase de mundialização, quanto dos órgãos financeiros internacionais, aparelhados há tempos por tendências ortodoxas, os quais exerciam um forte disciplinamento, punindo aqueles governos que não seguiam à risca seus desígnios (CORBALÁN, 2002; PEREIRA, 2010), que por essa altura eram apresentados como consensuais.

A tese da existência de uma base comum foi uma ideia difundida por John Williamson, que em 1989 a enunciou sob o pomposo nome de Consenso de Washington. Um decálogo que as comunidades acadêmicas e das finanças internacionais consideravam como políticas saudáveis para os países. De todo modo, submetidos a escrutínio mais recente, ele não passou de uma cartilha de doutrinação econômica, que nem os próprios neoliberais seguiram totalmente, como bem se exemplifica no seu quinto ponto, referido ao tipo de câmbio. Fugindo de tal preceito, a convertibilidade argentina instaurada por Cavallo adota um tipo de câmbio fixo, modelo que tinha sido empregado anteriormente pela Malásia, que muito bem pode ter inspirado a experiência no Prata (PLEHWE, 2011).

Assim, os efeitos deletérios sobre o tecido político aprofundaram as heranças das ditaduras, que visavam desidratar os partidos políticos e de fato conseguiram, o que veio a se fundir com a própria crise dos partidos já apontada. Fenômeno que não passou despercebido para Rudiger Dornbusch e Sabastian Edwards (1990), que viram a janela que se abria para poder capitalizar a proximidade com candidatos neopopulistas como modo de ascender novamente ao poder na base de uma nova aliança (WEYLAND, 1996; DEMERS, 2001).

Se bem as forças neoliberais eram pouco competitivas na arena eleitoral, viam-se favorecidas com as duras imposições a que eram submetidos os partidos políticos, incapazes de gerar quadros técnicos ou políticas próprias com o grau de sofisticação exigidos nessa conjuntura, em particular pelos organismos internacionais de fomento, quase única tábua de salvação num contexto de penúrias. Assim, o remédio parecia estar em delegar o comando da área econômica

aos agentes que tinham a graça do mercado, resguardando para si outro tipo de funções, como a de fazer palatáveis à população medidas amargas, muitas vezes amparados na retórica de apelo populista, e, por sobretudo, formar na base do fisiologismo a maioria parlamentar encarregada de referendar a nova orientação.

Longe dos seus antepassados mais ideológicos, os novos populismos vestem bandeiras nacionalistas de pano genérico, que não se transferem a fatos concretos no econômico, transformando-se nos baluartes da entrega do espólio estatal aos interesses do mercado. Carlos Saúl Menem, na Argentina, e Fernando Collor de Mello, no Brasil, representam essa nova simbiose, que de alguma força atinge a *Concertación* chilena (GARRETÓN, 2012) e Fernando Henrique Cardoso, originalmente um socialdemocrata. Fenômeno que dista muito de ser regional, visto que até o próprio Laborismo, com Tony Blair e a esquerda nos países do leste europeu (MUDGE, 2018), foi seduzido pelo canto de sereia da financeirização transnacional propalada pelo neoliberalismo. Cerco que atingiria de alguma forma as administrações de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a que teve de ceder completamente no seu segundo mandato presidencial, que nem assim conseguiu salvar.

Fenômeno que atravessaria inclusive governos de natureza diversa, devido a que os contornos ideológicos dos partidos se diluem, diferenciando-se muito pouco nas políticas econômicas que promovem, ou são obrigados a promover, delegando seu comando a esse tipo de agentes. De todos eles, o caso de Domingo Cavallo seja talvez o mais emblemático, sua carreira nacional teve início com a assunção da presidência do Banco Central da República Argentina, em 1982, em plena ditadura; mais adiante, seus serviços foram ofertados em 1983 ao radical Raúl Alfonsín, primeiro presidente da redemocratização, que não os aceitou (HEREDIA, 2004); para ocupar o cargo de chanceler e ministro da Economia no governo do peronista Carlos Menem e, novamente, no do radical Fernando de la Rúa.

Isto se volta a repetir mais recentemente no Brasil com a figura de Joaquim Levy, engenheiro naval com doutorado em economia que se iniciou na fundação estatal como secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, na gestão do governador Sérgio Cabral, para ser ministro da Fazenda na segunda presidência de Dilma Rousseff, passando ao Banco Mundial a posteriori até se tornar presidente do BNDES no governo de Jair Bolsonaro.

Igualmente, essa colonização sucessiva não se dava apenas em caráter pessoal, pois quadros ligados a diversos *think tanks* podiam se revezar nas funções de governo, como bem lembram alguns dos que tiveram vinculação com a FIEL, que também participaram de modo quase hegemônico durante diversas administra-

ções ditatoriais da Argentina, os que chegaram a participar no governo de Menem em vários cargos e assumir brevemente o ministério da Economia na gestão de la Rua.

Tais governos fizeram avançar o processo de liberalização, em particular com a segunda etapa de privatizações, as que avançam porque as resistências tinham sido minadas, primeiramente durante a ditadura, com a venda de setores periféricos, assim como pelo processo de sucateamento a que as próprias empresas vinham sendo submetidas desde aquela época, que fazia real a sua falta de competitividade, que muitas vezes era uma decisão política, já que muitas serviam para maquiagem o desemprego encoberto. De toda forma, apenas Argentina se desfez da sua maior empresa estatal, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), já que Chile manteve o controle estatal da *Corporación Nacional del Cobre* (Cobre) e Brasil privatizou apenas parcialmente a Petrobras. Como consequência, o setor petrolífero nacional argentino se viu desarticulado rapidamente, pelo poder de formar preços que aquela detinha, significando a desnacionalização inclusive de setores privados da economia. No seu lugar, os neoliberais chilenos e brasileiros pouparam setores chaves, que neste último caso alcançou também o sistema bancário, com a sobrevivência de poderosos bancos estatais.

Estertores do neoliberalismo e abraço ao neoautoritarismo

A chegada da Onda cor de Rosa ao Cone Sul da América Latina atingiu os grupos neoliberais em estados diferentes, o que motivaria também reações diversas, as que se explicam muito por esse passado, inclusive por razões estruturais ainda mais distantes, que determinarão, e muito, a dinâmica do processo, manifestando assim limites que os fenômenos exógenos encontram ao avançar sobre as realidades locais, que não são mero espelho do desenvolvimento geral.

O caso chileno registra similar continuidade à operada na transição democrática, com a política econômica seguindo diretrizes que não saíam dos trilhos desde a ditadura. De todo modo, alguns esboços de mudanças mais sutis se operam e as forças de direita vão também se despreendendo dos seus lastros do passado mais vinculado ao autoritarismo para focar naqueles que frisam em cores profissionais e eficientistas, também herança desse passado, mas com menos carga, até pouco tempo. Isto não constitui uma reconversão genuína, mas consequência de ter se tornado hegemônico e o capitalismo chileno poderá voltar ao uso da força em caso de necessidade.

Na Argentina, a debacle de 2001 levou consigo a principal figura neoliberal da época, Domingo Cavallo, e com ele a instituição que sempre o teve como sua principal espada, a *Fundação Mediterránea*. Antes, a FIEL também tinha entrado em decadência como alavanca para que seus quadros fizessem parte dos governos de turno. Não obstante, por causa do regime autoritário possuir enorme descrédito, numa política de atualização quase permanente da memória, a direita continuará a se reorganizar em base a fundamentos tecnocráticos, em particular desde *advocacy think tanks*, que escondem mais seus interesses, assim como por profissionais oriundos do âmbito privado, que através do mecanismo da porta giratória, entre o grupo mais numeroso no gabinete de Mauricio Macri (CASTELLANI; DULITZKY, 2018; CANELO; HEREDIA, 2017).

No que tange ao caso brasileiro, observamos uma clara tendência de descontinuidade, próprio do desenvolvimento institucional do neoliberalismo no país, com uma certa similaridade com aquela inaugurada nos sessenta, marcando o declínio institucional de *think tanks* neoliberais fundados na etapa anterior. Assim, os Institutos Liberais mingam suas atividades e veem cair sua significação logo após a morte das suas principais figuras, exceto a filial gaúcha, que tinha comando separado. Processo que acontece num momento crucial, com a subida de Lula à presidência, o que fazia necessário firmar um contraponto, razão pela qual presuntamente fariam, aproveitando algumas entidades existentes e montando novas.

O núcleo que operava na PUC/RJ e idealizara o Plano Real, baixada local do Plano Brady, fundou o Instituto de Estudos de Política Econômica/Çaça das Garças, que se reservara papel mais acadêmico, assim como são os encarregados de brindar suporte ao Instituto Millenium (Imil), um *advocacy think tanks* neoliberal que se colocou na proa. Esse foi fundado por uma das suas discípulas e um jornalista, em 2006, mas que já atuava desde um ano antes sob a denominação de Instituto de Estudos da Realidade Nacional (SILVEIRA, 2013) ou Instituto da Realidade Nacional (PATSHIKI, 2017).

O Imil desabrochou na vida pública no Fórum da Liberdade, realizado desde 1988 e que se transformou na reunião anual da grei neoliberal mais importante, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), da safra de entidades criadas no contexto da redemocratização, em 1984. Vale salientar que tal evento acontece na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), a que também alberga o Instituto Liberdade, como passou a se denominar o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul após a reformulação que teve lugar em 2004 (FRIDERICH, 2019), o que remete novamente à vinculação com entidades católicas que marcara a penetração do neoliberalismo na sua primeira etapa.

Mas foi em 2013 que surgiram os grupos que conseguiram virar o quadro contrário a posições neoliberais e torná-las populares. À cavalo de manifestações que tiveram outra origem, diferentes grupos de jovens se posicionaram no tabuleiro político com um discurso que misturava o combate à corrupção com a melhoria dos serviços públicos, seguindo uma cartilha básica. Alguns dos seus líderes já exibiam vínculos com a extensa rede neoliberal, em especial o *Student for Liberty*, fundado em 2008 e patrocinado pelos irmãos Koch, que financiou alguns deles, e a *Atlas Network*, que davam um norte ideológico.

Esses jovens muitas vezes se inspiram num estilo usual no mundinho dos best-sellers neoliberais, popularizados pela guatemalteca Gloria Álvarez, egressa da *Universidad Francisco Marroquín*, o peruano Álvaro Vargas Llosa e o chileno Axel Kaiser, dentre outros (CASTRO-REA, 2019). Modelo rudimentar que se bem serve para sua popularização, parece indicar um certo teto ideológico difícil de ultrapassar, como não podia ser mais eloquente o título de uma das obras de Kaiser, *La fatal ignorancia: la anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista* (2017).

Se esses grupos foram muito bem-sucedidos para desestabilizar o regime de turno e até conseguir vitórias significativas no legislativo, a constatação dessa fragilidade nos serve para entender as razões pelas quais não conseguiram cristalizar candidaturas majoritárias de peso, em particular no âmbito nacional. Nas eleições brasileiras de 2018, os candidatos mais identificados com o mercado não conseguiram empolgar, seja aquele que tradicionalmente os representava desde a centro-direita, fundando um novo partido, ou quem o fez a título pessoal usando um partido existente. Motivo pelo qual a solução para frear o retorno do petismo foi abraçar um candidato populista autoritário, prévio pacto, ao dar de porteira fechada o comando da economia a um dos seus baluartes. Esse fiador, ainda que não fosse uma figura central, era membro do Instituto Millenium e se apresentava como seu garante.

A coalizão heterogênea que elege Jair Bolsonaro volta a lembrar aquela que deflagrou o golpe de Estado de 1964, militares, neoliberais, tecnocratas e segmentos vinculados ao religioso, assim como reedita a experiência de uma simbiose parecida com as que se deram com os líderes neopopulistas de finais dos oitenta e início dos noventa, que resolviam seu problema de governabilidade oferecendo ao mercado avançar na sua agenda de reformas. Isto se dá disciplinando os atores sociais que podem se lhe opor e dando base no Congresso para a implementação de leis que em outra conjuntura dificilmente encontrariam alento.

De carona com a popularidade do líder autoritário, as bancadas foram disciplinadas, com pressões e incentivos de diversos tipos. Inclusive, aquela que maior fidelidade apresenta é precisamente a do Partido Novo, gestado por e para o

mercado, que dessa forma se associa a um governo com pouco apreço pelas liberdades sociais e políticas. Comportamento que não apresenta contradição alguma, como já comentáramos quando do paradoxo ortodoxo. A liberdade de mercado, quase nunca chega às esferas sociais e políticas, pelo contrário, estas são sacrificadas sem remorso para manter as diretrizes econômicas.

Não obstante, percebemos nisto também a mesma saturação que observamos ao analisar os *think tanks*, com medidas que parecem ser mais uma cópia de soluções empregadas no passado e hoje questionadas do que propostas que as superem, não à toa que as referências ditatoriais do governo brasileiro atual incluam preferentemente o Chile, marco da primeira experiência de simbiose neoliberal e autoritarismo. Desta aliança, apenas a troca da base católica pela evangélica parece ser sua alteração mais significativa, o que também nos fala da diferença na qualidade dos predicados ideológicos de uma época e outra.

Epílogo

As políticas neoliberais recalaram na região muito antes da instauração dos regimes autoritários, com o objetivo de atingir dois propósitos. Recompôr a hegemonia num ambiente em profunda radicalização, que estava colocando em perigo até o próprio status quo, e reformular a inserção dos nossos países na divisão internacional do trabalho, os que tentavam fazia algum tempo sua emancipação parcial.

Esses precursores se organizaram internamente, mas contaram com forte apoio e ingerência externa, funcionando geralmente como aglutinador de forças de direita, seja aquelas de cunho mais tradicional como outras de ares novos, em particular vinculadas à legitimação em termos tecnocráticos, que começa sua ascensão, combinando-se a outros discursos que atuam como reforços e que variarão de acordo com as épocas e necessidades, seja do interior do grupo como do meio circundante, que muitas vezes rejeitam os preceitos neoliberais quando isolados.

Os grupos que o propalavam tinham como desafio se consolidar como opção política e ideológica num momento em que forças contrárias ganhavam ímpeto, por defender precisamente assuntos caros à vida em sociedade e como nações que se viam historicamente em relação de dependência. De fato, não era tarefa simples, já que a desvantagem dos grupos neoliberais era evidente, como bem nos lembra o resultado do embate entre Simonsen e Gudín, que usamos como termômetro.

Por esse motivo, a tentativa por via hegemônica usando dos instrumentos democráticos não teve o sucesso esperado. Goulart assumiu e depois se esgueirava do cerco parlamentarista, impondo uma derrota às forças da direita, que ainda

assim obtiveram ganhos que mais à frente seriam significativos. Salvador Allende venceu o pleito eleitoral, mas sem contar com o aval majoritário da população chilena, numa leitura errada que levou a esquerda a tencionar o sistema político e a direita a promover mais diretamente o golpe. Por fim, o peronismo retornava ao governo mais uma vez, embora profundamente esgarçado, abrindo espaço para uma maior radicalização e a uma rápida decomposição política numa crônica que levaria à ruptura institucional.

Essa seria a solução empregada para poder sustar o processo de radicalização como primeira medida e promover reformas sistêmicas de caráter amplo para evitar a reversão ao quadro anterior. O processo de deslegitimação desses governos contou com a participação desses grupos, os que comporiam as coalizões golpistas e, a posteriori, as administrações ditatoriais, de claro cunho civil-militar. Eles as proveram de quadros e dos projetos iniciais, base dos seus intentos fundacionais, sem os quais provavelmente não teriam vingado.

Os grupos que conformaram tais coalizões se aglutinaram em torno de algumas noções que compartilhavam, como a defesa da ordem e combater um inimigo comum, ao que nomeavam genericamente como comunista. Assim, empresários, tecnocratas, militares e membros de igrejas tinham objetivos definidos a cumprir e a solução autoritária se impôs diante da incapacidade de atingi-los pela via do consenso, para o qual cada um desses segmentos colocou à disposição seus atributos de legitimação ou disciplinarização.

Longe de serem regimes totalitários, a repressão que praticavam tinha como propósito sustar esse processo de radicalização, aniquilando ou enquadrando inimigos e adversários, para assim introduzir uma série de reformas que supostamente sanariam a região. Num lapso prudencial isto possibilitaria a volta à democracia, já que atores contrários seriam dizimados ou teriam visto seu potencial político severamente diminuído, uma vez que partidários do regime passavam a dispor de condições favoráveis para se firmar e prosperar.

De fato, o sucesso em promover transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais foi o fiel da balança para as ditaduras, dando-lhes sobrevida, permitindo que seu legado se perpetuasse além delas, como bem ilustra o caso chileno, ou seu aposto, provocando a sua implosão, como se deu na Argentina, o que levaria à reversão para um estado mais próximo do anterior.

Isto também teria se associado às políticas econômicas que serviram de plataforma às ditaduras, as que em definitivo incidiram fortemente na sua popularidade. Elas motivariam sua continuidade quando da redemocratização, quando dei-

xavam saldo positivo, ou que também fossem arrastadas junto a elas, no sentido oposto, demandando às forças de direita, neste caso, um processo de reconversão mais custoso e prolongado.

A transformação econômico-social produzida pelas ditaduras ou decorrentes de mudanças mais amplas se refletiu também no político, mingando o poder de atores tradicionais, à medida que novos agentes ganhavam significação. As corporações de velho cunho e os partidos políticos se viam esvaziados e parte das suas funções passaram a ser desempenhadas por outras instituições, nas que um controle democrático já não impera, representando interesses privados mais diretos, embora por vezes solapados, os que ganharam projeção pelas transformações econômicas produzidas.

Com o descrédito do passado ditatorial e as novas demandas, a direita tradicional perde terreno e cederá espaço para a direita tecnocrática, que podia justificar seus interesses não apenas pela força, mas por outro tipo de recurso, como o saber científico, tido como neutro. As forças do mercado passavam assim por um breve período em que tornavam seu discurso hegemônico, embora cimentado numa profunda disciplinarização prévia, tanto interna quanto externa, a que atuava como legitimadora e, fundamentalmente, em caráter inibitório.

Essa presença do mercado, através de seus agentes internos e externos, como gendarme vai ser fundamental para manter sob controle governos de tendências opostas e que angariavam apoio popular, mas que se mostravam receosos de contrariar seis interesses. Assim, essas administrações mantêm em linhas fundamentais suas diretrizes e, aos poucos, vão firmando paulatinamente as suas, quando podem. De fato, o novo desenvolvimentismo incorpora vários pontos da crítica neoliberal, em particular uma maior preocupação com questões macroeconômicas, e não ousa tanto como a sua primeira versão, tendo seus brios contidos.

De todo modo, como as tendências que promoviam as políticas neodesenvolvimentistas, ainda que tímidas, levavam novamente a um perigoso horizonte de maior autonomia, os interesses externos e internos associados buscaram retornar a um patamar anterior, inclusive apelando à disciplinarização desses governos com tal objetivo. Em todos os casos houve uso de instâncias escusas para isto, no Chile até o Banco Mundial se viu envolto na fraude de um dos seus indicadores, o que teria impacto na imagem do governo de Bachelet, dando munição aos grupos opositores que disputavam a sua sucessão, que os sagrara vencedores. E, no Brasil, o governo de Dilma foi posto a incessante tensão, para frear e encerrar assim o ciclo que tinha sido aberto com Lula.

Como seja, numa perspectiva de história em trânsito, visualizamos que essa vitória parcial das forças de direita e neoliberais parece se esvanecer na atual conjuntura, já que o poder legitimador do seu discurso não parece gozar do poder

de antigamente, talvez pela fadiga de materiais que se operou no seu bojo, que o atinge não apenas localmente, mas também no seu centro. Isto leva à necessidade de recorrer mais uma vez a soluções disciplinadoras em maior medida, afastando-se assim de um domínio de tipo hegemônico, embora se conserve entranhado de maneira difusa no senso comum.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Anderson da Silva. Hierarquia e (in)disciplina: o Golpe de 1964 “visto do mar”. **Polhis**, vol. 5, n 9, 2012, p. 243-254.

ARNOVE, Robert F. (ed.). **Philanthropy and cultural imperialism: The foundations at home an abroad**. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

BALSA, Javier. Hegemonías, sujetos y revolución pasiva. **Tareas**, n° 125, 2007, p. 29-51.

BELLAH, Robert N. **Beyond Belief: essays on religion in a post-traditional World**. Berkeley: University of California Press, 1991.

BERMAN, Edward. **The influence of the Carnegie, Ford and Rockefeller Foundations on American foreign policy: The ideology of philanthropy**. Albany: State University of New York Press, 1993.

BIELSCHOWSKY, Ricardo A. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina. Objeto científico, sujeitos e temporalidades. **Varia História**, vol. 30, n° 52, 2014, pp. 85-100.

BORTONE, Elaine. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 2013.

BÜREN, María de. Mont Pèlerin Society en la articulación del discurso neoliberal. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos-Editora Unisinos, 2013, p. 118-143.

BÜREN, María Paula de. Neoliberalismo: el secreto como estrategia, **RevIISE**, vol. 13, n° 13, 2019, p. 77-90.

CANELO, Paula. **El proceso en su laberinto**. La interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CASTELLANI, Ana; DULITZKY, Alejandro. The Reverse Revolving Door: Participation of Economic Elites in the Public Sector during the 1990s in Argentina. **Latin American Business Review**, vol. 19, n° 2, 2018, pp. 131-159.

CASTRO, Sergio de. **Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

CASTRO-REA, Julián. Escrever com a direita: os best sellers da direita em espanhol e sua promoção nas redes transnacionais, *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 143-161.

CAVAROZZI, Marcelo. Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955. In: O'DONELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence, (comps.). **Transiciones desde un gobierno autoritario. América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1989, vol. 2, p. 37-78.

COCKETT, Richard. **Thinkink the Unthinkale: Think Tanks and the Economic Counter-revolution, 1931-83**. London: Fontana, 1995.

CORBALÁN, María Alejandra. **El Banco Mundial**. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2002.

CORRÊA, Larissa. Looking at the Southern Cone: American Trade Unionism in the Cold War Military Dictatorships of Brazil and Argentina. **International Review of Social History**, vol. 62, nº Especial, 2017a, p. 245-269.

CORRÊA, Larissa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar. Campinas: Editora Unicamp, 2017b.

D'ARAÚJO, Maria Celina; e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DE PABLO, Juan Carlos. **Apuntes a mitad de camino (economía sin corbata)**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1995.

DEMERS, Jolle (ed.). **Miraculous Metamorphoses**: The neoliberalization of Latin American Populism. New York: ZED, 2001.

DENORD, François. French Neoliberalism and its divisions: from the Colloque Walter Lippmann to the Fifth Republic. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009, p. 45-67.

DENORD, François. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire [La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs]. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 145, 2002, p. 9-20.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastián. The Macroeconomics of Populism in Latin America. **Journal of Development Economics**, vol. 32, nº 2, 1990, p. 247-277.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981.

EVANS, Peter B. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, Stephan; KAUFMAN, Robert R. (eds.), **The Politics of Economic Adjustment**. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 139-181.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 245, 2013, p. 70-86.

FRIDERICH, Lidiane. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)**. Tese de Doutorado, São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Proyecto, trayectoria y fracaso en las dictaduras del Cono Sur. Un balance. **Revista Alternativa**, vol. I, nº 2, 1984, p. 5-23.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010**. Santiago de Chile: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.

HAAS, Peter. Introduction: Epistemic Communities an International Policy. **International Organization**, vol. 43, nº 1, 1992, p. 1-36.

HEREDIA, Mariana. Economistas de partido, heterodoxos e ortodoxos, las controversias sobre la política económica durante el gobierno de Alfonsín (1983-1989) In: **Programa XIX Jornadas de Historia Económica**. San Martín de los Andes: Educo Editorial, 2004.

HEREDIA, Mariana. **Cuando los economistas alcanzaron el poder (o cómo se gestó la confianza en los expertos)**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

HEREDIA, Mariana e CANELO, Paula. **Los puentes y las puertas: Las fronteras de la política argentina a través de sus elites**. San Martín: UNSAM, 2017.

HIEN, Josef. The Return of Religion? The Paradox of Faith-Based Welfare Provision in a Secular Age, **MPiFG Discussion Paper 14/9**, 2014.

HOEVELER, Rejane. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação em História. Niterói: UFF, 2013.

JOERGES, Christian e HIEN, Josef. **Ordoliberalism, Law and the Rule of Economics**. Hart Publishing, 2017.

KAISER, Axel. **La fatal ignorancia**: la anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progresista. Santiago: Unión Editorial/Fundación Para el Pgreso, 2017.

KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In: LENK, Kurt; NEUMANN, Franz (eds.), **Teoría y sociología crítica de los partidos políticos**. Barcelona: Anagrama, 1980, p. 246-328.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**: The Rise of Disaster Capitalism. Toronto: Knopf Canada: 2007.

KOTSKO, Adam. Neoliberalism's Demons: On the Political Theology of Late Capital. Stanford, CA: Stanford University Press, 2018.

KÜHNEL, Reinhard. **Liberalismo y fascismo**: Dos formas de dominio burgués. Barcelona: Fontanella, 1978.

LINZ, Juan. Una interpretación de los regímenes autoritarios, **Papers**, (Revista de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, nº 8, Barcelona, Ediciones Península, 1978, p. 27-51.

MARKOFF, John e MONTECINOS, Verónica. The ubiquitous rise of economists. **International Public Policy**, 1993, vol 13, nº 1, p. 37-68.

MEADOWCROFT, John; RUGER, William. Hayek, Friedman, and Buchanan: on public life, Chile, and the relationship between Liberty and Democracy. **Review of Political Economy**, vol, 26, nº 3, 2014, p. 1-18.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009.

MORAES, Thiago Aguiar de. **Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado**: os discursos da fração vanguardista da classe empresarial gaúcha na revista Democracia e Empresa do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

MOREIRA, Fernanda. Tese de Doutorado. **O Partido do Empresariado**: O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MORRESI, Sergio. Las raíces del neoliberalismo (1930-1985). In: ROSSI, Miguel Ángel; LÓPEZ, Andrea (comps.). **Crisis e Metamorfosis del Estado Argentino**: el paradigma neoliberal en los noventa. Buenos Aires: Luxemburg, 2011a, p 47-69.

MORRESI, Sergio. Un esquema analítico para el estudio de las ideas de derecha en Argentina (1955-1983). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.) **Las derechas**

en el Cono Sur, siglo XX. Los Polvorines: Actas del Taller de Discusión, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011a.

MUDGE, Stephanie. **Leftism Reinvented:** Western Parties from Socialism to Neoliberalism. Harvard University Press, 2018.

OFFE, Claus. **Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales.** Madrid: Editorial Sistema. 1988.

PATSCHIKI, Lucas. **A classe dominante brasileira em organização:** o Imil como aparelho privado de hegemonia (2005-2013). Tese de doutorado, Goiânia: UFG, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator econômico, social e intelectual (1944-2008).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PLEHWE, Dieter. Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”. **Critical Policy Studies**, vol. 5, nº 2, 2011, p. 127-148.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos.** São Paulo: EDUSP, 1974.

RAMÍREZ, Hernán. **A Fundación Mediterránea, 1977-1992. Estudio de caso de las relaciones entre entidades empresarias y partidos políticos.** Dissertação de Mestrado. Córdoba: UNC, 1998.

RAMÍREZ, Hernán. **Os institutos econômicos de organizações empresarias e sua relação com o Estado em perspectiva comparada:** Argentina e Brasil, 1961-1996. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RAMÍREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos**, 2009, vol. 13, nº 1, p. 209-240.

RAMÍREZ, Hernán. A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar. **Estudos Ibero-Americanos**, 2012a, **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 38, nº 1, p. 62-80.

RAMÍREZ, Hernán. Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena. **Confluente**, 2012b, vol. 4, nº 2, p. 63-81.

RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. **Antíteses**, 2015, vol. 8, nº 15 Esp., p. 132-159.

RAMÍREZ, Hernán. Dinero y sotanas: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). **Estudios**, 2019, vol. 42, nº 2, p. 51-70.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth:** An anti-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SIDICARO, Ricardo. El Régimen Autoritario de 1976: Refundación Frustrada y Contrarrevolución Exitosa. In: TCACH, César; QUIROGA, Hugo. **A Veinte Años del Golpe**. Con Memoria Democrática. Homo Sapiens: Rosario, 1996.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “Proceso” en perspectiva comparada. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.), **Empresarios, tecnócratas y militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 53-96.

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do instituto Millenium, Tesina de Maestría, Campinas: Unicamp, 2013.

SIMONASSI, Silvia. Entre la adhesión activa y el desencanto. Acerca de los industriales metalúrgicos del gran Rosario y el “Proceso”. **Avances del CESOR**, nº 1, 1998, p. 95-107.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. **A Controvérsia do planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA INPES, 1977.

SKLAR, Holly. **Trilateralism, the Trilateral Commission and elite planning for world management**. Boston: South End Press, 1980.

SPOHR, Martina. **American way of business**: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

VALDIVIA, Verónica. **El golpe después del golpe**. Leigh vs Pinochet (1960-1980). Santiago: Lom, 2003.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

WEYLAND, Kurt. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: Unexpected Affinities. **Studies in Comparative International Development**, vol. 31, nº 3, 1996, p. 3-31.

Ultraliberalismo autoritário é o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana



David Moreno Montenegro¹

Governo Bolsonaro, ultraliberalismo autoritário e a reabilitação do “fascismo dependente”

No primeiro ano de governo, Jair Bolsonaro capitaneou intenso ataque às instituições científicas, às universidades e ao pensamento crítico². Além disso, tem investido com ímpeto contra a produção cultural do país, cujo paroxismo foi levar à UNESCO um discurso ultraconservador, tomando como inimigo um delirante “globalismo”, que estaria por trás “da ideologia de esquerda”, que através da “propaganda ideológica e doutrinação” estaria travando uma “guerra cultural” com a finalidade de destruir os “princípios poéticos sagrados” do povo brasileiro. O secretário do governo na área da cultura anunciou que o objetivo seria promover o “conservadorismo em arte”, de modo alinhado ao que chamou de “grandes realizações de nossa civilização judaico-cristã”.³

- 1 Doutor em Sociologia (UFC) e professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: davidmoreno@ifce.edu.br. Coordenador do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CENTELHA).
- 2 GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro ataca la universidad pública, la ciencia y el pensamiento crítico. https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454_146732.html. *El País*, 13 may 2019. Acesso em: 14 mai. 2019.
- 3 CHADE, Jamil. Secretário diz na UNESCO que arte brasileira servia para “projeto absolutista”. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/20/secretario-diz-na-unesco-que-arte-brasileira-servia-a-projeto-absolutista.htm>. *UOL*, 20 nov. 2019. Acesso em: 20 nov. 2019.

Nas primeiras semanas de novembro de 2019, o presidente, a parte dissidente de seu antigo partido (PSL)⁴ e os seguidores fiéis criaram legenda política denominada Partido Aliança pelo Brasil (APL), cujo lançamento aconteceu em Brasília, com a instituição de comissão provisória para operar sua executiva.⁵ Sob aplausos da plateia que lotava um hotel de luxo na capital federal, Jair Bolsonaro foi anunciado como o presidente da legenda e seu primogênito, o senador Flávio Bolsonaro, vice. No discurso de lançamento do partido, foram destacados como objetivo o “combate à degradação da moral, boas práticas e costumes”, sob a “providência divina”, com respeito a “Deus e ao cristianismo em suas várias vertentes e expressões”, atacando o “globalismo”, a “ideologia de gênero”, o socialismo e o comunismo.

Em 25 de novembro de 2019, o presidente divulgou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que pretende assegurar o “excludente de ilicitude” a agentes de segurança pública em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Assim, teriam penas abrandadas os agentes que cometessem excessos “sob escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Seu objetivo é combater protestos que se configurem, em sua visão, como “atos terroristas”. Além disso, pretende expandir a possibilidade do emprego da GLO pelo Governo Federal em processos de reintegração de posse de propriedades rurais⁶.

Em entrevista para tratar das recentes medidas econômicas do governo, Paulo Guedes, ministro da Economia, disse que se os protestos se alastrassem no Brasil — a exemplo do Chile,⁷ em convulsão contra as medidas neoliberais do presiden-

4 No mês de outubro de 2019, eclodiu profunda crise entre Jair Bolsonaro, seus filhos parlamentares e o presidente do Partido Social Liberal (PSL), Luciano Bivar, cujo epicentro foi a disputa pelo controle das verbas públicas destinadas às campanhas eleitorais da legenda em 2020, além de divergências na condução dos escândalos envolvendo supostas irregularidades no financiamento de candidaturas em 2018.

5 SOARES, Jussara; MAIA, Gustavo; TRINDADE, Nara. Bolsonaro será o presidente do partido Aliança pelo Brasil; Flávio assumirá a vice-presidência. <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sera-presidente-do-partido-alianca-pelo-brasil-flavio-assumira-vice-presidencia-24091786>, **O Globo**, 21 nov. 2019. Acesso em: 21 nov. 2019.

6 FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que excludente de ilicitude em operações de segurança impedirá protestos. **Folha de São Paulo**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-em-glo-impedira-certo-tipo-de-protestos.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

7 O anúncio de novo aumento nas tarifas de metrô e ônibus em Santiago, em 4 de outubro de 2019, foi o rastilho de pólvora que permitiu que os representantes do *Instituto Nacional y Liceo Arturo Alessandri Palma* iniciassem mobilizações estudantis na cidade. Organizaram suas ações, territorialmente, através de comunas formadas pelos estudantes secundaristas de cada Liceu, que deveriam pular as catracas da estação de metrô mais perto de cada escola. O governo de Sebastián Piñera acionou a Lei de Segurança Nacional e intensificou a repressão sobre os estudantes e trabalhadores que se somavam às ações. A violência estatal não foi capaz de impedir que fossem expostas as fraturas sociais causadas por trinta anos de neoliberalismo, com aprofundamento das desigualdades sociais, cujos efeitos mais visíveis são a deterioração das aposentadorias e pensões, precarização das relações de trabalho e encarecimento da vida por meio da privatização e aumentos constantes dos serviços essenciais. Seguiram-se dois dias de greve geral, convocada pelos principais sindicatos e movimentos sociais do país. Ganham protagonismo as diversas organizações feministas e estudantis. Contra a barbárie neoliberal, os manifestantes reivindicam, em passeatas massivas na Plaza Italia e em assembleias de

te Sebastián Piñera —, “não se assustem então se alguém pedir o AI 5⁸. Já não aconteceu uma vez?”. Guedes expressou este comentário na linha do que fizera o filho do presidente e deputado Federal Eduardo Bolsonaro, há menos de um mês, ao dizer, em entrevista, que “um novo AI 5 poderia ser editado” como resposta a possíveis radicalizações de oposições da esquerda⁹.

Não é difícil constatar que, no interior das forças políticas, econômicas e sociais que compõem o governo de extrema direita no poder, há a movimentação de setores abertamente fascistas, embora esses não tenham logrado construir unidade ideológica capaz de dar sedimento e organicidade para consolidação de um *Estado fascista* clássico, instaurando, por sua vez, um *regime* de longa duração. Entretanto, estamos às voltas com traços do que Theotonio dos Santos (2018) denominou de *fascismo dependente*, ao analisar os governos autoritários nos anos 1960-70, porém num contexto econômico de implementação de agenda ultraliberal antinacionalista, com traços políticos autoritários, de descenso organizativo das forças políticas progressistas e desidratação da sua capacidade de avançar na construção de projeto político alternativo.

Neste ensaio, pretendo analisar a ascensão do governo de extrema direita no Brasil, com traços do fascismo dependente, no contexto de interdição do “ciclo de contestação ao neoliberalismo na América Latina”¹⁰ e aprofundamento da crise estrutural do capital, que tem gerado abalos nas estruturas democrático-liberais que marcaram os governos nas últimas décadas na região.

Este processo vem acompanhado da ascensão de ideologia econômica *ultra-liberal autoritária*, cuja composição política está expressa na ascensão ao poder de setores antinacionalistas das Forças Armadas, frações sociais de orientação religiosa neopentecostal, extratos da classe média de matiz conservadora e precarizada, além de grupos econômicos representantes da elite empresarial e financeira, carentes de projeto autônomo de desenvolvimento econômico para o país, que vêm promovendo o aprofundamento de um projeto dependente de setores do rentismo internacional.

bairros espalhadas por várias cidades do país, a renúncia do presidente e a instalação de Assembleia Nacional Constituinte como primeiros passos para o estabelecimento do que poderá ser celebrado como *novo pacto social*.

8 Os Atos Institucionais foram decretos editados pelos governos militares que se seguiram ao golpe de 1964. Elaborado em 13 de dezembro de 1968 pelo então ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor durante o governo do presidente Costa e Silva (1967 – 1969), e foi o mais cruel e violento em cercear direitos individuais e garantias fundamentais, bem como viabilizar a intervenção do governo de exceção em estados e municípios.

9 BETIM Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. *El País*, 26 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

10 OUVIÑA, Hernán; THWAITES REY, Mabel. *Estados en Disputa: auge e fractura del Ciclo de Impugnación al Neoliberalismo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

Aspectos históricos da formação do *fascismo dependente* na América Latina¹¹

A história política do continente latino-americano foi atravessada, no século XX, por ascensão e confronto entre regimes de força, com conteúdo crescentemente fascista, e os movimentos populares, com viés populista, muitas vezes revolucionários e com traços socialistas. No Brasil, embora este conflito de forças não tenha se inscrito entre socialismo ou fascismo, assumiu expressões radicalizadas que opunham, de um lado, o nacionalismo com tendências populistas¹² e, de outro, o liberalismo conservador de caráter autoritário.

O país que emergiu após o golpe militar¹³ de 1964 viu a ideologia fascista alçar ao poder central, combinada com diversas forças conservadoras de matiz liberal-autoritária. De forma geral, o que aconteceu no Brasil acabou por engendrar tendência que se verificaria por toda a região, muitas vezes com participação direta do Estado brasileiro, seja como base de apoio militar ou mesmo por meio de intervenção direta em outras realidades nacionais, em articulação com as forças internacionais da onda repressiva que se alastrou - sobretudo a CIA e o Pentágono.

O continente atravessou três décadas que tiveram como característica principal a tendência à radicalização crescente da luta de classes na região, o que aprofundou as rupturas sociais e empurrou as forças políticas para os extremos do espectro político, inviabilizando saídas pactuadas para os impasses políticos, sociais e econômicos gerados pelas contradições e conflitos emergentes.

A tendência à solução extrema no plano político opôs, de forma geral, frentes amplas — compostas por trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, setores da pequena burguesia e intelectualidade — aos grupos formados pelas elites econômicas, forças políticas conservadoras, pelas burguesias locais e internacionais e setores médios mais amplos da pequena burguesia, mobilizados pela atuação

11 As reflexões neste tópico partem da tese apresentada por Theotonio dos Santos na Tribuna Internacional sobre o “socialismo no mundo”, realizada em Cavtat, Iugoslávia, em setembro-outubro de 1976, intitulada “O Avanço do Fascismo na América Latina”. Este texto, 40 anos após sua versão mexicana publicada, foi finalmente editado no Brasil como parte da obra *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, publicada em 2018 pela editora Insular, em sua Coleção Pátria Grande.

12 De acordo com Theotonio dos Santos (2018), o populismo na América Latina foi a forma de expressão e participação política popular desde os anos 1930. Seu elemento central foi “a aliança de classes, ainda pouco definida, em torno da luta pelo desenvolvimento industrial e pela modernização da sociedade. Hegemonizado pelos industriais, técnicos e burocratas estatais, o populismo conquistou a confiança da classe trabalhadora organizada e de setores das classes médias assalariadas, assim como da pequena burguesia” (p. 246).

13 Importante apontar que a denominação “golpe militar” não se refere ao seu “conteúdo social”, ou seja, às frações de classe e setores sociais que orquestraram o golpe e participaram dos governos ditatoriais (como os agentes da grande indústria, da alta cúpula financeira, latifúndio e da grande mídia). O termo diz respeito, como destacou João Quartim de Moraes (2019), “ao núcleo do poder político, concentrado na cúpula das Forças Armadas, que monopolizou o controle do Executivo federal, expurgou o Congresso e domesticou o Judiciário” (p. 43).

corporativa e oligárquica da mídia hegemônica tradicional, que souberam explorar profundamente o fracasso do processo de superação anti-imperialista e antilatifundiário protagonizado pelas forças populares.

O estancamento econômico, as intranquilidades geradas pela escalada da inflação, as incertezas sociais e econômicas provocadas pelos impasses não superados pelos movimentos populares com a falta de apresentação clara de um caminho de mudança profunda na estrutura social abriram as condições políticas, ideológicas e psicossociais para o fortalecimento das forças de direita e ampliação da mobilização de extensas frações sociais da pequena burguesia, em apoio aos movimentos reacionários que, no limite, se constituíram em movimentos golpistas.

Uma vez conquistando o poder, as forças regressivas implementaram uma “situação de terror contrarrevolucionário” (SANTOS, 2018), promovendo o aniquilamento das medidas inconclusas de transformação social das forças populares, taxando-as de anárquicas e perigosas, mobilizando afetos contrarrevolucionários e galvanizando apoios ao golpismo que se consolidou, favorecendo, principalmente, o grande capital nacional e internacional.

Sob o argumento de “restaurar a ordem social perdida”, os movimentos golpistas disseminaram no continente o terror generalizado de Estado, reprimiram as organizações de massa, os partidos de raízes populares e todas as forças sociais, mesmo de viés liberal, que representassem obstáculos às medidas repressivas. Houve forte censura aos meios de comunicação de massa, intimidação e perseguição dos intelectuais e autonomia das universidades, interdição e exílio de políticos opositores, fechamento dos canais de participação popular previstos nas Constituições de corte liberal.

A agenda política liberal aprofundada no continente naquele período - dado o caráter intrinsecamente impopular das medidas econômicas adotadas para beneficiar as forças do grande capital nacional e internacional, restabelecendo, sob novas bases, os princípios mais radicais da livre concorrência - abandonou os compromissos sociais do Estado e teve como contraface a instauração de *estados de exceção*, que se empenharam na destruição das capacidades de reação política das maiorias populares e na restrição das bases democráticas de participação política.

Assim, paulatinamente, construiu-se a ideia de que a “eficiência” e a “produtividade” seriam os verdadeiros objetivos econômicos a serem buscados, em detrimento da “distribuição de renda e direitos sociais”, em que o Estado deveria ter uma atuação de alta eficiência na garantia do desenvolvimento e acumulação capitalista, garantindo a liberdade dos agentes financeiros e produtivos, desburo-

cratizando e desregulamentando as legislações de proteção ao trabalho e os processos de circulação do grande capital.

Contraditoriamente, mesmo desempenhando um papel de intervenção voltado para o processo privado de acumulação das frações mais poderosas do capital privado, o Estado aprimorou seus instrumentos de intervenção social por meio da ampliação do poder de acumulação das empresas estatais, levando-as a atuar em setores extremamente lucrativos, cada vez mais cobiçados pelos setores econômicos privados, o que despertou movimentações no sentido de limitar o poder interventivo do Estado nos processos econômicos.

Assistiu-se a um conflito, no interior dos setores dominantes golpistas, entre a tecnocracia e a burocracia estatal - ávidas por ampliarem seu poder de intervenção e regulamentação - e as frações do capital com interesses em viabilizar e aprofundar a ideologia liberal. Essas tensões caracterizaram as ditaduras latino-americanas, que constituíram fenômenos com relativa duração histórica e tenderam à instauração de regimes totalitários de caráter fascista, embora com traços dependentes e atípicos.

Esbarramos, aqui, em uma aparente contradição: se o Estado fascista, numa perspectiva clássica, visa à eliminação da distinção entre a sociedade civil e o Estado, a supressão do sistema pluripartidário em nome do partido único como extensão do próprio Estado e promover a militarização da vida social, como conceber sua articulação e expressão econômica enquanto Estado liberal? Cabe lembrar a consideração de Theotonio dos Santos (2018) quando destacou que o Estado fascista não se diferencia do Estado liberal em sua essência, mas tão somente em sua forma¹⁴. Desse modo,

O fascismo não elimina a propriedade privada, a organização empresarial e o direito civil burguês, fundamentos da própria sociedade que procuram eliminar no âmbito do direito público. Além disso, o fascismo favorece de maneira especial os monopólios, ao estimular todos os fatores responsáveis pela concentração econômica e centralização financeira, e ao subordinar a classe trabalhadora a condições negativas de negociação econômica que facilitam a superexploração da força de trabalho e,

14 Discutindo a dimensão funcional do Estado na manutenção de suas bases, fincadas nas relações de exploração e subsunção próprias das sociabilidades inscritas na lógica de reprodução do capital, argumentei: “O exercício do poder do Estado, na aplicação de meios violentos, seja por meio de emprego das forças militares ou mesmo mediante manobras econômicas capazes de gerar danos imensos a outros Estados, permite utilizar instrumentos e práticas que, inclusive, subvertem princípios já consagrados em determinadas sociedades, contrariando a vontade popular das maiorias sociais, além de atacar os poucos espaços democráticos conquistados pela classe trabalhadora em décadas de enfrentamento contra as forças avassaladoras do capital. E tudo isso mantendo o aspecto de legalidade do ponto de vista jurídico” (MONTENEGRO, 2018, p. 224).

consequentemente, a realização de altas taxas de lucro que se re-vertem em favor do grande capital, do monopólio, e do processo de concentração como um todo. *Consequentemente, o fascismo, apesar de sua aparência ideologicamente totalitária, economicamente estatista, e politicamente anti ou unipartidista – isto é, antiliberal em seu conjunto – não deixa de ser uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem liberal capitalista.* A polarização entre liberalismo e fascismo, apesar de ser real e de expressar estágios distintos do capitalismo, não é absoluta. Tampouco é absurdo pensar em um regime misto entre fascismo e liberalismo político, no qual este ou aquele aspecto predomine (SANTOS, 2018, p. 87, grifos nossos).

Pode-se afirmar que em sua essência, portanto, o fascismo só encontra possibilidade de triunfo e conversão em um *regime* permanente quando certas condições históricas se cumprem. Quando consideramos os anos 1960 e 1970, é possível observar a necessidade de confluência dos seguintes elementos: a) existência de ameaça aberta ou iminência de eclosão de revolução popular de corte proletária — ou que assim seja percebida por frações expressivas da pequena burguesia e setores dominantes do grande capital; b) a necessidade de construção de uma unidade nacional que permita a burguesia a se valer de expedientes excepcionais para assegurar seu poder; c) por fim, que fique evidente a incapacidade do Estado democrático-liberal ou das formas pouco articuladas de Estados de exceção em garantir sua legitimidade social e consequente estabilidade política, necessárias ao capitalismo em expansão.

Entretanto, pensar a questão do avanço do fascismo no continente latino-americano exige se considerar as diferenças históricas que marcam a formação social dos territórios que o compõem; os traços que caracterizam o subdesenvolvimento do capitalismo dependente; a precária formação das burguesias locais e o grau de subserviência de seu processo de consolidação frente às forças econômicas internacionais do imperialismo; a inserção de suas economias no capitalismo mundial, que experimentou, no século XX, alto grau de integração sob a hegemonia dos Estados Unidos, com enorme poder concentrado em seletos grupos de multinacionais, que reuniam tecnologias e capital em escala global, deixando pouco espaço para concorrência das burguesias nacionais recém-industrializadas.

É inevitável reconhecer que o desenvolvimento capitalista dos países dependentes refletia as tendências e dinâmicas internacionais do período observado. Se, por um lado, as burguesias locais em formação, diante da impossibilidade de concorrência e superação das forças econômicas externas (nos anos 1930 representadas, principalmente, pelas economias dos EUA e da Inglaterra), viam no

modelo de organização social do fascismo italiano e no nazismo alemão possibilidades de diferente caminho político. Por outro lado, as cópias latino-americanas do fascismo

Nunca conseguiram identificar-se com esses regimes porque, se bem respondiam a um impulso nacionalista e de crescimento industrial similar ao italiano, eram obrigados a apoiar-se em bases sociais distintas. A pequena burguesia latino-americana se mostrava insuficiente para liderar um processo fascista, o grande capital tradicional agrícola, comercial e bancário tinham que abrir caminho a uma burguesia industrial nascente que procurava se apoiar no Estado e utilizar a seu favor a classe trabalhadora. As formas corporativas para as quais o Estado Latino-americano se encaminhava expressavam, assim, um ideal libertador, e não reacionário, mas ao mesmo tempo alienavam o movimento popular ao capital industrial e a uma ideologia nacionalista burguesa, autoritária e desmobilizadora do propósito revolucionário da classe (SANTOS, 2018, p. 90).

Esta ambiguidade na constituição da base social de sustentação de governos que foram, em algum momento, acusados de fascistas (como o primeiro governo Vargas, no Brasil) fez com que, a partir de suas oscilações e vicissitudes políticas, fossem reabilitados e interpretados em sentido oposto: caracterizados como democratas, antifascistas e anti-imperialistas. Esse movimento analítico, porém, desconhece a natureza contraditória da formação social desses processos sociais e políticos. Tal ambiguidade se revelaria mais uma vez no período histórico subsequente, quando ascenderam ao poder governos de força em oposição aos “herdeiros” do “populismo anterior ou das expressões mais conscientes do reformismo e da revolução popular” (idem, 2018, p. 90).

A tentativa das burguesias locais de impulsionar o desenvolvimento industrial com base no capital nacional, na defesa e ampliação do mercado interno a partir de medidas de protecionismo cambial, na importação de tecnologia e em medidas de desenvolvimento econômico (processos desencadeados nos períodos da grande depressão mundial de 1929-1934, durante a débil recuperação de 1935-1948 e na Segunda Guerra Mundial de 1939-1945) foi interrompida pela recuperação das burguesias internacionais, que passaram a ocupar o espaço das burguesias locais no momento do novo ciclo de expansão capitalista em âmbito mundial no pós-Segunda Guerra.

O velho modelo de desenvolvimento nacional-democrático, com burguesias locais que se desenvolveram rapidamente no período das crises internacionais,

entrou em rota de colisão com o novo modelo de acumulação, que tinha em seu centro o capital multinacional, com seu aparato financeiro internacional, o domínio do complexo industrial-militar e o domínio tecnológico na corrida da revolução técnico-científica. Diante da necessidade de levar a cabo o enfrentamento às forças do imperialismo, as burguesias locais capitularam, procurando se integrar, nas melhores condições possíveis, ao capital internacional. Os setores populares, fortalecidos no período anterior, principalmente as bases operárias e pequeno-burguesas, prosseguiram alimentando um programa nacionalista e democrático, com traços cada vez mais estatista, intervencionista e anti-imperialista.

A reação imperialista a esses movimentos que apontavam para possibilidades de transformação política e social, protagonizados por setores populares que se fortaleciam, foi mobilizar os meios econômicos, políticos e técnicos para atacar três pilares fundamentais: reforma da economia nacional com reorientação estratégica de alinhamento às forças do capitalismo externo; reforma política com interdição de espaços de participação democrática popular, substituindo-a pelo “tecnicismo burocrático” especializado e orientado à eficiência do mercado; e repressão política como forma de aniquilar qualquer possibilidade de reação organizada dos setores populares. E foi por meio da doutrina da “Segurança Nacional” como base ideológica de unificação da maior parte das Forças Armadas que se instalou no Brasil um Estado de exceção que exerceu o poder por 21 anos. Por outro lado,

Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão e da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar. Também foram utilizadas milícias e grupos paramilitares para diminuir a responsabilidade direta das forças armadas nas tarefas mais sujas da repressão. No entanto, sempre foi preciso controlar e subordinar tais aparatos (formados muitas vezes por militares aposentados, policiais e até mesmo militares em atividade), que por vezes tendem a certa autonomia e a uma violência irracional (SANTOS, 2018, p. 90).

É possível perceber que os fascismos dependentes latino-americanos possuem características que os afastam das formas clássicas, como os surgidos na Europa. Primeiro, foram estruturados em Estados impostos ao conjunto da população, cujo controle fora exercido por elites locais, em estreita articulação com as forças e interesses do capital internacional. O caráter entreguista e pró-monopólico que orienta os setores dominantes do Estado fascista impede a subordinação orgânica

da classe trabalhadora e da pequena burguesia aos seus interesses, conferindo-lhe a necessidade de estabelecer mediações muitas vezes corporativas, o que possibilita certa autonomia do *movimento* político fascista em relação ao Estado.

Essas contradições internas debilitam esses regimes, criando estreita - porém concreta - margem de sobrevivência dos movimentos populares, o que exige do Estado contínua ação repressiva para superar a dificuldade da falta de legitimidade ideológica. Por fim, a sobrevivência dos fascismos dependentes se deu mais em função “da apatia política de amplos setores pequeno-burgueses e de trabalhadores do que da capacidade real de conquistar seu apoio efetivo. O fascismo atual se mostra, portanto, politicamente mais frágil do que os modelos clássicos” (SANTOS, 2018, p. 93).

Embora distinto do que podemos denominar de experiências dos fascismos clássicos, o *fascismo dependente* conformou intensos processos repressivos, com a supressão dos espaços de participação política e profunda militarização da vida social. Além disso, pavimentou o caminho para o aumento da pilhagem das riquezas nacionais, mediante a blindagem do alinhamento das forças burguesas locais aos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional em expansão, o que impôs duras perdas aos trabalhadores por meio da recorrente superexploração da força de trabalho.

Importante destacar que nos anos 1970 a profunda crise impediu que o nacional desenvolvimentismo continuasse a implantação de um setor industrial completo no país, capaz de permitir um desenvolvimento endógeno forte, que conferisse mais autonomia na definição dos próprios rumos nacionais, como já havia demonstrado Celso Furtado¹⁵. Com a crise de sobreacumulação batendo à porta, o capital internacional foi buscar nos países “em desenvolvimento” o mercado que já não encontrava no mundo desenvolvido. Assim, o Brasil tornou-se “objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação ‘determinado desde dentro’ fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos... de fora” (PAULANI, 2019, p. 52).

Além do mais, quando Theotonio dos Santos elaborou suas reflexões sobre o que denominou *fascismo dependente*, temas como globalização, neoliberalismo, mundialização do capital, reestruturação produtiva, financeirização das economias não faziam parte do debate intelectual público ou, quando muito, estavam restritos a alguns círculos acadêmicos. Questões hoje importantes no campo das ciências sociais - como as expressões do racismo, as várias formas de feminismos, a questão ambiental e o combate às diversas opressões sociais - ainda eram abordadas de forma colateral. Dessa forma, o que justificaria o resgate da noção

15 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

de fascismo dependente para pensarmos as características que marcam a ascensão de experiências de governo com marcas autoritárias, a exemplo do governo Bolsonaro?

Por outro lado, não se pode esquecer que o arsenal conceitual mobilizado pelo autor em suas análises levava em conta, mesmo que de forma pressuposta, a posição subserviente das economias dos países periféricos frente às economias centrais do capitalismo, a integração dependente no mercado global daquelas economias e as distorções geradas por esta condição estrutural de dependência - como as desigualdades sociais, o subdesenvolvimento e a superexploração da força de trabalho, questões agravadas pela ação sistemática de pilhagem promovida pelo imperialismo¹⁶ das economias mais poderosas.

Embora seja possível argumentar que o Brasil de hoje não é o do passado, tampouco a América Latina pode ser considerada a mesma de outrora. Entretanto, numa perspectiva analítica mais abstrata, pode-se constatar que as questões estruturais subjacentes às análises realizadas na extensa obra de Theotonio dos Santos continuam candentes em toda a região, o que garante a permanência do potencial analítico-explicativo de seus conceitos, dimensão que não afasta a necessidade de eventuais reformulações ou atualizações teóricas, mediante o escrutínio das especificidades políticas e econômicas de cada período histórico ¹⁷ e o debate honesto de ideias ¹⁸.

Nos últimos trinta anos, o Brasil abandonou a experiência repressiva dos governos militares e promulgou, em 1988, nova Constituição, que inaugurou o que se convencionou chamar de Nova República. Atravessou governos de aberta perspectiva neoliberal, vivenciou a experiência de governos progressistas, de matiz conciliadora com o grande capital, mergulhou numa profunda crise econômica e

16 Para uma discussão sobre o lugar ocupado pela América Latina nas disputas das nações hegemônicas no capitalismo contemporâneo, ver Boron (2014).

17 O economista Marcelo Carcanholo (2018) lembra que as economias dependentes latino-americanas se inserem de forma subordinada na divisão internacional do trabalho que caracteriza o capitalismo mundial. Dessa forma, “[...] os determinantes estruturais dessa condição dependente são constituídos por distintos mecanismos de transferência do valor produzido nos capitalismos dependentes que são apropriados e, portanto, fazem parte do processo de acumulação das economias centrais, imperialistas. *Além desses determinantes estruturais, que caracterizam essas economias desde seu passado colonial, determinações histórico-conjunturais também são importantes para as possibilidades e limites dessas economias dependentes*” (CARCANHOLO, 2018, p. 23, grifos nossos).

18 Monumental esforço para realização de balanço crítico, considerando as variações e vertentes teóricas construídas desde a década de 1960 sobre a teoria da dependência, foi realizado pelo economista Claudio Katz. Em sua obra *La Teoría de la Dependencia: cincuenta años después* (2018), além de percorrer as distintas modalidades de enfoques da teoria da dependência desde suas origens, Katz argumenta que para compreender o subdesenvolvimento em que está mergulhada a América Latina nesses tempos, é necessário revisitar esta teoria e, através de um processo de renovação teórico e político, promover a reconstrução das teses explicativas do capitalismo dependente. É o próprio Katz que nos lembra que Theotonio dos Santos “[...] trabajó en una tradición de abordajes más familiar a Lenin que a los modelos abstractos de El Capital. Por eso, incursionó en detalladas reflexiones sobre el Estado, las clases dominantes y la burocracia que, en su obra posterior, asumieron controvertidas connotaciones” (KATZ, 2018, p. 18).

política, que abriu espaço para um golpe parlamentar em 2016¹⁹, com forte realinhamento das forças econômicas, mobilização de setores sociais e políticos profundamente conservadores, alguns com características fascistas, e implementação de agenda econômica ultraliberal, culminando, em 2019, com a posse do primeiro presidente eleito de extrema direita.

Nesse sentido, em que medida seria conceitualmente rigoroso pensarmos o caráter do atual governo de Jair Bolsonaro a partir de reflexões que resgatem a noção de *fascismo dependente*? Responder esta questão implica em analisarmos o atual contexto político nos marcos estruturais do processo de acumulação do capital e seus reflexos sobre as experiências das economias periféricas em geral e da brasileira em particular, levando em conta as profundas transformações experienciadas nos últimos anos pela sociedade brasileira, no contexto de crise que se abate sobre toda a América Latina.

Crise na América Latina: fim do “ciclo de contestação ao neoliberalismo” e a ascensão do ultraliberalismo autoritário

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um amplo desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas, protagonizado por poderoso *lobby* empresarial e apoio parlamentar nas democracias liberais do centro capitalista, mas que se espalharam, com suas particularidades, por toda a periferia do capitalismo. De forma avassaladora, um profundo processo de expropriação de direitos foi levado a cabo, assegurando, por outro lado, a sobrevivência legal e a permanência das instituições democráticas liberais, conservando, ainda, os processos eleitorais, que contavam com a forte sustentação midiática e parlamentar (FONTES, 2010).

De acordo com Fontes (2010), os ataques aos direitos sociais ocorreram a partir de um duplo movimento de coerção: o primeiro se deu pela ameaça de demissões, deslocamentos de empresas, eliminação de postos de trabalho em geral;

19 Aqui o termo é empregado no sentido atribuído por Wanderley Guilherme dos Santos (2017). O autor aponta que é um equívoco acreditar que compreender o golpismo em suas formas contemporâneas seja investigar acontecimentos que ocorrem de forma paralela ao fenômeno democrático. Não se trata, portanto, de examinar as interferências golpistas como se fossem resultado do esgarçamento do equilíbrio necessário para manutenção da governabilidade, nem mesmo situá-lo como efeito que extrapola os limites da admissibilidade institucional. Movimentos próprios de democracias representativas, os golpes parlamentares operam rupturas que buscam preservar o “efeito-legalidade” das instituições, a rotina administrativa, realizando, por outro lado, a alteração da “hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas” (SANTOS, 2017, p. 13). Nesse sentido, diferem-se dos golpes militares por não gerarem amputações nas instituições no que concerne às suas prerrogativas. Arremata Santos (2017, p. 16): “[...] a cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída”.

o segundo, pela coerção efetivada, por meio da imposição de tais ameaças ou pelo enfrentamento de reminiscentes resistências sindicais. Desse modo, aprofundaram-se as formas de convencimento,

Em geral lastreadas em táticas comuns empregadas em diferentes países, evidenciando não apenas a imposição de políticas formuladas em polos comuns de dominação [...], mas também como um aprendizado comum, uma vez que tais táticas foram também utilizadas no interior dos países predominantes, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus (FONTES, 2010, p. 55).

Na América Latina, desde o final da década de 1940, como já destacado no tópico anterior, os interesses norte-americanos foram paulatinamente se afirmando em todo o continente como forma de consolidar o capitalismo. O ingresso das megacorporações marcou a entrada do capital financeiro, responsável pela desnacionalização das indústrias latinas, configurando um quadro de subserviência do capital interno às economias do centro. Assim, as indústrias nacionais foram absorvidas pelo capital estrangeiro dominante, que passou a contar, ainda, com a atuação incisiva dos organismos multilaterais de crédito, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial - que, por intermédio do sistema da dívida pública, impuseram uma condição de extrema dependência e subalternidade às economias de toda a região.

Desse modo, é neste cenário marcado por aspectos históricos que remontam aos investimentos diretos de capital externo, em forte atuação com seus braços institucionais (organismos multilaterais de financiamento, corporações e governos locais) - articulado com as burguesias nacionais latinas, posicionadas de modo dependente e subserviente, com inclinações parasitárias e burocráticas, em descompasso com as condições materiais de vida da própria população latino-americana -, que o neoliberalismo se processou após os anos de 1980 e estendeu seus efeitos desertificantes por toda a década de 1990 (ANTUNES, 2004).

As políticas econômicas de ajustes neoliberais implementadas na América Latina, de forma geral, objetivaram a ampliação da integração dependente das economias da região na divisão internacional do trabalho - este cada vez mais globalizado; a racionalização da participação do Estado na economia, de forma articulada com os interesses financeiros forâneos; e a liberalização dos mercados mediante a desregulamentação e desoneração das movimentações financeiras, preços e das atividades produtivas em nome de uma suposta competitividade no mercado global.

Assim, como forma de tornarem-se cada vez mais atrativos para o capital financeirizado, os governos locais promoveram forte reorientação dos marcos le-

gais de regulamentação das relações econômicas, políticas e sociais destes países, por meio de ampliações de incentivos fiscais e desregulamentações trabalhistas, privatizações e endividamento externo, operando uma espécie de “[...] simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal” (ANTUNES, 2004, p. 10).

De acordo com Behring (2008), as reformas neoliberais se expressaram principalmente na dívida pública dos países dependentes, sendo este o principal mecanismo de pressão das economias centrais sobre os governos locais, alterando, assim, as condições em que os Estados-nações articulavam os compromissos institucionais e arbitravam os conflitos entre os grupos sociais no espaço nacional. Esta prática possui estreita ligação com as operações destinadas, por exemplo, aos salvamentos bancários²⁰.

Tais operações deslocam os fundos públicos para injetar ainda mais recursos no sistema da dívida pública, por meio da transferência direta de recursos. Outra engrenagem utilizada para drenar recursos para o sistema da dívida é a “[...] criação de fundos financeiros destinados a acumular recursos públicos para solucionar os problemas do setor financeiro ou para o pagamento de dívidas” (FATTORELLI, 2013, p. 63)²¹. Desse modo, operou-se profundo fracionamento social e territorial, uma vez que, ao seguir o modelo econômico estabelecido pelos organismos multilaterais e economias centrais, viu em risco sua própria soberania, demarcando ainda mais o terreno político, econômico e ideológico dessas reformas.

A América Latina iniciou o século XXI adentrando no que se pode denominar “câmbio de época”²² a partir do momento em que forças políticas de esquerda e centro-esquerda, após os anos 2000, começaram a ocupar os governos em diferentes países, tais como Venezuela, Brasil, Argentina, Equador, Uruguai e Bolívia²³.

20 Não bastassem os imensos desafios econômicos que se apresentam, paira certo mal-estar sociológico e intelectual (LÉVY; DUMÉNIL, 2014, p. 192), que parece bloquear a força criativa de perspectivas diferenciadas de superação do atual quadro de crise do neoliberalismo. Para Lévy e Duménil (2014), o atual estágio do neoliberalismo somente pode ser apreendido na medida em que o tomamos como expressão de uma nova fase na evolução do capitalismo, quando consideradas as reminiscências de sua grande crise estrutural da década de 1970, pois “[...] expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente” (LÉVY; DUMÉNIL, 2014, p. 11).

21 Este processo passa por uma poderosa concentração do poder econômico nas instituições financeiras, resultante da combinação de transformações no âmbito da arquitetura corporativa e financeira. Nesse estágio de desenvolvimento do capital em nível global, é possível observar a articulação de padrões mais complexos de classes e suas frações, combinada com a ascensão de uma camada estreitamente gerencial, em geral pertencente aos extratos médios da população e responsável pela manifestação de uma contradição entre a propriedade (posse do capital) e sua gestão.

22 SVAMPA, Maristela. **Cambio de Época, Movimientos Sociales y Poder Político**. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI, 2008.

23 É comum encontrarmos análises que qualificam esses governos, de modo genérico, como “progressistas”, constituídos na virada para o século XXI: Chávez venceu as eleições em 1998 na Venezuela; Kirchner e Lula foram eleitos na Argentina e no Brasil em 2002; Tabaré Vázquez se tornou presidente do Uruguai em 2005; Evo Morales, da Bolívia, em 2005; Rafael Corrêa, do Equador, e Michelle Bachelet, do Chile, em 2006; Fernando Lugo, do Paraguai, em 2008. Essa “virada progressista” também

Observou, além disso, certo refluxo das políticas de cunho neoliberal no período, prevalecendo uma agenda de maior integração política e econômica entre esses países, maiores esforços no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Configurou-se um cenário de crescimento do protagonismo dos movimentos sociais frente à perda de legitimidade dos partidos políticos tradicionais (SVAMPA, 2017, p. 13).

De modo geral, o ciclo de contestação ao neoliberalismo na América Latina²⁴ possui algumas características centrais que atravessam, com maior ou menor grau, a experiência dos países latino-americanos no início do século XXI: 1) foi um processo que surgiu a partir de intensas mobilizações populares que emergiram ainda nos anos 1990 e atravessaram todo o continente, impondo limites às saídas econômicas propostas pelos governos neoliberais à crise econômica; 2) foi impactado pelo crescimento econômico da China, país que elevou a demanda das *commodities* produzidas na região, permitindo o crescimento econômico e a implementação de políticas redistributivas; 3) recolocou os Estados nacionais na centralidade política na região com maiores margens e autonomia relativa; 4) aprofundou a reprimarização das economias e o extrativismo mediante intensa exploração econômica dos bens naturais, o que gerou embates com as pautas e projetos de movimentos sociais; 5) manteve-se a dinâmica institucional baseada na estrutura representativo-eleitoral, subordinando os ritmos políticos e agendas das organizações populares ao calendário eleitoral; 6) priorizaram-se os pactos de “consumo e empregos”; 7) tentou-se criar uma integração regional para além da liderança dos EUA; 8) mostrou-se insuficiente para impedir a recomposição das forças capitalistas mais agressivas e o fortalecimento político do campo da direita (OUVIÑA; THWAITES REY, 2018).

Entretanto, mesmo diante da tentativa de modificar os rumos dos processos de desenvolvimento na região, não se pode concluir que ocorreu um rompimento efetivo com a lógica neoliberal. A rigor, os setores que continuaram recebendo os maiores aportes de recursos encontram-se no interior da plutocracia nacional e internacional. De modo geral, os setores rentistas responsáveis pela criação dos

atingiu a América Central com a eleição de Daniel Ortega, da Nicarágua, em 2006, e de Mauricio Funes, de El Salvador, em 2009. De modo geral, resguardadas as profundas diferenças de cada experiência nacional, no plano da política interna buscaram ampliar a participação do Estado na economia nacional, efetivaram políticas redistributivas e de inclusão social, ampliando a participação política e social de grupos sociais historicamente excluídos — em alguns casos, operando importantes mudanças constitucionais. No plano externo, antagonizaram em seus discursos com os EUA e organismos multilaterais. Em muitos casos travaram conflitos com setores das elites financeiras, empresariais ou agrícolas de seus países, sustentando relação com frações relativamente amplas da sociedade. O *pro-gressismo latino-americano* carregou consigo a promessa de realizar a democratização de sociedades profundamente conservadoras, atravessadas por formas diversas de autoritarismo, desigualdades e injustiças sociais (CASULLO, 2019).

24 “Ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina (CINAL)” (OUVIÑA; THWAITES REY, 2018).

valores fictícios nos balanços contábeis - que, nos dias de hoje, ocupam o topo de uma cadeia de superexploração da força de trabalho²⁵ nos mais variados ramos da indústria e serviços que operam intensos processos de expropriação no campo e na cidade - continuaram atraindo a grande parte das riquezas nacionais (FONTES, 2010).

Com efeito, os diversos governos progressistas encontraram alguns limites materiais fundamentais que não conseguiram transpor. De um lado, foram incapazes de promover mudanças estruturais na economia de seus países, mesmo aqueles que conseguiram estabelecer processos de articulação entre massivas mobilizações populares e a dinâmica institucional da política estatal, resultando em mudanças constitucionais importantes, como no Equador e Bolívia, bloqueando o potencial transformador de muitas organizações populares de base. Por outro lado, diante da conjuntura internacional de alta valorização dos preços das *commodities*, da energia e dos minerais - abundantes na região -, persistiram no caminho de inserção passiva e dependente na economia global, com fortes estímulos à reprimarização e ao extrativismo das suas economias²⁶.

Na América Latina, o aprofundamento da crise, que eclodiu em 2007-2008 no coração do sistema capitalista, teve efeitos devastadores em toda a região²⁷. Diante da desaceleração econômica dos EUA e, depois, da China, as frágeis bases sobre as quais se estruturaram as economias latino-americanas ruíram por completo, o que revelou a permanência da dependência estrutural não superada nos anos de crescimento econômico, alavancada pela reprimarização da economia exporta-

25 A superexploração do trabalho é uma categoria analítica muito cara ao campo da Teoria Marxista da Dependência, desenvolvida em texto clássico de Ruy Mauro Marini, de 1973, intitulado “Dialéctica de la Dependencia”. Para um resgate crítico da categoria, consultar Carcanholo (2017), Carcanholo e Correa (2016) e Luce (2017).

26 No transcorrer dos anos, as “experiências progressistas realmente existentes” passaram a ser fortemente contestadas não somente pelas políticas neodesenvolvimentistas, mas sobretudo por se apoiar numa lógica extrativista, de conflito e criminalização dos movimentos sociais, principalmente os socioambientais. Ao persistirem as desigualdades, a ausência de transformação na matriz produtiva e a falta de horizonte político alternativo foi gerando uma crescente dissociação entre as narrativas de transformação social que permeavam o campo político da esquerda (aqui compreendendo os movimentos e organizações sociais progressistas e antissistêmicos) e os processos políticos efetivos (SVAMPA, 2017).

27 Para uma boa análise dos desdobramentos da crise financeira de 2007-2008 nas economias mundiais e, em especial, na conjuntura econômica brasileira, ver Gontijo e Oliveira (2011). Nesse período, os “progressismos realmente existentes” entraram numa espiral de crise na América Latina (SVAMPA, 2017), cujos fatores internos têm relação com o aumento da polarização ideológica, a concentração do poder político diante da dificuldade de promover renovação de quadros e das constantes acusações de corrupção contra esses governos. Essas questões, aliadas aos fatores externos (fim do superciclo das *commodities* e ofensiva dos setores rentistas, em sintonia com as burguesias internas), abriram espaço para os golpes parlamentares que geraram a expulsão de Zelaya, em Honduras (2009), a destituição de Fernando Lugo, no Paraguai (2012), o escandaloso *impeachment*, aqui caracterizado como golpe parlamentar, de Dilma Rousseff, no Brasil (2016). Neste mesmo período ocorreu a derrota eleitoral do Kirchnerismo nas urnas, na Argentina (2015), e a perda da maioria parlamentar na Venezuela governada por Nicolás Maduro.

dora e extrativista, além da fragilidade política dos governos, que se mostraram suscetíveis a uma nova onda de tentativas golpistas²⁸.

A atual crise tornou mais evidentes os limites do atual sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), suas contradições e a perversa arquitetura financeira global, além de seus efeitos devastadores sobre as economias dos países periféricos, permitindo que se vislumbrem as fissuras de um modelo de acumulação que se pretende sem fim, na forma de um crescimento composto indefinido - crise que revela seu caráter cada vez mais “insustentável”.

Da reabilitação do neoliberalismo ao Golpe de 2016

Desvendando a lógica subjacente ao plano econômico para o país defendido pelos governos petistas, Paulani (2010) destaca que o Partido dos Trabalhadores (PT) resolveu abraçar com toda força o receituário ortodoxo da política econômica conduzida até então no Brasil desde os anos 1990. Desde os primeiros anos, o discurso oficial do governo foi catastrofista, defendendo que, caso não se tomassem medidas duras e de austeridade no plano econômico, todo o projeto de cunho mais social - indicado como plataforma política prioritária - seria inviabilizado.

Foi decretando de modo “branco” um verdadeiro *estado de emergência* que se implementou uma política no terreno da economia nos marcos da ortodoxia econômica neoliberal. Dessa forma, os anos de governo Lula/Dilma representaram a consolidação do Brasil como *plataforma de valorização do valor com dominância financeira*²⁹, aprofundando a lógica neoliberal herdada de governos anteriores. Para isso, foi necessário criar uma engenharia política de equilíbrio das contradições e amortecimento dos conflitos sociais - Lulismo -, que abriu espaço para o aprofundamento da lógica neoliberal, cuja promessa seria incluir setores sociais historicamente marginalizados.

Giovanni Alves (2018) chamou a atenção para o “viés politicista” contido nesta pretensão do “Lulismo”, na medida em que prenhe das “ilusões da política reformista no seio do capitalismo”. Assim, parte da explicação do fracasso dos governos de conciliação no Brasil não foi em função da crise política do Lulismo, mas “[...] os limites estruturais do neodesenvolvimentismo dado pela contradição

28 Casos mais emblemáticos foram a tentativa de golpe de Estado frustrado na Venezuela, com apoio do governo brasileiro e norte-americano e o golpe de Estado consumado na Bolívia, que contou com extrema violência através de efetiva participação policial e militar nas ações de repressão, além da radicalização político-racista de setores médios da sociedade com o apoio das poderosas oligarquias econômicas bolivianas. Sobre este golpe, consultar: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/eliomarde-lima/2019/11/11/artigo----golpe-de-estado-na-bolivia.html>.

29 PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

entre governo de programática neodesenvolvimentistas e o Estado neoliberal de matriz oligárquico-política” (ALVES, 2018, p. 62). A questão central, portanto, foi que o conteúdo oligárquico-burguês do Estado brasileiro permaneceu intacto desde a ditadura, passando pelo “pacto republicano” da constituição de 1988 e atravessou os governos democrático-populares do PT com seu “reformismo fraco”.

As fragilidades e incapacidades do modelo neodesenvolvimentista, posto em marcha por meio da engenharia política de amortecimento das contradições representada pelo Lulismo, ficaram ainda mais expostas a partir de sua completa deterioração quando os efeitos da crise financeira do capitalismo de 2007-2008 atingiram mais fortemente a economia brasileira. As medidas anticíclicas adotadas no último governo Lula, nos marcos do neoliberalismo, não foram suficientes para evitar o debacle de nossa economia.

A desaceleração da economia, a falta de investimentos privados (setor que não respondeu com investimentos à bilionária desoneração promovida pelo governo Dilma), as pressões inflacionárias, os cortes em investimentos sociais anunciados pelo governo foram o combustível que alimentou a ofensiva midiática, com forte participação de frações da classe média, e a direita neoliberal, que conseguiram articular o golpe parlamentar que derrubou o governo de Dilma Rousseff³⁰.

Além do mais, assim como a crise, o núcleo do golpe é fundamentalmente econômico, e buscou, através da derrubada do governo, garantir, por meio de maiores espoliações engendradas por frações burguesas, a ampliação da exploração do trabalho, acelerando as privatizações e se apropriando de maiores fatias dos fundos públicos através da maior financeirização do sistema previdenciário. Assim,

Nos circuitos da crise, a impossibilidade do Governo Dilma e das burocracias sindicais de manter o apassivamento sobre a classe trabalhadora, face o agravamento da situação econômico-financeira, com repercussões no universo do mundo do trabalho - demonstrado no aumento exponencial de greves em todo o território nacional, a partir de 2013 - foi um fator essencial para que a grande burguesia - que nunca, na história desse país, havia lucrado tanto como nos governos petistas - rompesse, mais uma vez, com a democracia formal brasileira, desestruturando o pacto de classe, que já não se apresentava como alternativa mais favorável aos interesses de acumulação do capital (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 57).

30 Sobre os elementos políticos que se acumularam no governo Dilma e culminaram no golpe de 2016, é fundamental considerar “[...] os posicionamentos da alta classe média, como força militante em grandes manifestações de rua; a grande mídia e sua cobertura manipulatória sobre as denúncias de corrupção no escândalo do ‘Petrolão’; o apoio irrestrito de setores do capital privado interno e internacional que ambicionavam a privatização da Petrobras e outras empresas estatais, e, ainda, a atuação de grupos políticos interessados em ‘estancar a sangria’, promovida pela Operação Lava-Jato” (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 57).

O golpe representou uma nova ofensiva de restauração plena do neoliberalismo³¹, abrindo espaço para o governo ilegítimo, chefiado por Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), com apoio dos setores mais conservadores da política nacional, que aplicou à risca o programa econômico³² alicerçado “[...] no desmonte de direitos sociais, na espoliação das riquezas nacionais e no desmanche de políticas públicas, penalizando, fortemente, a classe trabalhadora e os segmentos mais empobrecidos (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 58)”.

Entretanto, ao contrário do que pensa Carvalho (2019), o golpe parlamentar, representado pelo *impeachment*, pôs fim ao equilíbrio conciliatório Lulista **por dentro da democracia formal**, sem arranhar nem operar rupturas em suas estruturas e hierarquias institucionais. Tratou-se de movimento, cada vez mais comum em democracias representativas contemporâneas, de subversão que preservou o “efeito-legalidade” institucional, porém redirecionou os rumos das forças políticas que passaram a colonizar o Estado.

De forma aberta, ao longo dos últimos anos pós-golpe de 2016, efetivou-se, na vida brasileira contemporânea, a deterioração dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Pode-se apontar como primeiro passo neste sentido a aprovação, pelo parlamento, em dezembro de 2016, de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55)³³ que prevê o congelamento dos investimentos públicos em áreas primárias (como saúde, educação e segurança) pelos próximos vinte anos.

Outro ponto de radical modificação institucional foi a aprovação e sanção da reforma trabalhista, que modificou mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representando um claro movimento de limitação e extinção de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, conferindo ainda mais poder à classe patronal e ampliando os mecanismos de exploração da força de trabalho cada vez mais precarizada e mergulhada na informalidade. O terceiro forte movimento foi a recente alteração constitucional que modificou o regime previdenciário no Brasil, privilegiando a previdência privada, os bancos privados

31 Esta parece ser uma tendência que se verifica em toda a América Latina desses tempos: a retomada do “neoliberalismo sem concessões” com forte base política conservadora que visa a lançar sobre os ombros da classe trabalhadora os custos do ajuste da crise econômica mediante a implementação de “poderosos ajustes fiscais, baseados nos gastos públicos que minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente; programas de reformas que reforçam as privatizações, abertura de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais” (CARCANHOLO, 2018, p. 37). Por outro lado, outra constatação a que podemos chegar é que o tempo da conciliação se esgotou, tornando mais difícil que qualquer projeto alternativo de combate a esta lógica de pilhagem que se reinstala na região, possa estabelecer com os setores antagonônicos alguma possibilidade de relação pactuada.

32 Em 29 de outubro de 2015, a Fundação Ulysses Guimarães, entidade ligada ao antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (hoje MDB), apresentou um programa denominado “Uma Ponte para o Futuro” a empresários em São Paulo. O documento é um ajuntamento de propostas de cunho ultraliberal, cuja essência constitui uma total revogação do pacto social estabelecido na constituição de 1988. Este documento, urdido nos porões do golpe de 2016, foi o farol que orientou o governo ilegítimo de Michel Temer.

33 Hoje incorporada à Constituição Federal como Emenda Constitucional 95.

e os investidores estrangeiros ligados ao mercado financeiro, desta vez já no governo Bolsonaro³⁴.

Governo Bolsonaro, ultraliberalismo autoritário e o ressurgimento do “fascismo dependente”

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro representou a sedimentação no poder do realinhamento de forças sociais e econômicas postas em movimento desde 2013, ano em que a crise econômica se abateu com mais força e intensidade no Brasil. Setores do empresariado produtivo (agronegócio e mineração, principalmente) e elites financeiras, aliados a forças políticas conservadoras, bem como frações da classe média urbana precarizada e instrumentalizada pela atuação vigorosa de poderosos veículos de mídia tradicionais oligopolizados, somaram-se à poderosa burocracia militar para estruturar um governo que foi eleito com discursos que apontam, no campo econômico, para uma gerência ultraliberal da economia, com reformas estruturais, privatizações e desregulamentação econômica, além do alinhamento estreito e submisso à política econômica norte-americana.

Em termos políticos, defende o combate sem tréguas às forças de esquerda, denominadas de “comunistas e bolivarianas”³⁵, em nome do que apresentam como defesa intransigente dos “valores da família” contra supostas formas de degradação moral próprias às forças progressistas, identificadas como o grande “inimigo interno” a ser combatido. Nesse sentido, reduzem em importância bandeiras históricas empunhadas por grupos e movimentos sociais de pautas identitárias e de combate às opressões, como os defensores dos direitos humanos, das causas LGBTQI³⁶, quilombola, indígena, étnica e racial. Por outro lado, anunciam combate tenaz a organizações políticas que se construíram e legitimaram através de reivindicações e combate à profunda desigualdade social do país, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Inaugura-se, assim, um tempo em que a ascensão da extrema direita ao poder central no Brasil vem acompanhada de avançada deterioração político-jurídica

34 Cabe lembrar o que afirmou Alysson Mascaro (2019): “[...] não há diferença de natureza entre os movimentos que gestam Temer e os que sustentam Bolsonaro. Há, sim, gradações e arranjos específicos, mas o processo que vai do *impeachment* ao governo atual é um golpe conduzido pelas mesmas injunções econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais [...] o reacionarismo com flertes e fantasias fascistas não é o oposto nem o avesso do golpe; é uma de suas balizas e uma de suas variáveis de sustentação” (MASCARO, 2019, p. 26).

35 Em diversas ocasiões, antes e durante a campanha eleitoral, Bolsonaro atacou os movimentos sociais e partidos progressistas, muitas vezes em tom ameaçador. Ver: MARCELLO, Maria Carolina. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. **Extra**, 21 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

36 Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionadores e Intersexo.

dos fundamentos do pacto social expressos na Constituição Federal de 1988; em que o combate às desigualdades sociais e o absoluto respeito à pluralidade das formas de expressão da experiência social brasileira deveriam ser bases inatacáveis da vida republicana. Desde o golpe de 2016, operou-se certa suspensão dos balizamentos normativos, de ordem subjetiva e material, que davam suporte às regras de convivência social, então nos marcos da democracia liberal, para dar lugar a uma era de absoluta incerteza sobre o futuro político, econômico e social brasileiro, espécie de mergulho num estado de crise permanente.

O Ultraliberalismo autoritário, ideologia econômica que se inscreve num tempo de deterioração das bases democráticas, encontra sua contraface política num movimento de ascendência ao poder de setores antinacionalistas das Forças Armadas³⁷, frações de orientação religiosa neopentecostal, extratos da classe média de matiz conservadora e precarizada. Entretanto, não seria suficiente para esses grupos chegarem ao poder do Estado brasileiro não fosse o apoio da elite empresarial extrativista (principalmente do agronegócio e mineração) e financeira, carente de projeto autônomo de desenvolvimento econômico e dependente de setores do rentismo internacional.

Tal aproximação se deu após o aprofundamento dos efeitos da crise financeira de 2007-2008, processo que impôs aos setores econômicos dominantes a necessidade de intensificar os mecanismos de espoliação e superexploração da força de trabalho, bem como os instrumentos de predação e pilhagem financeira dos fundos públicos, porém, desta vez, dispensando antigos instrumentos de mediação, outrora mobilizados por governos conciliadores.

A ameaça da consolidação do fascismo foi encarada como um dos maiores desafios às forças progressistas, democráticas e revolucionárias desde meados da década de 1960. Lá, combatiam-se governos ditatoriais instalados na região latino-americana, que haviam alcançado ao poder mediante golpes de Estado militares com intenso apoio de potências imperialistas.

Naquele período histórico, no interior dos setores dominantes golpistas, havia tensões entre setores tecnocratas e parte da burocracia estatal ávidos por amplia-

37 O atual momento de participação das Forças Armadas nas instâncias burocráticas do poder do Estado, em tempos de democracia, somente encontra paralelo nos anos do governo de José Sarney (1985 - 1990). Naquele momento, tratava-se de controlar a transição para a democracia e o avanço das forças progressistas e, ao mesmo tempo, reforçar o poder de um presidente de legitimidade discutível. No entanto, vivia-se um claro recuo das forças de direita e a ditadura militar agonizava, de modo que a dominação indireta de altas instâncias do poder político pelas Forças Armadas era um claro movimento defensivo no sentido de assegurar o privilégio de funções de intervenção interna e uma transição que garantisse a impunidade dos torturadores criminosos. Por outro lado, hoje, “[...] a participação de um forte núcleo de generais no governo Bolsonaro, inscrevendo-se na linha de consequências da mobilização reacionária deflagrada em junho de 2013, busca exercer efeito tutelar duplo e complementar: manter a esquerda na defensiva e estabilizar um regime de direita, com o atual presidente extremista devidamente ‘aconselhado’” (MORAES, 2019, p. 46).

rem seu poder de intervenção e regulamentação, além das frações do capital com interesses em viabilizar e aprofundar a ideologia liberal. Essas tensões caracterizaram as ditaduras latino-americanas, em particular no Brasil, culminando na instauração de regimes totalitários de caráter fascista, embora com traços dependentes e atípicos. Foi no interior dessas contradições que se moveram as forças de resistência e contestação.

Hoje, a reabilitação do neoliberalismo, cujo alinhamento econômico e força política impositiva manifestada pelos setores que compõem o atual governo de extrema direita no país, converteu-se em ultraliberalismo na medida em que não encontra barreiras sociais e políticas capazes de impor limites às suas pretensões de transformação da estrutura econômica do Estado. O componente autoritário se expressa na mobilização do discurso político de guerra permanente aos inimigos, no desprezo pela imprensa e canais de comunicação alternativos ou não oficiais, na operação da máquina estatal, fechando canais de participação da sociedade civil, no apoio a mobilizações sociais com inclinações abertamente fascistas³⁸.

Enfrentar a ameaça de sedimentação das formas contemporâneas do *fascismo dependente* no Brasil implica encarar a composição híbrida do governo com sua forte participação de forças militares, numa sociedade de alta militarização da vida social cotidiana, com radicalizada participação de setores sociais de direita e extrema direita na vida política nacional e institucional, cujo fortalecimento de agenda ultraliberal com contornos autoritários vem sendo o ponto central de sua política econômica como forma de reposicionar o Brasil na atual geopolítica do capitalismo mundial, de forma ainda mais dependente. Diante da magnitude do desafio, tudo leva a crer que a luta contra as forças do ultraliberalismo autoritário será longa, difícil e mergulhada em incertezas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Brasil: o futuro do pretérito – notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI. In: MACÁRIO, Epitácio *et al.* (Org.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008

38 PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; LINHARES, Carolina. Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2020 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BETIM Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. **El País**, 26 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html. Acesso em: 26 nov. 2019.

BORON, Atilio A. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio *et al.* (Org.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; CORREA, H. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da SEP**, n. 44, jun./set. 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *et al.* **Ciclos petistas de ajustes e suas contradições: condições sociopolíticas para o golpe de 2016**. Temáticas, Campinas, v. 27, n. 53, p. 39, fev./jun., 2019.

CASULLO, María Esperanza. ¿Por qué Funciona el Populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2019.

CHADE, Jamil. Secretário diz na UNESCO que arte brasileira servia para “projeto absolutista”. **UOL**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/20/secretario-diz-na-unesco-que-arte-brasileira-servia-a-projeto-absolutista.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos**. Brasília: Inove, 2013.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que excludente de ilicitude em GLO impedirá certos tipos de protestos. **Folha de São Paulo**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-em-glo-impedira-certo-tipo-de-protestos.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. DE. **Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil**. Belo Horizonte: Corecon-MG, 2011.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro ataca la universidad pública, la ciencia y el pensamiento crítico. **El País**, 13 may 2019. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454_146732.html. Acesso em: 14 mai. 2019.

KATZ, Claudio. **La Teoría de la Dependencia**: cincuenta años después. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARCELLO, Maria Carolina. “Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria, diz Bolsonaro”. **EXTRA**, 21 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MASCARO, Alysson. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

MÉSZÁROS, Ístiván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO, David Moreno. Nas entranhas da dominação: reflexões sobre a noção de Estado de Direito e o exercício do poder e da violência. In: AZEVEDO, Estenio E. B.; MOTA BRASIL (Orgs.). **Estado de exceção e políticas punitivas na sociedade contemporânea**. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, CE: EdUECE, 2018.

MONTENEGRO, David Moreno. Golpe de Estado na Bolívia. **O POVO**. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/eliomardelima/2019/11/11/artigo---golpe-de-estado-na-bolivia.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MORAES, João Quartim de. O fator militar no governo Bolsonaro. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

OUVIÑA, Hernán; THWAITES REY, Mabel. **Estados en disputa**: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; LINHARES, Carolina. Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2020. Disponível e: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PAULANI, Leda Maria. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, THEOTONIO dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SOARES, Jussara; MAIA, Gustavo; TRINDADE, Nara. Bolsonaro será o presidente do partido Aliança pelo Brasil; Flávio assumirá a vice-presidência. **O Globo**, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sera-presidente-do-partido-alianca-pelo-brasil-flavio-assumira-vice-presidencia-24091786>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SVAMPA, Maristela. **Del cambio de época al fin de ciclo: gobiernos progressistas, extractivismo y movimientos sociales em América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2017.

SVAMPA, Maristela. **Cambio de época, movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI, 2008.

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas



Rejane Carolina Hoeveler¹

“O triunfo de Jair Bolsonaro é o resgate do Brasil à civilização ocidental e à liberdade”. Assim se referiu, ovacionada, a senadora colombiana Maria Fernanda Cabal Molina à vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 no Brasil. Essa declaração fez parte do discurso que a empresária, filiada ao Centro Democrático (partido de Álvaro Uribe), ofereceu à Cúpula Conservadora das Américas, evento organizado como forma de anúncio do nascimento de uma “nova ordem política” na América Latina - “Conservadora nos costumes, liberal na economia”.

Realizada na cidade de Foz do Iguaçu no dia 08 de dezembro de 2019, contou com cerca de 800 participantes, empresários, políticos, militares e “ativistas” de vários países da América Latina; muitos deles deputados recém-eleitos no Brasil pelo PSL (Partido Social Liberal). O mesmo slogan seria utilizado para apresentar o *Foro por la Democracia*, ocorrido em março de 2019 em Santiago do Chile, e também se fez presente na Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC) em outubro de 2019, em São Paulo (aqui com muito mais ênfase no lado “conservador” da “nova ordem”).

Neste artigo, pretendemos analisar de que se constituíram alguns dos principais fóruns de reunião, organização, formação e propaganda da extrema direita na América Latina, no contexto da ascensão do bolsonarismo, compreendendo o período entre a vitória de Jair Bolsonaro no pleito eleitoral brasileiro de outubro de 2018 e o término do primeiro ano de seu governo. Após uma análise da constituição ideológica e de métodos de ação do bolsonarismo, bem como de seus modelos latino-americanos, procuramos elencar os elementos centrais que marcaram

1 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista CNPq; co-organizadora do livro *A onda conservadora – ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil* (Rio de Janeiro, Mauad, 2017). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

a Cúpula Conservadora das Américas, o *Foro por la Democracia* e a *Conservative Political Action Conference* (CPAC), ambos ocorridos nesse período. Buscamos identificar as linhas de ação e principais semelhanças e diferenças entre as forças políticas aí presentes. Ao final, tecemos algumas considerações sobre o curso dessa história do tempo presente latino-americana.

A ascensão bolsonarista

O bolsonarismo, em poucas palavras, é um movimento de extrema direita com dois pilares fundamentais: uma plataforma ultraliberal na economia e uma agenda ultraconservadora no plano da cultura, da política e dos costumes. O Brasil de Bolsonaro embarca na maré autoritária mundial, que conta com variadas espécies: do trumpismo nos Estados Unidos ao salvinismo na Itália, passando pela ascensão de Viktor Orbán na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Boris Johnson na Inglaterra.

Porém, em países com instituições democráticas mais recentes e mais frágeis, como o Brasil, o problema se torna muito mais grave. No caso de Bolsonaro, a posição omissa das instituições liberais, da maior parte da mídia e o consentimento do grande empresariado permitiram a normalização do discurso de ódio e a legitimação de seu modo de fazer política. Em suma, o antifascismo foi proibido, e a defesa de posições fascistas foi aceita como uma posição política legítima.

E certamente, pelo menos desde a última ditadura militar (1964-1988), não existia no Itamaraty uma política externa pautada por tão ferrenho anticomunismo e abertamente disposta a intervir nos cenários políticos de outros países, tanto por meio do Estado como por meios privados - com base em uma ideologia supostamente “a-ideológica”. O peso econômico, territorial, demográfico e geoestratégico do Brasil torna a política interna brasileira potente de efeitos em toda a região. E a articulação hemisférica da extrema direita, que já existia, passa a ter um governo com este peso como ponto de apoio.

Fazendo uma breve digressão para o Brasil dos anos 1960, a conexão transnacional foi de fundamental importância para a atuação de diversos dos grupos que procuravam desestabilizar o governo Jango (1961-1964), principalmente o grupo reunido em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), “estado-maior” de uma espécie de “partido do grande capital” no Brasil. O complexo liderado pelo IPES, como demonstrou René Dreifuss, contava com a atuação de diversas outras entidades, apresentadas como autônomas, que procuraram construir bases na sociedade civil, na classe média, no movimento operário, nas associações profissionais e de bairro, e até no movimento estudantil (DREIFUSS, 1984). Também vale lembrar que houve participação brasileira, por meios privados, na campanha de desestabilização do governo de Salvador Allende, no Chile

do início dos anos 1970, quando, por exemplo, militantes da MAC (Movimento Anti-Comunista) formaram a ligação entre os ativistas empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo e a direita golpista chilena, inclusive o fornecimento de armas e dinheiro; além da “exportação” de técnicas e métodos utilizados no Brasil em 1963-64 (DREIFUSS, 1987).

Tal como nos anos 1960, o que importa não é apenas, ou necessariamente, os recursos financeiros, mas sim o *know-how* da atuação política: como obter e consolidar influência midiática, como construir ações propagandísticas impactantes, angariar e formar politicamente novos ativistas, conquistando espaços tanto no seio da sociedade civil (cada vez mais permeada pela atuação de aparelhos privados de hegemonia) quanto no seio da sociedade política, isto é, no Estado *strictu sensu* (para usar os conceitos do filósofo italiano Antonio Gramsci). Este movimento refluíu após o golpe de 1964, porque a ditadura militar brasileira não tinha um caráter mobilizador: ao contrário, todos os regimes autoritários vigentes no Brasil sempre tiveram um caráter *desmobilizador*; e aqui pode residir parte do ineditismo do bolsonarismo, se ele conseguir manter-se como movimento resistindo ao teste do governo e à prova do tempo.

Como o bolsonarismo pode realocar o Brasil e a América Latina no sistema internacional? Para responder essa questão, temos de olhar, em primeiro lugar, para as novas relações com os países imperialistas, em especial os Estados Unidos, cujos interesses corporativos e geoestratégicos na América Latina são sobejamente conhecidos²; mas também os poderes dos principais países europeus, visto que, apesar de declarações críticas a Bolsonaro, selaram em 2019 um acordo de livre comércio com o Brasil, proporcionando a este governo um relevante trunfo político.³

Por outro lado, devemos olhar também para o posicionamento das redes empresariais de ação política em sua atuação internacional. Como hoje já se sabe, o poder de convocação da campanha pelo *impeachment* de Dilma foi catapultado pela atuação de entidades privadas de financiamento empresarial, principalmente de origem estadunidense, como a *Atlas Network* - à qual estão ligados atores políticos centrais a partir do início de 2015, como o “Movimento Brasil Livre” (MBL) - marca brasileira da organização americana *Students for Liberty* (HOEVELER, 2016). O MBL participa, em nível latino-americano, da RELIAL (Rede Liberal

2 Ficou mundialmente conhecido o escândalo das escutas telefônicas da CIA ao governo de Dilma Rousseff e grandes empresas brasileiras, revelado pelo Wikileaks. “*Wikileaks: NSA spied on Brazilian officials and business figures*”. **DW**, 04 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/en/wikileaks-nsa-spied-on-brazilian-officials-and-business-figures/a-18562090>. Acesso em: 11 jun. 2020.

3 “*EU and Mercosur agree huge trade deal after 20-year talks*”. **BBC**, 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-48807161>. Acesso em: 11 jun. 2020.

da América Latina), que recebe financiamento alemão da *Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit* (FNF).⁴

Por sua vez, o católico de corte medievalista Olavo de Carvalho torna-se mentor (nesse sentido, um perfeito “intelectual orgânico”, na leitura gramsciana) não apenas de núcleos centrais do governo Bolsonaro (disputando abertamente com a tecnocracia militar), mas também de outros populismos reacionários latino-americanos.⁵

No plano internacional, que nos interessa mais de perto aqui, o bolsonarismo não se caracteriza apenas pela submissão aos Estados Unidos, mas também por uma inédita fidelidade a um dos lados do espectro político estadunidense: o trumpismo. A cessão recente da base de Alcântara, na região amazônica, a fala do próprio Bolsonaro em uma reunião com a CIA, enfatizando o combate ao terrorismo e à “guerra às drogas”, sem mencionar bizarras declarações de amor não correspondidas, são exemplos da disposição do governo em atender aos interesses estadunidenses.⁶ Esse alinhamento é uma incógnita para parte dos setores empresariais brasileiros, já que, ainda mais em um cenário pré-eleitoral, o presidente dos EUA dificilmente fará concessões comerciais ao Brasil; e nem mesmo no plano da política internacional, malograda, por exemplo, a esperada indicação do Brasil para compor a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Um dos caminhos para que possamos compreender a configuração do bloco no poder no Brasil e seu papel para a reorganização da extrema direita na América Latina, bem como suas conexões globais, é acompanhar alguns personagens centrais dessa articulação. O principal deles é Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, Deputado Federal e membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, já chamado de “chanceler informal” do Brasil desde 2018 e cogitado por seu pai para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos por sua amizade com a família Trump.

Tendo realizado neste país diversas missões políticas ao longo do ano eleitoral de 2018, o “mitinho”, como é chamado pelos movimentos conservadores, foi escolhido o “Homem para a América Latina” por Steve Bannon, ex-assessor de Donald Trump e propulsor do chamado “Movimento”, uma coalizão de partidos neofascistas da Europa (BILENKY, 2019; FIGUEIREDO, 2019; NITAHARA, 2019).

Eduardo Bolsonaro foi o principal organizador da Cúpula Conservadora das Américas e também foi uma figura chave no “*Foro por la Democracia*” - uma

4 Realizamos um levantamento detalhado sobre a posição das entidades empresariais e desses movimentos de direita nos 18 meses anteriores à destituição de Rousseff: HOEVELER, 2017.

5 Para um perfil de Olavo de Carvalho, ver MCCOY, 2019.

6 “Bolsonaro faz visita à CIA e fala em preocupação em combater tráfico e o crime organizado”. **G1**, 18 de março de 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/videos/v/bolsonaro-faz-visita-a-cia-e-fala-em-preocupacao-em-combater-trafico-e-o-crime-organizado/7464991/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

espécie de Internacional dos partidos de direita da América Latina - organizado em março de 2019, levando esse nome para ser um “contraponto ao Foro de São Paulo”⁷; além de ter sido o principal artífice da vinda da CPAC para o Brasil.

Cúpula Conservadora das Américas

“Um amanhecer de liberdade”, foi como descreveu a eleição de Bolsonaro um importante organizador de cubanos exilados em Miami, Orlando Gutiérrez, no mesmo evento. Conforme mencionamos, a Cúpula Conservadora (inicialmente marcada para agosto, e depois adiada para dezembro de 2018) pretendia reunir setores representativos entre empresários, militares e políticos da América Latina, dentro do espectro da extrema direita.

Analisando os convidados às mesas do evento, podemos perceber como eles representavam dois importantes modelos para o bolsonarismo no repertório latino-americano: a economia totalmente neoliberalizada do Chile, por um lado; e o militarismo e sua ideologia de guerra social que emana da Colômbia, por outro. Em comum, um alinhamento total com os Estados Unidos. Guzanos de Miami, pinochetistas chilenos, militaristas colombianos, golpistas venezuelanos, fazendeiros paraguaios e milicianos brasileiros unidos em um encontro grotesco.

Participaram do encontro figuras como Roderick Navarro, liderança nacional do grupo de extrema direita *Rumbo Libertad*, da Venezuela; Fidel Zavala, mega-proprietário pecuarista e senador paraguaio; Agustín Etchebarne, economista argentino⁸; e Miguel Ángel Martín, advogado venezuelano, magistrado do *Tribunal Supremo de Justicia* e autodeclarado presidente deste tribunal no exílio⁹.

Entre os brasileiros, foram escalados o Príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança, apresentado como “ativista político e líder do movimento ‘Acorda Brasil’ (monarquista); Leonardo Giardin de Souza (promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, autor de *Bandidolatria e Democídio*)¹⁰”;

7 “Foro por la Democracia: así será el conclave de la derecha latino-americana em Chile”. **El Desconcierto**, 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.eldesconcierto.cl/2019/03/20/foro-por-la-democracia-asi-sera-el-conclave-de-la-derecha-latinoamericana-en-chile>. Acesso em: 11 jun. 2020.

8 Macrista, prestador de consultorias para fundos de investimentos, membro da Red Liberal de América Latina (RELIAL), fundador do Foro Republicano, diretor do aparelho “Democracia Directa”, presidente e fundador do movimento “Ciudadanos por el Cambio”. A fundação *Libertad y Progreso* é, junto com a Fundación Libertad, um dos principais aparelhos privados de hegemonia empresariais argentino nos dias de hoje, sendo a última uma entidade mais antiga, de 1988. (Sítios eletrônicos: <https://www.libertadyprogreso.org/nosotros/>; <https://libertad.org.ar/web/quienes-somos/>).

9 Um dos coordenadores executivos do “Bloque Constitucional de Venezuela”, aparelho privado formado por juízes, juristas e advogados que publicou diversos manifestos com o fim de “resgatar o Estado de Direito na Venezuela”, formado em dezembro de 2015 (sítio eletrônico: <https://bloqueconstitucional.com/quienes-somos>).

10 Coautor do livro *Bandidolatria e democídio: Ensaios sobre Garantismo Penal e a criminalidade no Brasil* (uma obra bastante representativa do já mencionado fenômeno do populismo penal). No prefácio da obra, é afirmado que o “garantismo” penal é “filho bastardo do marxismo cultural, gestado no

o próprio Eduardo Bolsonaro e Olavo de Carvalho, além dos irmãos Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub e Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub. O CES (Centro de Estudos sobre Segurança), do qual participa este último, bem como a Fundação Indigo (fundação privada do PSL), são as entidades que formalmente organizaram o encontro.

Um pequeno trecho da fala Abraham Weintraub chegou a circular nos meios alternativos de comunicação e nas redes sociais, quando este assumiu a direção do Ministério da Educação - MEC. Em sua fala no encontro, Weintraub retomava Samuel Huntington de *O Choque de Civilizações* para afirmar que não o surpreenderia que se, em 20 anos, a América Latina continuasse sendo “a América Latina”. Segundo este raciocínio, o povo latino-americano seria desprovido do “espírito empreendedor” presente nos Estados Unidos ou na Europa, onde até mesmo em enterros, os “*misters*” trocam cartões e fazem negócios (algo impensável na América Latina, onde no máximo, se comentaria que “a viúva está inteiraça” - disse Weintraub, arrancando risos da plateia). Entre essas e outras “análises”, os irmãos Weintraub tentaram demonstrar aos participantes como desenvolver um “Olavo de Carvalho adaptado”; e a ser “mais engraçados que a esquerda”; e mencionaram episódios de suas sessões com estudantes da Universidade Federal do Estado de São Paulo - UNIFESP, onde estes defensores do ‘Escola sem Partido’ ensinavam a seus alunos técnicas de como “destruir os esquerdistas”.

Mencionado em muitas falas dos convidados, Olavo de Carvalho, através de chamada de vídeo de sua casa na Virgínia, Estados Unidos, fez a participação mais esperada do evento. Longamente aplaudido, ele afirmou que a esquerda domina “as universidades, a grande mídia, o sistema financeiro” e “todo o sistema cultural” com uma “hegemonia férrea”. Entre um trago e outro em seu cachimbo, afirmou que “80% dos líderes intelectuais da esquerda” estariam envolvidos em crimes: “Foro de São Paulo” [sic], narcotráfico, corrupção, desvio de dinheiro público, e que, se uma grande batalha cultural não fosse vencida, “essa mídia”, segundo ele, “dominada por esquerdistas”, iria “destruir o governo que o povo brasileiro escolheu”. Eduardo Bolsonaro concordava e elencava medidas nesse sentido, como a iniciativa do deputado Marco Feliciano em criar a “CPI da UNE” (União Nacional dos Estudantes).

Observando as falas dos participantes do evento, podemos destacar, em primeiro lugar, o alcance da referência intelectual de Olavo de Carvalho dentro da extrema direita latino-americana; e por outro lado, o papel de Eduardo Bolsonaro, já considerado à época uma espécie de “chanceler informal” do Brasil em estabelecer vínculos orgânicos entre os diferentes grupos ali representados.

Entre esses grupos, também se nota um peso muito grande de chilenos e colombianos entre os convidados aos painéis, divididos por temas (“Cultura”; “Eco-

vente de aluguel do Positivismo Jurídico”. O promotor também é um dos principais impulsores do encontro “O despertar da direita”, realizado há quatro anos no Rio Grande do Sul.

nomia”; “Política” e “Segurança”). Não se trata de casualidade: como mencionamos acima, Chile e Colômbia representam, aqui, modelos homólogos a dois polos da ideologia bolsonarista. O darwinismo social é projetado pelo ultraliberalismo chileno (representado pelos Chicago Boys); enquanto o behaviorismo bélico encontra-se no militarismo colombiano (representado pelo uribismo). Unidos aos golpistas venezuelanos e aos “guzanos” de Miami (refugiados cubanos anticomunistas nos Estados Unidos), esses grupos de extrema direita parecem compartilhar de modelos de “milicianização”. “Não são coincidências”, são “dioscândias”, como afirmaram vários dos painelistas do evento, quando descreviam como se conheceram.

Por isso mesmo, das figuras públicas mais conhecidas que estiveram na Cúpula, encontramos, por um lado, o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe (também por vídeo conferência); e por outro, o político de extrema direita chileno José Antonio Kast, que conseguiu o terceiro lugar nas últimas eleições.

Pinochetismo chileno e militarismo colombiano

Empresário de origem alemã, cujas relações com Bolsonaro são estreitas. Kast chegou a visitar o colega no dia 18 de outubro, no Rio de Janeiro, conclamando “uma aliança que derrote definitivamente a esquerda na América Latina”; e orgulha-se em ter apresentado Jair Bolsonaro com uma cópia de *El Ladrillo* – o famoso programa de choque neoliberal produzido pelos Chicago Boys no Chile.

Na sua vez de falar, Kast agradeceu à “família Bolsonaro” por devolver a esperança, mostraram que é possível derrotar o marxismo cultural e a “esquerda dura” que se impôs em nossos países; e afirmou que a vida dos chilenos melhorou e um “milagre” ocorreu após o regime comandado pelo general Pinochet.

É de se destacar também a participação do assessor econômico de José Antônio Kast (*Acción Republicana*), Carlos Gomez, economista pela Universidade do Chile com passagem por Chicago; consultor de grandes empresas; diretor do CIES (Centro de Implementación Estratégica); escritor na revista *Economía y Libertad*, e colaborador do *International Center por Pension Reform*, de José Piñera (organização por sua vez ligada ao *Cato Institute*).

Por sua vez, o banqueiro Paulo Guedes, o “liberal” ministro da economia de Bolsonaro, é outro articulador destes clãs da extrema direita, especialmente com o Chile. Através de sua amizade com políticos e empresários pinochetistas como Jorge Constantino Demetrio Selume Zaror (porta-voz oficioso do núcleo duro oficial pinochetista), o banco de Guedes detém uma boa fatia do mercado de pensões privadas no Chile, as AFP (ele é dono do banco BTG Pactual e diretor afastado

da Bozano Investimentos). Zaror, bem como Guedes, é um “Chicago Boy”, tendo convidado o brasileiro a ser professor universitário no Chile de Pinochet, no início dos anos 1980. Ao dirigir operações de privatização de empresas estatais, como a Chilectra e a Entel, Zaror construiu um império financeiro no Chile (HOEVELER & SALÉM, 2018); de maneira similar, a dilapidação do patrimônio público no Brasil enriqueceu Guedes nos anos 1990 (LANDIM, 2018).

Trata-se de grupos empresariais e políticos que não têm a preocupação em disfarçar seu comprometimento com projetos autoritários de poder; nem em esconder seu interesse direto nas políticas específicas de tais governos. Para mencionar um exemplo recente, um projeto do governo Bolsonaro prevê uma larga privatização das universidades públicas; e, nas próprias palavras do Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, permitirá que entidades financeiras nacionais ou internacionais (como o *Credit Suisse* ou o próprio BTG Pactual, banco de Guedes) sejam “gestores” tanto do orçamento quanto do patrimônio universitário (MAZIEIRO, 2019). Daí a dificuldade de entender a surpresa de alguns ao escutar a declaração de Guedes em Washington, em outubro de 2019, ameaçando com a volta do AI-5, para logo depois “retratar-se”. Parte do *modus operandi* bolsonarista, aliás, é este: postar e apagar, falar e desdizer, ficando o impacto das violentas declarações e criando o medo na oposição.

Os laços entre o clã Bolsonaro e a direita uribista já existiam, mas se estreitaram quando, em dezembro de 2018, Eduardo Bolsonaro foi calorosamente recebido na Colômbia. Na ocasião, além de se reunir com parlamentares, militares e ativistas de direita, ele deu uma entrevista ao programa de rádio do ex-procurador Alejandro Ordóñez, um dos principais opositores do Acordo de Paz na Colômbia, conhecido por vídeos no *Youtube* onde declarava que o presidente Manoel Santos era “socialista” e que os acordos de paz propostos por seu governo seriam obra do “marxismo cultural” e da “ideologia de gênero”. O próprio Álvaro Uribe, ex-presidente colombiano, fez um animado discurso por videoconferência para a Cúpula, saudando Bolsonaro e garantindo que o recém-eleito presidente colombiano, Iván Duque, seria seu forte aliado.

Major-General Jorge Jerez Cuellar, comandante das operações Ômega e Cauca contra as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia),¹¹ nome de confiança de Uribe e um dos principais operadores da política exterminista de Uribe, na qual, em um estilo faroeste, os soldados que eliminassem militantes das FARC eram recompensados em dinheiro, premiações e outros benefícios. Foi du-

11 Ver HUMAN RIGHTS WATCH, 2017 (disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313039>) e ESGUERRA, 2017 (disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-falsos-positivos-e-a-busca-por-justi%C3%A7a-na-col%C3%B4mbia/a-40106135>).

rante essas operações que explodiu o escândalo dos “falsos positivos”: para receber esses prêmios, os militares armavam armadilhas no interior do país, matavam civis e os vestiam de combatentes em um cenário montado para simular conflitos (para uma rigorosa análise do tema, ver SEGURA; HERRERA, 2018).

Cabal Molina contou ao público sobre quando, há seis ou sete anos, teria conhecido Olavo de Carvalho em uma universidade em Bogotá. Orgulhosa, afirmou que teve “o prazer de ter 3 horas ao lado comigo e com outras 4 ou 5 pessoas mais, nos ensinando todo esse conhecimento, essa formação conceitual que é a que hoje me dá a força da sabedoria que nos permitem confrontar as ideias pervertidas com disfarce de revolução para viver melhor”. “A mim também me dizem fascista, racista, homofóbica: tudo o que eles são e como nos rotulam”, naquilo que Olavo de Carvalho chama de “rotulação inversa” ou “Inversão revolucionária”. Derrotar Cuba, Venezuela e Nicarágua estaria na ordem do dia para a América Latina, e o Brasil de Bolsonaro teria essa tarefa histórica em suas mãos.

A senadora comparou as eleições recentes na América Latina como uma “guerra espiritual” entre “o bem e o mal”; e ainda falou sobre os acordos com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos como diretora de Assuntos Internacionais da *Fiscalía General de la Región* (Bogotá), revelando, de soslaio, sua plena articulação com o imperialismo estadunidense.

É interessante notar como não há, aqui, espaço para uma promessa de futuro: se anuncia uma guerra sem perspectiva de fim, portanto, um horizonte distópico. As divergências ideológicas são vistas como uma guerra santa, a batalha do “bem” (os valores ocidentais e cristãos, a família e, também, o individualismo e a liberdade de “empreender”) contra o “mal” (representado, inequivocamente, pela esquerda).

Do evento, saiu uma Carta na qual constavam os princípios que, de comum acordo, deveriam ser defendidos pelos participantes da Cúpula, que foi divulgada como “Carta de Foz”. De redação bastante pobre, extremamente sintética, a carta continha alguns dos mais emblemáticos “valores” defendidos nos debates das mesas, assim resumidos:

“POLÍTICA

- fortalecimento da unidade nacional
- defesa da família
- institucionalização do liberalismo econômico
- fortalecimento dos valores da cultura ocidental

ECONOMIA

- atração de capital estrangeiro em setores estratégicos a partir de: segurança jurídica ao investidor estrangeiro,

desburocratização, combater o ativismo jurídico com isenção de relativismos, criação de normas positivas que efetivamente sejam atrativas para o investidor estrangeiro atendendo aos interesses nacionais

- desburocratização do ambiente empreendedor a partir de: simplificar o sistema tributário, facilitar a abertura e o fechamento de empresas, desregular as relações de trabalho

- privatização de estatais estratégicas e não estratégicas e colocar as agências reguladoras a serviço do livre mercado

SEGURANÇA

- choque de segurança a partir da contratação de policiais, promotores e juízes

- compartilhamento e centralização das informações OCR/LPR produzidas pelos equipamentos de fiscalização eletrônica

- padronização com fins de integração de bases de dados entre forças de segurança

- agilização do poder judiciário em penas estratégicas

- uso do termo “autoridade policial”, e que seja interpretado extensivamente aos delegados de polícia, bem como aos oficiais de polícias militares

- revisão e atualização do Código e do Processo Penal

- investimento, capacitação e reciclagem das forças de segurança

- investimento e criação de vagas no sistema penitenciário

CULTURA

- Princípios Deus, pátria, família, propriedade, liberdade individual e direito à legítima defesa

- Valores: fomentar a participação da família e a da sociedade na educação

- Fomentar o ensino e a arte clássica liberal

- Descentralizar a educação

- Promover a cultura de metas ao ensino superior público tecnológico

- Direito, economia e política: fortalecer a cultura de equilíbrio e independência entre os poderes, combater o ativismo jurídico

- Combater a cultura da ditadura verde

- Estimular a cultura do empreendedorismo e do desenvolvimento pessoal sem a participação do Estado

- Combater a cultura do banditismo e do vitimismo

- Resgatar a cultura da verdadeira democracia, desconcentrando o poder de Brasília para estados e municípios

- Promover a cultura do direito à legítima defesa”

Foro por la Democracia: o “anti-Foro de São Paulo”

Outro encontro que teve Eduardo Bolsonaro como um dos articuladores, e a participação do já eleito Jair Bolsonaro, foi o *Foro por la Democracia*, realizado entre 21 e 22 de março de 2019 em Santiago do Chile.

Organizado por “Chile Vamos” – coalizão política de direita entre o Renovación Nacional, partido de Sebastián Piñera, e a UDI (União Democrática Independente), partido fundado por Jaime Guzmán nos anos 1980, reuniu 500 representantes membros de cerca de 40 partidos de direita da América Latina. Apresentando-se como o contraponto do Foro de São Paulo, o Foro por la Democracia recebeu Fabiana Rossales, a esposa do autodeclarado presidente colombiano, Juan Guaidó. Recebeu também a opositora cubana Rosa María Payá; o presidente do Congresso da Guatemala, Álvaro Arzú; e o candidato presidencial boliviano Óscar Ortiz. Também participaram quadros importantes do macrismo, como a senadora do partido Propuesta Republicana, Laura Rodríguez Machado. Pai e filho Bolsonaros foram ovacionados no Fórum.

Entre os aparelhos privados presentes no evento, destacaram-se a *Fundación Libertad*, de Rosário (Argentina); e a *Fundación Pensar*, ambas fornecedoras de quadros para o governo Macri; o *Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad* (CEDICE), da Venezuela; e a *Red Liberal de América Latina* (RELIAL), presidida pelo advogado brasileiro Ricardo Gomes, membro da *Sociedad Mont Pelerin*.

O encontro ocorreu alguns dias antes do Encontro de Presidentes organizado por Sebastián Piñera, Iván Duque e Jair Bolsonaro para oficializar a criação da Prosul (Fórum para o Progresso da América do Sul). A “Declaração de Santiago”, além de Chile, Brasil e Colômbia, foi firmada pelos chefes de Estado da Argentina (Maurício Macri); Equador (Lenin Moreno); Paraguai (Mario Abdo Benítez) e Peru (Martín Vizcarra). A Venezuela não foi convidada, o que foi justificado no item 5 de dita Declaração, segundo o qual um requisito para participação no fórum é a “plena vigência da democracia” e a “promoção, proteção, respeito e garantia dos direitos humanos”. Segundo declarou o chanceler chileno Roberto Ampuero, o novo fórum multilateral, fundado sem sede nem secretariado, teria por objetivo uma estrutura “leve” (ao contrário da “onerosa” Unasul), “sem burocracia e sem estruturas pesadas”, inspirada na estrutura decisória da Aliança do Pacífico.

O propósito do Encontro era, sobretudo, simbólico: tratava-se de anunciar ao mundo uma “nova ordem política” na América Latina: “conservadora nos costumes” e “liberal na economia”, mas se apresentando como “livre de ideologias”,

e “aberto”. No Chile, entretanto, o evento mereceu maior atenção da mídia e um importante apresentador da televisão chilena, Daniel Matamala, fez duras críticas sobre a ironia de que um evento que invoca a democracia receber um presidente (Bolsonaro) abertamente antidemocrático. A repercussão do namoro ente Bolsonaro e Piñera foi tão ruim que obrigou o presidente chileno a fazer verdadeiros desagravos, já que, apesar dos pedidos, Bolsonaro teceu elogios públicos a Pinochet.

Este encontro foi marcado também por uma grande manifestação antifascista e em solidariedade ao Brasil em Santiago, com repercussão na imprensa mundial. Não menos importante foi a recusa de parlamentares chilenos em participar do jantar em homenagem a Bolsonaro, denunciando seus posicionamentos racistas, misóginos, homofóbicos e contra os direitos humanos, além de sua aberta admiração por Pinochet.

Não é preciso ser versado em ciência política ou relações internacionais para observar que tal item foi desenhado não apenas para isolar a Venezuela, mas também para a autolegitimação de regimes que cotidianamente restringem liberdades democráticas e ferem direitos humanos. Somente em um conto de realismo fantástico é possível que figuras como Iván Duque, presidente de um governo responsável ou conivente com o assassinato de, na média, uma liderança social por dia na Colômbia, possam fantasiar-se de arautos da democracia e da proteção aos direitos humanos.

O Encontro de Presidentes revelou-se um espetáculo grotesco de abraços e apertos de mão entre figuras políticas cuja execrabilidade remontam a sombrios tempos de nosso continente, que pensávamos terem ficado pra trás. O pequeno baile da vitória da direita no continente teve contornos mórbidos: ele celebrava o enterro da Unasul. Informação importante é que não se trata apenas da morte deste organismo multilateral específico (criado no contexto da “Marea Rosa”, com Lula, Bachelet, Rafael Corrêa, Evo Morales e Hugo Chávez); mas um extermínio prévio de qualquer tentativa de unidade latino-americana no sistema mundial; de qualquer tipo de integração que possa fazer alguma frente às pressões econômicas e políticas que recaem sobre a América Latina, especialmente dos Estados Unidos. Tais governantes, para usar o jargão neoliberal, são “pró-ativos” na sua própria submissão.

Teve repercussão mundial, inclusive na grande imprensa brasileira, o boicote do grupo de parlamentares chilenos, que se recusou a ir ao banquete ofertado a Bolsonaro por Piñera. Menos mostrada na mídia foram as manifestações antifascistas que corajosamente tentavam resistir aos ataques dos Carabineros (policiais chilenos). A batalha virtual que se seguiu teve como atores, de um lado, jovens e os movimentos sociais que se arriscaram para exercer seu direito democrático de protestar; e de outro, loiras madames e acomodados senhores que, em um luxuoso

shopping de Santiago, disputavam espaço para tirar *selfie* com Bolsonaro. O presidente do Brasil declarou à imprensa que “Ontem, em um dos raros momentos de folga, indo passear num *shopping* seu aqui, fui muito bem recebido pelas pessoas que estavam lá, parecia até que eu estava no Brasil. Se precisar, posso vir ajudá-lo na campanha aqui”.

Essa “nova” (velha) direita que chega ao poder na América Latina para implementar um tipo de alinhamento aos Estados Unidos que ameaça alcançar um patamar historicamente inédito – redefinindo linhas geoestratégicas traçadas há décadas - constrói uma nova narrativa, segundo a qual o triunfo sobre “as esquerdas bolivarianas”, responsáveis por “ditaduras sanguinárias”, “corrupção” e por todos os males do continente (Amém!), vem para ficar – quase que como um “Fim da História”, *a la* Fukuyama.

Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC)

A terceira edição de 2019 da *Conservative Political Action Conference* (CPAC) realizou-se entre 11 e 12 de outubro em um hotel de luxo em São Paulo. Seu principal organizador é o lobista conservador estadunidense Matt Schlapp, presidente da *American Conservative Union* (ACU). Ligado aos irmãos Koch, é um militante político profissional, tendo trabalhado para algumas campanhas presidenciais como a de George Bush Jr., pelo que foi agraciado com um cargo na Casa Branca. Sua esposa é a principal assessora comunicacional do presidente Donald Trump, que esteve ele mesmo em um evento da CPAC nos Estados Unidos ainda em 2019. Tendo aparentemente crescido em tamanho e influencia, a CPAC está adotando a estratégia de internacionalização de seu discurso nacionalista e obscurantista: além do Brasil, em 2019 a CPAC ocorre também na Austrália, Coreia do Sul, Japão e Irlanda (GALHARDO, 2019; FERREIRA, 2019).

A primeira conferência sobre a “Ação Política Conservadora”, como seria batizado o encontro, se deu em 1974, com um discurso de abertura de Ronald Reagan, e desde então, sempre foi realizada nos Estados Unidos, e é um teste importante para os pré-candidatos republicanos - por exemplo, pesquisas de opinião com os participantes da conferência são historicamente consideradas por esse partido. Entoando um cântico simples, “Escola sem Partido”, as centenas de pessoas que vieram em excursões de ônibus de várias partes do Brasil adentraram ao auditório. Era um público formado pelos mais fanáticos entre os fanáticos da extrema direita, sendo incitados pelos palestrantes a cultivar seu ódio contra os mais variados inimigos. Um público que bem poderia estar em Mississipi nos anos 1960 com tochas e máscaras brancas.

Entre os temas debatidos na edição brasileira estiveram: “conservadorismo no Brasil”, “os verdadeiros interesses por trás da crise da Amazônia”, “como a

religião é fundamental como última barreira contra a dominação comunista”, “os direitos humanos em contraponto à criminalidade no Brasil”, e “famílias fortes e a importância do casamento tradicional”; entre outros.

A participação do presidente Jair Bolsonaro estava programada na abertura, mas foi cancelada, e ventitou-se que o motivo real foi para que ele deixasse seu filho brilhar. O evento foi bancado com 800 mil reais do fundo partidário do PSL, e Eduardo Bolsonaro acabava de conquistar a chefia do PSL em São Paulo. A CPAC se deu no contexto mesmo da briga de Bolsonaro com o dirigente do PSL Luciano Bivar, cuja participação na abertura do evento estava confirmada até a antevéspera do evento; algumas semanas depois, Bolsonaro lançaria seu próprio partido, o “Aliança pelo Brasil”.

Eduardo Bolsonaro foi o responsável por trazer esse evento para o Brasil, e foi também uma espécie de mestre de cerimônias e *stand up comedy*, fazendo comentários às falas dos convidados, fazendo piadas “politicamente incorretas”, e sendo muito aplaudido, aos gritos de “mitinho”. E as filas para tirar *selfies* com o “ídolo” eram quilométricas. No *stand* montado pela Instituto Edmund Burke, livros de Olavo de Carvalho, Roger Scruton e do próprio Edmund Burke, além de outros autores introduzidos para aquele público por Olavo de Carvalho (que também era esperado para participar por videoconferência do encontro, e não participou).

O “*influencer*” conservador Bernardo Kuster criticou o Sínodo da Amazônia, afirmou que “quem deturpar a fé cristã, nós temos que pegar o chicote e descer o cacete”; e que o “ódio pode ser construtivo”; “a ira pode ser pacificadora”; declarou que ser homossexual é contra os princípios de Deus, já que “homem é homem e mulher é mulher”; e terminou rezando o Pai Nosso. Afirmou também que Bandeira do arco-íris e bandeira da URSS seriam praticamente a mesma coisa, símbolos do “totalitarismo”. Bernardo Kuster se referiu ao Supremo Tribunal Federal - STF como “doze demônios togados” e defendeu abertamente o fim da instituição. Ana Campagnolo e Ana Paula do Vôlei fizeram o papel das mulheres antifeministas.

A ministra Damares Alves fez um discurso muito emotivo, no melhor de sua retórica e gestual de pastora evangélica, convocando as bases conservadoras para uma cruzada do bem contra o mal, invocando supostas crianças indígenas enterradas vivas e fetos abortados. Teve repercussão uma frase que a ministra disse no evento: “Estou há 24 horas com este público, a maioria jovem, e ninguém me ofereceu ainda um cigarro de maconha e nenhuma menina enfiou um crucifixo na vagina”. É notável a demonização de qualquer posição à esquerda (chamada por Damares por “o Cão”); e também demonização da chamada “grande imprensa”.

Já Weintraub, apesar de parecer meio perdido e abatido, fez o discurso tipicamente nazista de sempre, de que os comunistas controlam “todas as grandes instituições, os grandes bancos, a mídia, e o sistema cultural”; ele falou desde

armas, da propriedade privada a livros didáticos, mas não parece ser o exemplo de um ministro de sucesso - ao contrário, estava sendo cobrado até mesmo por outros participantes para uma aceleração da extirpação do câncer marxista da educação. Ele comparou as empresas beneficiadas pelas políticas econômicas dos governos petistas às empresas alemãs que colaboraram com o nazismo e mais uma vez utilizou a referência à AIDS para designar os “esquerdistas”.

Considerações finais

Há diversas outras redes e fóruns nas quais a extrema direita se organiza. Um exemplo bastante relevante são os movimentos contra a “ideologia de gênero” no Peru, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica e Brasil. O movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), nascido em Lima, em fins de 2016, conta com seções na Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, El Salvador e Panamá. No dia da vitória de Bolsonaro no Brasil, o CMHNTM da Argentina organizou uma comemoração com o bordão “Género nunca más”. Na Colômbia, a campanha contra a “ideologia de gênero” foi utilizada tanto para atacar a Federação Colombiana de Trabalhadores da Educação (FECODE) quanto para a vitória do “Não” no Plebiscito pela Paz, em 2016.

Fica claro que é necessário aprofundar em muito os estudos sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões estadunidenses. O que apontamos neste texto consiste em um levantamento relativamente superficial, basicamente a partir de fontes de imprensa, daqueles fóruns que receberam mais visibilidade, no período que compreende a vitória de Jair Bolsonaro ao final de seu primeiro ano de governo. Portanto, trata-se de agenda de pesquisa que devemos levar adiante, acompanhando em tempo real tais movimentos, mas que deve constituir uma agenda de pesquisa coletiva, necessária e urgente.

A vitória do movimento bolsonarista no pleito eleitoral brasileiro de 2018 deu fôlego renovado a estes movimentos conservadores. Tratava-se mais do que de um exemplo (já que nem todos compartilham da ideologia esposada pelo bolsonarismo, ou encontram-se em situações políticas nacionais onde seria possível reproduzi-lo), de um ponto de apoio. O Brasil torna-se um centro das articulações da extrema direita latino-americana, lugar onde é possível “sair do armário”, pronunciar as maiores atrocidades, e isto será chancelado pelos que detêm o poder. Apesar e juntamente a isso, e pelo que pudemos constatar no caso brasileiro, é possível e provável que o movimento bolsonarista siga existindo paralela e in-

dependentemente do governo, configurando uma força política de corte fascista como o Brasil não conhecia desde os anos 1930, com o integralismo.

A ruptura de Jair Bolsonaro com o PSL, partido que o elegeu, e a fundação de um partido próprio (o “Aliança pelo Brasil”), que explicitamente não compartilha de pressupostos do regime democrático, elegendo como princípios políticos Deus, Família e Pátria, parece sinalizar nesta direção. É interessante notar que a ruptura com o PSL, que se deu exatamente durante a CPAC, é indicativa de um movimento mais profundo e perturbador: o fato de que o governo Bolsonaro, desde que assumiu, vem queimando sistematicamente todos os seus principais operadores políticos no Legislativo, como é o caso precípua da deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), mas também, na área militar, do General Santos Cruz. Por sua vez, o movimento bolsonarista segue levando manifestantes às ruas periodicamente (ainda que em menor número, se comparamos ao período 2015-2018) com bandeiras abertamente antidemocráticas, como o fechamento do STF.

É importante não superdimensionar o peso do bolsonarismo em nível latino-americano, já que, como apontamos, países como Argentina, Chile ou Uruguai não estão em cenários nos quais seria possível a ascensão de um “Bolsonaro” próprio. Também cabe destacar que a eleição de Alberto Fernández/Cristina Kirchner na Argentina, e de André López Obrador, no México, são contrapesos muito importantes, já que são países de enorme peso econômico e político na região.

Porém, em todas as partes, a existência e o avanço de dispositivos, em maior ou menor grau, de mobilização pela direita, nos alerta de que tampouco podemos subestimar o papel que a extrema direita pode vir a cumprir, ainda mais em um contexto cujo pano de fundo é de avanço do capital sobre as riquezas do continente latino-americano. Ainda que a história não se repita, sabemos, pelo curso da América Latina contemporânea que ainda que existam enormes diferenças nacionais, nosso continente geralmente caminha de mãos dadas política e economicamente; portanto, não seria exagero pensar em uma nova leva de regimes autoritários que venham, seja para promover o avanço do capital, seja conter as lutas sociais.

No primeiro ano de bolsonarismo no poder, a sucessão de acontecimentos se deu em velocidade estonteante, e seria impossível, e precipitado, elencar aqui todos os elementos que podem, em futuro próximo, influenciar naquilo que estamos descrevendo como uma reorganização da extrema direita latino-americana pós-Bolsonaro.

A convulsão social que explodiu no Chile em outubro de 2019, o golpe de Estado na Bolívia pouco tempo depois, a tensa eleição de Lacalle Pou no Uruguai, o levante nacional na Colômbia, foram alguns dos eventos que sacudiram

a conjuntura latino-americana em um par de meses. A resposta do bolsonarismo conjugou o apoio à direita em outros países e uma ameaça explícita, internamente. As seguidas declarações, primeiro de Eduardo Bolsonaro e depois de Paulo Guedes, sobre um possível retorno de “um AI-5” são provas de que não houve recuo algum do discurso bolsonarista no poder; e que nada impõe constrangimentos às sucessivas ameaças de fechamento do regime, “caso venha a acontecer no Brasil algo parecido com o Chile”.

O apoio de Bolsonaro ao golpe que depôs Evo Morales foi explícito, e incluiu apoio governamental e empresarial. Os sojeiros brasileiros na Bolívia, donos de propriedades em Santa Cruz de la Sierra desde os anos 1990, colaboram há muitos anos, com generosos aportes financeiros, com o Comitê Cívico pró-Santa Cruz - chefiado por Luis Fernando Camacho, figura mais eloquente do golpe (ARROYO, 2019).

Outro episódio muito emblemático foi, no meio do estalido social chileno e do golpe na Bolívia, a tomada, em Brasília, da embaixada da Venezuela por brasileiros e venezuelanos alinhados com o autoproclamado presidente Juan Guaidó - ação que foi abertamente respaldada por Eduardo Bolsonaro e que contou com uma linha de comando que vinha diretamente do Palácio do Planalto (BARBOSA, 2019; RESENDE; CHADE, 2019).¹²

Estes são apenas alguns exemplos da intervenção direta do Brasil de Bolsonaro no cenário político interno de alguns países da região. Cabe perguntar até onde foi e vai esta intervenção, e até que ponto ela ainda poderá chegar; e como isto deve impactar no crescimento da extrema direita na região.

Referências bibliográficas e fontes

ARROYO, Priscilla. “Sojeiros brasileiros na Bolívia compõem movimento político que derrubou Evo Morales”. **De Olho dos ruralistas**. 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/11/13/sojeiros-brasileiros-na-bolivia-compoem-movimento-politico-que-derrubou-evo-morales>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BARBOSA, Marina. “Eduardo Bolsonaro defende ação pró-Guaidó na embaixada da Venezuela em Brasília”. **Congresso em Foco**, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/eduardo-bolsonaro-defende-acao-pro-guaido-na-embaixada-da-venezuela-em-brasilia>. Acesso em: 11 jun. 2020.

12 “Depois de 12 horas, aliados de Guaidó deixam embaixada da Venezuela em Brasília”. **Folha de S. Paulo**, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/entrada-de-aliado-de-guaido-em-embaixada-constrange-brasil-na-abertura-do-brics.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BILENKY, Thais. “Bannon anuncia Eduardo Bolsonaro como líder sul-americano de movimento de direita populista”. **Folha de S. Paulo**, 1 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/bannon-anuncia-eduardo-bolsonaro-como-lider-sul-americano-de-movimento-de-ultradireita.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2020.

DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ESGUERRA, Cristina. “Os falsos positivos e a busca por justiça na Colômbia”. *DW*, 17 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-falsos-positivos-e-a-busca-por-justi%C3%A7a-na-col%C3%B4mbia/a-40106135>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FERREIRA, Otávio Dias de Souza. CPAC e a integração conservadora Brasil-EUA. *OPEU*, 20 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2019/10/20/cpac-e-a-integracao-conservadora-brasil-eua>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FIGUEIREDO, Janaína. “Eduardo Bolsonaro, um chanceler informal na visita aos EUA”. **O Globo**, 17 de março de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eduardo-bolsonaro-um-chanceler-informal-na-visita-aos-eua-23526458>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GALHARDO, Ricardo. “Vejam quem são os participantes da conferência de direita em São Paulo”. **O Estado de S. Paulo**, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-quem-sao-os-participantes-da-conferencia-de-direita-em-sao-paulo,70003046497>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LANDIM, Raquel. “Planos econômicos fizeram fortuna de superministro Paulo Guedes”. **Folha de S. Paulo**, 04 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/planos-economicos-fizeram-fortuna-de-superministro-paulo-guedes.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2020.

HOEVELER, Rejane; SALÉM, Joana. “Brasil, novo laboratório da extrema direita: lições de Pinochet”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 05 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HOEVELER, Rejane. “Cronologia da campanha golpista e contrarreformista no Brasil (março/2015-agosto/2016)”. In: ESTIVALET *et al.* **Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências**. Curitiba: Kaygangue, 2017.

HOEVELER, Rejane. “A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da ‘nova direita’ brasileira”. In: HOEVELER, Rejane; DEMIER, Felipe. **A onda**

conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. “Colômbia: eventos 2017”. **Human Rights Watch**, dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313039>. Acesso em: 10 jun. 2020.

McCOY, Terrence. “He’s the Rush Limbaugh of Brazil. He has Bolsonaro’s ear. And he lives in rural Virginia”, **Washington Post**, July 14, 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/hes-the-rush-limbaugh-of-brazil-he-has-bolsonaros-ear-and-he-lives-in-rural-virginia/2019/07/14/4f73dee2-8ac4-11e9-8f69-a2795fca3343_story.html. Acesso em: 10 jun. 2020.

MAZIEIRO, Guilherme. “Weintraub diz que ‘mais de 20 instituições’ vão aderir à proposta do MEC”. **UOL Educação**, 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/17/weintraub-diz-que-mais-de-20-instituicoes-vao-aderir-a-proposta-do-mec.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

NITAHARA, Akemi. “Brazil consults US over naming Eduardo Bolsonaro ambassador”. **Agência Brasil**, 29 de julho de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/politica/noticia/2019-07/brazil-consults-us-over-naming-eduardo-bolsonaro-ambassador>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RESENDE, Constança; CHADE, Jamil. “Chanceler cita ‘linha de comando’ entre Bolsonaro e invasores de embaixada”. **Notícias UOL**, 21 de novembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/21/invasao-embaixada-venezuela-brasilia-itamaraty-guaido.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SEGURA, Sérgio; HERRERA, Nicolás. “Ni ‘falsos’ ni positivos’: asesinatos y política em el gobierno de Álvaro Uribe Vélez”. **Lanzas y Letras**, 07 de junho de 2018 (entrevista com Omar Eduardo Rojas Bolaños). Disponível em: <http://lanzasy letras.com/ni-falsos-ni-positivos-asesinatos-y-politica-en-el-gobierno-de-alvaro-uribe-velez>. Acesso em: 10 jun. 2020.

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no facebook



*Celina Lerner*²

“Os gritos das pessoas que ocuparam o gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foram a parte mais reveladora da posse de Bolsonaro, em 1º de Janeiro. Eufórica, a massa berrava: ‘WhatsApp! WhatsApp! Facebook! Facebook!’”

Eliane Brum, 4 de janeiro de 2019, El País

A escalada recente do conservadorismo na política brasileira é concomitante com a ampliação da penetração da Internet e, em especial, da rede social Facebook, no Brasil. Inicialmente planejada para o compartilhamento de momentos cotidianos expressos em fotos ou textos, a maior plataforma de rede social digital do mundo ganhou usos tão diversos quanto as necessidades e vontades de seus usuários. Ao longo do tempo, o Facebook tornou-se um campo privilegiado para a articulação de mobilizações, para a discussão de temas de interesse público e para a realização e repercussão de campanhas eleitorais. Em especial no contexto brasileiro, a discussão sobre política extrapolou os períodos eleitorais e se tornou uma prática amplamente difundida no cotidiano. O senso comum de que o brasileiro era despolitizado ou não demonstrava interesse pelos assuntos relativos à política definitivamente cai por terra nos últimos anos. Em 2016, ano do impeachment de Dilma Rousseff, a política brasileira foi o segundo tema mais

1 Este capítulo é um desdobramento de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

2 Celina Lerner é formada em jornalismo e mestre em Sociologia pela USP. Realizou doutorado no Programa de Ciências Humanas e Sociais da UFABC, com período de intercâmbio (PDSE/CAPES) no Digital Media Research Centre da QUT, na Austrália. Sua tese, defendida em 2019, tem como título “A Mentalidade Conservadora no Brasil: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012-2018)”.

frequente no Facebook no mundo todo, atrás somente da eleição para presidente dos Estados Unidos.

Em abril daquele ano, quando as atenções de todo o país estavam voltadas para a Câmara dos Deputados, que decidia o prosseguimento do processo de impeachment da presidente, o então deputado federal Jair Bolsonaro justificou seu voto a favor do afastamento com a seguinte fala:

[...] Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 17 de abril de 2016).

A justificação de voto no processo de impeachment reverberou positivamente na página do deputado no Facebook, tanto nas postagens quanto nos comentários (FRIGO, 2018). Nesse período, o número de fãs da página oficial de Bolsonaro no Facebook cresceu 36%, ultrapassando o número de fãs da página da presidente Dilma (FERRARI; CAPELO, 2016). Na fala emblemática do deputado, despontam características do universo mental do conservadorismo,³ do qual Bolsonaro se tornou porta-voz: o valor positivo da violência, uma violência cruel e implacável que apavora o inimigo vermelho - Dilma Rousseff, o PT, o comunismo, o Foro de São Paulo. Tudo em nome da família e da inocência das crianças, pelo Brasil e por Deus.

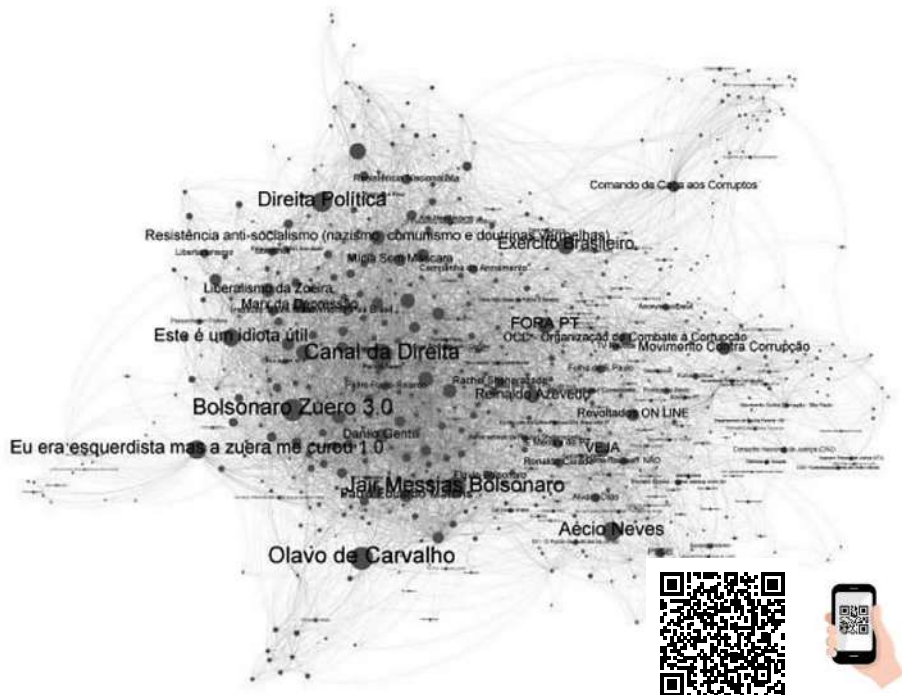
Temas semelhantes compõem a fala pública de Bolsonaro desde o seu primeiro mandato como deputado federal, iniciado em 1991. Porém, a preocupação com uma moral conservadora tornou-se a tônica de seu discurso mais recentemente, no mandato de 2011 a 2014 (SHALDERS, 2017). A combinação entre a aparição bombástica na mídia convencional, a formação de uma rede de apoiadores na Internet e o deslocamento da linha discursiva para temas conservadores resultou em excelente desempenho eleitoral. Em 2014, o deputado ampliou sua base eleitoral como nunca, tendo sido reeleito deputado federal com mais do que o quádruplo de votos que costumava receber.

Utilizando os dados de curtida de página, Santos Junior (2016) montou o grafo da rede antipetista no Facebook no contexto da eleição de outubro de 2014, dispu-

3 Ver: LERNER, Celina. **A Mentalidade Conservadora no Brasil: uma análise das interações políticas no Facebook (2012-2018)**, Tese de Doutorado, Programa Ciências Humanas e Sociais – UFABC, 2019.

tada entre Dilma Rousseff do PT e Aécio Neves do PSDB (Figura 1). Já naquele momento, é proeminente a centralidade da página do deputado federal Jair Messias Bolsonaro, na época candidato à reeleição no legislativo. Há também a página denominada Bolsonaro Zuero 3.0, de conteúdo humorístico antipetista e pró-Bolsonaro, mais central que a do deputado e que tem, sozinha, o mesmo número de curtidas de página que a página oficial do candidato à presidência Aécio Neves.

Figura 1 - Rede antipetista de Curtida de Páginas, em 2014



Fonte: SANTOS JUNIOR, 2016

O resultado da rede de curtidas de página da rede antipetista de 2014 (Figura 1) não difere muito da rede conservadora montada em 2017, que analisamos no presente trabalho. Como veremos a seguir, em 2017, a página oficial de Jair Messias Bolsonaro é a que tem maior número de curtidas de página e a humorística com o nome do político aparece com um novo nome: Direita Vive 3.0, ainda com bastante importância, mas com menor número de curtidas que a página oficial de Bolsonaro. A semelhança entre as redes montadas em datas diferentes leva a crer que antipetismo e conservadorismo se sobrepõem no Brasil atual. E mais, que a rede antipetista tenha se formado no contexto eleitoral de 2014 e permaneça amalgamada e ativa durante todo o período analisado, indicando que o fortalecimento do conservadorismo no Brasil tenha se dado em consequência de disputas eleitorais iniciadas naquele período.

Na mesma época, cresce o número de usuários da Internet, em virtude da ampliação do acesso por telefones celulares e pela popularização das plataformas

digitais de rede social. Em 2012, o Facebook, considerado a maior plataforma de rede social do mundo, registrava 50 milhões de contas ativas no Brasil, número equivalente a um terço da população com 10 anos ou mais. Seis anos depois, no primeiro trimestre de 2018, a empresa anunciava a marca de 127 milhões de usuários ativos por mês no Brasil, o correspondente a aproximadamente 70% da população nacional com 10 anos ou mais. Naquele ano, o Brasil figurava como o terceiro país em número de usuários do Facebook, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos.

Nesse cenário, o Brasil elege em 2018 o Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização (QUEIROZ, 2018) e um presidente de direita, com muitos anos de atuação como deputado, mas sem ligação com nenhum partido tradicional. Militar reformado, Bolsonaro iniciou sua carreira como deputado federal em 1990 e exerceu sete mandatos consecutivos. Ganhou popularidade nos últimos anos, no mesmo momento em que se articulava na Internet e fora dela uma forte rede antipetista. A presente pesquisa busca, a partir da análise de redes, detalhar a composição da direita contemporânea, identificando os distintos grupos e interesses que compõem esse amplo espectro da direita que logrou êxito em conquistar o governo nacional nas últimas eleições.

Análise de redes sociais

A emergência das plataformas de rede social gera uma oportunidade inédita de investigação de fenômenos sociais em larga escala, a partir dos dados digitais de interações na Internet, conhecidos como *big social data* ou grandes dados sociais (MANOVICH, 2012; BURGESS; BRUNS, 2012). A noção de rede, porém, está presente nas ciências sociais desde o começo do século XX. A ideia de modelagem matemática das relações sociais remete à física social de Auguste Comte e também à perspectiva estrutural-funcionalista de Émile Durkheim, que localiza as origens do comportamento e das crenças não nos indivíduos, mas na sociedade. Inicialmente utilizada como metáfora para ilustrar modos de relações entre indivíduos, a análise de redes sociais foi ganhando forma e vocabulário próprios com o desenvolvimento da análise sociométrica, na antropologia e na psicologia, e principalmente a partir do encontro da teoria social com a matemática formal, a estatística e os métodos computacionais (WASSERMAN; FAUST, 1994; PORTUGAL, 2007).

Em termos matemáticos, uma rede é representada graficamente por um conjunto de vértices (ou nós) e um conjunto de arestas que conectam esses vértices. As arestas representam algum tipo de relação entre dois vértices de acordo com o problema modelado (METZ *et al.*, 2007). A abordagem de redes tem por axioma

a investigação de fenômenos a partir das relações entre seus componentes, deslocando, no caso da pesquisa social, o foco das propriedades de indivíduos específicos para a relação que estes indivíduos estabelecem entre si, sendo, por isso, muito úteis para pensar as dinâmicas coletivas que interessam às ciências sociais.

O estudo das redes sociais ganha novo fôlego entre os cientistas sociais principalmente após o surgimento dos chamados sites de redes sociais na Internet. A própria arquitetura de redes da Internet, da comunicação mediada por computador em geral e das plataformas de mídia social, favorecem a adoção do modelo de análise de redes para o estudo dessas relações sociais. Aplicada à *big social data*, a análise de redes sociais permite a visualização e interpretação de dados relacionais de grandes quantidades de dados digitais de interação social “minerados” ou “raspados” da Internet (BEN-DAVID; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, 2016; RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015; ROGERS, 2013). Como aponta Santos Junior (2016), os grafos de rede são usados para analisar as relações entre os diversos atores na Internet pelo menos desde a década de 2000, tendo sido aplicados no estudo de hiperlinks, de relações na blogosfera, da difusão de informação no Twitter e, mais recentemente, na visualização de comunidades no Facebook (KIM; PARK; THELWALL, 2006; BRUNS, 2007; BRUNS; BURGESS; HIGH-FIELD, 2014; CHO; PARK, 2013; SANTOS JUNIOR, 2016; CANO, 2018).

Adotamos a perspectiva de rede de questões (ROGERS, 2015), que busca analisar criticamente os dados sociais em rede considerando (1) os atores específicos que dão voz à questão com maior força; (2) as áreas que envolvem a preocupação e as que a ignoram, (3) a longevidade ou a durabilidade da preocupação dos atores e; (4) sua articulação específica. A proposta metodológica pede ainda a avaliação da contra articulação e dos atores que declaram a mesma preocupação, mas que não são alinhados, porém, como veremos a seguir, a rede conservadora mostrou-se um sistema fechado a posições contrárias ou alheias e com a maior parte dos atores alinhados.

Rede Conservadora de páginas públicas no Facebook

A rede que apresentamos agora é fruto da pesquisa sobre a mentalidade conservadora no Brasil, realizada pela autora em seu doutorado. Esta rede de curtidas de páginas ou *page like network* foi construída a partir de páginas que se autodenominam conservadoras, evitando classificar de antemão grupos ou temas como pertencentes à mentalidade conservadora. Para isso procuramos por páginas que tivessem no próprio nome a palavra “conservador”. A rede aqui apresentada é composta por Páginas Públicas do Facebook, também chamadas de *fanpages*,

definidas pela plataforma como “perfis públicos que permitem a artistas, figuras públicas, homens de negócios, marcas, organizações e organizações sem fins lucrativos criarem uma presença no Facebook e conectar com a comunidade Facebook”. Por isso, é importante ter sempre em mente que estamos tratando da articulação de formadores de opinião ou *influencers* e não de usuários comuns, uma vez que a rede é composta por Páginas Públicas e suas relações, e não por perfis de usuários.

Montagem da rede

Em primeiro lugar, utilizamos o mecanismo de busca da plataforma presente no *app* Netvizz (RIEDER, 2013), procurando pela palavra “conservador”. A busca, realizada em setembro de 2017, retornou 520 páginas com a palavra “conservador” ou correlatas como conservadora e conservadorismo no próprio nome. Aplicamos um filtro de popularidade e selecionamos apenas as páginas com mais de 3 mil fãs. Avaliamos individualmente cada uma, eliminando qualquer resultado não brasileiro. O processo resultou num conjunto de 42 páginas públicas brasileiras com conservador no nome e mais de 3 mil fãs. No total, essas 42 páginas reuniam quase 3,5 milhões de fãs, uma média de 82,7 mil usuários por página. Chamamos este conjunto de páginas semente ou *seeds*, pois a partir delas são colhidos os dados para a montagem da rede.

A partir deste primeiro grupo de 42 páginas públicas autodenominadas conservadoras, montamos a rede de páginas curtidas por elas no Facebook. Com o aplicativo Netvizz, coletamos os dados de curtidas de página de cada uma delas em uma profundidade de dois níveis. Em outras palavras, coletamos a lista de páginas curtidas por cada uma das páginas semente e também a lista das páginas curtidas pelas páginas curtidas pelas sementes. As 42 coletas retornaram um total de 14.631 páginas e 118.276 curtidas entre elas.

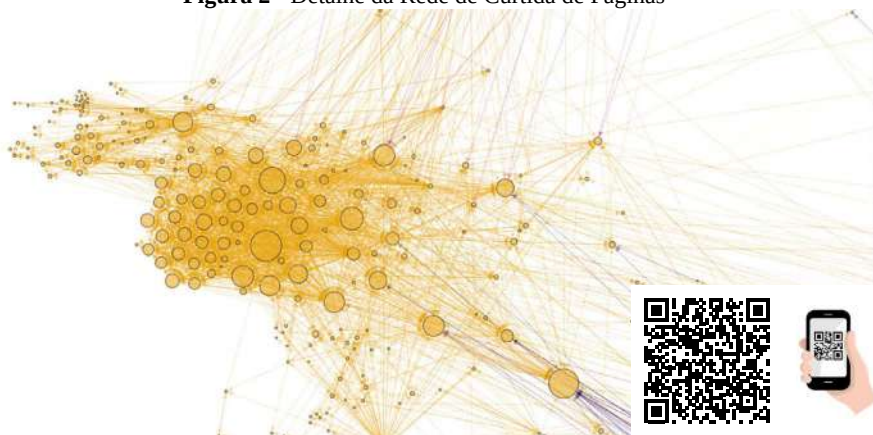
Para visualizar a rede de curtidas de páginas ou *page like network*, mesclamos os dados coletados com o auxílio do programa Gephi, um software de código aberto para análise de redes, que permite espacializar, filtrar, navegar, manipular e agrupar os dados para uma visualização dinâmica de redes, desenvolvido na *Maison des Sciences de l’Homme* em Paris (BASTIAN *et al.*, 2009). A união dos 42 arquivos iniciais resultou em uma rede com 9.389 nós e 75.808 arestas, sendo que cada nó corresponde a uma página pública do Facebook e cada aresta indica a relação de curtida de uma página a outra.

Os elementos da rede

As redes de curtidas de página ou *page like networks* são compostas por apenas dois elementos dispostos graficamente em um plano: 1. os nós, desenhados como círculos e representando páginas públicas do Facebook; e 2. as arestas, linhas que ligam esses nós representando que a página de uma extremidade da aresta curtiu a página localizada na outra ponta (Figura 2).

As arestas são direcionadas e representadas como setas: o sinal de ponta de seta em uma das extremidades indica que a curtida partiu da outra extremidade e chegou até a página para a qual a seta aponta. O tamanho do círculo que representa cada página e o tamanho de seu texto (quando aparece) é resultado da quantidade de setas direcionadas a ela. Quanto mais páginas da rede curtiram uma determinada página, maior o tamanho do seu nó e do seu rótulo. Em outras palavras, o tamanho dos nós representa a medida de centralidade *in-degree*, ou grau de entrada, que indica o total de arestas apontadas para o nó.

Figura 2 - Detalhe da Rede de Curtida de Páginas



Fonte: a autora

Para extrair sentido desse conjunto de elementos, aplicamos alguns cálculos matemáticos que identificam relações entre os elementos e cujos resultados podem ser visualizados. Para organizar espacialmente os elementos da rede, utilizamos o algoritmo ForceAtlas2, que simula um sistema físico: “os nós se repelem como partículas carregadas, enquanto as arestas atraem seus nós, como molas” (JACOMY *et al.*, 2014). Essas forças criam um movimento que converge para um estado equilibrado e o desenho final da rede ajuda a enxergar a distribuição das conexões, a formação de grupos e a relação entre eles.

Para entender ainda melhor como se agrupam as páginas e descobrir tópicos ou interesses em torno dos quais os nós se unem, aplicamos um algoritmo de modularidade para a detecção de comunidades (BLONDEL *et al.*, 2008). O objetivo

da detecção de comunidades é encontrar grupos de nós que se conectam densamente entre si. No final do cálculo de modularidade, uma comunidade representa um grupo de nós que se conectam densamente entre si em contraste com outros grupos também densamente conectados internamente, mas esparsamente ligados entre eles. Na montagem da rede, aplicamos o algoritmo de modularidade com resolução 1.0 (LAMBIOTTE; DELVENNE; BARAHONA, 2009), o que resultou na identificação de 25 comunidades, cujas principais analisamos pormenorizadamente a seguir. As comunidades no grafo são representadas pelas diferentes cores dos nós e arestas (Figura 3)⁴.

Figura 3 - Rede de Curtida de Páginas – geral



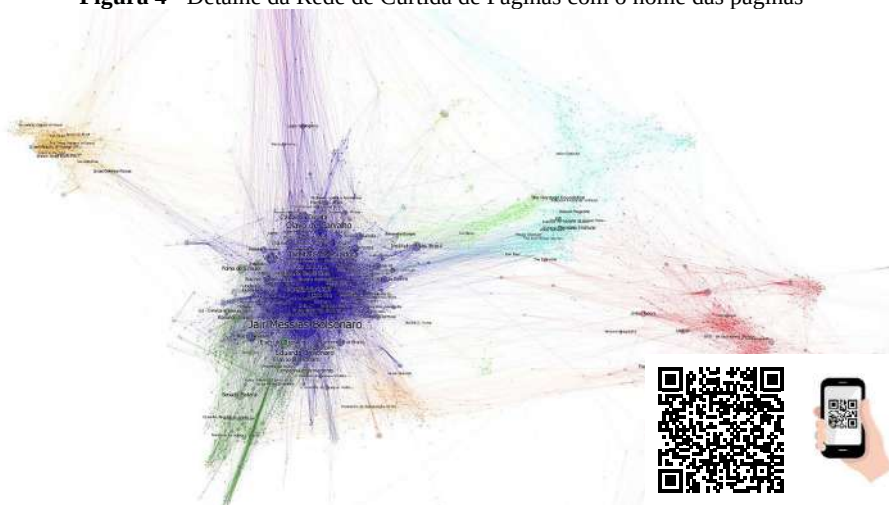
Fonte: a autora

4 Uma versão interativa da rede pode ser acessada a partir dos arquivos no repositório Zenodo <https://zenodo.org/record/3227649>.

Descrição da Rede Conservadora

Ao observar a rede construída, duas coisas são notórias logo de início: 1. uma clara segmentação espacial na rede conservadora, com um adensamento de nós na parte superior e um outro grande grupo, cercado por outros menores, na parte inferior do grafo (Figura 3); e 2. a centralidade da página de Jair Messias Bolsonaro, localizada na comunidade azul escuro na parte inferior do grafo (Figura 4).

Figura 4 - Detalhe da Rede de Curtida de Páginas com o nome das páginas



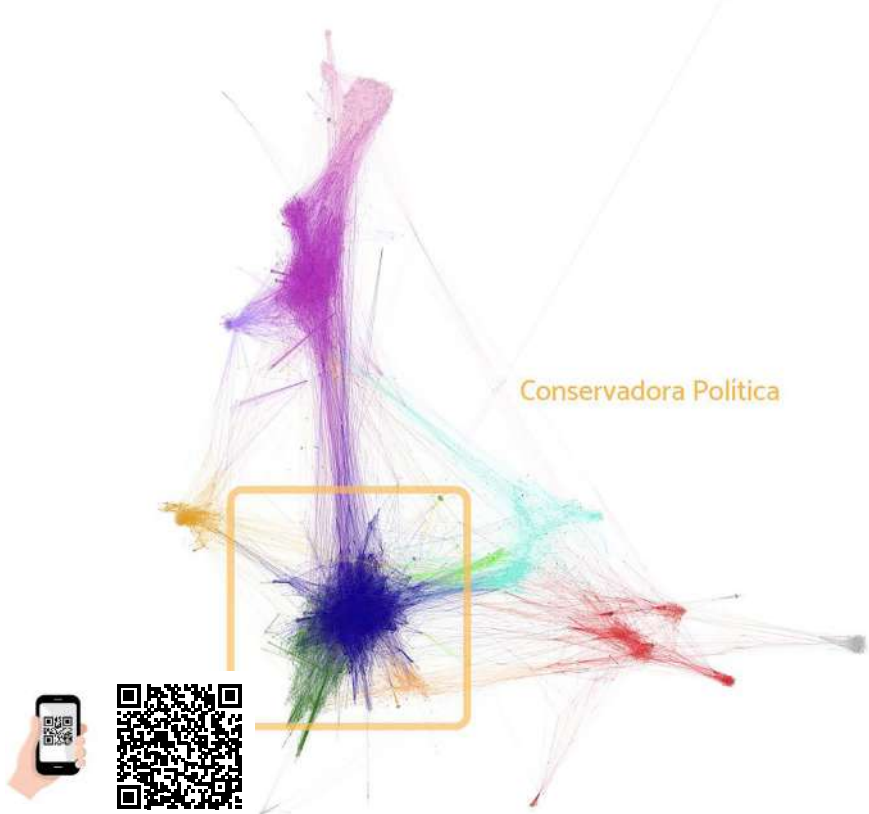
Fonte: a autora

A página do então deputado federal é o nó de maior tamanho do grafo, isto porque é a página que recebe mais curtidas dentre todas as páginas da rede. São 307 curtidas de páginas apontadas para ela. A segunda página com maior *in-degree* é a página Voltemos ao Evangelho, em roxo na parte superior do grafo, com 231 arestas apontadas para si, seguida pelas páginas Olavo de Carvalho, 204 arestas, e Direita Conservadora, 177 arestas, ambas na comunidade em azul escuro.

Para o entendimento do que significam os agrupamentos identificados pelos algoritmos e representados na rede, nos atentamos para os nomes de cada nó e voltamos ao Facebook para observar criticamente o conteúdo das páginas de maior relevância de cada comunidade. Na sequência, descrevemos cada uma das comunidades, identificadas pelas diferentes cores, para, ao final, interpretar as articulações do conservadorismo e dessa ampla frente de direita que se condensa nos últimos anos em torno da figura de Jair Bolsonaro.

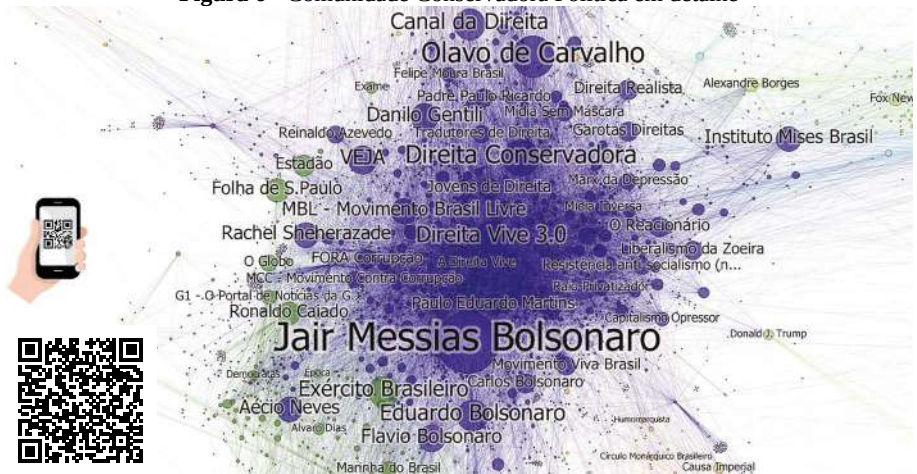
Comunidade Conservadora Política

Figura 5 - Localização na rede da Comunidade Conservadora Política



Fonte: a autora

Figura 6 - Comunidade Conservadora Política em detalhe



Fonte: a autora

A maior comunidade da rede é a comunidade **Conservadora Política**, com 2.342 nós e 17.245 arestas em azul ou aproximadamente um quarto do total da rede. É composta por uma gama diversa de páginas atuantes na esfera política brasileira, porém não necessariamente integrantes da corrente principal da Esfera Pública. A comunidade azul se liga fortemente à comunidade verde, como aponta a proximidade e a mescla de seus nós. Destacam-se as páginas que se autodeclararam pertencentes à direita política, como Direita Conservadora, Canal da Direita, Direita Vive 3.0 e Jovens de Direita.

As páginas de maior centralidade na comunidade, isto é, com maior número de arestas apontadas para elas, aparecem em tamanho maior no grafo (Figura 6). Fazemos uma breve descrição de cada uma delas a partir de observações no Facebook e de trechos de sua autodescrição na seção *sobre* ou *about*, grafados entre aspas:

- *Jair Messias Bolsonaro*, página do então deputado Jair Bolsonaro;

- *Olavo de Carvalho*, “página oficial do filósofo e escritor Olavo de Carvalho”, blogueiro independente e tradicional ativista de direita;

- *Direita Conservadora*, página de militância que objetiva a divulgação de “valores e princípios conservadores”, é uma das páginas semente desta rede;

- *Eduardo Bolsonaro*, filho de Jair Bolsonaro, policial federal e deputado federal eleito por São Paulo, na época no Partido Social Cristão (PSC).

O agrupamento combina páginas de políticos de direita, de intelectuais ativistas, de novos movimentos sociais, de humor, de grupos que se intitulam imprensa alternativa, de jornalistas e celebridades de meios de comunicação tradicionais; de líderes religiosos. São páginas que usam a mídia social para declarar apoio à polícia e ao exército; combater a ideologia de esquerda, o comunismo, o marxismo, o feminismo; para apoiar o capitalismo, o liberalismo, as privatizações; ou sustentar o direito de defesa da vida e da propriedade pela posse de armas, entre outras questões.

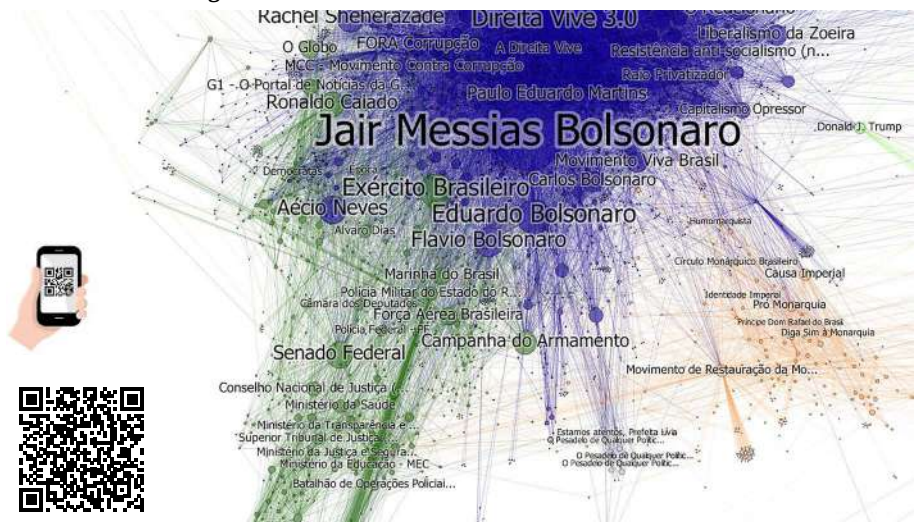
Comunidade Política Institucional

Figura 7 - Localização na rede da Comunidade Política Institucional



Fonte: a autora

Figura 8 - Comunidade Política Institucional em detalhe



Fonte: a autora

Com 750 nós, em verde escuro, a comunidade **Política Institucional** localizada à direita e parcialmente sobreposta à comunidade azul “Conservadora Política”, reúne páginas de veículos de imprensa, de políticos ligados a partidos tradicionais e instituições do Estado (Figura 7).

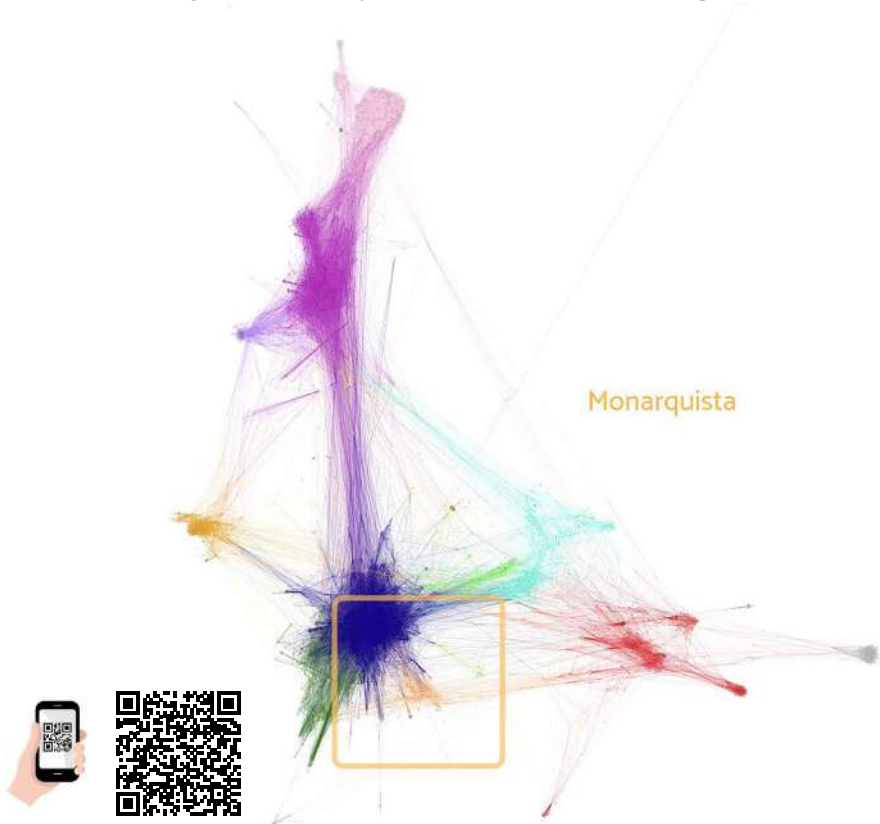
As páginas com maior *in-degree* da comunidade Política Institucional são (Figura 8):

- *Exército Brasileiro*, página oficial do exército brasileiro;
- *Senado Federal*, página oficial do senado;
- *Folha de S. Paulo*, jornal impresso de maior circulação no país;
- *Ronaldo Caiado*, na época, senador por Goiás, do partido DEM.

A comunidade é formada por páginas que remetem à Esfera Pública, como conceituada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1991). São páginas de veículos de imprensa ligados a grandes grupos empresariais de comunicação, localizados na parte superior; páginas de partidos e políticos, na porção mediana; e páginas de instituições do Estado brasileiro, na parte inferior (Figura 8). Seus nós praticamente se mesclam aos nós da comunidade “Conservadora Política”, o que indica, mais do que proximidade, uma sobreposição de interesses. Estes atores da Esfera Pública presentes nesta comunidade verde, quanto outros que atuam nos mesmos campos, porém, não nos espaços oficiais ou de primeira linha da comunidade Conservadora Política, provavelmente articularam-se na oposição ao governo do PT ou no período eleitoral de 2014 ou na militância pelo *impeachment* dos anos seguintes.

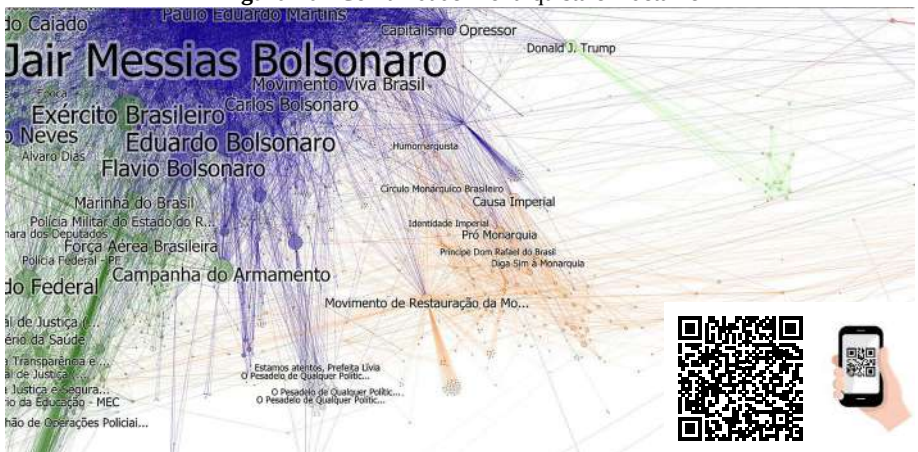
Comunidade Monarquista

Figura 9 - Localização na rede da Comunidade Monarquista



Fonte: a autora

Figura 10 - Comunidade Monarquista em detalhe



Fonte: a autora

Na parte inferior do grafo, bem próxima à comunidade azul, à sua direita, está a comunidade **Monarquista**, com 232 páginas, em laranja.

As páginas de maior centralidade da comunidade Monarquista são:

- *Movimento de Restauração da Monarquia no Brasil*, página cuja missão declarada é “mostrar que a Monarquia Constitucional Parlamentarista é o caminho a seguir para solucionar os problemas nacionais”;

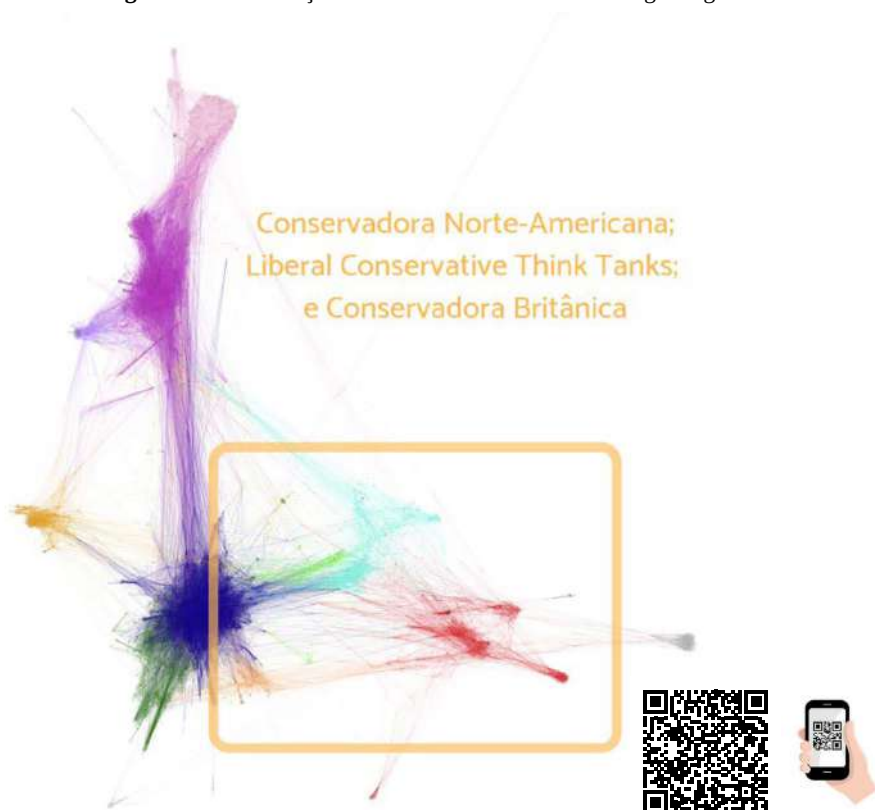
- *Causa Imperial*, página “pela restauração da Monarquia no Brasil”;

- *Pró Monarquia*, “página oficial da Casa Imperial do Brasil”.

Além das ligações com a comunidade “Conservadora Política”, a comunidade monarquista situa-se na mesma altura que e direciona vários *likes* para a comunidade institucional (Figura 10). Ela é puxada para a direita do grupo de páginas brasileiras pelas conexões com a comunidade “Conservadora Britânica”, em especial, às páginas ligadas à monarquia britânica ainda vigente.

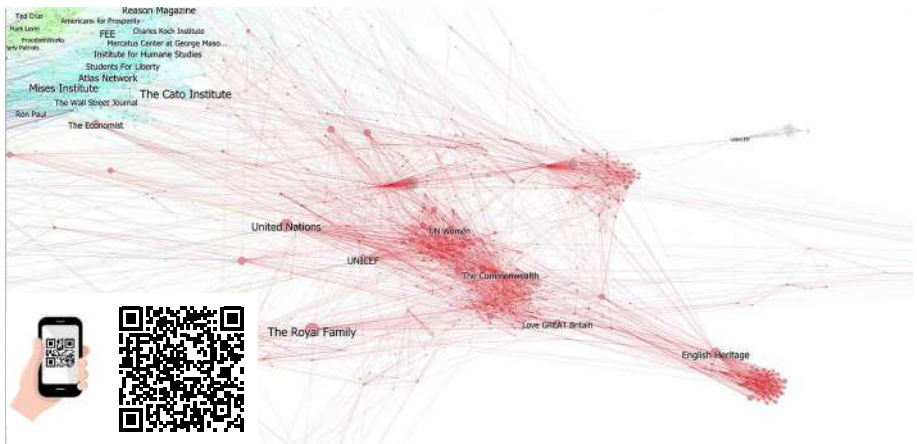
Comunidade Conservadora Britânica

Figura 11 - Localização na rede das comunidades de língua inglesa



Fonte: a autora

Figura 12 - Comunidade Conservadora Britânica em detalhe



Fonte: a autora

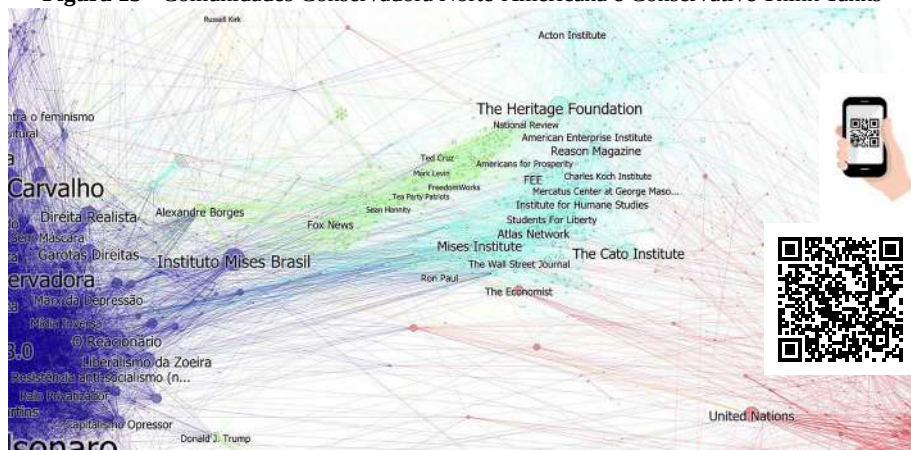
Mais afastada, à direita, está a comunidade **Conservadora Britânica**, em vermelho, com 1.008 nós ou 11% da rede (Figura 11). As páginas de maior centralidade são:

- *The Royal Family*, página da família real britânica;
- *United Nations*, página da Organização das Nações Unidas;
- *English Heritage*, página dedicada à História da Inglaterra.

A comunidade reúne páginas em inglês de organizações políticas internacionais misturadas a páginas da política britânica. Elas foram identificadas num mesmo grupo, pois são densamente conectadas. Sua heterogeneidade pode ser apreendida pela observação dos nós mais à esquerda do agrupamento: cada um se conecta a comunidades diferentes da rede (Figura 12). *The Royal Family* se conecta à comunidade laranja, comunidade “Monarquista” brasileira; ONU e Unicef conectam-se à comunidade “Institucional Política” brasileira, em verde; e a página *Conservatives*, do partido conservador do Reino Unido, é a mais próxima da “Conservadora Política”. À direita da comunidade britânica, há páginas ligadas ao Partido Conservador do Canadá, em cinza.

Comunidade Conservadora Norte-Americana

Figura 13 - Comunidades Conservadora Norte-Americana e Conservative Think Tanks



Fonte: a autora

A comunidade verde-clara, com 256 páginas, é a **Conservadora Norte-Americana**. Ela é puxada pela página *Alexandre Borges*, que sozinha curtiu 198 páginas da rede. Nesse grupo, encontram-se as páginas:

- *Alexandre Borges*, blogueiro do jornal Gazeta do Povo e diretor do Instituto Liberal, cuja página faz o papel de *hub* entre a comunidade “Conservadora Política” brasileira e a norte-americana;

- *Fox News*, canal de notícias na TV paga norte-americana de viés à direita;

- *Ted Cruz*, senador estadunidense republicano;

- *Donald J. Trump*, presidente dos Estados Unidos pelo partido Republicano.

A página de Trump aparece deslocada de sua comunidade, tendo sido atraída pelas curtidas da comunidade “Conservadora Política” e localizada, curiosamente, na mesma altura da página do então deputado Jair Messias Bolsonaro. O restante das páginas da comunidade verde-clara agrupa-se mais acima, bem próximas à comunidade turquesa (Figura 13).

Comunidade Liberal-conservative Think Tanks

A quarta maior comunidade da rede, com 771 nós em turquesa (Figura 13), reúne organizações dedicadas ao pensamento conservador-liberal (*liberal-conservative*), à sua divulgação e à sua defesa na implementação políticas públicas. As páginas da comunidade **Liberal-conservative Think Tanks** com maior *in-degree* representam os seguintes institutos:

- *The Heritage Foundation*, fundação destinada a “formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios de livre iniciativa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma forte defesa nacional”;

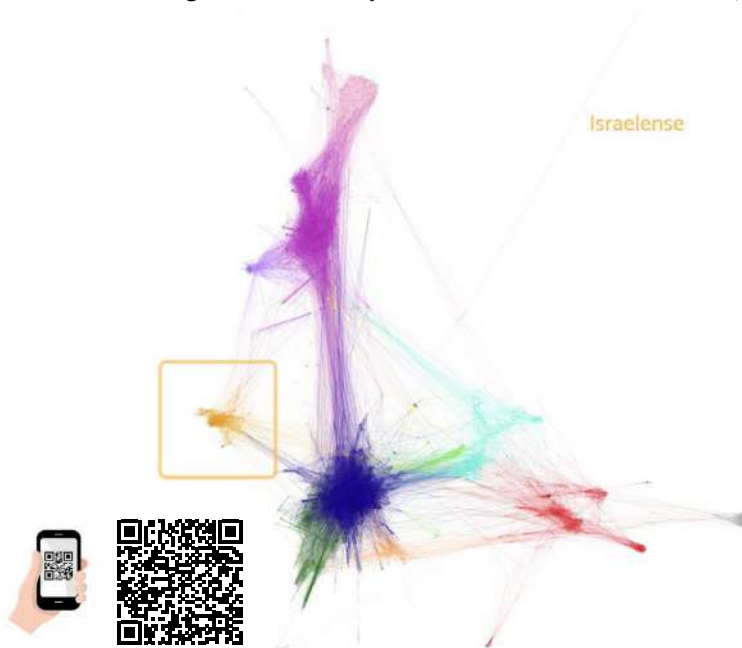
- *The Cato Institute*, “organização de pesquisa de políticas públicas dedicada aos princípios da liberdade individual, do governo limitado e dos mercados livres”;

- *Mises Institute*, “organização educacional dedicada à pesquisa e ensino na Escola Austríaca de economia e economia política *laissez-faire*”.

Observamos também páginas de grupos católicos, grupos de estudos universitários e páginas que levam o nome de importantes autores da teorização conservadora-liberal. A página *C. S. Lewis Institute*, *think tank* destinado a “desenvolver discípulos que articulem, defendam e vivam sua fé em Cristo na vida pessoal e pública”, opera com *hub* para a comunidade “Protestante Histórica”. Ela e outras páginas de organizações religiosas católicas puxam a “*Liberal-conservative Think Tanks*” para a parte de cima do grafo, onde estão as comunidades centradas na religião.

Comunidade Israelense

Figura 14 - Localização na rede da Comunidade Israelense,,



Fonte: a autora

Figura 15 - Comunidade Israelense em detalhe



Fonte: a autora

No extremo oposto do grafo, à esquerda e numa altura intermediária, está a comunidade **Israelense**, em amarelo, com 477 nós.

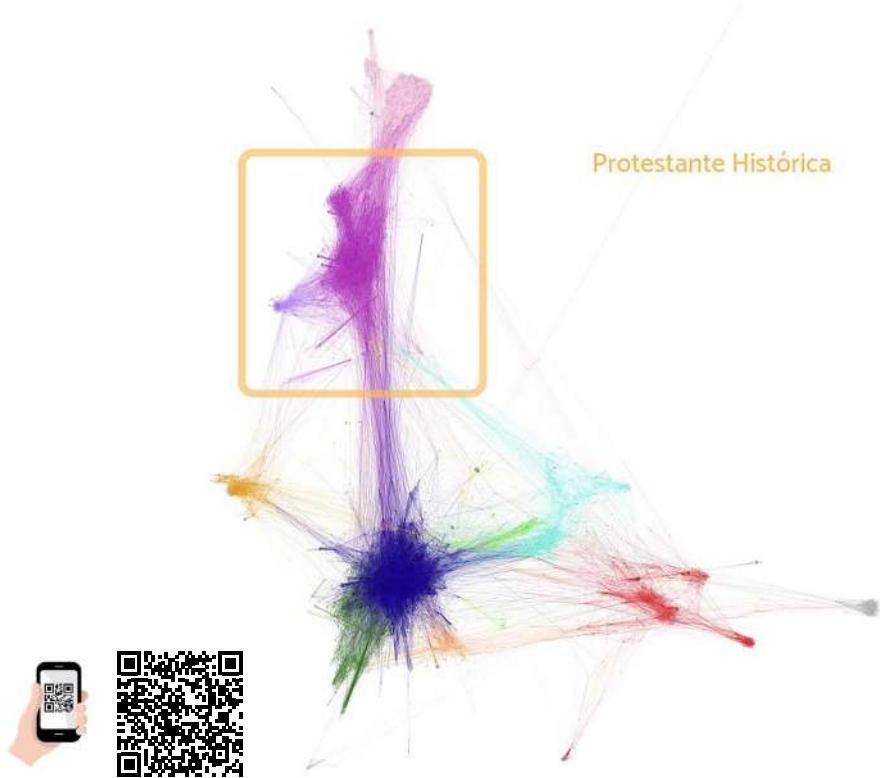
Os nós com maior *in-degree* são páginas oficiais do governo israelense, à exceção da terceira (figura 15):

- *Israel Ministry of Foreign Affairs*, página do Ministério das Relações Exteriores de Israel;
- *Israel Defense Forces*, página do exército israelense;
- *Visit Israel*, página de agência de turismo que divulga atrações turísticas;
- *The Prime Minister of Israel*, página do primeiro ministro de Israel.

A comunidade agrega também páginas de entidades judaicas no Brasil, páginas de diversos países e movimentos religiosos de apoio a Israel, como *Israel in the USA*, *StandWithUs*, *Christians United for Israel (CUFI)* e *Confederação Israelita do Brasil (CONIB)*. A página do exército Israelense atua como *hub* com a comunidade “Conservadora Política” e páginas variadas, em especial páginas de agências de turismo, são curtidas pela comunidade roxa, “Protestante Histórica”. Curiosamente, a página do presidente israelense Benjamin Netanyahu figura na rede, mas não recebe nenhuma curtida vinda das comunidades brasileiras.

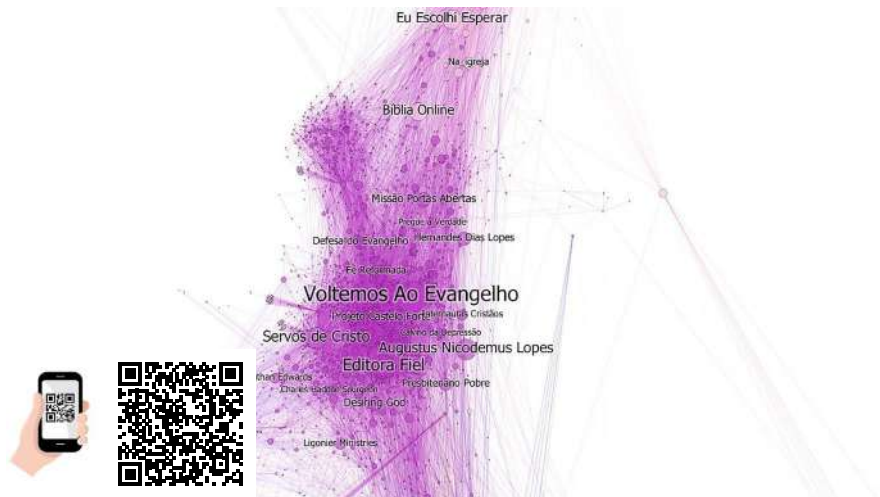
Comunidade Protestante Histórica

Figura 16 - Localização na rede da Comunidade Protestante Histórica



Fonte: a autora

Figura 17 - Comunidade Protestante Histórica em detalhe



Fonte: a autora

A comunidade roxa, com 1.611 páginas, é a segunda maior da rede e congrega páginas cristãs ligadas ao **Protestantismo Histórico**, em especial das linhas conhecidas como evangélicas clássicas. As páginas representam figuras públicas como pastores, igrejas, grupos de jovens, editoras e outros grupos de divulgação de material teológico. Boa parte das páginas dedica-se à publicação de mensagens do evangelho voltadas à comunidade protestante, numa estratégia de reforço à crença cristã de seu público.

As páginas de maior centralidade são (figura 17):

- *Voltemos Ao Evangelho*, página de divulgação de conteúdo “cristão centrado no evangelho de Jesus Cristo”;

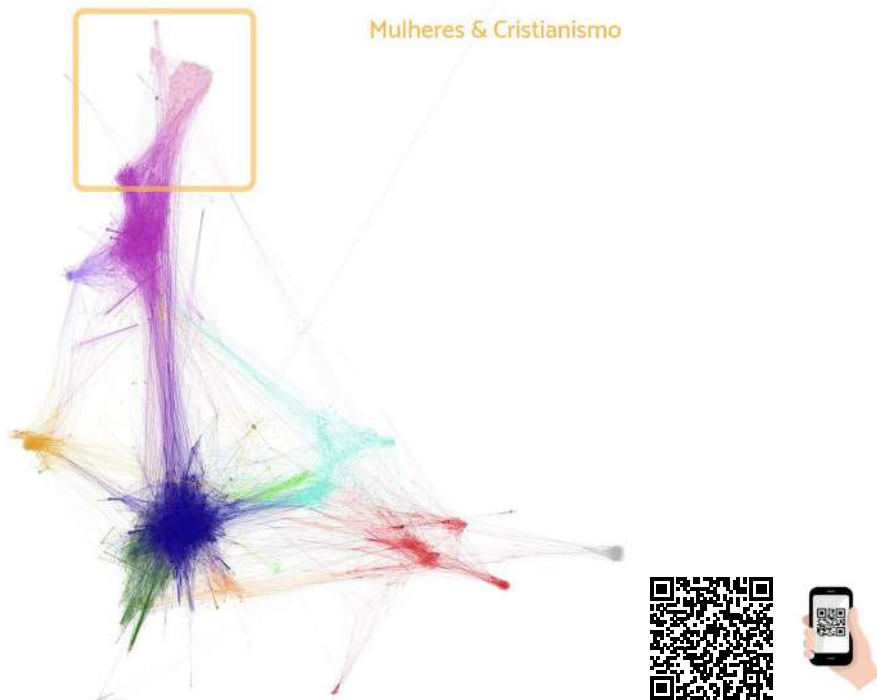
- *Editora Fiel*, editora de livros que oferecem ao ministério de pastores base teológica em língua portuguesa;

- *Servos de Cristo*, página de divulgação cristã “que acredita na simplicidade do Evangelho e tem Cristo como esperança de Vida Eterna”;

- *Augustus Nicodemus Lopes*, pastor da igreja Presbiteriana, professor e escritor paraibano;

Comunidade Mulheres Cristianismo

Figura 18 - Localização na rede da Comunidade Mulheres & Cristianismo



Fonte: a autora

Figura 19 - Comunidade Mulheres & Cristianismo em detalhe



Fonte: a autora

A comunidade roxa, Protestante Histórica, aparece fortemente conectada à comunidade rosa, com 732 páginas na parte superior; e à comunidade lilás, à sua esquerda, com 295 páginas. Esta segunda é um aglomerado de nós relacionados à página Puritanismo.

A comunidade rosa é a sexta maior da rede em número de nós e merece nossa atenção por ser a única comunidade da rede que não está diretamente associada ao conservadorismo. Reúne 8% dos nós da rede e 16% das arestas, indicando alta densidade de interconexão. É formada por um grupo de páginas de conteúdo voltado para mulheres e aparentemente feito por mulheres, algo como uma rede de “ativistas cristãs” que usam o Facebook para compartilhar mensagens de encorajamento e positividade. Entre elas:

- ♡ *Palavras de esperança by Terezinha* ♡ , a quarta em grau de entrada;
- *Iguai, porém diferente by Eliza Bezerra*, décima primeira.

Quando observamos as páginas em outubro de 2017, muitas delas tinham como imagem de capa figuras relacionadas à campanha Outubro Rosa, lembrando da importância da prevenção do câncer de mama. Entre as postagens encontramos temáticas que extrapolam a esfera religiosa, como a questão da violência contra a mulher e cuidados com a saúde. À primeira vista, em razão do título, as páginas pareciam ser meios de comunicação de caráter pessoal, mas não vimos nenhuma aparição das autoras em pessoa nas postagens. Chamamos a comunidade de **Mulheres & Cristianismo**.

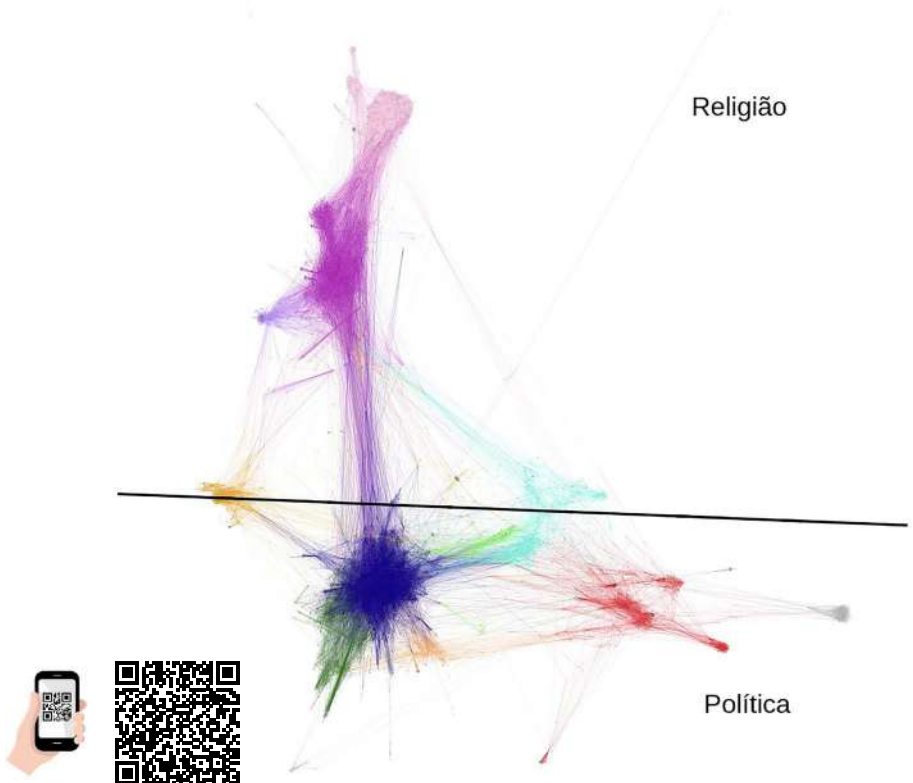
Além das páginas de mulheres, há páginas referentes a símbolos cristãos; as mais curtidas pertencem a um mesmo grupo de mídia cristão. Apesar do alto nú-

mero de *likes* de página e fãs, as páginas *Jesus Cristo* e *Bíblia Sagrada* tem baixíssima interação com seu conteúdo noticioso. Isso indica que as curtidas foram dadas com intenção de marcar posição: os usuários ou páginas desejosas de comunicar ao público da rede seu apreço por Jesus e pela Bíblia curtiram as respectivas páginas pelas figuras que elas representam e não porque tivessem algum interesse no conteúdo publicado por elas. Note a posição das duas páginas (Figura 19): a *Bíblia Sagrada* está na parte inferior, próxima à comunidade roxa, e *Jesus Cristo* localiza-se distante, na parte superior. Isso acontece porque várias curtidas da comunidade “Protestante Histórica” foram direcionadas à página *Bíblia Sagrada* e uma menor quantidade foi direcionada a *Jesus Cristo*.

É muito interessante observar a posição de *hub* ou conexão entre as comunidades roxa e rosa da página *Eu Escolhi Esperar*, “campanha para cristãos solteiros” de incentivo para que decidam e consigam “se guardar sexualmente para o casamento”. Relacionamento, sexo e casamento fazem parte do universo simbólico de homens e mulheres nas comunidades cristãs. É como se ali, as mulheres da comunidade rosa encontrassem os homens da comunidade roxa. Isso é apenas uma metáfora, claro. Mas o caráter feminino da comunidade “Mulheres e cristianismo” nos faz reparar na tendência a um discurso centrado na figura masculina presente na comunidade “Protestante Histórica” e em todo o restante da Rede Conservadora.

Uma interpretação da rede conservadora

Figura 20 - Demarcação das esferas da Rede Conservadora



Fonte: a autora

A descoberta mais evidente da análise da rede de curtida de páginas é a separação espacial entre as comunidades localizadas nas partes superior e inferior do grafo. O grupo de cima congrega páginas relacionadas ao cristianismo, em especial ao protestantismo histórico. O grupo de baixo, relaciona-se predominantemente à política (Figura 20). É importante salientar, porém, que a linha traçada como demarcação não representa uma barreira entre as esferas sociais. Ao contrário, a ligação entre as duas esferas - religião e política - é evidenciada pelas conexões entre os grupos distribuídos nos dois lados do plano. Valores religiosos podem estar presentes no discurso sobre política efetuado nas páginas do lado inferior da linha, assim como a política também pode estar presente nas interações que ocorrem nas páginas da parte superior do grafo.

A presença da comunidade Protestante Histórica, em roxo, na rede é curiosa. De acordo com o censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, os evangélicos de missão correspondem a 4,2% da

população brasileira. Mesmo assim, a minoria religiosa marcou presença na rede com uma comunidade densamente conectada. Primeiramente, isso denota que protestantes históricos se identificam com a adjetivação conservador: duas das páginas semente autodenominadas conservadoras se localizam nessa comunidade. As curtidas que unem as comunidades roxa e azul partem de ambos os grupos, mostrando que as páginas se relacionam e compartilham interesses.

O ponto mais interessante da comunidade Protestante Histórica não é sua presença, mas é justamente o fato de ela tornar evidente a ausência de uma comunidade católica e de uma comunidade evangélica neopentecostal. As religiões da maioria da população brasileira - 65% católica e 13,4% evangélica pentecostal/neopentecostal segundo o censo de 2010 - não aparecem representadas em comunidades específicas. Uma hipótese para explicar essa ausência seria pensar que, ao menos no Facebook, os atores dessas religiões não se identificam como conservadores e nem se relacionam publicamente com os outros atores dessa rede. Isso seria no mínimo estranho, tendo-se em conta a relação histórica entre o catolicismo e movimentos políticos conservadores no Brasil e o atual crescimento das religiões neopentecostais, associadas na literatura a uma moral conservadora (CAVALARI, 1999; BERTONHA, 2013; CÔRTEZ, 2018; ALMEIDA, 2017; MACHADO, 2017; MARIANO, 2016).

Há, de fato, páginas de padres e grupos católicos na rede, assim como de pastores evangélicos. Mas elas estão integradas à comunidade Conservadora Política. A comunidade em azul escuro absorve páginas de padres que assumem a missão de realizar “evangelização midiática”, como o Padre Paulo Ricardo, e de pastores neopentecostais que desempenham papéis na política institucional, como o deputado federal Marco Feliciano e o presidente nacional do Partido Socialista Cristão - PSC, Pastor Everaldo. As páginas protestantes históricas, ao contrário, formam uma comunidade relativamente isolada, pois se conectam mais frequentemente entre si. Esse posicionamento relativamente afastado do hiperplano político reflete princípios próprios do protestantismo: “As igrejas protestantes, a maioria originária do sul dos Estados Unidos, trouxeram consigo a forte influência da ‘Igreja espiritual’, que relegava a política a César”. Somado ao sentimento de anticatolicismo, os protestantes concluíam: “se católicos se envolviam na política, os protestantes deviam então afastar-se dela” (REILY, 1993, p. 272 *apud* LEAL, 2018).

Ainda sobre as relações entre religião e política, traçamos o eixo que separa as duas esferas sobre a comunidade Israelense. As páginas desta comunidade, em geral, não são páginas de entidades religiosas, as de maior destaque são páginas oficiais relacionadas à política do estado de Israel. Mesmo assim, posicionei o eixo sobre ela, pois nos interessa muito mais o valor simbólico atribuído a ela

pelas curtidas recebidas do que o conteúdo publicado por suas páginas. Israel é governado por partidos de direita desde 2009, mas a página oficial do primeiro ministro israelense não tem nenhuma curtida da comunidade Conservadora Política brasileira. Dali, na verdade, partem curtidas para a página do exército israelense. Da comunidade Protestante Histórica, por sua vez, partem curtidas para páginas de turismo ou relações exteriores. Quando o assunto é Israel, a atenção não se volta especificamente para a política. Religião e militarismo se misturam no universo simbólico conservador.

A presença das comunidades de língua inglesa ligadas à tradição conservadora anglo-saxã também chama a atenção para a ausência de comunidades especificamente vinculadas ao conservadorismo da vertente católica ultramontana, presente no Brasil desde a metade do século XIX e que teve importante papel na fundamentação moral conservadora que deu apoio ao regime militar de 1964 (KOCH, 2013; CALDEIRA, 2005). O conservadorismo de língua inglesa que aparece em nossa rede desenvolve-se academicamente principalmente após a Segunda Guerra Mundial e ganha força internacionalmente na década de 1980 nos governos Reagan e Thatcher, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sua marca é a defesa de valores morais conservadores e valores liberais na economia. A presença dessas comunidades de língua inglesa pode indicar uma variação importante na atual configuração do conservadorismo político brasileiro em relação ao do período da mais recente ditadura civil-militar. A existência da comunidade *Liberal-conservative Think Tanks* é um indicativo de que o ativismo internacional dessas organizações tem chegado ao Brasil, ao menos em conexão com atores presentes da comunidade Conservadora Política.

A presença da comunidade Monarquista marca a existência de um movimento militante pela restauração da Monarquia no Brasil. Para além das relações de ativismo político, a posição na rede é um sinal de que ainda persiste no imaginário conservador a simbologia da monarquia e da família real quase 130 anos depois da proclamação da República e do fim do Império no Brasil.

Sobre a comunidade Política Institucional, é interessante notar que mesmo com a popularização das mídias sociais digitais e a ascensão de partidos não tradicionais e de novos movimentos sociais de direita, a Esfera Pública, como descrita por Habermas, ainda é um conceito que faz sentido; os atores da mídia de massa, da política partidária tradicional e das instituições do Estado permanecem fortemente conectados.

É importante salientar a parcial sobreposição da comunidade verde escura com a comunidade azul. O algoritmo de espacialização posicionou nós dos dois grupos na mesma região. Ainda assim, o algoritmo de modularidade detectou que as páginas formam dois grupos diferentes, isso porque há mais conexões internas

em cada um dos grupos. É o mesmo que dizer que as páginas da comunidade Política Institucional curtem umas às outras, enquanto as páginas conservadoras também curtem mais outras páginas conservadoras. Percebemos, portanto, uma proximidade de interesses entre atores da política tradicional e atores *outsiders*, políticos filiados a partidos sem tradição; jornalistas da grande imprensa, porém sem um histórico de carreira e credibilidade; celebridades midiáticas sem atuação política; ativistas de internet; novos movimentos sociais e outros - um tipo de ator que arriscaria associar àqueles que “se consideram perdedores” caracterizados pelo filósofo Marcos Nobre (2018).

É certo que os atores dessa “contra esfera pública” têm por objetivo influenciar e atuar na Esfera Pública, por isso suas páginas precisam estabelecer conexões com as páginas do grupo verde. Mas diante da atuação francamente favorável ao impeachment dos veículos de imprensa e dos políticos que aparecem na rede, pensamos que essas comunidades podem ter sido localizadas tão próximas devido à sua conjunção de interesses durante as eleições de 2014 e os anos que se seguiram até o impeachment de Dilma. Além da mídia e dos políticos, destacamos a intensa presença de páginas militares que se ligam às páginas dos integrantes da família Bolsonaro, demonstrando que o deputado e seus filhos se relacionam com intensidade com as forças armadas.

Deixamos por último os comentários sobre a comunidade mais dissonante da rede. Ao analisar o conteúdo das páginas de Mulheres & Cristianismo, na parte superior do grafo, nos perguntamos se se tratava de uma comunidade conservadora, uma vez que nada remetia a valores presentes no restante da rede, como a oposição a algum inimigo, a violência justificada por essa ameaça, a necessidade de uma autoridade para imposição da ordem e o louvor à submissão. Ao contrário, as mensagens publicadas pelas páginas desse grupo eram de superação, autocuidado e elevação de autoestima. A suspeita de pouca ligação com o conservadorismo se confirmou na matemática das redes. Aplicamos o algoritmo de *Hits* (KLEINBERG, 1999), que calcula entre outras coisas a característica de cada nó como *hub*, ou seja, como conector de grupos. Na prática, se um nó identificado como *hub* cai, grande parte da rede também cai, pois está exclusivamente ligada a ele. O maior *hub* da rede toda é a página *Heresia*, página crítica à mercantilização das igrejas e que aponta para 761 páginas da comunidade rosa. Sem ele, a maior parte das páginas de “Mulheres e cristianismo” não apareceria na rede conservadora, o que demonstra relativa independência da comunidade.

A presença dessa comunidade fracamente conectada, primeiramente, chama atenção para a ausência de outras comunidades não conservadoras na rede. Isso indica que as páginas conservadoras e as páginas curtidas coletadas relacionam-se apenas entre si, numa espécie de sistema fechado sem interferências de um mundo externo. Elas formam o que é conhecido por “câmara de eco”, um sistema isolado da introdução de visões externas, mas no qual as visões de seus membros são

capazes de circular amplamente (SUNSTEIN, 2009). Essa é uma configuração específica dessa rede montada a partir das páginas autodenominadas conservadoras e não significa que essas páginas não se relacionem com outras que não figuram aqui em razão de nosso método de coleta. Mas, de qualquer forma, é interessante ver que a busca por páginas conservadoras e correlatas resultou num ecossistema estilo câmara de eco.

Considerações Finais

A análise da rede conservadora de Páginas Públicas no Facebook nos mostra que a direita contemporânea brasileira congrega atores de um amplo espectro: dos militares aos conservadores cristãos, passando pelos liberais, pelos monarquistas e por todo um complexo de mídia e política envolvendo veículos e partidos tradicionais e também novos partidos e novos movimentos sociais de Internet. Essa rede articulou-se num esforço de oposição ao governo após pelo menos três mandatos petistas. É, portanto, como oposição à esquerda no poder que a atual direita, plural e heterogênea, constitui-se como uma força unificada.

Jair Bolsonaro aparece como figura central da rede, com maior número de curtidas de páginas. Tal centralidade pode ser atribuída ao fato de Bolsonaro ter se colocado como porta-voz de valores pró-militares durante toda sua carreira política e, em especial, ter dado ênfase a pautas conservadoras e antiesquerda nos anos em que o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores, com maior ênfase nos governos Dilma Rousseff. No mandato de 2010 a 2014, o deputado colocou-se abertamente como defensor de valores morais conservadores e conseguiu, através de sua performance político-midiática com o uso de mídias tradicionais de segunda linha e das novas mídias sociais digitais, atrair a atenção desses grupos diversos e de um grande público que, recentemente, passou a expressar sentimentos antipopulares e até antidemocráticos sem nenhum constrangimento na Internet.

Por fim, a detecção de comunidades estrangeiras na rede conservadora dá a entender que a ascensão do conservadorismo no Brasil não é um fenômeno que se explica unicamente pelas articulações locais. É preciso levar em conta que movimentos populistas - entendidos como a ascensão eleitoral de figuras desligadas de partidos tradicionais - que desautorizam a democracia liberal estão emergindo em diversos países do mundo (MOUNK; FOA, 2018). Deduzimos - da análise da rede de curtida de páginas ligadas ao conservadorismo no Facebook - que ascensão das direitas contemporâneas depende de articulações locais com grupos historicamente constituídos e também com novos movimentos sociais fortalecidos pelas inovações introduzidas nas comunicações pela Internet. E mais, a identificação

de comunidades estrangeiras, em especial das comunidades de páginas da direita política norte-americana e de grupos destinados à propagação de valores econômicos liberais, dá pistas para o entendimento da atual escalada conservadora no Brasil a partir de uma perspectiva global. Investigações futuras podem dar a entender exatamente como esses grupos se relacionam e se o que ocorre localmente no Brasil atual é também decorrência de uma estratégia mundialmente articulada.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. Epub June 26, 2017. <https://doi.org/10.1590/1809449201700500001>.

BASTIAN M., HEYMANN S., JACOMY M.. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. **International AAAI Conference on Weblogs and Social Media**, 2009. Disponível em: <https://www.aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/09/paper/viewFile/154/1009>

BEN-DAVID, Anat; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, Ariadna. Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 10, p. 1167-1193, 2016. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3697>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BERTONHA, João F. **Plínio Salgado**. São Paulo: USP (Tese de livre-docência), 2013.

BLONDEL, Vincent D.; GUILLAUME, Jean-Loup; LAMBIOTTE, Renaud; LEFEBVRE, Etienne. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, Paris, v. 10, 2008. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/0803.0476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BOLSONARO, Jair Messias. Câmara dos Deputados do Brasil. **Pronunciamento em 17 de abril de 2016, por ocasião da votação do prosseguimento do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff**. Brasília, 2016. Transcrito em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/discursoDiretoCMO.asp?nuReuniao=1143%2F16>

BRUNS, Axel; BURGESS, Jean; HIGHFIELD, Tim. A 'big data' approach to mapping the Australian Twittersphere. In: BODE, K. (ed.) **Advancing Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014.

BRUNS, Axel. Methodologies for mapping the political blogosphere: An exploration using the IssueCrawler research tool. **First Monday**, Chicago, v.

12, n. 5, 2007. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1834/1718>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BURGESS, Jean; BRUNS, Axel. Twitter Archives and the Challenges of “Big Social Data” for Media and Communication Research. **M/C Journal**, [S.l.], v. 15, n. 5, oct. 2012. ISSN 14412616. Disponível em: <http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/561>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Teologia), Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

CANO, César Augusto Rodríguez. Communication in Movement and Techno-Political Media Networks: the case of Mexico. In: CABALLERO, F. S.; GRAVANTE, T. **Networks, Movements and Technopolitics in Latin America**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

CAVALARI, Rosa. **Integralismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHO, S. E.; PARK, H. W. Who are dominant communicators on Twitter? A study of Korean Twitter users. **International Journal of Contents**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 49-59, 2013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Who-are-Dominant-Communicators-on-Twitter-A-Study-Cho-Park/5d3e5c4fcde2b104fff8b8dd28cc667718b581db?citationIntent=background#citing-papers>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CÔRTEZ, Mariana. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-38, abril 2018. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7O-dispositivo-pentecostal-e-a-agencia-dos-governados-Dossie.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRIGO, Diosana. A circulação da “fala de Jair Bolsonaro”: o mapa rizomático de um acontecimento na sociedade em vias de midiaticização. In: Seminário Internacional de Pesquisas em Midiaticização e Processos Sociais, **Anais...** [S.l.], v. 1, n. 2, jul. 2018. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticizacao-resumos/article/view/1004>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FERRARI, Bruno; CAPELO, Rodrigo. O sobe e desce dos políticos no Facebook. *Época*, 8 de abril de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/04/o-sobe-e-desce-dos-politicos-no-facebook.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society**. Cambridge: MIT Press, 1991 [1962]

JACOMY M.; VENTURINI, T.; HEYMANN, S.; BASTIAN, M.. ForceAtlas2, a Continuous Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization Designed for the Gephi Software. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 9, n. 6, 2014. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0098679>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KIM, H.; PARK, H. W.; THELWALL, M.. Comparing academic hyperlink structures with journal publishing in Korea: A social network analysis. **Science Communication**, Thousand Oaks, v. 27, n. 4, p. 540-564, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1075547006288037>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KLEINBERG, Jon M. Authoritative Sources in a Hyperlinked Environment. *Journal of the ACM*, [S.l.], v. 46, n. 5, p. 604-632, 1999. Disponível em: <https://www.cs.cornell.edu/home/kleinber/auth.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KOCH, Ana Maria. Cruzada pela democracia: militantes católicos no Brasil republicano. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 287-308, Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000200014>.

LAMBIOTTE, R.; DELVENNE, J.-C.; BARAHONA, M.. Laplacian Dynamics and Multiscale Modular Structure in Networks. **arXiv physics.soc-ph**, [S.l.], 2009. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/0812.1770>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LEAL, Jair Souza. Os batistas brasileiros e o golpe militar de 1964. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 101-118, 2018. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1463>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MACHADO, Maria das Dores C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicas*, Porto Alegre, v. 47, p. 351-280, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v23n47/0104-7183-ha-23-47-0351.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MANOVICH, Lev. "Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data.". In: GOLD, Matthew K. (ed.) **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota, 2012.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 708-726, Dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.25765>.

METZ, Jean; CALVO, Rodrigo; SENO, Eloize R. M.; ROMERO, Roseli A. F.; LIANG, Zhao. **Redes Complexas: conceitos e aplicações**. ICMC-USP: São Paulo, 2007.

MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. The End of the Democratic Century: Autocracy's Global Ascendance. *Foreign affairs*, New York, v. 97, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-04-16/end-democratic-century>. Acesso em: 12 jun. 2020.

NOBRE, Marcos. A Revolta Conservadora: Bolsonaro será o líder de um governo antiestablishment. **Piauí**, v. 147, dezembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 271, 2007.

QUEIROZ, Antonio. Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda. Agência DIAP, 15 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88896-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda>. Acesso em: 11 jun. 2020.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1993.

RIEDER, Bernhard. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. *In: Proceedings of the 5th annual ACM web science conference*, Paris, ACM, p. 346-355, 2013.

ROGERS, Richard. **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015.

ROGERS, Richard. **Digital methods**. Cambridge: MIT press, 2013.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves. **Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SHALDERS, André. Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara?. **BBC Brasil**, 7 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.com 2.0**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis. Methods and Applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária é o delírio anticomunista da família Bolsonaro



Fabiano Godinho Faria

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), de alcunha “03”, nunca foi conhecido por sua moderação e sabedoria. De origem obscura no baixo clero, jamais chamou atenção até a eleição de seu pai à presidência da república num pleito repleto de nuvens. Desde então, aproveitou todas as oportunidades para se colocar sob a luz dos holofotes, seja como embaixador informal do governo em viagem aos Estados Unidos -onde se deixou fotografar com um boné de propaganda para a reeleição de Trump e mais tarde se propôs a ser embaixador - seja como líder do seu partido numa ascensão marcada por acirrada disputa interna, como arauto da moralidade bolsonarista, por suas brigas pessoais com a antiga namorada e a especulação sobre suas medidas íntimas ou simplesmente como filho do presidente. Numa de suas mais impactantes aparições, com a naturalidade de quem fala sobre o tempo, sugeriu a possibilidade do ressuscitamento do Ato Institucional número 5, o famigerado AI-5, medida da Ditadura Militar sob o general ditador Costa e Silva, que entre outras coisas, fechou o Congresso, colocou a imprensa sob censura, extinguiu o *habeas corpus* e mergulhou o país nos anos de chumbo, época em que tortura e assassinatos se tornaram política de Estado. A declaração que estarreceu o mundo político e gerou protestos à esquerda e à direita foi dada em entrevista à jornalista e youtuber Leda Nagle², em 29 de outubro de 2019. Em função dela, 03 é objeto de várias denúncias no Conselho de Ética da Câmara dos deputados que, se levadas às últimas consequências, podem lhe custar até o mandato.

- 1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
- 2 NAGLE, Leda, “O que Eduardo Bolsonaro REALMENTE falou sobre o AI-5?”, [www.youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtTpL4&t=34s), 31 out. 2019, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtTpL4&t=34s, visto por último em 10 jan. 2020.

Dentre as inúmeras reações à fala de Eduardo, não faltaram aqueles que mui apropriadamente relembrou o que foi o AI-5 e a ditadura militar, também aquelas vozes a apontar o risco da banalização da apologia à ditadura em seus piores momentos e as ameaças que atitudes assim trazem ao Estado de Direito. Mas o conteúdo mesmo do que disse o filho do presidente ficou para quase todos ignorado. O objetivo desse breve texto é justamente desvendar a historicidade por trás da aparente bravata. Uma doutrina política de triste memória elaborada e documentada e que foi a alma da conspiração empresarial-militar que depôs o presidente João Goulart em 1964: a Doutrina da Guerra Revolucionária. Antes de mais nada, observemos as palavras exatas do filho do Presidente. No fatídico momento, a jornalista e youtuber Leda Nagle questionava o deputado sobre a conjuntura política na América Latina, mencionou as eleições na Argentina e as manifestações no Chile e, em sua resposta, Eduardo Bolsonaro usou as seguintes palavras:

Seria muita ingenuidade, Leda, a gente achar que isso daí não é arquitetado e tudo surgisse ao mesmo tempo. Eu tenho contato com Antônio Kast³, foi senador lá no Chile e quarto colocado na última eleição presidencial, tenho alguns outros amigos lá dentro do Chile, e o *feedback* que eles me dão, é o mesmo *modus operandi* dos *Black Blocks*. A pessoa organiza ditos protestos, chega na hora vandaliza tudo, queimaram estação de metrô, destruíram dezenas de estações de metrô, e quando você vai ver o grupo que fez isso não é um grupo grande não, é um grupo pequeno, mas bem organizado. A gente em algum momento tem que encarar de frente isso daí, vai chegar o momento em que a situação vai ser igual ao final dos anos 60 no Brasil, quando sequestravam aeronaves, quando executavam-se, sequestravam-se grandes autoridades, cónsules, embaixadores, execução de policiais, militares. Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta, e uma resposta, ela pode ser via um novo AI-5, pode ser via uma legislação aprovada através de plebiscito, como ocorreu na Itália. Alguma resposta vai ter que ser dada, *porque é uma guerra assimétrica*, não é uma guerra em que você está vendo o seu [inimigo] do outro lado e você tem que aniquilá-lo como acontece nas guerras militares. É um inimigo interno, de difícil identificação aqui dentro do país. Espero que não chegue a esse ponto, né, mas a gente de que estar atento⁴.

Há uma tendência a não analisar com profundidade as falas da família Bolsonaro e atribuir todos os erros e distorções à falta de informação, cultura ou

3 José Antonio Kast Rist, é líder da extrema direita chilena, mais informações em: WIKIPÉDIA, “José Antonio Kast”. 24 dez. 2019, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_Kast, visto por último em 19 jan. 2020.

4 UOL, “Eduardo Bolsonaro fala em novo AI-5 “se esquerda radicalizar”, 31 out. 2019, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm>, visto por último em 19 jan. 2020, grifos meus.

a má-fé do improviso. Pouca gente percebeu que a estrutura argumentativa de Eduardo Bolsonaro era a mesma dos militares que estiveram à frente das ditaduras militares na América Latina nos anos de 1960 e 1970. E isso por uma razão bem simples, também não procuraram analisar a historicidade do discurso dos generais nos anos de chumbo. Mais do que nunca, urge compreender a “lógica” e “racionalidade” do que diziam os milicos torturadores para podermos ter a exata dimensão a respeito do que anima as cabeças ocas daqueles que, no momento em que estas palavras são escritas, simplesmente nos governam.

Em sua entrevista, Eduardo Bolsonaro disse textualmente que estamos em Guerra, e isto é central. Para a ultradireita, vivemos uma guerra em toda a sua literalidade e que, portanto, deve ser encarada nestes termos e levada às últimas consequências. Entender isto é vital para a compreensão da profundidade do risco presente às instituições do Estado de direito e à democracia. O desvendamento e a denúncia desse ressuscitamento da Guerra Fria é o que nos propomos a fazer a partir de agora.

A história da Doutrina da Guerra Revolucionária e seus paralelos com o governo Bolsonaro

No ano de 1984, num momento em que a ditadura militar encontrava-se então profundamente desgastada, e muitos com exagerado otimismo viviam a expectativa de um novo presidente civil, os cinemas exibiram um documentário sobre o golpe de 1964: “*Jango*”. A película dirigida por Silvio Tendler foi à época um dos filmes mais assistidos em todo o país. Nesse documentário, constou uma das últimas entrevistas do General Antônio Carlos Muricy. O então general reformado foi um ativo participante do golpe, sendo mesmo o comandante de campo das forças mineiras que deflagaram o golpe em 31 de março de 1964. Em várias manifestações justificou, segundo seus critérios, o movimento de insubordinação de uma parte dos oficiais contra João Goulart. Analisemos uma de suas passagens:

E aqueles mais preocupados com o problema de luta que existia no Brasil, tomaram uma posição contra a subida de Jango, embora pessoalmente Jango não fosse um homem que nós tivéssemos uma atitude contrária por ele, mas pelos homens que o cercavam e que o estavam levando para um lado de esquerdismo que não era o que nós queríamos. E é preciso prestar atenção: é que *neste momento a guerra revolucionária já instalada no Brasil estava preconizando a conquista pacífica do poder*. E era isso que nós queríamos evitar que ocorresse no Brasil, que o Brasil fosse seguir o caminho da Tchecoslováquia⁵.

5 TENDLER, Silvio; DIAS, Maurício. **Jango**. Revista suplemento ao filme. Porto Alegre, L&PM, 1984, p. 29. Grifo meu.

Também naquela ocasião, a maioria dos expectadores se contentou com a conhecida manifestação de desconfiança a Jango e quase ninguém parou para se questionar a respeito do que exatamente queria dizer a expressão “guerra revolucionária” usada pelo orgulhoso general. A Doutrina da Guerra Revolucionária⁶ foi intensamente estudada e difundida neste período. Inicialmente nas escolas militares para oficiais e logo depois difundida também na sociedade civil pelos setores empresariais que conspiraram contra a constituição de 1946⁷. Durante os anos que precederam o golpe empresarial-militar de 1964, não foram poucos os opositores ao governo de João Goulart que mencionaram ruidosamente a suposta doutrina como meio de alertar a parte “cristã, conservadora e de bem” da sociedade brasileira para os riscos do comunismo. Para o então deputado federal e líder da União Democrática Nacional,⁸ Bilac Pinto⁹, por exemplo:

A “guerra revolucionária”, expressão concreta da estratégia expansionista dos soviéticos, é o mais impressionante fenômeno da história do comunismo universal. [...] Conhecem-na desde os provincianos das montanhas da Grécia aos indus das encostas do Himalaia, desde as tribos de Gana ou Mali ao camponês filipino ou vietnamês. Ignorá-la, ridicularizá-la, menosprezá-la constitui primarismo que só explicam as intenções inconfessáveis ou o enredamento na traiçoeira teia de seus processos tático e técnicos (BILAC, 1964, p. 4).

Curiosamente, até os dias atuais, os pressupostos da DGR assim como sua existência é algo quase completamente ignorado pelas forças de esquerda e mesmo pela historiografia em sua maior parte. Numerosos analistas da ditadura, embora reconheçam o forte movimento de oposição do período, desconhecem a origem dos principais conceitos que, pela via da difusão da DGR chegavam aos jornais e eram defendidos pelos civis e militares conspiradores.

A DGR, começou a ser elaborada por volta de 1955, a partir da experiência de alguns oficiais colonialistas franceses na Indochina e na Argélia¹⁰, países que

6 Doravante denominada a partir de agora pela sigla “DGR”.

7 Para um estudo sobre a articulação entre empresários e militares que resultou no golpe empresarial militar de 1964, o trabalho de Dreifuss (1981) é fundamental.

8 Fundada a 7 de abril de 1945, contra a ditadura estadonovista, União Democrática Nacional (UDN) foi o partido político Brasileiro que agregou os adversários à direita do populismo varguista. A UDN esteve envolvida em várias tentativas de quebra da ordem constitucional entre 1945 e 1964. Para saber mais sobre, consultar: BENEVIDES, Maria Vitória. “UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>, visto por último em 27 jan. 2020.

9 Olavo Bilac Pereira Pinto, político mineiro de posições políticas conservadoras, ver mais sobre em: RAMOS, Plínio de Abreu, “PINTO, Bilac”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto>. Acesso em: 27 jan. 2020.

10 Para um excelente histórico sobre a Doutrina da Guerra Revolucionária, ler MARTINS FILHO (2008).

foram palco de grande resistência ao colonizador europeu, inclusive com ação de grupos armados. Esses militares então duramente combatidos pelos povos por eles colonizados, instalaram os chamados *Bureaux Psychologiques* (unidades de Estados-Maiores militares voltados ao recolhimento de informações para ação contra-insurgentes). A conclusão do estudo foi a de que a resistência só podia ser explicada a partir de uma ação conduzida a partir de fora, pelo suposto “Movimento Comunista Internacional”. Decerto que transcende ao objetivo deste trabalho discutir sobre o processo de emancipação africana e asiática no pós-II Guerra Mundial. É mister observar, contudo, que após o término do conflito militar, muitas colônias aproveitaram a fragilidade de suas metrópoles para conquistar sua independência. É igualmente certo que no âmbito da chamada Guerra Fria, União Soviética e China apoiaram grande parte dos movimentos de independência, assim como os Estados Unidos, em alguns casos. Todavia a atribuição dessa insatisfação com a colonização estrangeira à ação do suposto “Movimento Comunista Internacional” e não com a colonização em si, é hipótese afirmada apenas com convicções, sem provas.

Os oficiais colonialistas franceses faziam uma leitura da conjuntura pós-Guerra em que o comunismo teria saído beneficiado pelos acordos internacionais, o que lhes teria possibilitado a execução da Guerra Revolucionária. Essa noção, que foi também difundida exaustivamente entre militares brasileiros, era tratada nos seguintes termos:

Ao término da Segunda Guerra Mundial, reinou uma atmosfera de amplo e geral otimismo, [...] foi criada o O.N.U. num ambiente de esperanças ilusórias, perfeitamente justificado ao deixar para o passado tamanha hecatombe.

A observadores mais argutos ficou evidente que, no conflito iniciado em 1939, o Ocidente perdeu a batalha da paz [...] tais observadores levam tal fato à conta de Yalta, onde as concessões feitas aos soviéticos iniciavam nova fase de intranquilidade política, econômica, social e militar (BRASIL, 1969, p. 4).

A divulgação da DGR no Brasil e na Argentina, bem como de todo o seu apelo em prol do intervencionismo militar, se deu antes mesmo de Kennedy promulgar o famigerado Memorando de Ação de Segurança Nacional, em 18 de janeiro de 1962, dando início ao movimento de contra-insurreição americana dos anos 60, que seria decisivo para os futuros Golpes de Estado na América Latina durante as décadas de 60 e 70 (MARTINS FILHO, 2008). O Fato de a DGR ser uma “contribuição” francesa e não americana pode ter facilitado sua não percepção, visto que a influência americana sempre foi enfatizada, ao passo que os franceses têm conseguido até então permanecer quase ignorados.

No Brasil, o primeiro passo oficial no sentido de divulgação da nova doutrina data de 1959 (MARTINS FILHO, 2008), quando o general Augusto Fragoso pronunciou palestra sobre o assunto no curso de Estado-Maior, da Escola Superior de Guerra - ESG. No ano anterior, alguns artigos sobre o tema já haviam aparecido em periódicos militares. Mas foi durante o governo Jânio, quando a direita militar estava mais próxima ao centro do poder, que a ordem para o estudo e aprofundamento da DGR foi dada através do general Cordeiro de Farias, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA. Todavia, a renúncia deste presidente e a campanha da legalidade que possibilitou a posse de João Goulart¹¹ fizeram o processo diminuir em intensidade. Ainda assim, vários oficiais ativistas se esforçaram com os meios à disposição por manter viva a sua discussão. Desde o episódio da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 à subida de Castelo Branco ao Estado Maior do Exército¹² em setembro de 1963, artigos a respeito da DGR foram regularmente publicados em periódicos militares, com destaque para o *Mensário de Cultura Militar*, o *Boletim de Cultura Militar* e *Boletim de Informação*, todos de circulação restrita aos Estados Maiores das três armas (MARTINS FILHO, 2008). As aulas no Estado-Maior do Exército - EME, segundo Martins Filho, tiveram início a partir de 31 de agosto de 1962, no Rio de Janeiro.

A catequese anticomunista e intervencionista da direita militar, especialmente sobre mídia oficialidade, foi facilitada pela própria política militar de João Goulart, que isolou esse setor nas escolas militares. Ao que tudo indica, nem Jango, nem seus assessores militares diretos deram a devida importância ao que acontecia nestes estabelecimentos. Talvez porque a DGR, como todo bom movimento subversivo, tenha sido introduzida de forma sutil e discreta. As instituições oficiais de ensino militar atuavam então militantemente para difundir uma teoria política que tinha como principal conclusão a necessidade de as Forças Armadas intervirem e modificarem o Estado de direito.

11 A “Campanha da Legalidade” nomeia o movimento de resistência à tentativa de golpe perpetrada pelos ministros militares de Jânio Quadros que tentou impedir a posse do vice-presidente conforme previa a constituição de 1946. Para saber mais sobre o assunto, ver DREIFUSS (1981), SILVA (1975) e PAULA, Cristiane Jalles de. “O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Verbetes disponíveis em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria. Acesso em: 27 jan. 2020.

12 Estado Maior do Exército, órgão do Exército Brasileiro voltado à elaboração doutrinária, ver mais em: WIKIPÉDIA. “Estado-Maior do Exército (Brasil)”. 14 abr. 2019, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_(Brasil)). Acesso em 27 jan. 2020.

Características gerais da Doutrina da Guerra Revolucionária

Analiseemos então, os princípios gerais desta doutrina. A DGR é a forma pela qual os militares entendiam (e pelo jeito, alguns entendem ainda) a mobilização das forças de esquerda visando a construção do socialismo, o qual classificam como “tirania comunista”. Antes de mais nada, cabe enfatizar mais uma vez, os militares da Guerra Fria a concebiam como uma guerra, com todas as implicações do termo levadas às suas últimas consequências. Para que não restassem dúvidas, no documento “Aspectos da Guerra Contemporânea”, os autores traçaram um quadro identificando as diferenças entre a Guerra Convencional e a Guerra Revolucionária:

Quadro 1 - diferenças entre a Guerra Convencional e a Guerra Revolucionária

GUERRA CLÁSSICA	GUERRA REVOLUCIONÁRIA
1 - Destina-se a solucionar litígios entre nações e grupo de nações.	1 - Destina-se à conquista e manutenção do poder em favor do Comunismo Internacional.
2 - Procura derrotar as Forças Armadas contrárias e ocupar os territórios para impor a vontade.	2 - Procura conquistar a mente da população para agitá-la, subvertê-la e, assim, chegar ao poder.
3 - Emprega as Forças Armadas da nação ou coligação com o apoio de todas as atividades nacionais.	3 - Emprega grupos organizados e selecionados de agitadores que, em ínfima minoria, subvertem a nação-alvo.
4 - Utiliza como instrumento de ação o armamento convencional ou nuclear dos oponentes, auxiliada pelas Operações Psicológicas.	4 - Utiliza como principal instrumento de ação a agressão psicológica, somada com ações violentas conforme fins visados
5 - É, tradicionalmente, uma guerra de “status” declarado, regulada pelo Direito Internacional.	5 - Sua ação sub-reptícia e insidiosa não é prevista pelo direito e pela moral. “Status” não declarado.
6 - É ocasional e de duração fortuita, claramente demarcada na vida dos povos.	6 - É permanente. Difusa. Mesmo os dominados pelo comunismo estão sob vigilância.
7 - Movida por interesses nacionais ou aliados, sensibiliza e necessita de participação de todas as expressões do P.N ¹ .	7 - Movida por interesses ideológicos, repercute e mina o Poder Nacional em proveito do Comunismo Internacional.
8 - Especialmente, fica restrita à nação ou grupo em choque.	8 - Abrange a totalidade das nações mesmo as já subjugadas.
9 - É considerada por todos como cataclismo, procurando, quando não possa ser evitada, seja rápida.	9 - É considerada indispensável e desejada para a sobrevivência do Comunismo Internacional (BRASIL, 1969, p. 2-3).

Visto o quadro acima e procurando resumir as supostas gravidades da “Guerra Revolucionária”: a) seria uma ação de guerra orquestrada a partir de um centro internacional comunista; b) com vistas à tomada do poder por meio da conquista cultural da população; c) efetuada por grupos organizados de agitadores profissionais empregados tanto às atividades de dominação cultural e simbólico quanto de ações armadas conforme a fase da Guerra; d) esses agitadores (inimigos internos)

beneficiar-se-iam das garantias do Estado democrático em sua ação, visto que não haveria uma guerra formalmente declarada; e) a Guerra Revolucionária seria permanente, mundial e essencial ao comunismo internacional, ou seja, nunca estaríamos em paz, os inimigos sempre estariam agindo, explorando as brechas para agir, razão porque as forças “democráticas” também não podem jamais afrouxar a vigilância.

Em função da suposta identificação de inimigo tão arduo, os estudiosos da DGR argumentavam não agir, mas “reagir” a uma guerra de conquista. E essa desculpa era suficiente para justificar a violação de qualquer convenção internacional, ainda que em “tempos de paz”, visto que na ótica dos “arautos da liberdade”, não se vivia em paz, simplesmente a massa da população não tinha consciência que estava em guerra justamente porque dominada culturalmente por uma perigosa articulação comunista internacional.

As táticas e ações do movimento de esquerda foram então cuidadosamente esquematizadas. O General Augusto Fragoso, em sua palestra realizada na ESG, em 1959, a este respeito, atribuiu processos destrutivos e construtivos na consecução da Guerra Revolucionária. Entre os primeiros estariam a “deslocação”, a “intimidação”, a “desmoralização” e a “eliminação”. A “deslocação” atuaria: “visando o desmembramento do corpo social existente, a resistência passiva”. Entre as principais formas de luta desta tática estão: “as greves, os motins, o terrorismo seletivo eliminando pessoas chaves”. A “intimidação” visaria “à condução da massa” (FRAGOSO, 1959, p. 17) pela via do terror e da retaliação. A “desmoralização” “visando a perverter ou a corromper os meios políticos e militares” (FRAGOSO, 1959, p. 18). Ainda dentro das ações de “desmoralização” estariam todas as táticas de propaganda, chamadas genericamente de “guerras políticas”, com objetivo de abalar o moral do adversário, provocar divisões e corromper seus valores: “a subversão realiza uma guerra política, ao menor custo possível, destruindo a fibra moral do adversário [...] já que um dos objetivos das guerras revolucionárias é o de dividir as civilizações ocidentais” (FRAGOSO, 1959, p. 10-11). “A “eliminação”, típica de um momento mais radicalizado, implicaria nas “batalhas de aniquilamento”, liquidações físicas, deportações, execuções em massa” (FRAGOSO, 1959, p. 18).

Notemos que na conjuntura da década de 1960 tínhamos greves e motins, mas não assassinatos. Todavia, para quem aceitava os pressupostos da DGR, os assassinatos deveriam começar a ocorrer a qualquer momento. O estudo de tal doutrina tinha o efeito de criminalizar “cientificamente” os processos clássicos de luta da classe trabalhadora. No que Fragoso conceituava como “processos construtivos”, estão algumas das ações mais corriqueiras da construção das organizações

de esquerda e de suas atividades de propaganda: “seleção e formação básica dos elementos ativos necessários”, ou o que chama de “impregnação psicológica”: “estímulos, slogans, repetição incessante de afirmações, utilizando todos os meios de difusão”. Ou ainda: “enquadramento da massa para luta através do sistema dito das hierarquias paralelas (sindicatos, órgãos estudantis, clubes etc.)” (FRAGOSO, 1959, p. 18). Em suma, as entidades de direito privado constituídas com fito de representar categorias sociais ou promover o debate crítico acerca da realidade socialmente vivida, instituições de longa existência histórica, mesmo nos países centrais do capitalismo, eram classificadas como “hierarquias paralelas”. Todavia, para que a linha de raciocínio conduzisse a um cenário convenientemente tenebroso, cada atitude deveria estar associada a uma linearidade mecânica. Nenhuma ação construtiva da esquerda deveria ser analisada em si mesma, e sim relacionada a um objetivo final, que é a “organização das zonas libertadas” (FRAGOSO, 1959, p. 19) pela violência e a tomada do poder com instauração da suposta ditadura comunista.

A construção do inimigo (o comunismo) pela DGR consistiu na atribuição de um maléfico juízo de valor. Ao mesmo tempo em que pregava a abstenção militante em discutir o mérito das questões colocadas pelos movimentos de esquerda em suas diversas matizes, criava a figura de um oponente arditosamente poderoso e mau, que deveria ser combatido sem tréguas em nome de causas amplamente genéricas e nunca questionadas: “a civilização”, a “família”, a “democracia” etc. A chamada “guerra psicológica” tinha importância central no esquema, e permearia todos os momentos da batalha:

Em todos estágios da guerra revolucionária encontra-se a guerra psicológica que, em teoria – na estrita teoria marxista –, deve explorar as contradições do adversário; contradições de classes e contradições internacionais. Na prática, porém, a ação psicológica revolucionária explora todas as formas de descontentamento e de revolta, as crises políticas como as crises financeiras, a dissolução econômica e desintegração dos impérios coloniais. Uma sociedade, uma civilização não toma consciência da guerra revolucionária senão no momento em que já se encontram profundamente contaminadas (FRAGOSO, 1959, p. 10).

Embora se baseasse em experiências históricas bem concretas e específicas, tais como os casos da Argélia e do Vietnã, a DGR afirmava que o mesmo processo de subversão se daria de forma diferenciada em cada contexto, conforme observou em sua época Bilac Pinto, “A teoria francesa [...] não tem caráter rígido nem universal, devendo ser adaptada às condições peculiares de cada país sul-americano” (PINTO, 1964, p. 148). Isso permitiu a oficiais brasileiros e argentinos encontrar em Perón e Jango (que nada tinham de comunistas), “ferramentas do

comunismo”. Toda forma de organização que merecesse minimamente a qualificação de “esquerdista” deveria ser posta sob vigilância e classificada de acordo com a sua função dentro do que se entendia como a guerra revolucionária no Brasil. Como a atuação violenta era colocada ao final do processo, supostamente após várias ações de preparatórias, permitia-se ver a qualquer um como um perigoso inimigo que precisava ser combatido com prioridade, ainda que à custa da quebra das leis vigentes, posto que estas eram incapazes de opor-lhe a resistência devida. Qualquer movimento reivindicatório podia (e frequentemente era) relacionado aos planos do comunismo chegar num futuro breve ao poder mediante à ação armada, pois: “O ritmo da GR inicialmente é extremamente lento” (BRASIL, 1961, p. 48). Nas primeiras fases, a suposta atuação dos comunistas se daria de forma disfarçada “Esses movimentos revolucionários não são normalmente padronizados” (BRASIL, 1969, p. 7), e “o comunismo vale-se de inúmeras outras organizações ostensivas ou de fachada, tais como: centros de estudos culturais, associações de bairros, clubes recreativos, organizações de juventude, femininas, religiosas, pró-paz, etc.” (BRASIL, 1969, p. 19). O resultado de tudo isso já é sabido, um clima de perseguição generalizada, com serviços de segurança à espreita em todas as atividades artísticas e educacionais. Tudo em nome, obviamente, da democracia, da liberdade e da cultura ocidental.

De acordo com os documentos internos do Exército Brasileiro, a dita “Guerra Revolucionária” seria deflagrada em cinco fases ou etapas. A primeira seria a preparação do terreno, onde os comunistas atuariam sem declarar seus objetivos, buscando diminuir as resistências da população à sua existência. Seria a etapa da agitação democrática. Nos termos da “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária”: “1ª) constituição de núcleos ativos, inicialmente secretos – de agitação, de propaganda e de informação –, difundindo a ideia, envenenando as contradições e se opondo às medidas imprudentes do poder” (BRASIL, 1961, p. 21). No caso brasileiro, desde 1958, por força da Carta Política de 1958¹³, o Partido Comunista do Brasil – PCB ¹⁴ defendia a atuação democrática. Ainda que no campo

13 A “Carta Política de 1958” foi o primeiro documento oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB) no sentido de superação da linha do “Manifesto de Agosto”. O “Manifesto de Agosto” constituiu um momento de inflexão ao ultraesquerdismo pelo PCB. A pressão para essa guinada sofreu interferências externas expressas no recrudescimento da Guerra Fria, mas também condicionantes internos, especialmente pela perda da legalidade do partido em 1947. No Manifesto de Agosto, os comunistas advogavam a ruptura com Vargas, a quem acusavam de serviço do imperialismo, da burguesia, do latifúndio etc. A linha do “Manifesto de Agosto” contrasta com a postura bastante moderada que o PCB adotou especialmente a partir dos últimos anos do Estado Novo e na opinião de Antônio Carlos Mazzeo constitui: “um hiato da linha política implementada pelo PCB após 1945” (MAZZEO, 1999, p. 74). A “Carta Política de 1958” apontava para uma mudança de linha no sentido de aproximação com os setores patrióticos e progressistas, inclusive com a burguesia nacional. Marca, portanto, o movimento de aproximação do PCB com setores reformistas, tais como o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e, mais tarde, o governo João Goulart. Mais informações sobre o “Manifesto de Agosto” e “Carta Política de 1958” em GORENDER (1998); RIDENTI (1993); VINHAS (1982).

14 Até 1961, o significado da sigla “PCB” era “Partido Comunista do Brasil”, esse era o nome oficial do partido desde a sua fundação em 1922. Em 1961 a Comissão Executiva, sob a liderança de Luís

da esquerda essa linha fosse motivo de forte polêmica interna, esses militares afirmavam com convicção que tudo não passava de uma ação psicológica. Uma teatralização que visava minar as resistências da população à atuação institucional deste partido para, em momentos posteriores, colocar em prática seus “verdadeiros objetivos”. Em sua época, a DGR promovia uma campanha contra os setores da esquerda que, para desespero e crítica de seus pares, mais se esforçavam para se adaptarem ao capitalismo e à “democracia burguesa” de sua época. Não importava o quão claro fosse o apelo do PCB para se fazer palatável e assumir o reformismo. Cada uma de suas ações no campo democrático ou das reformas foi ativamente denunciada como início da revolução comunista na sua pior acepção.

Para os expoentes da DGR, a atuação pacífica era mais perigosa que a atuação armada: “a experiência tem demonstrado que, em certos países, as minorias revolucionárias têm logrado conquistar o poder sem ter necessidade de chegar à fase da violência” (BRASIL, 1961, p. 39). O “exemplo” mais comumente utilizado pelos defensores da DGR da chegada dos comunistas ao poder por meios pacíficos era a Tchecoslováquia. De acordo com os militares, o modelo da revolução ocorrido neste país era associável à estratégia pacifista do PCB e, portanto, estaria servindo de inspiração no Brasil, citando Jan Kosak: “Uma condição elementar de êxito é, por conseguinte, a combinação da pressão de cúpula com a pressão de base e seu efeito conjunto sobre o desenvolvimento e poderio da evolução” (BRASIL, 1961, p. 27).

A denúncia das “verdadeiras intenções” da esquerda não se restringiu aos círculos militares. Vários conspiradores civis se apropriaram dos conceitos da DGR para criar um clima de pavor. O então deputado federal da UDN, Bilac Pinto, é um excelente exemplo. A partir de sua tribuna no Congresso Nacional, relacionava campanhas pacíficas do PCB a outros movimentos sociais e mesmo a políticas de Estado que, dentro de sua ótica, também estariam promovendo a primeira etapa da guerra revolucionária:

a) campanhas civilistas [...]; b) propaganda de paz e desarmamento; c) propaganda contra o serviço militar [...]; d) criação e alimentação de dissensões entre as forças armadas e, no seio delas, entre escalões e grupos integrantes; e) indisposição das forças armadas com a opinião pública; f) incentivo do emprego das forças armadas em tarefas inadequadas; g) pressão favorável à escolha e promoção de chefes militares capazes de favorecer os objetivos revolucionários; h) Má remuneração das forças armadas, particularmente da oficialidade (PINTO, 1964, p. 142-143).

Carlos Prestes, operou uma pequena modificação nos estatutos do partido e no significado da sigla, que passou a ser lida por “Partido Comunista Brasileiro”. Essa revisão estatutária e na sigla, que teve por objetivo não atingido reconquistar a legalidade, foi utilizada pela minoria stalinista para justificar seu rompimento, que se concluiu em 1962. Foi quando surgiu um novo partido com a sigla “PCdoB”, lida por “Partido Comunista do Brasil”, antigo significado de “PCB”. Para seus integrantes, o PCdoB não é uma nova organização, é o partido fundado em 1922 “reorganizado”.

O segundo momento seria a construção de uma rede de organizações subversivas controladas por militantes comunistas: “2ª) [...] instituição de organizações locais (urbanas, rurais), formando uma rede de vigilância e de resistência passiva”. Essa rede teria como meta: “raptar os refratários, isolar e intimidar os adversários e arruinar as associações e os meios da sociedade e desarticular”. No Brasil, o ascenso das lutas sociais no período pós-1945 e especialmente desde o fim da década de 1950 seria uma evidência clara da construção desta segunda etapa. Cada novo sindicato independente, cada nova organização de base era tida como uma ação dentro deste objetivo: “a criação de um clima ‘favorável’ à expansão da ideia caso o próprio Poder ameaçado não ofereça por sua passividade ou sua inépcia, as ocasiões procuradas”(BRASIL, 1961, p. 21).

Ainda nesta segunda etapa, estaria o movimento de infiltração do comunismo dentro do Estado. Esse ponto foi de decisiva importância para a divulgação da DGR, visto que para os militares de direita, o conceito de comunismo era tão elástico que qualquer um poderia sofrer essa acusação. Os meios de comunicação, mobilizados para a conspiração contra o Estado populista, denunciaram incansavelmente a penetração de comunistas em postos importantes da administração federal. Nesse ponto, a doutrina francesa pôde sempre contar também com o seu aliado da América do Norte, com frequência com a participação do próprio embaixador. Como por exemplo, na palestra de Lincoln Gordon na ESG em 1962, citada por Dreifuss, onde menciona a infiltração comunista no governo de Jango: “Não existem provas em todas as partes de uma sistemática infiltração comunistas nas universidades e nos grupos estudantis, nos sindicatos e nos meios de comunicação, no serviço público e nos partidos políticos” (*apud* DREIFUSS, 1981, p. 140)?

De acordo com os ideólogos da referida doutrina, estas duas primeiras etapas constituiriam a chamada fase pré-revolucionária: “Aquela luta, em princípio sem violência e sem sangue [...] a que alguns autores chamam de GUERRA SUBVERSIVA” (BRASIL, 1961, p. 16, grifo no original). E como já enfatizado várias vezes, longe de considerar essa batalha eminentemente psicológica como mais branda, os defensores da DGR não hesitavam em afirmar o contrário. Como dentro das regras do Estado de direito, as Forças Armadas não estariam autorizadas a intervir em casos como estes, a fase pré-revolucionária é tida como a mais preocupante: “Nunca será demais insistir em que o primeiro período é o mais perigoso do processo, porque é o mais difícil de combater” (BRASIL, 1961, p. 22).

A terceira etapa consistiria na instituição de grupos armados e das ações de guerrilha e terrorismo. No contexto da década de 1960, a organização dos “Grupos dos 11” por parte de Brizola¹⁵, as Ligas Camponesas e as discussões no seio da esquerda das vias para o socialismo no pós-Revolução Cubana eram lidas pelos militares brasileiros como ações que visavam estabelecer no Brasil esta terceira etapa:

15 Os “Grupos dos 11” foi uma tentativa do então deputado federal Leonel Brizola, em 1963 de criar vários grupos de pressão, capilarizados por todo o território nacional, a fim de fazer crescer as mobilizações em torno das reformas de base. Para saber mais, ler: LAMARÃO, Sérgio. “Grupos dos

3ª) constituição de bandos: núcleos de choque permanentes, ou milícias locais prontas a se reunirem para um golpe de mão e a se dispersarem logo. É o momento escolhido pelos “rebeldes” para passarem à ação: sabotagens mais numerosas, atentados para eliminar quadros locais adversos, terrorismo, propaganda sempre mais violenta e mais intensa, recrutamento dos primeiros “combatentes” formados militarmente e, sobretudo, “convertidos”. A guerrilha aparece (BRASIL, 1961, p. 21).

Para a maior parte dos analistas da DGR, no Brasil já estavam consolidadas a primeira e a segunda etapa, e estaríamos então iniciando esta terceira etapa. Isso foi denunciado repetidas vezes no Congresso nacional por Bilac Pinto: “Estudo realizados na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior [...] chegaram à conclusão de que, no Brasil, a ‘guerra revolucionária’ está na terceira fase” (PINTO, 1964, p. 53).

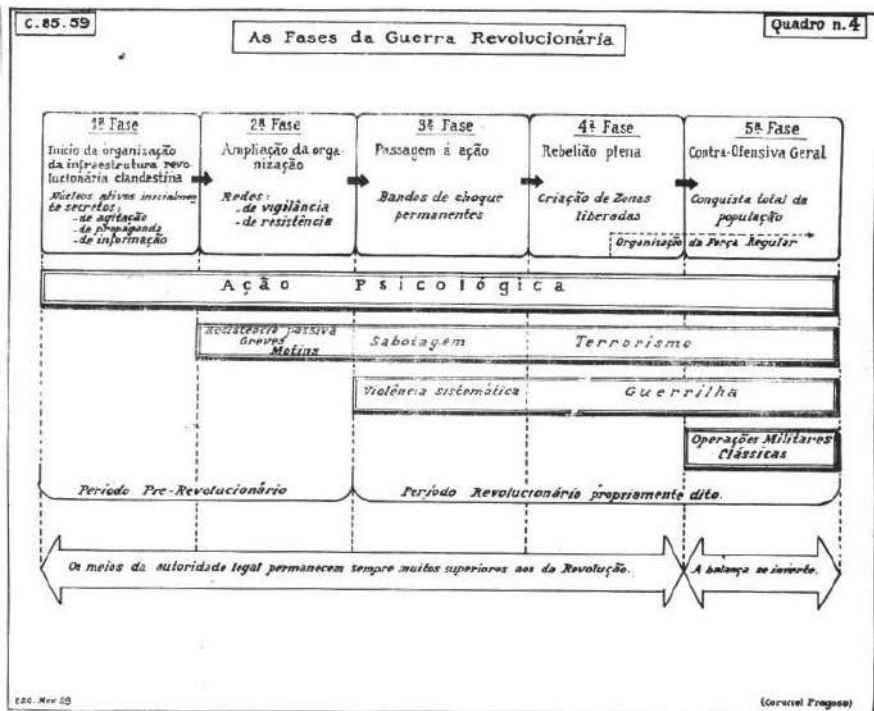
A quarta etapa consistiria no estabelecimento de “zonas livres”, onde o Exército nacional já não teria mais controle. Naquele momento, já existia no campo da esquerda brasileira um intenso debate sobre as formas de luta visando ao socialismo e sobre as estratégias de organização da esquerda revolucionária. Para os defensores da DGR, contudo, a guerrilha não era uma alternativa à linha do PCB, mas uma continuação dela:

4ª) a rebelião se esforça em instalar uma rede de bases seguras em todo o país, [...]. Propagandistas armados [...] dosam judiciosamente terror e persuasão para conquistar os espíritos, para aprofundar o fosso entre governo (Poder) e as populações, para comprometer essas últimas. Os esforços são concentrados sobre zonas cuidadosamente escolhidas [...] Células, organizações locais, bandos proliferam; unidades regionais, bem comandadas e armadas, suscetíveis de manter campanha (BRASIL, 1961, p. 20).

A instalação dessas zonas livres seria a base para o desencadeamento da quinta e última etapa, a constituição de um exército revolucionário para a ação violenta direta contra o governo e a tomada do poder.

5ª) então a luta pode entrar na sua última fase, período ativo de guerra revolucionária, combinando estreitamente operações de tipo clássico e ações de guerrilha; a ação psicológica continuando a atacar o moral adverso já quebrantado (abalado). O fim não está mais longe: a revolução triunfa quando se ultima a conquista de toda a população, e quando a “contraofensiva geral” esmaga as forças do poder estabelecido ou o força à capitulação (BRASIL, 1961, p. 21).

Em termos resumidos, a DGR divide a estratégia do comunismo em duas grandes fases: a pré-revolucionária (que compreenderia as duas primeiras etapas) e a revolucionária (que compreenderia as três últimas). A fase revolucionária só seria instalada no momento em que as forças de defesa “democráticas” estivessem vencidas. Por esta razão, esta primeira grande fase era considerada a mais perigosa. Nesse sentido, para os crentes da DGR a leitura da conjuntura brasileira em inícios da década de 1960 podia parecer desesperadora: “A América Latina, provavelmente em futuro próximo, será teatro de guerras revolucionárias” (FRAGOSO, 1959, p. 11). Mesmo porque, a referida teoria se mostrava absolutamente descrente das capacidades do Estado liberal em resistir a essa tática comunista. Dentro da ótica da direita militar, a legislação em vigor “não está adaptada à luta contra as ações subversivas [...] e, embora as Forças Armadas devam participar [...] essa participação é excepcional, limitada [...] à estrita formalidade da prévia requisição” (BRASIL, 1961, p. 22). O quadro abaixo, por fim, resume as cinco fases descritas acima (BRASIL, 1961):



Algumas manifestações da Doutrina da Guerra Revolucionária no governo Bolsonaro

Como resta claro por todo o exposto, a política de esquerda em qualquer uma de suas modalidades e manifestações era tida no âmbito da DGR como um ato criminoso e de guerra e que deveria ser prontamente combatida sem os limites do Estado de direito. Numa rápida comparação, saltam aos olhos as semelhanças entre este conceito e inúmeras declarações do atual presidente da república, seus filhos, assessores, guru etc. Só para mencionar um evento ocorrido próximo à data que escrevo, porque realmente são incontáveis as manifestações nesse sentido, relembro a discussão que o presidente Bolsonaro travou com jornalistas no dia 16 de janeiro de 2020 durante discurso no Palácio do Planalto, após atacar a imprensa de diversas formas e inclusive utilizar a expressão “calar a boca” para intimidar algumas perguntas, associou imprensa e esquerda e, do alto de seu descontrole, disse: “Não dê chance para essa esquerda! Eles não merecem ser tratados como se fossem pessoas normais que quisessem o bem do Brasil. Isso é mentira!”¹⁶

O então candidato Jair Bolsonaro, em seu movimento de ascensão, ficou conhecido por alguns jargões. Um dos principais deles foi: “Direitos humanos para humanos direitos”. Esta frase, para a maioria das pessoas remete obviamente à repressão policial ao criminoso comum, contudo, há algo mais. Dentro do que concebe a DGR, as convenções internacionais não deveriam valer para os “criminosos políticos”. Nos documentos internos do exército, isso é dito com toda a convicção, sem margem para dúvidas: “Um ruidoso ‘habeas-corpus’, habilmente explorado, não só irrita e desencoraja a população que se vê à mercê da subversão, como desestimula e desmoraliza os agentes da lei”(BRASIL, 1959, p. 18), ou ainda:

Além do mais, até mesmo as novas Convenções de Genebra, de 1949, estendem a proteção da Instituição aos participantes dos conflitos armados que surjam, [...] proteção esta que, sujeita a ser aplicada unilateralmente, implicará em manter a repressão nas vias humanitárias das convenções [...] Urge, pois, que se disponha [...] de uma legislação adequada. Não se pode manter, em relação ao militante da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação Judiciária, os delinquentes do direito comum. [...] podemos dizer que o fundamento da liberdade individual dos cidadãos deve ser concebido não como um fim em si, mas nos limites compatíveis com o “bem comum” do Estado e, notadamente, com sua defesa (BRASIL, 1959, p. 23).

16 TERRA, “Esquerda não merece ser tratada como normal, diz Bolsonaro”, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/esquerda-nao-merece-ser-tratada-como-normal-diz-bolsonaro,9537b97a182bb93ac08a08194ac8d93b9ffx49n4.html>, visto por último em 20 jan. 2020.

Tal como no ambiente que envolveu o processo do golpe de 1964, o discurso do inimigo interno identificado no pensamento de esquerda aparece com todo o vigor na fala da família Bolsonaro. Nas palavras de Eduardo Bolsonaro: “*porque é uma guerra assimétrica, não é uma guerra em que você está vendo o seu [inimigo] do outro [...] É um inimigo interno, de difícil identificação*”¹⁷. Essa tendência a tratar a política como ação militar e de ver os adversários como inimigos é uma constante na DGR. É exatamente isso o que estamos analisando na fala do deputado, nada menos que uma criminalização do pensamento de esquerda, dentro da mesma lógica em que defendiam os oficiais empenhados na perseguição aos movimentos de oposição durante as décadas de 1960 e 70. Não por acaso, o mesmo Eduardo Bolsonaro é autor do Projeto de Lei 5358/16 (BRASIL, 2016a) que propõe inserir no artigo 20 da lei 7.716 (BRASIL, 1989), a lei que criminaliza o preconceito racial e também a apologia ao nazismo, a menção ao “embate de classes sociais”. “03” quer nada menos que criminalizar a menção à luta de classes em qualquer de suas manifestações, assim, o artigo que atualmente está redigido do seguinte modo: “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989), mudaria para: “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou fomentar o embate de classes sociais” (BRASIL, 2016b). Dizer, por exemplo, que a população negra é explorada economicamente por uma classe dominante branca seria tão criminoso quanto o racismo, e Angela Davis provavelmente seria presa durante a palestra que proferiu no Brasil¹⁸. Adicionalmente, um parágrafo propõe criminalizar também o símbolo da foice e do martelo como se este carregasse a mesma gravidade da suástica nazista:

“§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, a foice e o martelo ou quaisquer outros meios para fins de divulgação favorável ao nazismo ou ao comunismo.” (BRASIL, 2016b).

O mesmo projeto de lei propõe ainda inserir as organizações comunistas na lei 13.260 (que tipifica as organizações terroristas): “Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo [...] ou de fomento ao embate de classes sociais” (BRASIL, 2016b). Mesmo a menção a experiências socialistas ou ícones históricos da esquerda que, nos critérios do que propõe Eduardo Bolsonaro, venham a ser considerados terroristas, seriam crimi-

17 UOL, 31 out. 2019, *Op cit.*, grifos meus.

18 PINHEIRO, Constança Tastch e Amanda. “Angela Davis define Rio como ‘a cidade de Marielle’ e cobra punição a mandantes”. **O Globo**, 23 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/angela-davis-define-rio-como-cidade-de-marielle-cobra-punicao-mandantes-24038303>, visto por último em 27 jan. 2020.

nalizados: “Fazer apologia a pessoas que praticaram atos terroristas a qualquer pretexto bem como a regimes comunistas” (BRASIL, 2016b).

O que a direita política defensora da DGR faz é se arrogar ao direito de determinar os caminhos que a humanidade pode e, sobretudo, *não pode* seguir. Propondo-se a “limitar” esse desenvolvimento e impedir que a humanidade, em seu processo, siga na direção do que se chama de “comunismo”, ou seja, praticamente tudo. Nos documentos analisados, a questão da legitimidade da luta a qualquer preço em defesa do capitalismo não é tratada. No máximo uma curta menção em um parágrafo:

O comunismo, teoricamente, pretende substituir a atual sociedade do mundo democrático - baseado no homem como pessoa revestida de dignidade intrínseca - por uma outra, onde o homem não passaria de instrumento exclusivo da coletividade, o que, na prática, cairia inevitavelmente no estado totalitário (BRASIL, 1969, p. 12).

Para Eduardo Bolsonaro, essas alusões são centrais no processo que em sua ótica condiciona a necessidade de endurecimento do regime. Num primeiro momento, quando fez referências às manifestações do Chile, levantou suspeitas sem apresentar evidência alguma de que haveria uma “arquitetura maior” na organização das manifestações: “Seria muita ingenuidade, Leda, a gente achar que isso daí não é arquitetado e tudo surgisse ao mesmo tempo”. Logo em seguida, sugere que há um *modus operandi* na condução do processo: “tenho alguns outros amigos lá dentro do Chile, e o *feedback* que eles me dão, é o mesmo *modus operandi* dos *Black Blocks*. A pessoa organiza ditos protestos, chega na hora vandaliza tudo”. Depois afirma que: “quando você vai ver o grupo que fez isso não é um grupo grande não, é um grupo pequeno, mas bem organizado”¹⁹. E como consequência lógica do modo de interpretar a realidade a partir dos conceitos da DGR conclui:

A gente em algum momento tem que encarar de frente isso daí, vai chegar o momento em que a situação vai ser igual ao final dos anos 60 no Brasil, quando sequestravam aeronaves, quando executavam-se, sequestravam-se grandes autoridades, cónsules, embaixadores, execução de policiais, militares. Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta.²⁰

Na fala de “03” não há nenhuma prova, apenas suposições distorcidas imersas em uma realidade inventada. Embora os governos do Chile e do Brasil sejam

19 UOL, 31 out. 2019, *op. cit.*

20 *Idem.*

conservadores e os parlamentos dos dois países sejam também em sua maioria da mesma orientação política. Ainda que em lugar algum se esteja propondo a expropriação da propriedade privada ou ao menos uma reforma política de modo a incluir os movimentos sociais nos processos decisórios oficiais, ou qualquer medida que possa mesmo indiretamente ser referenciada no marxismo, o “espectro do comunismo” ronda o discurso da família Bolsonaro. A afirmação ora em análise não constitui caso isolado, em várias declarações, Eduardo Bolsonaro deu a entender que uma poderosa articulação comunista domina os bastidores. Por exemplo, na ocasião da indicação ao Oscar do documentário “Democracia em vertigem”, dirigido pela cineasta brasileira Petra Costa. Eduardo sugeriu que o documentário só foi indicado por conta de seu viés esquerdista:

Onde chega a esquerda visa dominar a educação e cultura principalmente. Essas indicações ao oscar não são a toa e não se engane, se fosse um documentário mostrando a maior manifestação de rua da história do Brasil (contra o PT do lulopetismo) jamais seriam indicados (sic).²¹

Talvez uma das maiores dificuldades em dialogar com o fascismo seja responder às intertextualidades distorcidas e sobrepostas. Sugerir que as indicações ao Oscar são influenciadas, mesmo que remotamente, pela esquerda comunista é hipótese tão ridícula que sequer merece argumentação em contrário. Não existem em lugar algum, informações que subsidiem a hipótese de que os atos de vandalismo ocorridos recentemente no Chile tenham sido de responsabilidade de um grupo “pequeno, mas organizado”. Afirmar que as manifestações nesse país têm o mesmo *modus operandi* dos *Black Blocks* (isso dito supostamente por pessoas que sequer estiveram no Brasil durante as manifestações de 2013), é outra informação polêmica. Mesmo porque os mencionados *Black Blocs*, que ficaram conhecidos pelos enfrentamentos com as forças de segurança pública, por princípio não reconheciam a liderança das organizações tradicionais da esquerda e nem jamais houve qualquer evidência que apontasse alguma articulação internacional. Além disso, hoje, depois de completamente dispersado o movimento, lideranças importantes daqueles *Black Blocs* estão na base do bolsonarismo. Um dos casos mais famosos é Eduardo Falzi, um dos autores ao atentado à sede da Porta dos Fun-

21 TWITTER, @BolsonaroSP, BOLSONARO, Eduardo. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1216896779133669376>. Acesso em: 28 jan. 2020. A pontuação está completamente fora dos padrões da norma culta da língua. Presumo que Eduardo quis escrever o seguinte: “Onde chega, a esquerda visa dominar a educação e a cultura principalmente. Essas indicações ao Oscar não são à toa. Não se engane, se fosse um documentário mostrando a maior manifestação de rua da história do Brasil (contra o PT do lulopetismo), jamais seria indicado”.

dos²², atualmente foragido na Rússia²³, foi um *Black Bloc* em 2013 e atualmente é um integralista e bolsonarista fanático²⁴. Os aludidos sequestros, assassinatos e execuções que surgem na fala de Eduardo são grosseiras distorções. Nenhum cônsul ou embaixador foi assassinado na resistência armada à ditadura. Foi o Estado que torturou e assassinou milhares de pessoas. As baixas do lado da repressão foram em número muito menor que do lado da resistência armada, e se deram após o golpe de 1964 e em reação à restrição das liberdades democráticas. Foram efeito e não causa da ditadura. Por fim, as manifestações de março de 2016 em apoio ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff foram grandes, mas estão longe de terem sido as maiores da história do Brasil. A fala de Eduardo Bolsonaro é apenas mais uma, dentre tantas do mesmo quilate, que criminalizam o direito de posicionamento político. Podem ser comparadas ao que os militares defensores da intervenção militar em 1964 classificavam como “fase pré-revolucionária” da Doutrina da Guerra Revolucionária. Por mais que essa hipótese possa causar ataques de riso entre os acusados.

Como deve ter ficado claro na seção anterior deste artigo, a DGR concebe a atuação educacional como um dos espaços principais de atuação dos comunistas durante a “fase pré-revolucionária”. Nesse ponto em particular, multiplicam-se as referências entre educação e a chamada “Guerra Cultural”. Numa de suas muitas manifestações sobre o assunto, Eduardo Bolsonaro assim se colocou:

Vivemos numa guerra cultural e isto é a raiz de todos os problemas. Negar isso é negar a realidade ou demonstrar total ignorância sobre o cenário em que vivemos. Se quiser abrir seus olhos siga, veja os vídeos e leia Olavo de Carvalho @oproprilavo²⁵.

O astrólogo e autodenominado filósofo, referência intelectual e quase oficialmente “guru” do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho²⁶, não por acaso alerta a todo momento para a necessidade de atenção aos “perigos do comunismo”. A este

22 Trata-se da tentativa de provocar um incêndio na sede da produtora de vídeos de comédia veiculados pela internet como “Porta dos Fundos”. O ataque ocorreu na madrugada do dia 24 de dezembro de 2019 e sua autoria foi assumida por um grupo que se identificava como integralista e de orientação de ultradireita. Ver mais em: BARIFOUSE, Rafael, “O que se sabe sobre o atentado à sede do Porta dos Fundos”. **BBC**, 26 dez. 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50919841>, visto por último em 29 jan. 2020.

23 O GLOBO. “Foragido assume autoria de ataque ao Porta dos Fundos e diz que pedirá asilo na Rússia”. 03 jan. 2020, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/foragido-assume-autoria-de-ataque-ao-porta-dos-fundos-diz-que-pedira-asilo-na-russia-24171105>. Acesso em: 29 jan. 2020.

24 GONÇALVES, Eduardo. “Danças de zouk, aulas de russo e brigas no exterior: quem é Eduardo Fauzi”. **VEJA**, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dancas-de-zouk-aulas-de-russo-e-brigas-no-exterior-quem-e-eduardo-fauzi>, visto por último em 28 jan. 2020.

25 TWITTER, @BolsonaroSP, BOLSONARO, Eduardo. 21 maio 2019. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1130770554154311680>. Acesso em: 03 mar. 2020.

26 Na ocasião da primeira viagem oficial do governo Bolsonaro aos Estados Unidos, até o Ministro da Economia Paulo Guedes disse a Olavo de Carvalho ser ele o “líder da revolução”, ver mais em: SOARES, Jussara: “‘Você é o líder da revolução’, diz Paulo Guedes a Olavo de Carvalho”. **O GLOBO**,

respeito, construiu mesmo uma leitura da história recente do Brasil a fim de esclarecer o porquê da ascensão do chamado “marxismo cultural”²⁷. Para Carvalho:

A grande ironia das duas décadas de governo militar foi que este, movendo céus e terras para liquidar a esquerda armada, nada fez contra a desarmada, mas antes a cortejou e protegeu, permitindo que ela assumisse o controle de todas as instituições universitárias, culturais e de mídia, fazendo daqueles vinte anos, alegadamente “de chumbo”, uma época de esfuziante prosperidade da indústria das idéias esquerdistas no Brasil²⁸.

Os humores de Olavo de Carvalho em relação à instituição universitária são complexos, misturando “teorias da conspiração” e frustrações pessoais²⁹. O guru-astrólogo e seus seguidores afirmam nada menos que o “comunismo intelectual” foi deliberadamente patrocinado pela Ditadura Militar “quando o governo Geisel deu sua virada à esquerda”, que “Nas universidades, a direita foi sistematicamente preterida na distribuição de verbas e cargos, que a generosidade insana do governo prodigalizava aos esquerdistas na ilusão de neutralizá-los ou seduzi-los”, e para sustentar sua hipótese, Olavo cita um acadêmico a quem apresenta como “um dos mais abalizados conhecedores da vida universitária no Brasil”, ninguém menos que o “venezuelano Ricardo Vélez Rodriguez” (sic)³⁰. A ler o artigo do “abalizado especialista”, encontramos mais teorias da conspiração:

Aconteceu, na seara da filosofia, estranho fenômeno de colonialismo cultural [...] Os fatos são simples: no período em que o

18 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/voce-o-lider-da-revolucao-diz-paulo-guedes-olavo-de-carvalho-23530572>. Acesso em: 03 mar. 2020.

- 27 O termo “marxismo cultural”, que pode ser depreendido facilmente da DGR, mas descende diretamente da expressão “Bolchevismo Cultural”, que foi uma construção da ultradireita nazista durante a década de 1920, do século XX, ver mais em: COSTA, Iná Camargo. “Marxismo cultural, um fantasma que ronda a História”. **OUTRAS PALAVRAS**, 04 out. 2019, Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/marxismo-cultural-um-fantasma-que-ronda-a-historia>, visto por último em 03 mar. 2020; WIKIPÉDIA, “Marxismo Cultural”. 09 set. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolchevismo_cultural, visto por último em 03 mar. 2020.
- 28 CARVALHO, Olavo de. “Por que a direita sumiu”. 2 mar. 2012. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- 29 Em uma ocasião em que foi indiciado pela polícia em função de uma seita que havia fundado, Olavo de Carvalho afirmou que tinha curso superior em Filosofia. Quando se mudou para os Estados Unidos, abriu uma escola de filosofia e afirmou em seu currículo que já havia sido professor na “Universidade Católica do Paraná”. Para seus seguidores no Brasil, afirmava até há pouco que tinha visto especial do governo estadunidense para pessoas com “habilidades extraordinárias”. Com a sua ascensão a “*persona mui grata*” após a posse do governo Bolsonaro, todavia, todas essas informações se revelaram falsas, ver mais em: DIMENSTEIN, Gilberto. “Guru de Bolsonaro abandonou escola na 8ª série do fundamental”. **CATRACA LIVRE**, 26 nov. 2018, Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/guru-de-bolsonaro-abandonou-escola-na-8a-serie-do-fundamental>. Acesso em: 20 fev. 2020; e DIMENSTEIN, Gilberto. “Vazam documentos do guru de Bolsonaro: green card está expirando”. **CATRACA LIVRE**, 27 maio 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/vazam-documentos-do-guru-de-bolsonaro-green-card-esta-expirando>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- 30 CARVALHO, 2012, *op. cit.* Na verdade, Vélez Rodriguez é colombiano; WIKIPÉDIA, Ricardo Vélez Rodriguez. 15 abr. 2020, https://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_V%C3%A9lez_Rodr%C3%ADguez. Acesso em: 15 abr. 2020.

general Ruben Ludwig foi ministro da educação, ainda no ciclo militar, os antigos ativistas da Ação Popular Marxista-Leninista receberam, à sombra do padre Vaz, a diretoria dos conselhos da Capes e do CNPq, na área mencionada. *Especula-se* que o motivo da concessão fosse uma negociação política: eles prometiam abandonar a luta armada. [...] Os grupos da denominada “direita” [...] [ficaram] do lado de fora dos favores oficiais, no período militar e após³¹.

O artigo de Vélez Rodrigues faz afirmações contundentes de negociações realizadas nas altas esferas da ditadura militar sem apresentar qualquer prova, no máximo, um “especula-se”. Na sequência, elenca casos de vários cursos em nível de pós-graduação que foram fechados ao longo da década de 1990 e pouco depois e, sem maiores análises, sem citar absolutamente nada ou indicar qualquer fonte sobre as razões dos descredenciamentos, conclui que foi perseguição às ideias de direita. Esse “rigor científico”, do mesmo quilate dos textos de Olavo de Carvalho, pode até ter sido decisivo para sua posterior indicação ao Ministério da Educação³², mas estão longe de provar qualquer coisa. Todavia, se presta ao fim de ilustrar uma visão de mundo que põe a esquerda na ofensiva da famigerada “guerra cultural”. Essa mesma teoria conspiratória pode ser encontrada no vídeo “Brasil, entre armas e livros”³³, produzido pelo movimento cultural Olavista Brasil Paralelo³⁴. Nesta produção, que pretensamente se apresenta como um “documentário”, afirmam sem rodeios que a própria constituição de 1988 foi uma conquista da esquerda comunista que, enrincheirada nas universidades e meios de comunicação, logrou vencer a batalha narrativa e estabelecer no senso comum que “houve uma ditadura”, e que era necessária uma nova institucionalidade. Para os membros desse movimento e que falam no vídeo, a esquerda realizou seu projeto de poder e sociedade com a constituinte, os comunistas dominam a cultura,

31 RODRÍGUES, Ricardo Vélez. “Quem tem medo da filosofia brasileira?”. ECSB Defesa, Sd, <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/QTMFB.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020, grifo meu.

32 No momento em que foi demitido do cargo de Ministro da Educação, foi revelado por vários veículos da imprensa que Olavo de Carvalho sequer conhecia pessoalmente Ricardo Vélez Rodrigues, apenas havia lido alguns artigos: PRAGMATISMO POLÍTICO, “Bolsonaro diz que Olavo indicou Vélez baseado em ‘publicações aí’”. 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/06/bolsonaro-olavo-indicou-velez-publicacoes.html>, visto por último em 09 mar. 2020.

33 ZANINI, Fábio. “Filme sobre o golpe de 64 diz que militares perderam a batalha das ideias”, **FOLHA DE SÃO PAULO**. 1 abr. 2019. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2019/04/01/filme-sobre-o-golpe-de-64-diz-que-a-direita-perdeu-a-batalha-das-ideias>. Acesso em: 09 mar. 2020. O filme pode ver visto em: www.youtube.com, BRASIL PARALELO. “O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)”. **Canal Gazeta da semana**, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rctpKPhivek>. Acesso em: 09 mar. 2020.

34 Não encontramos fontes acadêmicas sobre o movimento Brasil Paralelo, a melhor fonte explicativa que encontramos é o artigo publicado pela Folha de São Paulo, cujo link se encontra a seguir: ZANINI, Fábio. “Produtora Brasil Paralelo revisa a história em filmes e livros com visão de direita”. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/produtora-brasil-paralelo-revisa-a-historia-em-filmes-e-livros-com-visao-de-direita.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2020.

a educação e o serviço público, e as forças da liberdade precisam reverter essa vantagem estratégica da esquerda.

Não por acaso, durante a campanha eleitoral de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro tenha sido o que mais fez referências a essa que é a estrela das promessas de campanha: a educação. Mas não abordou esse serviço público essencial como algo que deva ser melhorado e valorizado, e sim como um mal que se deve combater. No processo de formação da equipe de governo, Bolsonaro chegou a considerar um privatista ligado às perspectivas mercadológicas da educação para o Ministério, mas terminou por acatar a sugestão de Olavo de Carvalho por Ricardo Vélez Rodríguez. A gestão do colombiano foi um fiasco, sem qualquer capacidade de execução, o ministério navegou à deriva e só não foi esquecido por conta das confusões quase diárias protagonizadas pelo quixotesco olavete³⁵. Quando finalmente caiu, a opção ideológica continuou falando mais alto e, para o lugar de Vélez, foi indicado outro olavista: o economista Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub³⁶. Do ponto de vista ideológico, a mudança de Vélez por Weintraub significou o que popularmente se diz “trocar seis por meia dúzia”. Para o “guru” do governo, “Trocaram um pseudo olavete por um verdadeiro olavete”³⁷. O novo ministro sempre foi loquaz em frases de efeito: “O socialista é a Aids; e o comunista, a doença oportunista”³⁸, “Os comunistas estão no topo do país. Eles são o topo das organizações financeiras. Eles são os donos dos jornais. Eles são os donos das grandes empresas. Eles são os donos dos monopólios”³⁹.

Enquanto candidato, Bolsonaro insistiu reiteradamente na necessidade de implementar o programa do “Movimento Escola Sem Partido”⁴⁰, que combateria a suposta doutrinação ideológica nas escolas. Todavia, em seu primeiro ano de governo, as condições para a aprovação do famigerado projeto de lei não se apre-

35 BASILIO, Ana Luiza. “Relembra as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC”. CARTA CAPITAL, 08 abr. 2019. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembra-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec>. Acesso em: 29 jan. 2020.

36 WIKIPÉDIA, “Abraham Weintraub”. 19 abr. 2019, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Weintraub. Acesso em: 10 abr. 2020.

37 JOÃO FILHO. “Por dentro da paranoia olavista do novo ministro da Educação, Abraham Weintraub”, **THE INTERCEPT**, 14 abr. 2019. <https://theintercept.com/2019/04/14/mec-olavo-weintraub-educacao-comunismo>. Acesso em: 29 jan. 2020.

38 TWITTER. @e_vire, Ordem e progresso vire a direita, 8 abr. 2019. Disponível em: https://twitter.com/search?q=%E2%80%9COCO%20socialista%20%C3%A9%20a%20Aids%3B%20e%20o%20comunista%2C%20a%20doen%C3%A7a%20oportunist%20e%20%9D&src=typed_query, Acesso em: 29 jan. 2020.

39 JOÃO FILHO, 2019, *op. cit.* Essa estranha associação do comunismo com os grandes grupos econômicos está relacionada também a outras teorias da conspiração exaltadas por Olavo de Carvalho e pela família Bolsonaro, em especial do chamado “globalismo” e da “religião biônica mundial”. De acordo com essas teorias da conspiração, um bloco comunista, contraditoriamente formado pelos detentores das maiores fortunas do mundo, estaria empenhado em acabar com a cultura judaico-cristã, criar uma religião biônica mundial e implantar um governo comunista global. Sobre o conteúdo dessas teorias da conspiração, recomendo o livro escrito pelo grupo meteoro: METEORO BRASIL. “Tudo o que você desaprendeu para virar um idiota”. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

40 O Movimento Escola Sem Partido, Criado pelo procurador Miguel Nagib, se propõe a combater uma suposta “doutrinação esquerdista” existente na educação brasileira. O movimento, de características fortemente conservadoras, recebeu apoio entusiasmado dos movimentos da nova direita e da família Bolsonaro. Para saber mais, ver: DOSSIÊ ESCOLA SEM PARTIDO, Escola Politécnica de Saúde

sentaram, o que não impediu que, com a ajuda de Weintraub, fosse travada uma guerra particularmente contra as Universidades e Institutos Federais. Foram feitos radicais contingenciamentos⁴¹, interferência na indicação de cargos de direção⁴², nas nomeações⁴³ e nas regras para eleição de reitores,⁴⁴ entre outras medidas. Ao iniciar-se o ano de 2020, a mensagem não podia ser outra, o desafio neste novo ano é: “combater os oligarcas, os corruptos e a área ideológica socialista comunista”.⁴⁵ Algumas frases, obviamente, remetem à DGR:

Durante o século XX, mais da metade das pessoas do mundo viveram sob alguma forma de terror. Hoje, a América do Sul, e o Brasil em particular, faz parte do espaço vital de uma estratégia clara para a tomada de poder por grupos totalitários socialistas e comunistas. Eu não acreditava nisso. Achava que era teoria da conspiração. Todavia, está tudo documentado! O Foro de São Paulo é uma realidade! As FARC eram convidadas de honra. O crack foi introduzido no Brasil de caso pensado. Vejam os arquivos, está na internet!⁴⁶

Tal como o seu antecessor, a gestão de Weintraub também foi marcada por contestações. As sucessivas declarações polêmicas do ministro criaram problemas inclusive para o andamento da pauta econômica. De acordo com o Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia: “como que faz para o investidor olhar que o Brasil tem um ministro da Educação desse? Nosso país não tem futuro, né? Não tem futuro. Parece um passado ruim, porque conseguiu fazer de um cara des-

Joaquim Venâncio. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dossie/escola-sem-partido>. Acesso em: 23 abr. 2020.

- 41 TENENTE, Luiza; FIGUEIREDO, Patricia. “Entenda o corte de verbas das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores”. **G1**. 15 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- 42 SADI, Andreia. Decreto dá a Santos Cruz poder de avaliar até nomeação de reitores de universidades federais. **G1**. 16 maio 2019. <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2019/05/16/decreto-da-a-santos-cruz-poder-de-avaliar-ate-nomeacao-de-reitores-de-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- 43 MORENO, Ana Carolina. “Governo interveio em 6 de 12 nomeações de Reitores de Universidades Federais até agosto”. **G1**. 31 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-intervio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- 44 BRANDÃO, Marcelo. “MP muda forma de nomeação de reitores de universidades e IFs”. **AGÊNCIA BRASIL**. 26 dez. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/mp-muda-forma-de-nomeacao-de-reitores-de-universidades-e-ifs>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- 45 TWITTER, @AbrahamWeint, WEINTRAUB, Abraham, 05 jan. 2020. Disponível em: https://twitter.com/search?q=Voltei%2C%20pronto%20para%20a%20batalha%2C%20e%20conto%20com%20a%20ajuda%20de%20todos%20voc%3%AAs!%202030%20promete%20ser%20um%20exce-lente%20ano!&src=typed_query. Acesso em: 29 jan. 2020.
- 46 NOVA ESCOLA. “O que pensa Abraham Weintraub, o novo ministro da Educação”. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/16854/o-que-pensa-abraham-weintraub-o-novo-ministro-da-educacao>. Acesso em: 29 jan. 2020.

se o ministro da Educação⁴⁷. Mesmo setores que apoiaram ativamente a candidatura de Bolsonaro, como o Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, pressionaram pela saída do Ministro da Educação⁴⁸. O Ministro da Educação, todavia, apesar de todas os apelos pela demissão, das sucessivas declarações infelizes, dos erros de português⁴⁹ e do mau desempenho na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁵⁰, seguiu sendo um dos ministros mais próximos ao presidente até o momento em que, ameaçado por inquéritos em andamento do STF, foi enfim demitido do cargo de Ministro da Educação e nomeado para outro no Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos. No momento da demissão de Weintraub, o ingresso de brasileiros em território estadunidense estava proibido como parte das medidas de combate à epidemia de Covid 19 naquele país, todavia havia a brecha para cidadãos investidos em funções diplomáticas. Com essa brecha, o ex-ministro conseguiu escapar, ao menos temporariamente, às consequências dos inquéritos nos quais é investigado⁵¹. O tormentoso processo de nomeação de novo titular para a pasta da educação transcende ao objeto deste artigo.

Ainda dentro do que se considera parte da primeira fase da Guerra Revolucionária, a cultura também foi outro setor duramente atacado na guerra da família Bolsonaro contra o comunismo. Ainda em 2018, o pré-candidato dizia: “Nós vamos extinguir o Ministério da Cultura e teremos apenas uma secretaria para tratar do assunto. Hoje em dia, o Ministério da Cultura é apenas centro de negociações da Lei Rouanet”⁵². Ainda antes de assumir, o fim do Ministério da Cultura foi sacramentado⁵³, em seu lugar, foi criada uma “Secretaria de Cultura”, que passou

-
- 47 CONVERSA AFIADA. “Maia diz que Weintraub atrapalha investimentos no Brasil”. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/maia-diz-que-weintraub-atrapalha-investimentos-no-brasil>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- 48 ISTO É. “Em nota, MBL pede saída de Weintraub”. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/em-nota-mbl-pede-saida-de-weintraub>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- 49 SANTOS, Carolina. “11 erros do ministro da Educação que você não pode cometer no Enem”. **UOL**. 15 out. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/15/veja-erros-do-ministro-da-educacao-que-voce-nao-pode-cometer-no-enem.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- 50 G1. “Erro na correção do ENEM 2019: relembre histórico de problemas da prova, que inclui vazamentos e gabarito errado”. 20 jan. 2020. <https://g1.globo.com/educacao/enem/2019/noticia/2020/01/20/erro-na-correcao-do-enem-2019-relembre-historico-de-problemas-da-prova-que-inclui-vazamentos-e-gabarito-errado.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- 51 Weintraub chegou a prestar depoimento em dois inquéritos no STF, um deles motivado por afirmações feitas em reunião ministerial em 22 de abril de 2020. Em uma polêmica frase disse: “Por mim botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”, em seu depoimento, o então ministro ficou em silêncio. Em outro processo, é investigado por ofensa racista aos chineses. Numa publicação usa o personagem Cebolinha para ironizar o sotaque oriental e acusar o governo chinês em usar a Covid 19 para conquistar o mundo. Em depoimento, afirmou que apenas utilizou “de humor”. O ex-ministro também está implicado em inquérito que investiga a organização de manifestações antidemocráticas. Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/18/os-embates-e-ataques-de-weintraub.htm?cmpid=copiaecola>, visto por último em 26 jun, 2020.
- 52 BOREKI, Vinicius. “Bolsonaro defende a extinção do Ministério da Cultura”. **UOL**. 29 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- 53 FERNANDES, Talita; MARQUES, José. “Bolsonaro extingue Cultura e Esportes e deixa ministérios de Mulheres e Direitos Humanos para depois”. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 28 nov. 2018, Disponível

por vários ministérios⁵⁴ e teve vários titulares. As implicações com a lei Rouanet (BRASIL, 1991) são bem insistentes por parte da base Bolsonarista. Curiosamente, essa mesma lei, que foi sancionada em 1991 pelo ex-presidente nada esquerdista Fernando Collor de Melo, sempre recebeu críticas dos setores mais engajados à esquerda dos movimentos culturais. O maior problema apontado por estes está na permissão para que grandes empresas escolham quem patrocinar com parte do imposto de renda pago e direcionem o investimento para grandes eventos como forma de auferir lucros com uma publicidade (que no final sai gratuita), mantendo no limbo as produções que realmente necessitam de estímulo. A Lei Rouanet entrou no radar da ultradireita em 2017, ocasião em que o MBL denunciou a exposição “*Queermuseu*”, em Porto Alegre, por supostamente fazer apologia da pedofilia. As denúncias foram imediatamente refutadas pelo meio artístico, mas a base bolsonarista, percebendo a ressonância desse tipo denúncia, nunca mais deixou de citá-la. Mais ainda, porque desde o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, setores expressivos das categorias artísticas problematizaram as informações contraditórias com que a imprensa majoritária tratou esse processo e essa postura engajada permaneceu durante o impopular governo de Michel Temer e o que lhe sucedeu. Em função disso, é até cômodo acusar a cultura de “antro de comunistas” e acusar artistas consagrados de se beneficiarem da lei Rouanet, ainda quando muitos desses se posicionem abertamente por mudanças nessa lei.

Uma das personalidades mais atacadas foi a atriz Fernanda Montenegro, por sua postura de oposição ao governo Bolsonaro e em defesa dos movimentos sociais. Em setembro de 2019, o até então pouco conhecido Roberto Alvim⁵⁵, ex-diretor de teatro de ideias progressistas, mas que então havia se tornado um defensor do obscurantismo bolsonarista e ocupava então a direção de Centro de Artes Cênicas da Funarte, desferiu violento ataque à diva do teatro e da televisão: “acusou Fernanda de mentirosa, além de expor meu desprezo por ela, oriundo de sua deliberada distorção abjeta dos fatos”⁵⁶. Embora as declarações de Alvim tenham sido contestadas em inúmeras manifestações na sociedade civil, o eco de suas palavras na base do governo Bolsonaro lhe valeu promoção para titular da Secre-

em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-extingue-cultura-e-esportes-e-deixa-ministerios-de-mulheres-e-direitos-humanos-para-depois.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

54 *Idem*.

55 WIKIPEDIA, “Roberto Alvim”, 22 abr. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Alvim. Acesso em: 22 abr. 2020.

56 FOLHA DE SÃO PAULO. “Apoiador de Bolsonaro, dramaturgo Roberto Alvim ataca Fernanda Montenegro”. 22 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/apoiador-de-bolsonaro-dramaturgo-roberto-almiv-critica-fernanda-montenegro-e-fala-em-desprezo-pela-atriz.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

taria da Cultura⁵⁷. No pouco tempo em que esteve no cargo, Alvim se notabilizou por confrontos com os opositores do governo e nomeações polêmicas. Ainda em novembro, interrompeu um palestrante que fazia críticas ao governo Bolsonaro aos gritos de “canalha”, durante a Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola, realizada na cidade de Lisboa⁵⁸. Também provocou apaixonadas reações ao nomear para a Fundação Palmares o jornalista Sérgio Nascimento Camargo, que sendo negro, chocou desde a esquerda até a direita ao se revelar um negacionista do racismo e até mesmo tecer sutis elogios ao passado escravista do Brasil⁵⁹. Para a Presidência da Funarte, foi nomeado o maestro Dante Mantovani, que para espanto mundial afirmou que os Beatles eram ferramentas do comunismo para destruir a família americana⁶⁰, e que “O rock and roll ativa a droga, que ativa o sexo, que ativa a indústria do aborto”⁶¹. Para a presidência da Biblioteca Nacional, o aluno de Olavo de Carvalho, Rafael Nogueira, adepto de distorções históricas e teorias da conspiração, em suas redes sociais faz afirmações do tipo “Livros didáticos estão cheios de músicas de Caetano Veloso, Gabriel O Pensador, Legião Urbana. Depois não sabem por que está todo mundo analfabeto”⁶². Até o momento em que este texto é escrito Nogueira e Camargo permanecem ainda em seus cargos, o mesmo não se pode dizer de Alvim e Mantovani. O primeiro, após gravar um vídeo parodiando e copiando o estilo do Ministro da Propaganda nazista Joseph Goebbels e gerar protestos generalizados, teve sua permanência no cargo inviabilizada. E para o lugar do outrora tonitruante secretário foi nomeada a atriz Regina Duarte⁶³, que se encarregou de demitir Dante Mantovani⁶⁴, mas poucas semanas, após ser alvo de duras críticas tanto de opositores do governo

57 FOLHA DE SÃO PAULO. “Bolsonaro nomeia dramaturgo Roberto Alvim para comando da Secretaria de Cultura”. 07 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/bolsonaro-nomeia-dramaturgo-roberto-almim-para-comando-da-secretaria-de-cultura.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

58 CHADE, Jamil. “Na Europa, secretário de Bolsonaro chama palestrante de canalha e bate boca”. UOL, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/24/na-europa-secretario-de-bolsonaro-chama-palestrante-de-canalha-e-bate-boca.htm>. Acesso em: 11 mar. 2020.

59 G1. “Novo presidente da fundação Palmares minimiza racismo no Brasil em post; entidades criticam”. 28 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/28/novo-presidente-da-fundacao-palmares-minimiza-racismo-no-brasil-em-post.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

60 ROLLINGSTONE/UOL. “Os Beatles foram invenção socialista para fazer garotas abortarem, diz novo presidente da Funarte”. 02 dez. 2019. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/os-beatles-foram-invencao-socialista-para-fazer-garotas-americanas-abortarem-diz-novo-presidente-da-funarte>. Acesso em: 13 mar. 2020.

61 CALIXTO, Larissa. “As teorias do novo presidente da Funarte sobre o rock”. CONGRESSO EM FOCO, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/as-teorias-do-novo-presidente-da-funarte-sobre-o-rock>. Acesso em: 11 mar. 2020.

62 SMITH, Manoella; MOLINERO, Bruno. “Presidente da Biblioteca Nacional associa Caetano Veloso ao analfabetismo”. FOLHA DE SÃO PAULO. 02 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/presidente-da-biblioteca-nacional-associa-caetano-veloso-ao-analfabetismo.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

63 EXAME. “Regina Duarte aceita convite de Bolsonaro para Secretaria da Cultura”. 29 jan. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/regina-duarte-aceita-convite-de-bolsonaro-para-secretaria-da-cultura>. Acesso em: 11 mar. 2020.

64 NIKLAS, Jan. “Regina Duarte aceita convite de Bolsonaro para Secretaria da Cultura”. O GLOBO, 04 mar. 2020, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/regina-duarte-aceita-convite-assumira-secretaria-da-cultura-24218151>. Acesso em: 23 abr. 2020.

quanto da chamada ala ideológica, acabou sendo substituída pelo também ator Mário Frias, ferrenho defensor do bolsonarismo.

Para justificar o tipo de Estado que se implementou no pós-1964, os militares que se colocaram à frente do Golpe, assim como todos os seus defensores, enfatizaram a suposta presença de comunistas em todos os lugares. Só assim se podia apresentar a deposição de João Goulart como um ato defensivo, e não ofensivo. Nos dias atuais, para espanto de muitos, os comunistas voltam a ser apresentados como um perigo para a sociedade. Teorias da conspiração, como o alegado caráter subversivo do “Foro de São Paulo”⁶⁵, o suposto caráter revolucionário dos governos do PT, que levou Eduardo Bolsonaro a afirmar inclusive que o Brasil não voltaria a ser “socialista”⁶⁶. A disposição assumida em impedir a ocupação de qualquer espaço pela chamada “esquerda” levou o governo a inúmeras situações polêmicas. Entre estas podemos citar o veto da cientista política Ilona Szabó para a suplência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)⁶⁷, a recusa do governo em nomear o reitor mais votado em pelo menos metade das universidades simplesmente por serem de “esquerda”⁶⁸, o esvaziamento dos conselhos com participação da sociedade civil que, nas palavras de Bolsonaro seriam: “entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades”⁶⁹, a contínua referência depreciativa às Organizações Não Governamentais.⁷⁰

A interpretação de que os comunistas estão ocupando os espaços da sociedade civil levam amiúde a afirmações que bem poderiam figurar em um site de humor político, como a de que a gestão anterior da Fundação Nacional do Índio (Fu-

65 Para uma apresentação contextualizada das teorias da conspiração envolvendo o Foro de São Paulo, remetemos ao trabalho do grupo Meteoro: METEORO, 2019, *op. cit.*, capítulo 21.

66 MELO, Karine. “Nunca mais seremos um país socialista, diz Eduardo Bolsonaro”. **AGÊNCIA BRASIL**, 01 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2018-12/nunca-mais-seremos-um-pais-socialista-diz-eduardo-bolsonaro>. Acesso em: 14 mar. 2020.

67 CANDIDO, Marcos. “Única mulher do conselho: quem é Ilona Szabó, vetada no governo Bolsonaro”. **UNIVERSA**, 1 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/01/unica-mulher-do-conselho-quem-e-illona-szabo-vetada-no-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 14 mar. 2020.

68 SAYURI, Juliana. “Bolsonaro já interveio em metade das universidades federais que tiveram eleições para a reitoria”. **THE INTERCEPT**, 02out. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/03/bolsonaro-universidades-reitores>. Acesso em: 14 mar. 2020.

69 TWITTER. @jairbolsonaro. BOLSONARO. Jair M. 14 abr. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1117441294048071682>. Acesso em: 14 mar. 2020.

70 São muitas as manifestações hostis de Bolsonaro ao terceiro setor. A título de ilustração, podemos nos remeter a alguns casos de maior repercussão, como a acusação de que ONGs estariam por trás das queimadas na Amazônia: MAZUI, Guilherme. “Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para ‘chamar a atenção’ contra o governo”. **G1**, 21 ago. 2019. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2020.; ou o ataque ao Green Peace: GALVANI, Giovanna. “Bolsonaro chama ONG de ‘lixo’ ao ser questionado sobre Conselho da Amazônia”. **CARTA CAPITAL**, 13 fev. 2020. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-chama-ong-de-lixo-ao-ser-questionado-sobre-conselho-da-amazonia>. Acesso em: 14 mar. 2020.

nai) se caracterizou por um tipo de “antropologia trotskista”⁷¹, ou que os Conselhos com participação da sociedade civil eram “Soviets do PT”⁷², mas afirmações como estas são feitas diariamente por pessoas que realmente acreditam no que estão dizendo. Na ótica da DGR, portanto, embora o governo federal esteja ocupado por partidos e movimentos de extrema direita, o comunismo é apresentado como algo que estranhamente “está em todo o lugar”.

As teorias da conspiração, ontem e hoje

Mesmo aliados do governo Bolsonaro no legislativo e na grande mídia têm procurado se distanciar e marcar posição criticamente em relação a seus posicionamentos ideológicos. Mesmo aqueles que exaltam com certo exagero os “êxitos econômicos” do primeiro ano de governo não têm poupado críticas à política do governo federal para a educação e cultura. Todavia, em seus posicionamentos públicos, justamente essas áreas parecem ser prioritárias para o presidente.

Como visto, a DGR desconsiderava as diferenças e mesmo as disputas viscerais que, na década de 1960, ocorriam no seio dos movimentos de esquerda. Atribuía uma atuação concertada em todas elas e prescrevia um duro combate a qualquer ação que pudesse ser colocada dentro destas cinco etapas. A generalidade do esquema permitia atribuir a qualquer movimento a qualidade de movimento preparatório desta ou daquela etapa. No ambiente da Guerra Fria e num contexto de intervenções militares, luta anticolonial e golpes de Estado, a DGR existia em seu tempo histórico. Nos dias atuais, tais ideias deveriam fazer parte de um museu de ideias a serem esquecidas, mas muito pelo contrário, vivemos um tempo em que teorias fantásticas e proposições abertamente anticientíficas, tais como o terraplanismo e o movimento antivacinas, estão em seu auge.

O governo Bolsonaro, mais do que qualquer outro desde Hitler na Alemanha nazista, é permeado por várias teorias da conspiração. E se estas não são propriamente fenômenos recentes, é inegável que nos últimos anos, com a popularização da internet e o advento das redes sociais, ganharam um impulso sem precedentes. Em seu tempo, a DGR cumpriu os requisitos gerais de uma poderosa teoria da conspiração: argumentações simplificadoras, ausência de comprovações empíricas e de método científico, hostilidade às argumentações contrárias e grande dose

71 BORGES, André. “Funai cita ‘antropologia trotskista’ para vetar visita a terra indígena”. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, 04 fev. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,funai-cita-antropologia-trotskista-para-vetar-visita-a-terra-indigena,70003185081>. Acesso em: 14 mar. 2020.

72 TWITTER. @republica_ctba, República de Curitiba. “Bolsonaro assina decreto que deve acabar com os ‘soviets’ do PT”. 13 abr. 2019, disponível em: https://twitter.com/republica_ctba/status/1117099731623215104. Acesso em: 14 mar. 2020.

de convicção. Foi usada para mobilizar os militares e uma parte da sociedade civil contra um presidente legítimo. Nos dias atuais, essa doutrina parece animar outro presidente a declarar guerra ao seu povo. Sabemos o resultado da difusão da DGR entre oficiais militares e políticos da oposição direitista a João Goulart, mas qual será a consequência da permanência destes pressupostos e afirmações vazias de cientificidade totalmente descoladas de seu contexto?

Mais do que nunca, urge recorrer à história e ao conhecimento, entrar definitivamente nesta guerra DE IDEIAS, e derrotar de vez o ódio e o obscurantismo. Nunca antes em nossas vidas, a civilização dependeu tão grandemente de luzes.

Referências Bibliográficas

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política e Golpe de Estado. Petrópolis – RJ, Vozes, 1981.

GORENDER, Jacob, **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática: 1998.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paulo, Boitempo, 1999.

METEORO BRASIL. “Tudo o que você desaprendeu para virar um idiota”. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Bilac. **Guerra revolucionária**. Guanabara: Companhia Forense, 1964.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SILVA, Hélio, **Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975

TENDLER, Silvio, DIAS, Maurício. Jango. Revista suplemento ao filme. Porto Alegre, L&PM, 1984.

VINHAS, Moisés. **O partido**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: HUCITEC, 1982.

Artigos científicos:

CARVALHO, Olavo de. “Por que a direita sumiu”. 2 mar. 2012. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu>. Acesso em: 03 mar. 2020.

COSTA, Iná Camargo. “Marxismo cultural, um fantasma que ronda a História”. **OUTRAS PALAVRAS**, 04 out. 2019, Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/marxismo-cultural-um-fantasma-que-ronda-a-historia>. Acesso em: 03 mar. 2020;

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, Jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004>.

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. “Quem tem medo da filosofia brasileira?”. **ECSB Defesa**, Sd, <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/QTMFB.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

Documentos:

BRASIL, Estado Maior da Forças Armadas. **Aspectos da Guerra Contemporânea - a Guerra Revolucionária** - ESG, C-20-69, 1969.

BRASIL, Presidência da República, Estado Maior da Forças Armadas. **Conceituação de Guerra insurrecional, Guerra Revolucionária, Subversão (Guerra Subversiva), Ação Psicológica, Guerra Psicológica e Guerra Fria**, 1ª edição, EMFA, 1961, FA-E-01/61

FRAGOSO, Augusto, **Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária**. C-85-59, reservado. Departamentos de Estudos da ESG, Rio de Janeiro, 1959.

Verbetes:

BENEVIDES, Maria Vitória. “UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)”, **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 27 jan. 2020.

LAMARÃO, Sérgio. “Grupos dos onze”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/grupos-dos-onze>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PAULA, Cristiane Jalles de. “O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Verbetes disponíveis em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidente-Janio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria. Acesso em: 27 jan. 2020.

RAMOS, Plínio de Abreu, “PINTO, Bilac”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto>. Acesso em: 27 jan. 2020.

WIKIPÉDIA, “Abraham Weintraub”. 19 abr. 2019, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Weintraub. Acesso em: 10 abr. 2020.

WIKIPÉDIA, “José Antonio Kast”. 24 dez. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Antonio_Kast. Acesso em: 19 jan. 2020.

WIKIPÉDIA, “Marxismo Cultural”. 09 set. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolchevismo_cultural. Acesso em: 03 mar. 2020.

WIKIPEDIA, “Roberto Alvim”. 22 abr. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Alvim. Acesso em: 22 abr. 2020.

WIKIPÉDIA, Ricardo Vélez Rodríguez. 15 abr. 2020, https://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_V%C3%A9lez_Rodr%C3%ADguez. Acesso em: 15 abr. 2020.

WIKIPÉDIA. “Estado-Maior do Exército (Brasil)”. 14 abr. 2019, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado-Maior_do_Ex%C3%A9rcito_(Brasil)). Acesso em 27 jan. 2020.

Legislações:

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 7.716, 5 jan. 1989, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “LEI Nº 8.313, 23/12/1991. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 5358/2016, 23 jan. 2016, 2016a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085411>. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 5358/2016, 23 jan. 2016, 2016b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=425386655F0EA16279B9B5BDC325BC2B.proposicoesWebE-externo1?codteor=1460579&filename=PL+5358/2016. Acesso em: 27 jan. 2020.

Reportagens:

BARIFOUSE, Rafael, “O que se sabe sobre o atentado à sede do Porta dos Fundos”. **BBC**, 26 dez. 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50919841>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BASILIO, Ana Luiza. “Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC”. **CARTA CAPITAL**, 08 abr. 2019. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BOREKI, Vinicius. “Bolsonaro defende a extinção do Ministério da Cultura”. **UOL**. 29 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BORGES, André. “Funai cita ‘antropologia trotskista’ para vetar visita a terra indígena”. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, 04 fev. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,funai-cita-antropologia-trotskyista-para-vetar-visita-a-terra-indigena,70003185081>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRANDÃO, Marcelo. “MP muda forma de nomeação de reitores de universidades e IFs”. **AGÊNCIA BRASIL**. 26 dez. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/mp-muda-forma-de-nomeacao-de-reitores-de-universidades-e-ifs>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CALIXTO, Larissa. “As teorias do novo presidente da Funarte sobre o rock”. **CONGRESSO EM FOCO**, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/as-teorias-do-novo-presidente-da-funarte-sobre-o-rock/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CANDIDO, Marcos. “Única mulher do conselho: quem é Ilona Szabó, vetada no governo Bolsonaro”. **UNIVERSA**, 1 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/01/unica-mulher-do-conselho-quem-e-illona-szabo-vetada-no-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CHADE, Jamil. “Na Europa, secretário de Bolsonaro chama palestrante de canalha e bate boca”. **UOL**, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/24/na-europa-secretario-de-bolsonaro-chama-palestrante-de-canalha-e-bate-boca.htm>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CONVERSA AFIADA. “Maia diz que Weintraub atrapalha investimentos no Brasil”. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/maia-diz-que-weintraub-atrapalha-investimentos-no-brasil>. Acesso em: 31 jan. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. “Guru de Bolsonaro abandonou escola na 8ª série do fundamental”. **CATRACA LIVRE**, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/guru-de-bolsonaro-abandonou-escola-na-8a-serie-do-fundamental>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. “Vazam documentos do guru de Bolsonaro: green card está expirando”. **CATRACA LIVRE**, 27 maio 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/vazam-documentos-do-guru-de-bolsonaro-green-card-esta-expirando>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DOSSIÊ ESCOLA SEM PARTIDO, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dossie/escola-sem-partido>. Acesso em: 23 abr. 2020.

EXAME. “Regina Duarte aceita convite de Bolsonaro para Secretaria da Cultura”. 29 jan. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/regina-duarte-aceita-convite-de-bolsonaro-para-secretaria-da-cultura>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FERNANDES, Talita; MARQUES, José. “Bolsonaro extingue Cultura e Esportes e deixa ministérios de Mulheres e Direitos Humanos para depois”. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 28 nov. 2018, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-extingue-cultura-e-esportes-e-deixa-ministerios-de-mulheres-e-direitos-humanos-para-depois.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Apoiador de Bolsonaro, dramaturgo Roberto Alvim ataca Fernanda Montenegro”. 22 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/apoiador-de-bolsonaro-dramaturgo-roberto-alvim-critica-fernanda-montenegro-e-fala-em-desprezo-pela-atriz.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Bolsonaro nomeia dramaturgo Roberto Alvim para comando da Secretaria de Cultura”. 07 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/bolsonaro-nomeia-dramaturgo-roberto-alvim-para-comando-da-secretaria-de-cultura.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

G1. “Erro na correção do ENEM 2019: relembre histórico de problemas da prova, que inclui vazamentos e gabarito errado. 20 jan. 2020. <https://g1.globo.com/educacao/enem/2019/noticia/2020/01/20/erro-na-correcao-do-enem-2019-relembre-historico-de-problemas-da-prova-que-inclui-vazamentos-e-gabarito-errado.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

G1. “Novo presidente da fundação Palmares minimiza racismo no Brasil em post; entidades criticam”. 28 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/28/novo-presidente-da-fundacao-palmares-minimiza-racismo-no-brasil-em-post.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GALVANI, Giovanna. “Bolsonaro chama ONG de ‘lixo’ ao ser questionado sobre Conselho da Amazônia”. **CARTA CAPITAL**, 13 fev. 2020. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-chama-ong-de-lixo-ao-ser-questionado-sobre-conselho-da-amazonia>. Acesso em: 14 mar. 2020.

GONÇALVES, Eduardo. “Danças de zouk, aulas de russo e brigas no exterior: quem é Eduardo Fauzi”. **VEJA**, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dancas-de-zouk-aulas-de-russo-e-brigas-no-exterior-quem-e-eduardo-fauzi>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ISTO É. “Em nota, MBL pede saída de Weintraub”. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/em-nota-mbl-pede-saida-de-weintraub>. Acesso em: 31 jan. 2020.

JOÃO FILHO. “Por dentro da paranoia olavista do novo ministro da Educação, Abraham Weintraub”, **THE INTERCEPT**. 14 abr. 2019. <https://theintercept.com/2019/04/14/mec-olavo-weintraub-educacao-comunismo>. Acesso em: 29 jan. 2020.

MAZUI, Guilherme. “Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para ‘chamar a atenção’ contra o governo”. **G1**, 21 ago. 2019. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MELO, Karine. “Nunca mais seremos um país socialista, diz Eduardo Bolsonaro”. **AGÊNCIA BRASIL**, 01 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/nunca-mais-seremos-um-pais-socialista-diz-eduardo-bolsonaro>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MORENO, Ana Carolina. “Governo interveio em 6 de 12 nomeações de Reitores de Universidades Federais até agosto”. **G1**. 31 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-interveio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.

NIKLAS, Jan. “Regina Duarte aceita convite de Bolsonaro para Secretária da Cultura”. **O GLOBO**, 04 mar. 2020, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/regina-duarte-aceita-convite-assumira-secretaria-da-cultura-24218151>. Acesso em: 23 abr. 2020.

NOVAESCOLA. “O que pensa Abraham Weintraub, o novo ministro da Educação”. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/16854/o-que-pensa-abraham-weintraub-o-novo-ministro-da-educacao>. Acesso em: 29 jan. 2020.

O GLOBO. “Foragido assume autoria de ataque ao Porta dos Fundos e diz que pedirá asilo na Rússia”. 03 jan. 2020, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/foragido-assume-autoria-de-ataque-ao-porta-dos-fundos-diz-que-pedira-asilo-na-russia-24171105>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PINHEIRO, Constança Tastch e Amanda. “Angela Davis define Rio como ‘a cidade de Marielle’ e cobra punição a mandantes”. **O Globo**, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/angela-davis-define-rio-como-cidade-de-marielle-cobra-punicao-mandantes-24038303>. Acesso em: 27 jan. 2020.

PRAGMATISMO POLÍTICO, “Bolsonaro diz que Olavo indicou Véléz baseado em ‘publicações aí’”. 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/06/bolsonaro-olavo-indicou-velez-publicacoes.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ROLLINGSTONE/UOL. “Os Beatles foram invenção socialista para fazer garotas abortarem, diz novo presidente da Funarte”. 02 dez. 2019. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/os-beatles-foram-invencao-socialista-para-fazer-garotas-americanas-abortarem-diz-novo-presidente-da-funarte>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SADI, Andreia. Decreto dá a Santos Cruz poder de avaliar até nomeação de reitores de universidades federais. **G1**. 16 maio 2019. <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/05/16/decreto-da-a-santos-cruz-poder-de-avaliar-ate-nomeacao-de-reitores-de-universidades-federais.ghhtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SANTOS, Carolina. “11 erros do ministro da Educação que você não pode cometer no Enem”. **UOL**. 15 out. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/15/veja-erros-do-ministro-da-educacao-que-voce-nao-pode-cometer-no-enem.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

SOARES, Jussara: “‘Você é o líder da revolução’, diz Paulo Guedes a Olavo de Carvalho”. **O GLOBO**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/voce-o-lider-da-revolucao-diz-paulo-guedes-olavo-de-carvalho-23530572>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SAYURI, Juliana. “Bolsonaro já interveio em metade das universidades federais que tiveram eleições para a reitoria”. **THE INTERCEPT**, 02 out. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/03/bolsonaro-universidades-reitores>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SMITH, Manoella; MOLINERO, Bruno. “Presidente da Biblioteca Nacional associa Caetano Veloso ao analfabetismo”. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 02 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/presidente-da-biblioteca-nacional-associa-caetano-veloso-ao-analfabetismo.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2020.

TENENTE, Luiza; FIGUEIREDO, Patricia. “Entenda o corte de verbas das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores”. **G1**. 15 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghhtml>. Acesso em: 29 jan. 2020.

TERRA, “Esquerda não merece ser tratada como normal, diz Bolsonaro”, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/esquerda-nao-merece-ser-tratada-como-normal-diz-bolsonaro,9537b97a182bb93ac08a08194ac8d93bxffx49n4.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

UOL, “Eduardo Bolsonaro fala em novo AI-5 “se esquerda radicalizar”, 31 out. 2019, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noti>

cias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm. Acesso em: 19 jan. 2020.

ZANINI, Fábio. “Filme sobre o golpe de 64 diz que militares perderam a batalha das ideias”, **FOLHA DE SÃO PAULO**. 1 abr. 2019. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2019/04/01/filme-sobre-o-golpe-de-64-diz-que-a-direita-perdeu-a-batalha-das-ideias/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ZANINI, Fábio. “Produtora Brasil Paralelo revisa a história em filmes e livros com visão de direita”. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/produtora-brasil-paralelo-revisa-a-historia-em-filmes-e-livros-com-visao-de-direita.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2020.

Vídeos:

BRASIL PARALELO. “O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)”. **Canal Gazeta da semana**, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rctpKPhivek>. Acesso em: 09 mar. 2020.

NAGLE, Leda, “O que Eduardo Bolsonaro REALMENTE falou sobre o AI-5?”, [www.youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtITpL4&t=34s), 31 out. 2019, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_cyKtITpL4&t=34s. Acesso em: 10 jan. 2020.

Publicações em Redes Sociais:

TWITTER. @republica_ctba, República de Curitiba. “Bolsonaro assina decreto que deve acabar com os ‘soviets’ do PT”. 13 abr. 2019, disponível em: https://twitter.com/republica_ctba/status/1117099731623215104. Acesso em: 14 mar. 2020.

TWITTER. @e_vire, Ordem e progresso vire a direita, 8 abr. 2019. Disponível em: https://twitter.com/search?q=%E2%80%9CO%20socialista%20%C3%A9%20a%20Aids%3B%20e%20o%20comunista%2C%20a%20doen%C3%A7a%20oportunista%E2%80%9D&src=typed_query, Acesso em: 29 jan. 2020.

TWITTER. @jairbolsonaro. BOLSONARO. Jair M. 14 abr. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1117441294048071682>. Acesso em: 14 mar. 2020.

TWITTER, @BolsonaroSP, BOLSONARO, Eduardo. 21 maio 2019. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1130770554154311680>. Acesso em: 03 mar. 2020.

TWITTER, @AbrahamWeint, WEINTRAUB, Abraham, 05 jan. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/search?q=Voltei%2C%20pronto%20para%20a%20batalha%2C%20e%20conto%20com%20a%20ajuda%20de%20todos%20vo->

c%C3%AAs!%202030%20promete%20ser%20um%20excelente%20ano!&src=typed_query. Acesso em: 29 jan. 2020.

TWITTER, @BolsonaroSP, BOLSONARO, Eduardo. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1216896779133669376>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro



Michelangelo Torres¹

“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”

(Jair Bolsonaro, durante campanha eleitoral em 2018).

“o professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”

(Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação).

Em perspectiva mundial, o capitalismo contemporâneo tem passado por profundas mutações. A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de Estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência. No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16 e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influído sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o futuro da educação pública. É com este intuito que este artigo pretende analisar as políticas educacionais do governo Bolsonaro em seus primeiros 18 meses de gestão.

Importante esclarecer que o projeto do imperialismo para países semiperiféricos é a estratégia de recolonização. No quadro brasileiro, amplamente inserido no

1 Professor Doutor do IFRJ.

processo de mundialização do capital, é marcante a sua inserção subordinada ao mercado global (dependência estrutural da economia brasileira, enquanto submetrópole). Apesar dessa dependência e subordinação internacionais, o dinamismo do capital financeiro, da expansão das transnacionais atuantes no país, do investimento estrangeiro direto (IED), a atuação das corporações empresariais brasileiras fora do país, sobretudo no continente, tem se expandido. Podemos inferir que o Brasil representa hoje, simultaneamente, uma semicolônia privilegiada (com uma burguesia expansionista mas subordinada ao imperialismo) e uma submetrópole do tipo periférica, dado seu gigantismo expansionista no continente (ainda que não exerça domínio político na região). Ou seja, o capital é internacionalizado, mas o Estado brasileiro é subordinado ao sistema internacional de Estados, ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho. Trata-se da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado.

Acrescentemos, em tempos de endurecimento político pós golpe parlamentar no país (em verdade se tratou de um golpe de novo tipo)², vivenciamos uma verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do sindicalismo, dos serviços públicos e de devastação do trabalho regulamentado e dotado de direitos, como servem de exemplificação as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio representado pela terceirização irrestrita e total, prevalência do negociado sobre o legislado, desmonte do Ministério do Trabalho, desregulamentação da legislação protetora do trabalho via reforma trabalhista e previdenciária, legalização do trabalho intermitente, tentativa de imposição da chamada “carta de trabalho verde-amarela”, a proposta de reforma administrativa, dentre tantos ataques à organização coletiva dos trabalhadores. Ou seja, predomina a precarização do trabalho como regra em tempos pós-conciliação de classes e de contrarreformas em período do que podemos, talvez, denominar por novo estado de exceção. A classe dominante brasileira parece ter levantado seu punho direito, autocrático e antissindical, com apoio social dos setores médios girados à direita, das forças do Judiciário, do Parlamento e da mídia corporativa. A ordem empresarial e das forças políticas hegemônicas pretendem demolir quaisquer resquícios de elementos classistas da representação dos trabalhadores. Nem mesmo a conciliação de classes está em seus planos³. É nesse contexto que se insere o governo Bolsonaro. Tempos duros virão para os

2 No dia 03 de dezembro de 2015, a Câmara dos Deputados, mediante o encaminhamento do presidente da Casa, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal, com arranjo político junto aos partidos da oposição de direita. Com o ativismo arbitrário de procuradores e juízes, em parceria com a grande mídia corporativa, a medida ganhou força política e simpatia pela burguesia, partidos de direita e setores da classe média desde então. Em 31 de agosto de 2016 foi efetivado o impeachment definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado Federal.

3 Referência ao processo político em que a burla jurídica foi denominada por *impeachment*, que, em verdade, pode ser interpretado como um golpe parlamentar de novo tipo, em que as classes dominantes (internacionalizadas e financeirizadas) descartaram o governo Dilma e romperam com o ciclo de conciliação do PT iniciado por Lula.

sindicalistas, ativistas e militantes de esquerda. A barbárie se anuncia. Diante da hipótese bonapartista e de intensa escalada autoritária no regime, haverá espaço para a educação pública?

Apesar de suas poucas palavras no período de campanha eleitoral e das inúmeras tentativas de se esquivar do debate público, Bolsonaro foi o candidato que mais abordou o tema da educação nas eleições 2018. Ao assumir o mandato presidencial, elegeu a educação pública como inimigo nº 1 em potencial. Já existem disponíveis ao público um número razoável de textos que fazem importante apinhado do impacto da ofensiva reacionária durante os primeiros meses do governo Bolsonaro, sobretudo contra as universidades, a ciência e a tecnologia. Resta, neste artigo, um balanço temático da educação de conjunto tendo em vista o recorte temporal relativo ao primeiro um ano e meio do governo de extrema direita brasileiro.

Continuidades ou descontinuidades?

O que há de comum e distintivo entre as “novas” políticas educacionais do governo Bolsonaro? Por um lado, há o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora. Uma agenda que não se limita a dar continuidade, mas, sobretudo, impor uma nova face à educação no país com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico. O viés autoritário e antidemocrático está no “DNA” desse governo. De outro lado, está em curso o que podemos denominar por uma ofensiva ultra neoliberal, encampada pelo Ministro Paulo Guedes e seguida como cartilha com viés obscurantista pelos ministros da Educação, pautada pela lógica do mercado e expressa na intensificação da onda de privatização da educação pública (e apropriação do fundo público pelo empresariado), levando a mercantilização da educação às últimas consequências e o desmonte de seu sentido público.

O MEC e as políticas educacionais autoritárias de Bolsonaro

O governo Bolsonaro é marcado pela instabilidade política⁴ e crises de grande envergadura. Apesar da relação conflituosa, manteve o apoio da maioria das classes dominantes e setores médios no que se refere ao seu programa econômico,

4 Além de inúmeras propostas seguidas de recuos políticos, apenas no primeiro ano de seu mandato o presidente Jair Bolsonaro alterou quatro ministros do comando de pastas estratégicas do governo: Secretaria-Geral da Presidência, Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Governo. Foram três demissões e uma troca de comando entre órgãos, além de inúmeras exonerações e demissões de funcionários do governo. Em menos de 100 dias de governo, passaram pela pasta ministerial da educação, no MEC, inúmeros gestores de alto escalão que foram exonerados ou pediram demissão, além das mudanças dos ministros: Ricardo Vélez Rodríguez (colombiano, teólogo e filósofo de extrema direi-

ainda que já comecem a haver rupturas. Conforme analisamos nos últimos meses, o Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro (a despeito de suas trocas de gestores e de sua instabilidade) tem por foco o gerenciamento/financiamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, aproximar-se da extrema direita. Por outras palavras, sob nova direção do Estado, a agenda educacional tem combinado ajustes ultra neoliberais e traços neofascistas.

Façamos um breve resgate das principais medidas de Bolsonaro para a educação em seus primeiros 18 meses de gestão:

- Combate à ideologia de gênero, à dita doutrinação ideológica e ao suposto marxismo cultural nas escolas e universidades. Tentativa de retomada do **Programa Escola Sem Partido** (cerceamento da liberdade de ensinar e combate à “ideologia de gênero”) - apesar de engavetado e sem formalização - e investida na criação de uma comissão investigadora responsável por inspecionar temas da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que façam abordagens “ideológicas” ou consideradas “de esquerda”, recrudescendo o traço autoritário e excludente do governo;
- **Revisão nos livros didáticos:** Tentativa de revisar os livros didáticos no intuito de inserir *fake news* e possibilitar a ausência de fontes científicas, medida promovida pelo então Ministro da Educação Véléz Rodríguez (no cargo entre janeiro e março de 2019);
- **Exaltação à ditadura militar.** O Ministro Ricardo Véléz Rodríguez promoveu inúmeros discursos reacionários, com destaque para a orientação de que os livros didáticos de história apagassem a existência do período ditatorial brasileiro, devendo ser interpretado como “movimento cívico”, uma vez que se devesse, na opinião do ministro, e dos ideólogos olavistas, se comemorar o Golpe Militar de 1964.
- O ministro Véléz anunciou que impulsionaria o Projeto Rondon e retomaria o **ensino de Moral e Civismo** (abolido após o regime militar) nas escolas e universidades. A medida controversa recebeu inúmeras críticas, fazendo o governo recuar na proposta.

ta), substituído, em função de acúmulo de polêmicas na pasta, por Abraham Weintraub (consultor do mercado financeiro com ênfase em previdência e aluno de Olavo de Carvalho).

Quando concluíamos este artigo, em junho de 2020, foi anunciada a saída de Weintraub do MEC em função de ter sido um dos principais protagonistas do desgaste do governo federal com outros poderes, como o STF. Em reunião interministerial de abril, em vídeo vazado, o então ministro do MEC sugere a prisão dos ministros do STF. Avaliado como o pior ministro da educação de todos os tempos, Weintraub, o ministro fujão, deixou o país com receio de ser preso. Em seu cargo, até o presente momento – julho de 2020 – passou pelo MEC um terceiro ministro relâmpago, Carlos Alberto Decotelli, que em função de inconsistências em sua carreira acadêmica, logo foi deposto em tempo recorde. Renato Feder chegou a ser anunciado pelo presidente Bolsonaro para a pasta, mas logo voltou atrás em sua decisão, ao ser pressionado pela ala olavista e evangélica. Após vacância na titularidade da pasta, foi nomeado o pastor Milton Ribeiro para a função. Este seria o quarto ministro improvisado em um ano e meio de desgoverno. Em resumo, o MEC foi comandado por um capacho de Olavo de Carvalho, por um golpista fujão, um fraudador de currículo e um pastor evangélico. Que tempos!

- **Medidas autoritárias e antidemocráticas.** O MEC enviou comunicado às escolas solicitando que as crianças fossem perfiladas e cantassem o Hino Nacional, com alunos (menores de idade) filmados e realizando a leitura de mensagem institucional do MEC contida numa carta com slogan de campanha presidencial do partido de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (Velez Rodrigues). A medida gerou tamanha polêmica que o ministro teve de recuar nessa empreitada. O MEC realizou também intervenção na autonomia de Institutos Federais e Universidades, decidindo sobre a escolha (não democrática) de reitores e de suas equipes de gestão.
- Anúncio de corte na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) por “balbúrdia” e motivações ideológicas. Outra medida polêmica foi a “**Lava-Jato da Educação**” (Ministro Abraham Weintraub, consultor do mercado financeiro). Além dos ataques às três instituições mencionadas, o ministro Sérgio Moro e o então ministro da Educação, Velez Rodrigues, assinaram um protocolo para iniciar a Operação Lava-Jato na educação, que visava desmoralizar o sistema de educação federal do país e impor uma luta ideológica, promovendo investidas autoritárias e espetáculos com a polícia federal em reitorias, departamentos e programas em universidades e Institutos Federais. Vale lembrar, também, pronunciamento oficial admitindo-se **cobrança de mensalidades na pós-graduação stricto-senso**, historicamente gratuita no país, com o intuito de promover a expansão do ensino superior privado e mercantil sob controle de grandes fundos de investimentos.
- **Corte orçamentário** em todas as universidades, Institutos Federais (suspensão do repasse de 30% das verbas discricionárias) e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Tais ações geraram as duas maiores manifestações de rua contra o governo Bolsonaro, em 15 de maio e em 30 de maio de 2019: em defesa das universidades e da educação pública.
- **Ataque à pesquisa:** suspensão de edital de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já aprovado em 2018 e que envolvia 2.516 bolsas de várias modalidades. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve 4.798 bolsas de pesquisa cortadas.
- Desmantelamento da Educação Básica e **Militarização de escolas** (unir “disciplina” e bom desempenho escolar), em evidente projeto de desmonte de qualquer perspectiva de gestão democrática. O governo criou, na estrutura do MEC, a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica. Ao mesmo tempo em que o

ministro Vélaz afirmou que “as universidades devem ser reservadas para uma elite intelectual”, defendeu a gestão cívico-militar das escolas como medida de “combate às drogas” e para acabar com a violência na escola. O intuito de Bolsonaro seria criar “uma escola militar em cada capital do país”.

- O Ministério da Educação oficializou o lançamento do **programa “Future-se”**, que visa reestruturar o financiamento do Ensino Superior público ao ampliar o papel das verbas privadas no orçamento das universidades. Na prática, o projeto visa o privatismo do ensino superior e Institutos Federais, trazendo um novo mecanismo de financiamento (interesses imediatistas empresariais): os recursos passam a ser geridos por Organizações Sociais (OSs) / ameaça a autonomia das Instituições Federais (IF) ao prover um autofinanciamento em que se desobriga o Estado de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. O programa ainda coloca a pesquisa científica rumo aos interesses do mercado: aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados / desestímulo à pesquisa em humanidades. Outra medida polêmica é o fim dos concursos públicos e a precarização no plano de carreira docente, com previsão de contratação de profissionais com base no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (complementação de renda via venda de pesquisas no setor privado), promovendo a descaracterização de Regime de Dedicção Exclusiva / ensino-pesquisa-extensão. Isso sem mencionar a potencialização dos efeitos da Emenda Constitucional 95 (redução de gastos públicos com pessoal nas universidades e Institutos Federais)⁵.
- Adoção da Medida Provisória 914/2019, que estabelece retrocessos democráticos e ataca a autonomia universitária ao instituir maior **ingerência governamental no processo de escolha de dirigentes das universidades** federais, dos Institutos Federais e do colégio Pedro II, podendo, inclusive, inviabilizar eleição dos diretores das unidades acadêmicas. No mesmo sentido, o MEC interviu em algumas reitorias de instituições de ensino, impondo a **nomeação de interventores, e não reitores eleitos democraticamente**, como foi o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), do Rio Grande do Norte

5 Importante observar que, logo após o governo anunciar o Programa Future-se, as ações da Kroton Educacional S. A (Anhanguera, Unopar, Pitágoras), Estácio Participações S. A (Estácio de Sá), GAEC Educação S. A. (São Judas e UniBH) e SER Educacional S. A (Univeritas, Uninassau), negociadas na bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), registraram uma tendência de alta a partir de 7 de maio de 2019 (o programa foi anunciado em 17 de julho). As ações da Laureate Education Inc (Anhembí Morumbi e FMU), negociada na NASDAQ e as ações da Adtalem Global Education (Ibmec), negociadas na bolsa de Nova York, apresentaram uma alta a partir de 8 de maio. Portanto, os grupos oligopólios privados da educação superior vislumbram o ensino superior como potencial financeiro a partir das políticas privatistas na educação.

(IFRN), da Bahia (IFBA) e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), para ilustrarmos.

- **Tentativa de o governo impor a contratação via CLT para ingresso docente nas universidades.** Trata-se de uma política obscurantista de ódio à dedicação à ciência e fortalecimento da dimensão privatista visando a precarização do trabalho docente nas universidades, que, segundo proposta do MEC, é que sejam gerenciados por meio de Organização Sociais (OSs).
- Política de **suspender contratações de docentes e técnicos-administrativos.** Em seu primeiro ofício de janeiro de 2020, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) comunicou às Instituições Federais de Ensino que estão suspensas as contratações de docentes e técnicos em 2020, até a publicação da LOA (Lei Orçamentária Anual). O intuito é que nenhum servidor pudesse ser nomeado, ainda que já tivesse sido aprovado em concurso público. Tal medida está na esteira das propostas do Banco Mundial no tocante à racionalização das despesas com pessoal no serviço público⁶.
- Espetáculo de horrores protagonizado pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub e representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com **erros nos resultados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**, causando grandes transtornos aos estudantes que ensejavam o ingresso no ensino superior via ENEM.
- **Irresponsabilidade educacional em meio à pandemia.** Medidas que combinaram a defesa de volta às aulas em meio à crise sanitária e tentativa de flexibilização das medidas de isolamento social (Covid-19), contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e proposta alternativa de **adoção à Educação a Distância (EaD) nas escolas públicas** em substituição às aulas presenciais a fim de “salvar o ano letivo” de modo improvisado (Abraham Weintraub), em detrimento da política de salvar vidas. Isto é, após a suspensão de aulas presenciais em todos os estados à revelia da política negacionista da pandemia por parte da equipe de Bolsonaro, o governo orientou que, a partir do ensino fundamental, as escolas adotassem atividades não-presenciais (à distância) para cumprir a carga horária obrigatória, sem qualquer planejamento pedagógico ou consideração com as faltas de infraestrutura, desconsiderando, assim, a realidade brasileira⁷.

6 Conferir relatório do Banco Mundial para o Brasil, “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro” (BANCO MUNDIAL, 2019). Na mesma linha, já no ideário neoliberal dos anos 1990, conferir World Bank (1995).

7 Segundo pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018, cerca de 30% da população não tem acesso à internet e, nas

- Proposta do MEC em **umentar a carga horária docente e instituir controle de ponto eletrônico para professores** da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mediante proposta da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC em modificar a regulamentação da atividade docente expressa na Portaria nº 17/2016, que pretende ainda impor maior controle sobre o trabalho docente, previsão de adoção de ensino remoto e EaD (visando precarização do trabalho docente), **desestimulando, de tal modo, as atividades de pesquisa e extensão dos Institutos Federais**.
- Divulgação da **Portaria nº 34 da Capes** em meio à pandemia mundial, impondo novas mudanças aos programas de Pós-Graduação, aprofundando o sucateamento das universidades públicas e da pesquisa.

A despeito dos tensionamentos no MEC e suas forças internas em disputa – com destaque para as alas empresarial, olavista e militar-tecnocrática – o ministério demonstrou ter um discurso vazio e totalmente desconectado das necessidades das escolas públicas (além de conflitos entre ideólogos ligados a Olavo de Carvalho, militares e técnicos de gestão corporativa). A equipe do MEC sequer tem se embasado em algum diagnóstico consistente, apenas apresenta uma visão rudimentar que ignora completamente as pesquisas acadêmicas, os sindicatos e as entidades nacionais que congregam educadores. Ao contrário, o que temos visto são propostas descabidas e estabanadas, mas em evidente tentativa de desmonte da esfera pública, consolidando um projeto privatista. O ataque da pasta à autonomia universitária, as perseguições a educadores, a postura antissindical, o autoritarismo e medidas antidemocráticas aproximam o MEC do conservadorismo de extrema direita⁸. Contra a autonomia universitária, basta citarmos o Decreto 9.794/19, cujo objetivo é prever que a nomeação para cargos de direção deve ser precedida de análise do Governo Federal, bem como o Decreto 9.754/19, que estabelece a extinção de cargos efetivos em áreas administrativas das universidades.

Inúmeras outras medidas conjunturais do governo federal implicaram em aviltamento das condições de trabalho na educação, como a terceirização de contratações no serviço público e a reforma trabalhista do governo anterior; a reforma trabalhista; o Plano Mais Brasil, composto pela Proposta de Emenda Constitucional Emergencial (PEC 186/2019), a PEC dos Fundos (PEC 187/2019) e a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que pretende o reequilíbrio fiscal reduzindo

regiões rurais, esse percentual sobe para 53,5%.

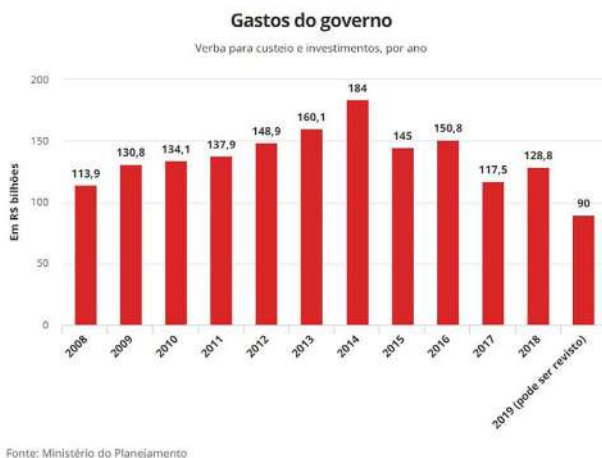
8 O autoritarismo do governo Bolsonaro na educação foi expresso em inúmeras ocasiões, a exemplo das intervenções em universidades (via repressão policial ou por meio de interventores nas gestões locais, como no caso de interventores do governo em substituição a reitores eleitos). Ainda durante o período eleitoral, juizes eleitorais, preocupados com possível eleição do candidato petista de oposição, determinaram a busca e apreensão de propaganda política em universidades e sedes de sindicatos educacionais, proibiram aulas temáticas eleitorais e permitiram intervenções policiais nas instituições e atos e debates públicos. Posteriormente, tais arbitrariedades jurídicas foram sustadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

jornada e salários do funcionalismo, suspendendo concursos e proibindo progressões funcionais, além do recente Projeto de Lei 39/2020, que prevê, em seus artigos 7º e 8º, o congelamento de salários dos servidores públicos.

Um dos argumentos do governo para sustentar suas políticas seria de que se gasta muito com educação no país. Analisemos rapidamente.

Os gastos educacionais e a política de cortes

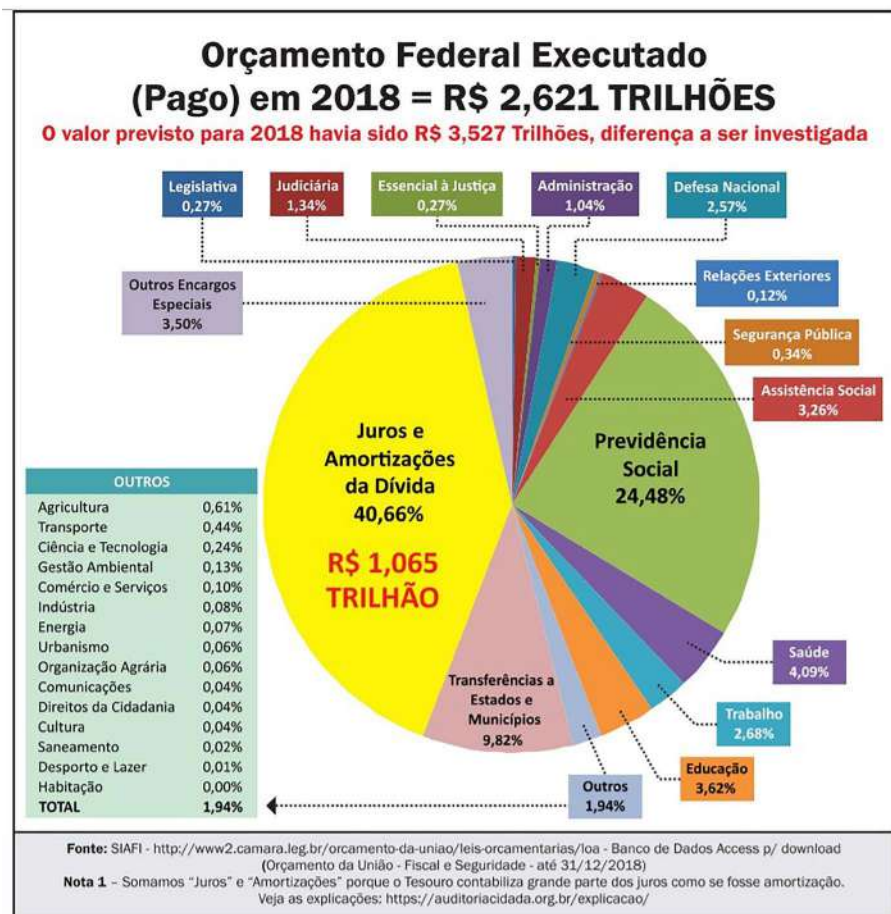
Entre 1995 e 2005, o gasto per capita em educação manteve-se, basicamente, constante: na marca de quase R\$ 1 mil. De 2006 a 2014, praticamente dobrou (alcançando cerca de R\$ 1,9 mil). A curva desse indicador começa a demonstrar declínio a partir de 2015. Como não foi institucionalizado, o aumento efetivo dos gastos educacionais no país⁹ durante os governos petistas foi bruscamente revertido a partir do governo Temer. A inflexão foi agravada com a Emenda Constitucional 95/2016. Se tomarmos apenas os gastos envolvendo a União (CASTRO, 2019), de 2008 a 2014 o crescimento dos gastos foi significativo, saltando de R\$ 61,5 bilhões para R\$ 130 bilhões (se tomarmos o PIB como referência, os gastos aumentaram de 1,1% para 1,3%). Objetivamente, o auge de crescimento do investimento educacional se deu entre 2008 e 2012, perdendo força em 2013 e despencando a partir de 2015. A curva mantém-se descendente nos anos 2018 e 2019. Para se ter um exemplo, em 2018, os investimentos recuaram ao patamar de 2012 (em 2012 os gastos com investimento do orçamento primário do MEC foram de 18% para 4%), conforme observa Leher (2019).



Conforme o gráfico acima, o bloqueio orçamentário anunciado logo nos primeiros três meses do governo Bolsonaro impôs que a verba para custeio e inves-

9 Os gastos educacionais são compartilhados entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

timentos fosse a menor nos últimos onze anos, comprometendo a prestação de serviços públicos. Também o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) foi reduzido para R\$ 90 bilhões no mesmo ano.



Os gastos orçamentários da União com Educação, em 2018, no governo Temer, já havia sido reduzidíssimo: 3,62% do orçamento. Ao passo que para o pagamento de juros e amortizações da dívida foram destinados mais de 40%.

Basta uma breve leitura dos dados educacionais orçamentários dos últimos 18 meses, em perspectiva comparativa com períodos anteriores, para se chegar a uma conclusão: não há investimento em educação, o que existem são cortes. Em 2019, o governo cortou inicialmente 30% do orçamento do Ministério da Educação, contingenciando mais de R\$ 2 bilhões que seriam destinados para 70 universidades e colocando em risco quase meio milhão de vagas e a pesquisa de mais de 200 mil mestrandos e doutorandos. Em função de intensa mobilização social, já mencionada, o governo anunciou o fim do contingenciamento no final do ano.

A proposta orçamentária para 2020 elaborada pelo governo Bolsonaro reduziu cerca de 20% dos recursos do MEC em relação ao montante autorizado no ano anterior, que por si só, como vimos, teve seu valor reduzido. Apesar do corte incidir da educação básica à pós-graduação, o impacto privilegia negativamente o financiamento de pesquisas e as verbas destinadas às universidades públicas. Apenas a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) perdeu metade de seu orçamento, caindo de R\$4,25 bilhões para R\$2,20 bilhões.

O desmonte da Rede Federal e dos Institutos Federais

Cumprir notar que, apesar da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), desde 2015 os recursos destinados aos Institutos Federais têm sido decrescentes – o orçamento de 2019 regrediu ao patamar do de 2011. “Após a EC n.95/2016 e, ainda mais, a partir do governo Bolsonaro, os cortes tornaram-se mais acentuados” (LEHER, 2019, p. 84). A estratégia de estrangulamento orçamentário promovida pelo governo Bolsonaro pode, ainda, ser evidenciada se mencionarmos o bloqueio de 30% do orçamento geral das Universidades e Institutos Federais (em algumas dessas instituições o corte foi ainda maior) promovido no segundo semestre de 2019, o que provocou uma situação de iminente colapso orçamentário e perspectiva de fechamento de unidades de ensino, ao afetar seu funcionamento interno. Contratos foram encerrados, bolsas de pesquisa suspensas e um profundo impacto de deterioração no tripé ensino-pesquisa-extensão. Bolsonaro quer acabar com a rede Federal – vista como projeto petista –, com o ensino integrado (os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – das escolas vinculadas aos IF são superiores à média nacional, comparável aos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE) e com a pesquisa e extensão. Apesar dos cortes, em 2018, 79% dos gastos na rede foi com pessoal. São cerca de 45 mil docentes (38 mil têm vínculo efetivo de regime de dedicação exclusiva), 94,6% são efetivos e mais de 80% são mestres e doutores. É esse quadro que Bolsonaro não quer revelar. Ou seja, com investimento e valorização da educação pública é possível atingirmos níveis de qualidade.

A ofensiva reacionária contra a Ciência e Tecnologia

Em 2017, o Brasil ocupou a 13ª posição de maior produção científica mundial. Se somarmos o montante de investimento em Ciência e Tecnologia no país, notamos uma drástica redução: R\$ 6 bilhões em 2010, R\$ 3 bilhões em 2017. Segundo a Academia Brasileira de Ciências, a redução se manteve entre 2018 e

2019. O primeiro ano do governo Bolsonaro já é suficiente para percebermos a hostilidade deste governo à ciência. Além da restrição orçamentária e das ações ideológicas contra a comunidade científica (cabe lembrar a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) e o incentivo ao irracionalismo de grupos fundamentalistas da base do governo, a Universidade Pública foi veementemente atacada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que chegou a dar declarações, apoiado em *fake news*, de que as universidades públicas brasileiras “produzem drogas”.

O clima de tensionamento nessa área é gritante, com ameaças crescentes à autonomia e funcionamento democrático dessas instituições. Apoiado no mito de que as universidades públicas brasileiras não produzem conhecimento, o ministro ocultou o fato de que, apesar das tentativas de desmonte da educação pública, mais de 80% dos cursos de pós-graduação no país concentram-se na rede pública. Num ranking das 50 instituições brasileiras que mais produziram trabalhos científicos nos últimos cinco anos, 43 são universidades públicas (apenas uma é universidade privada).

No que se refere à educação básica, o projeto de Lei 2.401/2019, de inspiração de comunidades religiosas fundamentalistas (pentecostais e neopentecostais), dispõe sobre o exercício do direito à educação familiar (domiciliar). Já o Decreto 9.765/19 (idealizado por um aluno de Olavo de Carvalho, Carlos Nadalim) instituiu a Política Nacional de Alfabetização que privilegia o ultrapassado método fônico, notadamente contestado por estudiosos. Também no governo Bolsonaro, o ENEM passou a ter supervisão em questões de provas no intuito de combater “viés ideológico”, conforme ficou claro no último exame, em que se deixaram de fora quaisquer questões que envolvessem discussões sobre gênero, sexualidade ou análise crítica de processos sócio-históricos (vale lembrar que a prova relativa a História deixou intocado o período entre os anos 1930 a 1980). Isso sem mencionarmos, novamente, o incentivo a aulas em EaD em substituição às aulas presenciais em contexto de pandemia do Covid-19.

Construir a Resistência e desafios na Educação

Não foram poucas as críticas à gestão educacional deste governo de extrema direita, seja ao conteúdo privatista das propostas, à ausência de debate público e diálogo prévio com a comunidade e especialistas, às medidas impositivas ou às fragilidades técnicas e inconstitucionais de certas propostas. O fato é que, a despeito da crítica, nenhuma entidade sindical ou agrupamento político tem se revelado capaz, por si só, de promover resistência massiva contra o projeto ultra

neoliberal portador de elementos fascistas do governo Bolsonaro. É imperioso que as forças progressistas e democráticas da educação e do funcionalismo público busquem construir uma agenda nacionalmente unificada, com pauta comum, no intuito de se ampliar a unidade de ação e resistência.

Para tanto, requer que se intensifique a interlocução com partidos e movimentos populares que enfrentam a agenda de Bolsonaro, no intuito de se dar um salto qualitativamente superior do estágio de acumulação de forças de resistência para se criar um movimento unitário de massas ofensivo com agendas comuns e um programa mínimo estabelecido. As lutas devem ultrapassar o curso imediato de atuação corporativa para se atingir a totalidade. E o setor da educação pública, envolvendo entidades sindicais e movimento estudantil, tem um desafio nessa luta pela construção da Frente Única: afinal, foram os protagonistas das maiores manifestações contra as políticas de desmonte do atual (des)governo.

O desafio será fortalecer os setores críticos no espaço acadêmico, a defesa da autonomia e da democracia nas instituições e, quem sabe, ganhar a comunidade em defesa da educação pública, estendendo o debate sobre a função da universidade pública, das escolas e dos Institutos Federais. Mas este movimento deve ser também pedagógico, ao incidir sobre o senso comum hegemonizado pela ideologia conservadora e privatista, disputando corações e mentes, em caráter formativo, contra o projeto de desmonte e autocrático que se pretende impor e derrotar as lutas democráticas da educação e as pedagogias críticas.

Simultaneamente à defesa da educação pública, é imperioso fortalecer a luta contra o governo Bolsonaro e a direita neofascista. De tal modo, será decisivo combater a fragmentação das lutas e disputar o protagonismo social e o senso comum conservador dominante. As entidades educacionais precisarão construir uma coluna, uma fortaleza de unidade para fazer avançar a resistência dos trabalhadores da educação em conjunto com os demais setores da classe trabalhadora contra os ataques à educação pública, aos direitos sociais e às liberdades democráticas.

Para que a educação possa estar no centro do processo de emancipação da humanidade, assegurando uma transformação socialista plenamente sustentável, é preciso antes, em tempos sombrios de reação da direita conservadora, disputar narrativas na sociedade civil em defesa da popularização da educação pública; em defesa das liberdades democráticas e da autonomia das instituições; pela construção coletiva de um projeto em longo prazo de orçamento não compreendido enquanto gasto, mas como investimento social; ênfase na valorização do saber científico (e de pesquisa tecnológica) e em melhores condições de trabalho; com mira ao ensino politécnico dotado de sentido autenticamente humanitário (omnilateral), ofertado gratuitamente e de modo igualitário a todos os setores da

sociedade, sobretudo assegurado à classe trabalhadora e seus filhos. Ainda que tenhamos dimensão de que nenhuma educação será emancipadora nos marcos do sistema sociometabólico do capital, tampouco retomaremos uma educação democrática nos marcos do regime liberal-burguês se não rompermos com a lógica do bolsonarismo.

Apontamentos finais

Pudemos notar que as políticas educacionais do governo Bolsonaro, em seus primeiros 18 meses, foram desastrosas para um regime democrático, por mais limitado que este possa ser. Há dados suficientes para mostrar que o governo Bolsonaro representa um perigo para a educação pública. Como demonstra Tonet (2012), todo projeto de educação está atrelado a uma concepção de sociedade¹⁰. O projeto educacional bolsonarista corresponde ao vislumbre de uma sociedade autoritária, marcada pela profunda desigualdade social. Caso perdure este governo, a educação terá um caráter eminentemente informativo e limitado, baseada em uma concepção autoritária, excludente e permeada pelo irracionalismo. O oposto de uma educação libertária, pensamento crítico e capacidade inventiva. A ofensiva reacionária está apoiada no fundamentalismo religioso e no obscurantismo anticientífico e em práticas de autoritarismo. O desafio de popularizar a defesa da educação pública, como nos lembra Leher (2019), está em disputarmos uma narrativa contra-hegemônica. Para tanto, devemos superar as pautas corporativas (sem abandoná-las, por suposto) e vislumbrarmos um outro projeto de sociedade.

No ano de 2019, as manifestações massivas de maior expressão contra as políticas de Bolsonaro foram protagonizadas pelo setor da educação. Não à toa Jair Bolsonaro tem privilegiado a educação como sua arena de conflito. Estudantes e servidores indignados com as medidas que combinam ajustes ultra neoliberais com elementos neofascistas estiveram à frente em protestos no 15M, 30M, 14J e 13 de agosto. Outras manifestações nacionais de menor impacto foram deflagradas. Entidades como Andes-SN, Sinasefe, Fasubra, Contee, CNTE, UNE, Fenet¹¹, dentre outras, articularam-se em jornadas de lutas consideráveis em defesa da educação pública. Mas estas, ainda, têm se demonstrado manifestações insuficientes para se resgatar o sentido de protagonismo social e unificar a oposição nas ruas diante dos ataques em curso, sem a capacidade de inverter o signo da situação reacionária aberta no país. Ou seja, com as manifestações pós-15M abriu-se uma

10 “É neste sentido que podemos dizer que a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica de seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contrárias” (TONET, 2012 p.17).

11 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, União Nacional dos Estudantes, Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico, respectivamente (N. do E.).

conjuntura de resistência (defensiva) mas não o suficiente para inverter a situação desfavorável para os trabalhadores.

Já nos primeiros meses do ano de 2020, seguimos vivendo um cenário muito difícil com a combinação de três elementos conjunturais: a) crise sanitária em meio à pandemia do Covid-19 e o caos na saúde pública; b) intensa crise política marcada por profunda instabilidade no cenário nacional, com tensionamentos entre Executivo, Legislativo, forças do Judiciário e demais instituições do regime; c) crise econômico-social caracterizada por amplo quadro de desemprego e aumento da espoliação das condições de vida dos brasileiros. As perspectivas de continuidade de pandemia e necessidade de isolamento social causado pela Covid-19 parecem indefinidas até a conclusão do presente artigo. O fato é que o pressuposto para a defesa de uma educação democrática está na deposição organizada deste governo com traços neofascistas, aglutinando-se a mais ampla participação popular. O desafio está lançado para impedirmos o suicídio de nossa jovem democracia, como salientou um importante estudioso da educação brasileira.

Referências Bibliográficas

CASTRO, J. A. **Financiamento da Educação. Apresentação realizada em Pense Brasil-SP**. Fundação João Mangabeira, São Paulo, 13 de junho de 2019.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro**, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, 2018.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

SIAFI. Banco de Dados. **Orçamento da União – Fiscal e seguridade – até 31 dez. 2018**. Disponível em: <http://www.2camara.leg.br/orcamento.da.uniao/leis. orcamentarias/loa>. Acesso em 15 fev. 2020.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

WORLD BANK. **Priorities and strategics in education: a World Bank Review**. Washington D.C.: World Bank publication, 1995.

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S)



Felipe Cazetta¹

Introdução

Os conceitos devem ser abordados sob alguns cuidados em análise: a historicidade de seus usos, os posicionamentos político, social e econômico do formador do discurso no qual estão contidos e a intencionalidade de quem deles lança mão. Estes aspectos são fundamentais para fugir dos anacronismos, ainda diante da polissemia de seus usos, conforme o local da fala em um mesmo recorte temporal, mas por grupos distintos, ou em períodos históricos diferentes.

Outro elemento obrigatoriamente considerado é a disputa simbólica sobre a definição dos conceitos, seu domínio e uso. Tal luta revela as tensões e instabilidades existentes, por redefinições em vários campos: político, social, econômico, cultural. Estes embates são reveladores das projeções dos grupos em conflito, seja pela manutenção da ordem e, portanto, permanência dos códigos e valores, ou pelos anseios de erodir o *status quo* e bases de dominação e organização de castas ou classes. Deste modo, a modificação dos conceitos é um dos elementos de acusação destas instabilidades, conforme Reinhart Koselleck discorre ao afirmar que: “a batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições, está presente, sem dúvidas, em todas as épocas de crises registradas em fontes escritas” (KOSELLECK, 2006, p. 102).

As propostas de extrema direita que vigoram contemporaneamente têm sua sementeira entre os finais do século XIX e início do XX, mantendo parentesco

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Campus São Francisco e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (e-mail: felipe-cazetta@yahoo.com.br).

com projetos conservadores ou reacionários que são atualizados. Eixos temáticos como a moral, a família e a propriedade privada, presentes nos discursos extremistas de direita hodiernos, foram motores para projetos emergentes com o esgotamento do liberalismo, a projeção das camadas populares nas esferas de poder via pressão ou peso eleitoral, e o mal-estar gerado pela transição para a modernidade e a industrialização. Alguns destes aspectos emergem entre os fins do século XX e início do XXI, promovendo deformação nas definições conceituais, para fortalecer o corpo de militância e operar ressignificações. Deste modo, é importante recuperar os conceitos inerentes aos discursos para se compreender projetos, propostas e visões de mundo buscadas na conexão entre o emissor e seus aderentes, para a formulação de utopias específicas aos grupos específicos.

Exemplar da força dos conceitos sobre o campo político é a alteração acusada por Hannah Arendt. Em seus estudos, a filósofa observa que o conceito *Revolução*, quando situado historicamente, apresenta ruptura com a referência astronômica de constância e imutabilidade a partir de meados do século XVIII, sendo dotado de perspectiva marcada pela irreversibilidade, ineditismo, irresistibilidade e o uso político da violência. Anterior à eclosão da chamada “Revolução Americana” e da Revolução Francesa, a sociedade estamental era modelo adotado nos Estados monárquico-absolutistas. Entre as características destes Estados estava a baixa alteração das estruturas de poder em vista do regime dinástico, a sucessão hereditária e a baixa mobilidade política entre os Estados Gerais. Em consonância a esta estrutura, o conceito de *Revolução*, até o último quartel do século XVIII, foi revestido pela definição de permanência, conforme dito, levado à política através da metáfora astronômica. Segundo Hannah Arendt, neste contexto, o conceito referia-se à regularidade, ao movimento sistemático e cíclico dos astros, natural e irresistível, por serem externos à iniciativa e vontade do homem (ARENDR, 1990, p. 34).

Quando aplicada aos assuntos políticos e do Estado, a permanência era a definição, ainda que fossem detectadas oscilações aleatórias aos destinos humanos, porém, insuficientes para romper a ordem original. Tal como o nascer do Sol e da lua, a estabilidade na dominação se fazia legítima, pois existente desde tempos imemoriais como correlação política à disposição dos estamentos do Antigo Regime (ARENDR, 1990, p. 34). A erosão das bases do absolutismo através da Revolução Francesa reverbera tamanho impacto que repercute no novo significado de *Revolução*. Deste modo, os conceitos contribuem para a identificação da situação política, social, cultural e econômica, caso atente-se em análises para sua definição e uso em determinado contexto.

Constata-se, portanto, que os primeiros revolucionários, ou seja, os responsáveis pela alteração da definição anterior de *Revolução* através de suas ações políticas, não estavam ansiosos pelo ineditismo das práticas ensejadas. Pelo contrário, agiam no intuito de recuperar um passado (imemorial ou não) mais ameno em relação ao presente opressor. Constata-se a posterioridade do ímpeto transformador, ocorrido somente após a constatação da irreversibilidade, nas revoluções Americana e Francesa (ARENDETT, 1990, p. 33). A partir destes fenômenos, a revolução assume o caráter de imprevisibilidade e violência. Há, igualmente, a manutenção da definição anterior de irresistibilidade, porém, agora tomada pela atuação dos homens. Uma vez levados pelas ações políticas, avançam em pontos que o retorno torna-se impossível devido às alterações implementadas.

Sob a definição contemporânea, consolidada durante a Revolução Francesa, a ação revolucionária, para Claude Lefort (1987, p. 127), está intimamente relacionada com a revolta ou sublevação das massas, embora mantenham suas divisões. Diante do aspecto amplo e de participação popular, Lefort disserta ser equivocado afirmar a Revolução como um ato único. Todavia, é necessária a existência de partilha de valores comuns, a identidade com as propostas em disputa ou uma insatisfação imediata com a organização e forma de dominação política manifesta amplamente entre as camadas sociais envolvidas. Esta unidade é adquirida, em parte, pelos divisores comuns apresentados dentre os conceitos lançados para compreender a realidade combatida e a proposta que busca ser triunfante. Koselleck afirma serem os conceitos os estruturadores da ação política, através da delimitação do *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* aberto (KOSSELLECK, 2006, p. 98). Nesta premissa, a coesão sobre os futuros projetados, decodificados em torno de conceitos, fornece a unidade da Revolução, minimizando o risco de dissolução, apresentado por Lefort. Deste modo,

O que dá a revolução seu caráter específico é o tipo de sociedade na qual se desenvolve [...], é que as massas, seja qual for o objetivo de suas primeiras reivindicações, se chocam contra o Estado, contra um poder garantia da unidade e da identidade nacionais e que opondo a violência à sua violência, denegam sua legitimidade e atingem, no mesmo lance, a integridade do corpo político (LEFORT, 1987, p. 127).

Com o intuito de tornar coesa a proposta de *revolução*, seja ela concreta ou em um universo discursivo, porém, com significado e legitimidade para determinado grupo, é necessário que seja revestida por um fio condutor, representado pelo esforço de construção de uma cultura política, que consiste em “[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se

reclama” (BERNSTEIN, 1998, p. 350-351). Como observa Berstein, via de regra, essas culturas apresentam fundamentos teóricos, mas também se expressam em vulgatas acessíveis a um maior número de integrantes. Rodrigo Motta (2009, p. 21) propõe uma definição muito semelhante ao autor francês. Para Motta, as culturas políticas se constituem de “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Deste modo, para a consolidação das *culturas políticas*, é possível perceber correntes de pensamento e visões de mundo divergentes ao compô-las. Em função desta heterogeneidade de concepções políticas, identitárias e culturais há, portanto, disputas pela hegemonia dos símbolos e significados internos.

Feitos os apontamentos acerca do conceito de Revolução e suas definições, credencia-se ao debate sobre os usos do conceito por lideranças de extrema direita. Para tanto, o objeto das análises estará entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Nacional Sindicalismo (N/S), atuantes nos anos 1930 e em ação no Brasil e em Portugal, respectivamente. Assim, é possível se perceber, através dos projetos autodefinidos “revolucionários”, os anseios almejados com suas propostas autoritárias.

Definição de projetos políticos acerca da “revolução” no N/S e na AIB

Entre os finais do século XIX e início do XX, as concepções iluministas, tais como o liberalismo político, a igualdade de direitos e a quebra dos impedimentos hereditários à participação do poder ascenderam e começaram a sofrer contestação mais evidente dos setores atingidos, ou seja, as elites políticas e econômicas em declínio de poder. À medida que as concepções iluministas se lançaram em direção ao pensamento político e econômico, entraram em choque com a organização antes disposta.

A crença na igualdade de direitos e na eleição pelo voto popular, por exemplo, era oposta aos costumes nobiliárquicos. Deste modo, o embate de ideias se fez notório principalmente entre os finais do século XIX e início do XX. A emergência do nacionalismo e de concepções cientificistas, tais como o darwinismo social, mobilizaram grupos de extrema direita à reação às bases do pensamento de esquerda ou veto à abertura da participação política às camadas populares, que ganhavam espaço.

O surgimento do N/S e da AIB esteve inserido neste contexto de esgotamento das concepções derivadas ou consolidadas na Revolução Francesa. O início do

século XX foi politicamente turbulento em Portugal. A monarquia constitucional foi deposta através de conflitos civis, e em seu lugar foi instaurado o regime republicano liberal, porém, sem unanimidade. A carência de apoio levou à reorganização ou criação de grupos contrários ao novo regime. Portugal abriu o século como terreno fértil para o surgimento de concepções contestatórias à ampliação da participação da população na política, ainda que o processo eleitoral estivesse organizado por mecanismo censitário entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX. Para António Costa Pinto, “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910” (PINTO, 1983, p. 1412). Neste cenário, grupos conservadores e/ou autoritários surgiram como reação, sendo um deles o Integralismo Lusitano (IL). Nas palavras de António Costa Pinto:

A vida política do IL conheceu três grandes fases: a primeira que vai da sua fundação até a ditadura sidonista de 1917-18, caracterizada por uma actividade quase exclusivamente ideológica; a segunda, até 1922, data da suspensão das suas actividades, marcada pela tentativa de criar um movimento político organizado; a terceira, mais difusa, definida pela proliferação descentralizada dos seus núcleos, até à dissolução da Junta Central em 1932 (PINTO, 1994. p. 31).

O N/S foi antecedido pelo IL, o que fundamentou não somente parcela de suas bases teóricas, como contribuiu para suas fileiras de militantes, sendo a Universidade de Coimbra o espaço principal para sua formação. O periódico *Política* forneceu o espaço para o crescimento do movimento extremista de direita português, chefiado por Rolão Preto, membro de primeira geração do IL. O primeiro número de *Política* apresentava críticas à democracia e ao parlamentarismo existentes em Portugal. Os ataques se faziam na esteira das publicações do IL, no entanto, com maior radicalidade. No texto de abertura havia a explicação da palavra “Política” como batismo do periódico: “O calão democrático assim deturpou o seu [da política] nobre significado, que abastardou e corrompeu nas pulhices eleiçoeiras e parlamentares, em todos os vergonhosos conluios com que os homens do partido arranjavam a sua vida” (POLÍTICA, 1929, p. 2). E em artigo assinado por Rolão Preto há o decreto d’ “A falência da democracia social é assim tão clara e segura como a falência da democracia política. Na ordem política moderna é o triunfo do *chefe*, *chefe* indiscutível e sagrado, *chefe* que não nasce do acaso absurdo das urnas, nem que lhe está a mercê” (PRETO, 1929, p. 4).

Deste modo, embora apresentassem posições que divergiam em alguns termos do IL – a mobilização de massas, por exemplo -, buscaram preservar elementos centrais, tais como a crítica à democracia e ao liberalismo, assim como a manutenção das bases corporativas em seu projeto. Tal objetivo, de certo modo, manteve viva a cultura política do IL dentro do N/S, por breve período. Todavia, conforme será visto, à medida que se ofereceu um projeto de ditadura alternativo, o Salazarismo, a coesão interna passou a ser pressionada, o que gerou deserções da militância e enfraquecimento de suas lideranças.

A democracia e o liberalismo no Brasil não foram menos contestados. Grossa parcela da intelectualidade do país, nas primeiras décadas do século XX mostrou seu descontentamento com o modelo assumido pela república. De acordo com Daniel Pécaut, o alvo da insatisfação destes intelectuais foi a incapacidade em constituir a nação. Além deste, Pécaut (1990, p. 23) ressalta outro motivo: o ressentimento desta elite ao isolamento que lhe foi imputado diante da falência da proposta positivista e ascensão do modelo oligárquico de poder, estabelecido através dos latifúndios. Logo, a reação à República brasileira em seus primeiros anos de vida não foi mobilizada somente pela ala conservadora, mas foi incorporada por esta.

Embora os ataques possuíssem alvo único, ou seja, a República oligárquica, as motivações e projetos políticos que imbuíam à ação eram dos mais distintos. Portanto, os ataques ao regime uniam conservadores e desejosos da modernização; monarquistas ressentidos e intelectuais desejosos do Estado forte aos moldes fascistas, nos anos 1920. O elo comum destes projetos heterogêneos foi a contestação aos antigos partidos e a insatisfação ao liberalismo político. Assim, estabeleciam vínculos entre política e a literatura, campo privilegiado de atuação intelectual no Brasil no início do século XX, não apenas restritos à teorização, mas imbuídos de projetos.

Intelectuais brasileiros, no início do século XX, investiam na literatura ao buscar alvo na política. Havia entre estes anseios de formar ou descobrir a nação tipicamente brasileira. Entre as correntes do movimento modernista, vários autores debruçavam-se no intuito de romper com o eurocentrismo e com o cosmopolitismo vigente na intelectualidade nacional. Havia a contestação do modelo liberal oligárquico, crítica endossada por parcela da intelectualidade dos anos 1920. Tais críticas e insatisfações ao liberalismo contribuíram para a articulação das bases teóricas da Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado, escritor participante do movimento artístico modernista.

Estes movimentos autoritários, N/S e AIB, surgem durante a instabilidade política e institucional dos respectivos países. Encontram terreno propício para in-

serir projetos e lançar redefinição de conceitos para a justificação ou legitimação de seus projetos de Estado centralizador e autoritário, com o objetivo de romper com a ordem da liberal-democracia em processo de instauração no contexto presenciado pelos chefes destes movimentos. Neste sentido, encontra-se o uso em discursos vindos do N/S e da AIB, do conceito *Revolução* para expor a ruptura com o liberalismo político e inserção dos seus projetos.

Este uso não apresentava a emergência política radical de um setor social antes marginalizado das instâncias decisórias, ou medidas que provocassem a ruptura dramática e irreversível das estruturas e redes de poder, conforme será visto. Em contrapelo, por vezes, o conceito de *Revolução* defendido fez vênua à tradição obstruída pela República liberal instituída em Portugal e Brasil. Portanto, tais usos lançados pelos movimentos em questão são originais em relação à compreensão de Hannah Arendt (1990) ou Claude Lefort (1987), anteriormente apresentadas.

Por estes aspectos, é fundamental a análise da forma como os conceitos são lançados para se detectar como os autores das falas entendiam o espaço político, social, econômico e quais as suas propostas para manutenção ou ruptura deste espaço. Neste sentido, o conceito de *revolução*, articulado por Rolão Preto, Plínio Salgado e outras lideranças de seus movimentos, é um bom medidor. Conforme dito, o N/S foi um desdobramento fascizado do IL, reconhecido por seu próprio chefe, Rolão Preto, quando questionado em entrevista sobre os pontos de contato entre os movimentos, ao responder que: “O Nacional-Sindicalismo é, na verdade o Integralismo Lusitano que se ultrapassa em todos os seus aspectos formais. É a Contra-Revolução que para além de si própria se torna Revolução” (BARBOSA, 1940, p. 39). Deste modo, Rolão Preto entendia que, a partir da dilatação da iniciativa contrarrevolucionária do IL, criava-se um movimento, segundo ele, revolucionário, ou seja, o N/S.

São consonantes algumas concepções em ambos os movimentos em virtude da participação das lideranças do N/S se inserirem, como é o caso do próprio Rolão Preto, e de Alberto Monsaraz, na formação e composição do IL. A tradição é um dos elementos comuns. Para António Sardinha, mentor principal do IL, a tradição estava imbuída de dinamicidade, o que retirava o conceito de qualquer interpretação contemplativa. Para Sardinha:

Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a *dinamismo e continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade *que foi* ou das gerações *que passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com

um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos (SARDINHA, 1978, p. 22).

O conceito de “tradição”, segundo o IL, estaria intrinsecamente relacionado ao de nacionalismo sustentado pelo movimento português. Nas palavras de António Sardinha: “Tradicionalismo e Nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio – esforçando-se o Nacionalismo por dotar os povos com instituições que os virilizem apontando-lhes o Tradicionalismo quais elas sejam” (SARDINHA, 1924, p. 39). A vinculação da tradição ao nacionalismo foi partilhada de maneira geral entre os membros do grupo de Sardinha e consequentemente apropriada às concepções do N/S.

Os laços estabelecidos entre o binómio tradição/nacionalismo ofereciam o significado de originalidade, historicamente legitimada em relação aos projetos defendidos pelo IL. Deste modo, o tradicionalismo era lançado como suporte à defesa da nação portuguesa através de projeções e leituras do passado formadas no interior do movimento. Os projetos políticos do Estado desejado foram construídos através dessa visão de mundo sobre a tradição como elemento constitutivo da nacionalidade, um consórcio estabelecido entre religião católica e monarquia. Além disso, foi através da tradição que se articularam as bases teóricas do IL, a partir dos ataques à República, ao liberalismo, à democracia liberal e valorização da monarquia centralizada politicamente, mas descentralizada em tarefas administrativas, com a configuração do municipalismo como projeto (BARREIRAS, 1982, p. 1421). Neste viés, Monsaraz (1916, p. 5), ainda no movimento de Sardinha, e que ocuparia a Secretaria Geral do N/S, entendia ser “na República o futuro assento sobre o desprezo do passado, renegando-se a tradição, em nome dos princípios de realidade prática”.

Mesmo após o encerramento da Junta Central do Integralismo Lusitano, em 1922, tais concepções continuaram em vigor. Os ataques à democracia se mantiveram, conforme se observa nas obras de Rolão Preto, entre o intervalo do fechamento da Junta e a formação do periódico *Política* no final da década de 1920. Em *Nacional-Sindicalismo*, opúsculo onde Rolão Preto (1925, p. 31) apresentava suas intenções acerca do corporativismo sindical, mas ainda sem pretensões de liderar o movimento homónimo em vigor apenas a partir de 1932, afirmava: “Condenamos a centralização democrática, o monopólio e toda a acção das assembléias políticas sobre a gestação da dinâmica da Produção.” Preto, assim como os demais membros do IL, acreditava ser a democracia a concentração política nas mãos dos menos capacitados, em vista das formas de elegê-los. Como alternativa, recorria

justamente à tradição corporativa medieval, que os integralistas acreditavam ter ocorrido em Portugal e da qual se diziam os portadores.

Assim, para Rolão Preto, a revolução não seria tomada pelo ineditismo absoluto, mas por um processo de permanência ou recuperação de um passado que foi interrompido pelo modelo constitucional, monárquico e posteriormente o republicano. Tal concepção reveste seu conceito de nacionalismo, estreitamente ligado à tradição, conforme dito, pois: “A Nação é um círculo de interesses morais e materiais mantidos pelo esforço e pelo sacrifício das gerações do Passado e do Presente para a garantia das gerações do Futuro.” (PRETO, 1925, p. 3-4).

Deste modo, o projeto nacional sindicalista não corresponderia à mera transposição do modelo político e econômico do passado para o futuro, mas seria inspirado neste modelo. Ainda na perspectiva apontada, para o chefe do Nacional Sindicalismo, sustentava o potencial revolucionário do movimento, mas por outro lado, condenava aspectos existentes na Revolução Francesa, tais como a participação ampla das camadas populares nas esferas decisórias de poder. Para tanto, apontava para o modelo corporativo: “O sindicato, por exemplo, não corresponde de-certo com exactidão às fórmulas medievais, mas continua-as, dentro da essência econômica-social que as criou, de harmonia com as condições de produção modernas” (PRETO, 1932, p. 85).

Dado que a revolução concebida por Rolão Preto não se inseria nos termos da primeira parte deste artigo, cabe compreender em quais modelos o chefe do N/S compreendia os níveis e a intensidade das mudanças apresentadas em seu projeto. As críticas ao liberalismo político, às concepções socialistas e ao materialismo de modo geral estavam presentes no IL e no N/S. Ambos rejeitavam as bases da luta de classe, mesmo reconhecendo as transformações sociais e econômicas, acompanhadas da desigualdade, promovidas com a Revolução Industrial.

Logo, apontavam no declínio moral e na ruptura da tradição, as bases da miséria e da deterioração nacional. A revolução defendida pelo N/S ocorreria inicialmente em termos “espirituais”, na alteração de valores ou, em suas palavras:

Êsse espírito [solidarista como condição de eficácia do sindicato], condição sinequa-non (*sic!*) duma transformações da moral social, é daquela ordem de valores que se obtem fazendo apelo à mística revolucionária, criando um clima mercê do qual se obtem milagres de voluntário cumprimento dos deveres individuais em proveito comum, [...]. Só assim, por impulso dum grande movimento espiritual se poderá obter a temperatura onde se geram as decisivas transformações colectivas (BARBOSA, 1940, p. 24-25).

Diante da rejeição do materialismo inspirado pelas concepções iluministas e na Revolução Francesa, tais como o liberalismo e o socialismo, a revolução não seria deflagrada a partir de rupturas sociais, políticas ou econômicas. Tampouco se observaria de imediato a ascensão de uma classe, antes afastada do poder, sobre as anteriores dele possuidoras. A revolução sugerida, com fortes influências das corporações medievais, mas rejeitando a mera reprodução destas, se deflagraria na mentalidade, ou “por impulso dum grande movimento espiritual”.

Por outro lado, Rolão Preto (1925, p. 11) selecionou em seu projeto a classe para conduzir os planos da revolução por ele esboçada. As classes médias seriam o alvo imediato da sindicalização que nelas desenvolveria a solidariedade, “e resolveria o problema do acordo entre a mão de obra e o capital.” Apesar das “bases revolucionárias” ocorrerem em termos de “modificação de valores”, prestigiando os esforços da “inteligência” em detrimento de alterações nas estruturas de poder social, político, entre outros, o chefe do N/S elaborou a estrutura econômica do Estado por ele buscado. “O país será dividido em regiões econômicas: agrícolas e industriais. Estas regiões nada terão de divisões políticas./Em cada região econômica serão organizados os sindicatos operários por um lado e os sindicatos patronais por outro” (PRETO, 1925, p. 11).

Deste modo, era imprescindível que a luta de classes fosse impedida de se desenrolar. E isso seria alcançado justamente através do regime de corporações, que pacificaria, segundo Rolão Preto, as questões existentes entre Capital e Trabalho, pois: “A luta de classes é [*sic!*] um erro. A Produção não pode resultar [*sic!*] dum conflito entre os elementos da Produção mas sim de seu acordo” (PRETO, 1920, p. 7). A relação existente entre as classes e a produção foi trazida do IL, que repudiava as insurreições, greves e mobilizações operárias, por representarem a quebra da hierarquia e da organização social e política.

Monsaraz, futuro secretário geral do N/S, ainda no IL expunha esta consonância entre o movimento que tinha Sardinha como mentor e aquele liderado por Rolão Preto. Em sua fala, reconhecia as agruras enfrentadas pelo operariado, porém, tal como o futuro chefe do N/S, repudiava a possibilidade de organização autônoma do proletariado e a elaboração de sua própria pauta de reivindicações.

E assim morrendo de fome, enquanto ha ambiciosos que enriquecem á custa do seu suor, como não ha-de o proletário revoltar-se reclamando a sua parte no festim? Evidentemente o seu protesto é justo. Mas são justas também as suas ambições, os seus intuitos revolucionario, os seus sonhos duma remodelação social que derrube de vez o que ainda resta do mundo antigo? Não! Essas não são justas (MONSARAZ, 1916, p. 5-6).

Ainda que, sob investida de Salazar, o N/S se dissolvesse e se extinguisse ou fosse incorporado ao regime, o modelo sustentado sobre bases corporativas e es-

cora na classe média não foi alterado. Em 1936, Preto publicou *Justiça!*, escrito durante seu exílio, um ano antes. Neste, reafirmava seu projeto de “desproletarizar as massas” e pacificar Capital e trabalho, como meio de desencadear sua concepção de Revolução (PRETO, 1936, p. 143). Além do reforço à preservação e valorização das classes médias, houve o registro da manutenção das bases da sociedade capitalista em função da revolução proposta por Rolão Preto preservar a propriedade privada. Em suas palavras: “A solução dos problemas económicos-sociais, dentro do espírito da Revolução, esta naturalmente ligada ao princípio que informa o direito revolucionário de propriedade.” (PRETO, 1936, p. 128). Portanto, a revolução esboçada teria como aspecto a continuidade, e não a ruptura. Seria expressa pela manutenção da propriedade privada, expondo com clareza a oposição ao socialismo. A Revolução, para Rolão Preto, se manifestaria antes como pensamento, em oposição a mudanças estruturais radicais e irreversíveis, tal como exposto por Hannah Arendt (1990). Nestes termos, revolução seria:

[...] um pensamento *em marcha* que não tolera limites nem aceita posições definitivas. *Caminhando sempre* a sua função consiste claramente em projectar, para além das conquistas da justiça alcançadas por um momento histórico ou por uma época, o anseio de novas e mais perfeitas conquistas (PRETO, 1936, p. 87).

Por mais que insistisse em seus aspectos dinâmicos, é indubitável a permanência da tradição como influência na definição de revolução para Rolão Preto. A revolução não seria uma ação revestida de violência e irreversibilidade, como ocorreu na Revolução Francesa, por exemplo. Para o chefe do N/S, esta existiria como pensamento em marcha, e zelaria pela manutenção da propriedade privada, conservando, portanto, a estrutura social e econômica vigente, porém, com prestígio das classes médias através de política de intervenção através da distribuição de crédito, via Estado (PRETO, 1925, p. 11). O aspecto espiritual, ou seja, sobre o campo da inteligência, da revolução é reafirmado por Preto (1936, p. 109) ao discorrer sobre a educação escolar em seus projetos, pois: “O desenvolvimento espiritual do homem merece à Revolução todos os cuidados de sua técnica criadora.”

Embora mantivesse a propriedade privada, havia oposição ao liberalismo e ao individualismo por ele fomentado. Expondo o liberalismo como ilusão de igualdade, como forma de difundir que através do individualismo todos se equivaleriam, haveria a contraposição da concepção holística e total, inserida no corporativismo sindical. Neste sentido, Rolão Preto estabeleceu a oposição entre personalidade e indivíduo como caráter definidor das fronteiras entre, respectivamente, sua revolução e o pensamento liberal: “A Revolução é sempre o homem, mostrando-se reali-

dade, em personalidade, em justiça. O Liberalismo era apenas o homem surgindo como artifício, como ‘indivíduo’, como ‘unidade’, como ‘equilíbrio’” (PRETO, 1936, p. 58). Portanto, para a emergência da sociedade estabelecida sobre o corporativismo, o indivíduo deveria ser sacrificado para a existência do homem, e este trabalhando para o grupo, encarnaria a função de produtor/trabalhador.

Concepção similar foi sustentada por Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB). Neste sentido, para Plínio Salgado a família desempenharia papel fundamental ao mediar os assédios do Estado sobre o indivíduo, e as investidas deste sobre o Estado, pois é: “A Família é que dá ao Homem o senso das proporções exatas” (SALGADO, 1955A, p. 234). Ao analisar a definição de *Revolução* lançada por Salgado para a Ação Integralista, dois elementos são salientes: a função do Estado como mobilizador das transformações; e a compreensão da iniciativa revolucionária como meio de harmonia e de restabelecer o equilíbrio abalado. Em outros termos, Salgado destituía dos grupos a ação irreversível e violenta característica da *Revolução*, conforme supracitado no debate acerca do conceito e suas definições, pois “A Revolução é função da sociedade na sua fase destrutiva, e função do Estado na sua fase construtiva” (SALGADO, 1955A, p. 71).

Há, portanto, concepção da capacidade destrutiva da coletividade massificada e sem organização. Tal influência pode ser situada nos autores críticos da participação das camadas subalternas da sociedade na política, influentes entre os finais do século XIX e início do XX. Tais características da inferioridade intelectual das massas e sua capacidade destrutiva são encontradas em *Psychologie des Foules*, de Gustave Le Bon, quem Salgado (1955, p. 17-18) acusava leitura.

Tal repúdio à participação ativa das camadas subalternas da população esteve presente também no Integralismo Lusitano (IL), ilustrada na expressão de António Sardinha (1978, p. 128) ao expor: “Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, aprofundado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.” Característica manifesta, de maneira similar, mas não igual, no desdobramento fascizado do IL, o Nacional Sindicalismo, conforme já exposto, através das falas de Rolão Preto, em combate à democracia liberal.

Além da crença na incapacidade de criação mantida pela sociedade geral, sem prévia organização e disciplina (evidentemente, realizadas pelo grupo de onde falavam as respectivas lideranças), embora investisse na configuração de movimento de massas, o chefe da AIB remetia ao conceito cíclico de *Revolução*, revestido pelo equilíbrio. Em suas palavras: “A Revolução é a tendência de harmonia de dois mundos. É a procura de um equilíbrio.” (SALGADO, 1955A, p. 32). Nestes termos, a revolução seria acompanhada pelo controle e pelo princípio da

autoridade e da hierarquia, que iriam além da dominação e domesticação física, pois teriam o objetivo de fundar nova intelectualidade e corrente de pensamento hegemônica. Assim, a revolução partiria primeiro do interior de cada militante, para posteriormente estar preparada para a luta política e institucional.

Revolução não é a masorca de soldados amotinados; não é rebelião de camponeses ou proletários; não é movimento armado de burguesias oligarcas; não é movimento de tropas de governos provinciais; [...]; não é conspirata de partidos; [...]. Revolução é movimento de cultura e de espírito (SALGADO, 1955A, p. 222).

Foi através do reforço à definição de ausência de choques intensos, conflitos e armados e, em oposição, instauração das bases da autoridade e condução por um grupo intelectualmente superior, que Salgado buscava submeter as fileiras integralistas à sua liderança. Para isso, Salgado concebe sua revolução como movimento de mudança de consciência e de mentalidade e de retorno à harmonia (SALGADO, 1955A, p. 221).

Não se encontra qualquer incitação às questões sociais desiguais, à distribuição econômica ou exploração do trabalho como motores de mobilização. Para o chefe da AIB, os causadores dos distúrbios são representados pela hipertrofia de uma das forças “[...] em detrimento de uma oposta, rompe-se necessariamente o equilíbrio. Entre o instante de deslocamento e o da nova posição estável, medeia o período que costumamos chamar de revolução” (SALGADO, 1955A, p. 43-44). As transformações seriam operadas pela iniciativa do pensamento, para que se recuperassem as porções do equilíbrio.

Deste modo, os causadores dos distúrbios da ordem, igualmente, não poderiam ter outra origem que não fosse pertencente aos campos da moral, associados aos novos valores, trazidos pelo liberalismo e pelo comunismo, responsáveis pela deturpação da nacionalidade. O liberalismo e o comunismo seriam derivados, portanto, de distúrbios morais e interrupção na tradição cultural do país, distante de qualquer explicação política, econômica ou social. Os “desequilíbrios” que povoavam o contexto do chefe da AIB foram causados, segundo análise de Plínio Salgado, pelas seguintes motivações:

Temos, diante de nós, problemas morais, culturais, multiplicando-se em problemas pedagógicos, estéticos, jurídicos, administrativos. E todos esses problemas não podem ser tratados segundo a mentalidade das civilizações extintas, mas segundo o sentido de uma época que se desdobra em novos planos e novas finalidades (SALGADO, 1957, p. 19).

Em *A Quarta Humanidade*, Salgado elaborou organização histórica compartimentada, sem rigidez de delineamentos e fronteiras temporais, em três Humanidades, que se distinguiam pelo politeísmo, monoteísmo ou ateísmo, com a quarta humanidade a apresentar a solução dos problemas existentes nas anteriores. Na terceira fase, a desestruturação social ocorreria pela ascensão do capitalismo e do comunismo como forças hegemônicas. A partir desta explicação, os males a serem combatidos concentravam-se no capitalismo ou liberalismo e no comunismo.

O integralismo de Plínio Salgado seria o responsável pelo parto da Quarta Humanidade, saída da luta com o comunismo. No entanto, o confronto teria de se desenrolar dentro dos projetos estabelecidos, onde a disputa ocorreria no campo da inteligência. Não apenas a luta, como o desenvolvimento da AIB, partiria da formação, *a priori*, de uma intelectualidade capacitada para elaboração e difusão doutrinária; para somente a partir daí, difundirem a teoria para as demais camadas populares, de maneira simplificada, no intuito de expandir a “revolução”. “A mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais é condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno de verdade” (SALGADO, 1957, p. 85). Através da formação desta “elite dirigente”, se formaria, nos projetos de Salgado, a consciência das massas populares.

Deste modo, observa-se a intenção de organização doutrinária onde a intelectualidade influiria no destino dos povos, excluindo-os da capacidade decisória sobre seus próprios rumos. Parte deste veto à participação política se fez pela rejeição das bases democráticas do liberalismo. Em vista do combate ao materialismo histórico e da luta de classes, tal como o Nacional Sindicalismo, as causas dos distúrbios que motivariam a ascensão da “revolução”, não estariam na crítica à distribuição de renda ou organização social, mas nos princípios morais e do “Espírito”, constrangidos pelo comunismo e pelo liberalismo.

O chefe do integralismo brasileiro apontava no desenrolar destas crises, a emergência do Estado Integral. Este, evidentemente, não seria formado pela população, mas pela “mocidade”, ou seja, aqueles que pensavam com ideias coerentes ao século XX, e não mais pelas ideologias surgidas da Revolução Francesa, como o liberalismo, o do século XIX, como é o marxismo. Nestes termos,

Mas, os que são moços pertencem a outra Humanidade, que está nascendo. E que saberá, em cada país, criar novos padrões de cultura, de moral, de direito, de administração e de política. [...]. E criará um novo processo de relações sociais e econômicas. E criará o Estado Integralista, [...]. O Estado que salve o homem da ditadura cruel do materialismo finalista e da ditadura sem fi-

nalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras (SALGADO, 1957, p. 64).

Para Gustavo Barroso, chefe de milícias da AIB, o integralismo seria a única solução para retirar o Brasil das investidas do liberalismo e do comunismo, manipulados pelas mãos do judaísmo. “Ele é fé, abnegação, compreensão, sinceridade e sobretudo mocidade, mocidade de corpo ou mocidade de espírito” (BARROSO, 1934, p. 68-69). Deste modo, tal como Salgado, convocava-se a juventude para fazer parte da AIB, e assim como o chefe da AIB, a “mocidade” não se respaldava apenas na idade dos militantes. Para Barroso, a juventude não seria a luta entre passado e modernidade, mas uma ponte ligando os extremos. Tradição e juventude não seriam opostas, portanto. “Somos os que preferem amar as tradições de sua gente, defender os explorados, cultivar a virtude, arrostar o perigo, desafiar os adversários e vencer os obstáculos no tempo egoísta e vil em que a maioria somente gosta de dinheiro” (BARROSO, 1934, p. 76). Assim, visavam fundar um novo tempo ao retomar as tradições e as solidariedades anteriores.

Ao tecer críticas ao liberalismo tanto político quanto econômico, porém com ênfase à República, Gustavo Barroso rompia com o passadismo e conectava o movimento à mocidade: “Somos portanto, o espírito imortal do Brasil que desperta do infame pesadelo de quarenta e muitos anos de politiqueria imoral, para se encarnar na alma da mocidade e construir uma grande nação [...]” (BARROSO, 1934, p. 76). Em contraste à tradição que defendia, Barroso criticava o liberalismo por seus postulados antiquados e envelhecidos, e atacava o comunismo marxista por ser doutrina que já contava com quase um século. Como no caso europeu, onde os fascismos seriam a alternativa, o integralismo seria a escolha acertada para “a mocidade contemporânea” no Brasil. “A mocidade contemporânea do avião não se pôde mais enquadrar nos carcomidos partidos liberais, [...], ou formar nas fileiras comunistas, que veem da época das sobrecasacas e dos lenços de rapé” (BARROSO, 1934, p. 59).

Nestas premissas, o Estado desejado não viria através de revolução, em função da preocupação de se zelar pelo vínculo entre a tradição e a modernidade. Conforme o próprio chefe de milícias apresentou, a formação estatal integralista aproveitaria as estruturas sociais então existentes, mas reformularia os aspectos incompatíveis com a doutrina da AIB: “O Integralismo não quer fazer ir pelos ares a velha máquina da sociedade para pôr em seu lugar uma inteiramente nova. Ele quer desmontá-la, substituir as peças usadas e articular as ainda boas em outro sistema de movimentos” (BARROSO, 1934, p. 53).

Torna-se explícito que não era objetivo do integralismo a alteração da ordem social já disposta. Tal finalidade comprova-se ao observar como se daria a transição do regime estabelecido para o Estado Integral, ou seja, “[...] tendente a transformar primeiro a alma das *elites*, e em seguida a das massas, formando uma nova consciência e nova vontade coletiva, dotadas de nova dinâmica, com a força duma doutrina e do firme propósito de realizá-la” (BARROSO, 1934, p. 53).

Porém, havia a intenção de reestruturar as relações de trabalho e as formas econômicas, assim como o poder institucional, em resposta à insatisfação ao liberalismo político e econômico. Sob o objetivo de pacificar as classes sem eliminá-las, mas organizá-las em grupos hierarquizados; de fragilizar os anseios regionais e dissolver o federalismo que, segundo os dirigentes da AIB, contribuía para a formação dos caudilhos locais; o corporativismo seria o formato adotado para estruturar o Estado. A partir dos vínculos da tradição, havia a necessidade de pôr fim à “[...] luta de nações, luta de partidos, luta de classes e luta de sexos. O esgotamento dos povos lança-os para o quadro de suas velhas tradições, que formam sua própria alma” (BARROSO, 1935, p. 143).

Na construção do Estado integral, a tradição seria indissociável da Nação, haja vista a participação da primeira na estruturação da segunda, desde os primórdios da construção da pátria. Segundo Barroso: “Composta de homens, as Nações ligam-se ao Passado pelas suas tradições de toda a espécie. Enraizada nela é que a Pátria Brasileira deve florescer no Presente para frutificar no Futuro” (BARROSO, 1935A, p. 11-12). Esta construção, através de sua narrativa histórico-mitológica foi permeada pela necessidade de resgate do cristianismo em contexto de ascensão das ideias materialistas. Ao estabelecer esta “nova revolução cristã”, as bases para a *Revolução Interior* estariam firmadas para, posteriormente, se conceber a “revolução exterior” (BARROSO, 1935, p. 148).

Em síntese, o Estado Integral, desenhado a partir da revolução proposta pelos dirigentes da AIB, não levaria ao chão a estrutura social e econômica até então disposta. Todavia, constata-se a intenção de aniquilar a estrutura liberal democrática, tal como seus pilares, ou seja, os partidos, o voto individual e a livre iniciativa de candidatar-se e ser candidato, já bastante precárias durante a Primeira República (1889-1930) no Brasil. A estes suportes da democracia, caberia a substituição pela organização sindical-corporativista, em termos similares ao apresentado pelo Nacional Sindicalismo.

Considerações Finais

Ao situar os conceitos em sua historicidade, ou seja, no contexto em que foram formados, ou utilizados, capacitam-se às análises mais profundas. Ao posicionarmos os personagens ocupantes dos cargos de liderança e, portanto, os detentores do privilégio de elaborar a doutrina hegemônica do Nacional Sindicalismo e da Ação Integralista Brasileira, nos é possível estabelecer a intencionalidade e a motivação para o uso de determinados conceitos em seus discursos.

Conforme se pode estabelecer através do contraste das observações apresentadas, as lideranças dos movimentos de extrema direita em estudo ressignificaram os usos de revolução ao romperem com o ímpeto violento que lhe caracteriza e pelo aspecto de ruptura e irreversibilidade, típicos dos acontecimentos entendidos como revolucionários. Ao contrário, atribuíram à restauração dos valores morais, estabelecidos sobre a cristandade, e fomentaram em alguns momentos, a iniciativa de restaurar a tradição que, segundo Rolão Preto e Gustavo Barroso, com maior nitidez, compunham o bojo da nacionalidade.

Logo, em que medida estas lideranças evocaram aos seus movimentos a classificação de portadores de uma “revolução”? Tanto o N/S quanto a AIB organizaram-se em oposição a uma conjuntura política específica. Rolão Preto, herdeiro do IL, conduzia seu movimento à oposição da República constitucional, e posteriormente ao incentivo à radicalização do golpe de 1926, que encerrou a experiência da República liberal de 1910. O movimento liderado por Plínio Salgado, por sua vez, reivindicava a deposição das oligarquias e suspensão do federalismo, aspectos que, segundo o chefe da AIB, foram mantidos após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930.

A definição de “revolução”, nestas premissas, seria lançada como mecanismo de legitimar a luta contra a institucionalidade em vigor. Ainda que não buscassem transformações estruturais nas bases sociais e econômicas, declaravam-se revolucionários, quando em suma, posicionavam-se em nome da tradição e da moral, defendidas conforme as intenções e culturas políticas fieis aos movimentos analisados. Deste modo, revestiam-se da indumentária da revolução, após os ajustes estabelecidos. Embora estivessem longe de se estabelecer como vanguarda, por se colocarem como herdeiros de movimento anterior (caso do N/S); ou serem influenciados por outras correntes autoritárias, ou conservadoras de direita (AIB), podemos compreender que a radicalização proposta, para alcançar seus projetos de Rolão Preto ou Plínio Salgado, os fazia crer que eram revolucionários.

Tal como as lideranças extremistas dos anos 1910 a 1930, observa-se o uso pouco ortodoxo dos conceitos na contemporaneidade, seja por presidentes ou lí-

deres que integram hoje ao populismo de direita. Ao atuar sobre conceitos como *direitas* e *esquerdas*, *revolução*, *fascismos* buscam a distância ou aproximação de determinadas ideias das quais os conceitos são portadores. Ao se travestirem de ruptura e novidade político institucional, obscurecem atuação débil, porém existente nas organizações parlamentares, este é o exemplo de Jair Bolsonaro, atual presidente da República no Brasil. Em função da erosão da legitimidade político institucional, ainda quando candidato, posicionava-se como novo, representante do ineditismo e portador da oxigenação na política, assumindo ares de “mito” salvador. Há o reforço da concepção de ditadura militar enquanto verdadeira revolução, portadora da “ordem” e do “progresso” – e de forte caráter desmobilizante, que são elementos de interesse e inspiração de Bolsonaro.

Por outro lado, há o empenho em redefinir os limites conceituais de fascismo, buscando associá-lo à esquerda. Assim, é possível adotar medidas autoritárias, sem o risco de ser taxado como fascista, ou adepto de intenções autoritárias e ditatoriais, por se posicionar no espectro oposto. Logo, ressalta-se a importância da história dos conceitos e da análise de discurso, associando-as de maneira comparativa e diacrônica, para que possamos perceber as armadilhas dispostas no campo político contemporâneo, e as que já foram utilizadas.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, José Plácido Machado. **Para Além da Revolução... A Revolução**: Entrevista com Rolão Preto. Porto: Tip. “Aliança, L.Da”. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1940. cota: H.G.26242P.

BARREIRAS, Cecília. “Três Nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da <Nação Portuguesa> (1914-1926). *In: Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p. 1421-1429.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo de Norte a Sul**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. **O Quarto Império**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O que o Integralista deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935A.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. *In*. RIOUX, Jean-Pierre; SIRNELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuros Passados**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática**: os limites do totalitarismo. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MONSARAZ, Alberto (editor). **Cartilha Monarquica – Integralismo Lusitano**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1916. cota: S.C.34953P.

PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano. In. **Análise Social**. Vol. XVIII (72-73-74), 1983, p. 1409-1419.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

POLÍTICA: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, Director, A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 15 de Abril de 1929. p. 2. Ano I, nº 1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

PRETO, Rolão. **Balistas**: Manual do Sindicalismo Orgânico. Lisboa: Edições das Oficinas Gráficas, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1920. cota: S.C.14190//11P.

PRETO, Rolão. **Nacional Sindicalismo**, 2ª ed. Lisboa: UP, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1925. cota S.C. 42617.

PRETO, Rolão. “1 de maio”. In. **POLÍTICA**: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, Director, A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 1 de maio, Ano I, nº 2. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1929. cota: J.3861 B.

PRETO, Rolão. **Para Além do Comunismo**. Coimbra: Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1932.

PRETO, Rolão. **JUSTIÇA!**. Lisboa: S/E, 1936.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**, Vol. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955A.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**. Vol. 5. São Paulo: Editora das Américas, 1957.

SARDINHA, António. “A Crise do Estado”. In. **NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista**, Lisboa, 3 série, 1924 – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

SARDINHA, António. **Ao Ritmo da ampulheta**. 2 ed. Lisboa: p, 1978.

Armas, literatura panfletária e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930



Cícero João da Costa Filho¹

Introdução

Gustavo Barroso (1888-1959) foi um fiel representante das elites conservadoras e reacionárias do Brasil dos anos 1930. Militante integralista, chefe de milícias da AIB, criada em 1932, por Plínio Salgado, bem situado socialmente, politicamente veio a ocupar cargos importantes no Brasil, dentre estes, os mais conhecidos, a direção da Academia Brasileira de Letras (1897), como também foi o primeiro diretor do Museu Nacional (1922). No momento de indefinição política do futuro do Brasil, a ideologia fascista (de Estado Forte, este era o principal argumento de Barroso) foi recebida pelos setores médios da sociedade brasileira, conquistando o integralismo mais de meio milhão de integrantes.

Barroso liderou como Chefe de milícias o movimento integralista, aplaudido por ex-tenentistas, intelectuais, profissionais liberais, médicos e figuras importantes da igreja, como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Pe. Cabral, dentre outros, defendendo um Brasil de “democracia orgânica”, delineado de forma

1 Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. cursou mestrado, doutorado e pós-doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente é aluno do curso de pós-doutorado, desenvolvendo pesquisa intitulada *Do feixe à pena, um “fascista democrata”: uma análise do Estado brasileiro na Obra Política de Miguel Reale (1931-1937)*, sob a supervisão da Prof.^a Maria Aparecida de Aquino. É autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*. Ed. LCTE, 2016; *Sílvio Romero: literatura, raça e política (1851-1914)*. Ed. Porto de Ideias, 2016; *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)*. Ed. Todas as Musas, 2017. Organizador da coletânea *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil no século XX*. São Paulo: Ed. Todas as Musas, 2019. E-mail: cicerojoaofilho@gmail.com.

hierárquica, onde a “democracia do número” por meio dos partidos liberais não se tornasse uma realidade. Principalmente a democracia liberal (na concepção de Barroso, uma criação judaica), o comunismo, assim como outras vertentes da esquerda, eram tenazmente combatidos pelo escritor cearense. Barroso rechaçava a participação popular no processo político, acreditava numa “democracia orgânica”, uma “democracia social cristã”, hierarquizando a sociedade brasileira, para combater as políticas de esquerda. Admirador de Mussolini, Barroso é um anti-democrata, que desacredita na filosofia burguesa de Marx por pensar que esta era responsável pelos males sociais, agravando ainda mais a “questão social”.

Gustavo Barroso combateu as forças da modernidade em detrimento de um Brasil de Estado forte. Saiu em ataque aos judeus, para ele os principais agentes do capital, responsáveis pela situação do Brasil e do mundo da época, que precisavam ser eliminados, referindo-se a estes como pragas, bactérias ou cupins. Vamos recuperar a figura não apenas de um fecundo escritor, conhecedor da literatura regional nordestina, como um homem político que divulgou um ideário conservador e reacionário, em meio à mensagem comunista que se alastrava pelo mundo após a experiência comunista russa de 1917. Em meio às diversas alternativas políticas, vamos investir na postura política deste intelectual admirador de Mussolini, que propôs para o Brasil o sistema de corporações e toda uma estrutura social e política ordenada de forma hierárquica. Esmiçaremos no plano deste integralista as particularidades do nazifascismo encorpadas em seu projeto integral, que escondia o autoritarismo e o combate às massas no processo político brasileiro. Somente o “Estado Forte”, um encontro entre o Estado e a nação traria a democracia aos olhos de Barroso, como também para os demais integralistas.

Armas e letras: o escritor integralista, conservador, reacionário e racista

A proposta política do escritor integralista Gustavo Barroso para o Brasil da década 1930 era um Brasil de Estado forte. De modo específico, os desmandos da política de Vargas amalgamaram diversas tendências, que iam de uma direita que enrijecia ainda mais a autoridade do Estado a uma esquerda que pregava uma sociedade civil organizada sem a existência deste. Com uma das máximas contidas no *Manifesto de Outubro de 32* (SALGADO, 1932), de que “Deus dirige o destino dos Povos”, os integralistas tinham como principal inimigo a democracia liberal, que na ótica de Barroso era responsável pelo caos mundial, como também de todas as ideologias de esquerda. Conservador, católico, homem que reproduziu em um de seus livros as encíclicas, a moral cristã era o principal elemento na con-

figuração da nova sociedade brasileira, donde sua afirmativa de que a família era a célula mais importante da sociedade. Outro elemento fundamental na concepção política de Barroso era uma sociedade gerida por meio das corporações. A obra de Barroso, de forte apelo panfletário e moralista, traz o manual da nova sociedade brasileira, as diretrizes para a chegada de uma sociedade expurgada dos inúmeros males brasileiros, em sua ótica causados pela figura do judeu.

A Igreja, com seu corpo intelectual de padres, era um verdadeiro “exército intelectual” e tinha a responsabilidade de traçar e ordenar a sociedade, apontando a situação de cada estrato social na conjuntura social e política. A mensagem da Igreja, sua Moral e Ética, formam as bases políticas do pensamento de Barroso. A defesa dos valores familiares formados pela Igreja, a defesa da propriedade privada, do espírito, das corporações, são os elementos formadores da análise política de Barroso para o novo Brasil. São esses os elementos que facultam o surgimento do novo homem brasileiro em sua nova pátria. Formar o Estado brasileiro é eliminar os entraves de sua formação, que para Barroso se localiza na ação judaica.

A produção integralista de Barroso tem a figura do judeu como de fundamental importância. Como já mencionamos, o integralista se apoia no pensamento cristão para daí elaborar seu pensamento antisemita, que toma feição extremamente racista. Ademais, a produção de Barroso tem por alicerce a ideia de complô (existia um plano de dominação mundial traçado pelo judeu), uma demonização que data dos tempos de Maquiavel e que foi recuperada pela política conservadora de Nicolau II, na Rússia, que combatia a modernidade (POLIAKOV, 1985). As obras de Barroso esboçam um projeto de Brasil, tornando necessária a busca pelas raízes brasileiras, onde o caráter ideológico e nacionalista, atenuando a realidade das coisas, encobria a situação do “povo” brasileiro. Em alguns de seus livros, Barroso encadeia homem com a força espiritual de Deus, aludindo a um chefe não só político como divino (ARAÚJO, 1988). Assim, se Mussolini era o chefe maior do autoritarismo dos integralistas (Barroso e os demais integralistas “cultuavam” a figura de Plínio Salgado), algumas vezes o escritor afirmava que o integralismo era um movimento religioso, sendo nada mais que o desenrolar da força espiritual da história, era a teleologia a serviço do projeto político brasileiro. Dessa forma, diversas vezes Barroso remetia ao Nosso Senhor Jesus Cristo (NSJC), blindando seu pensamento contra qualquer crítica, uma vez ser mera ação espiritual, com o objetivo de convencer a “mocidade brasileira” a lutar contra o mal, no caso, a figura do judeu. Só a mensagem divina, revestida no discurso integralista, salvaria o Brasil da decadência ainda maior provocada pela presença deste povo. Raça de criminosos e bandidos, inclinado a tudo que é ruim, o judeu era o maior inimigo do Brasil e do mundo!

Estava estabelecida a cruzada que desde o declínio de Roma se via com uma “filosofia dissolvente” que contaminou o ocidente, assim como o arabismo havia feito, afirmava Barroso. Aliás, desde a crucificação o judeu mostrava seu lado

traíçoeiro, fadado a “sair por aí” por não possuir pátria, errando (sujeito errante) aos mais distantes e variados lugares do mundo (CARNEIRO, 2014). Sem amor, sua preocupação primeira era ganhar dinheiro, se embrenhando nos mais variados segmentos econômicos, indo de proprietário da indústria cinematográfica até comerciante de armas, drogas e mulheres. Visto ora como povo ora como raça, o judeu era o verdadeiro anticristo, tramando dominar o mundo de forma ardilosa, então era necessário combater esse “agente do mal” (COSTA FILHO, 2019).

É o judeu o ator principal da obra de Barroso (CYTRYNOWICZ, 1992), o que faz com que alguns interessados por sua obra afirmem que o antissemitismo é o eixo principal de sua produção. Admirador de Mussolini e Hitler, Barroso atribuía ao judeu todos os problemas do Brasil da época, no que tecia sobre temas como liberalismo, socialismo, comunismo, e a todas as “criações judaicas”. Para Barroso, o judeu domina tudo, tem o mundo como tabuleiro, é o capitalismo internacional, uma força que se espalha pelo mundo, que sempre esteve presente neste:

Há séculos, os filhos de Israel desprezados e perseguidos trabalham para abrir um caminho para o poder. Tocam o fim. Sua influência é preponderante sobre a política e os costumes. Na hora que quiserem, marcada de antemão, desencadearão a revolução que arruinará todas as classes da cristandade e escravizar-lhe-á definitivamente os cristãos. Assim se cumprirá a promessa de Deus feita ao seu povo (BARROSO, 1935B, p. 124).

Uma vez que tudo é “criação judaica”², a fala de Barroso ganha um tom de eliminação à figura do judeu (CRUZ, 2004). Bem ou mal escritos (encontramos visões divergentes quando à elaboração integralista de Barroso), os textos de Barroso são panfletos enormes, pouco convidativos à reflexão, como lembra Cytrynowicz (1992). Toda sua produção antissemita (que é sua produção integralista, no total de 12 livros), tem por objetivo principal perseguir o judeu, responsabilizando-o pelos problemas do Brasil e do mundo. Conforme Barroso, o judeu possui inclinação liberal que ganhou expressão mundial com os ares da Revolução Francesa, consolidando assim a destruição com os tempos modernos que se abriam. O mundo corporativo, hierárquico da Idade Média, um mundo com um “Estado Social Cristão”, era o ideal de sociedade para Barroso, daí é que quando rui a sociedade medieval, rui a harmonia do mundo, instalando-se a desordem, o *Império de Ram* (BARROSO, 1935A).

O materialismo fundamentava a “filosofia dissolvente” dos judeus, homens racionais, cétricos ou ateus, que há séculos disseminavam seu veneno pelo mundo, expandindo cada vez mais seu raio de ação. A concepção de Barroso é a de um judeu malevolente, traíçoeiro, sem amor à sua pátria, figura que só se preocupa em

2 Utilizo o recurso de aspas para descrever expressões utilizadas por Gustavo Barroso, para dialogar e assim clarificar minhas ideias sobre questões a serem exploradas neste texto.

acumular, faz de tudo para enriquecer, custe o que custar, visando o “bezerro de ouro”. Somado a isso, escreve Barroso que o judeu é uma figura que toma o poder por meio dos pequenos golpes, não se mistura, cultua sua religião de forma escondida, daí sua “maldade”, corroborando com o imaginário medieval que tragicamente perdeu de vista a história e o sofrimento do povo judeu (ARENDR, 1989).

Para Barroso, toda a história sofre a ação secreta do judeu, levando-o a afirmar que a história se dá nos bastidores da história (BARROSO, 1937B). É corriqueiro nos livros de Barroso a alusão aos *Protocolos dos Sábios de Sião* (a primeira tradução da obra no Brasil foi realizada por Barroso em 1936), com o objetivo de tornar fora de dúvida seus apontamentos. Reportando a escritores antissemitas, em alguns casos, figuras de ascendência judaica, o integralista busca provar a malevolência do judeu, reforçando assim sua postura intelectual e política, tornando assim sua história inconteste e sua postura política a melhor para o Brasil dos anos 1930.

As forças ocultas emanam do nível mais profundo da história, são essas que fazem a história. Os livros de Barroso não são mais do que capítulos das *criações judaicas*, ou seja, são relatos ligados ao judeu que para Barroso destroem toda e qualquer sociedade cristã. Em *História Secreta do Brasil* (1937), descreve que antes mesmo da vinda de Cabral ao Brasil, determinados grupos financeiros de Londres mantinham relação com judeus, fosse no comércio das Índias ou participando da exploração de produtos brasileiros. Já na esquadra de Cabral, o “judeuzinho de Goa” (Fernando de Noronha) mostrava elementos da raça judia, como a sede pelo dinheiro e sua característica inassimilável que faria a revolução na terra dos outros. Seguia Barroso afirmando que com força suficiente para dominar o mundo, desde remotas épocas o judeu era o anticristo, figura que destruía toda e qualquer civilização.

Antidemocrata, avesso à “anarquia do número”, o socialismo era, segundo Barroso, “criação judaica”. O socialismo levava naturalmente ao comunismo, onde o mundo presenciaria a besta, tempo anunciado pelo profeta Daniel. A pregação do rabínico Marx, de ascendência judaica, deixava fora de dúvida a força do capitalismo internacional (leia-se capitalismo judaico), que se estendia aos mais recônditos lugares do mundo, era a presença inconteste do argentarismo³. Dominando o campo político brasileiro, se “aquartelando” em São Paulo, a sinagoga chegava a interferir na política nacional, o Estado brasileiro era manipulado por judeus. Para combater um mal maior, onde o público fosse dominado pelo privado, só mesmo uma sociedade regida sob o Trono e o Altar, sob o “princípio de autoridade”, era capaz de deter as “forças do mal”, viabilizando o processo de

3 É a inclinação que tem o judeu a atividades de enriquecimento. Na verdade, poucos são os judeus ricos e, na própria Alemanha nazista, eram minoria no território alemão.

formação nacional brasileira. Uma sociedade sem classes sociais significava para Barroso uma sociedade marcada pela malevolência do judeu, que tinha traço desordeiro, anárquico, destruindo as bases sociais formadas pelos valores cristãos.

O “Estado Social Cristão” anunciado por Barroso é o estado integral, onde cada brasileiro se uniria não medindo esforços para deter a “anarquia do número”. A democracia viria por meio das corporações, alocando cada sujeito em sua categoria, trabalhando para o engrandecimento da nação, ao mesmo tempo em que este se fazia como cidadão. É aqui que se forja o autoritarismo de Barroso e de todo o pensamento clássico do Brasil, a identificação entre Estado e nação, esquetizando um complexo projeto político que impede a visibilidade das particularidades de cada sujeito histórico. Não existem diferenças, há um entrelaçamento profundo das partes que fazia Barroso aludir a uma “democracia orgânica”. Ora movimento político, ora movimento religioso, Barroso dizia que o integralismo era o maior movimento de todos os tempos após a abolição e a proclamação da república; rezava o *Manifesto de 32* que “Deus rege o destino dos Povos”.

Era sob o “princípio de autoridade”, onde a disciplina é ferramenta indispensável, que se forja a postura política de Barroso. No momento de indefinição política, de descrença das democracias liberais, do avanço do comunismo no mundo, a postura de Barroso reflete o medo de setores bem situados ante a incerteza do novo Brasil. Daí a necessidade de se criar o inimigo da nação e este é a figura do judeu, que para Barroso deve ser eliminado, pois é como carrapato, causando até coceira. A produção integralista de Barroso a todo instante reforça a maldade do “Judaísmo Internacional” carecendo da campanha integralista, “todo o cuidado no Brasil é pouco com os discursos melosos e os *planos patrióticos* aconselhados por técnicos estrangeiros, oferecidos por *economistas* marca Simonsen, Whitaker ou Numa, defendidos por judeus fantasiados de representantes da nação...” (BARROSO, 1937A, 104). Em Barroso, liberalismo, socialismo, comunismo e maçonaria não se separam, ainda que o comunismo represente para o escritor o verdadeiro anticristo, encabeçado por monstros, pessoas diabólicas derrubando tudo para o estabelecimento da filosofia ateuista.

Mesmo com posturas diferentes, existem pontos comuns no integralismo. O caráter antissemita deu forma ao integralismo de Barroso, conclamando a nação brasileira a lutar contra o anticristo, o “inimigo número 1” do país. Era preciso fazer de tudo para acabar com as “forças do mal” causadoras dos problemas brasileiros. A “mocidade brasileira” era convidada a fazer parte das fileiras verdes em busca da inauguração de um Brasil de “Estado forte”. Afirmava Barroso, seguramente se defendendo da pecha de pensador fascista (que pregava a violência e toda sorte de desmando), que o integralismo não era um regime autoritário, mas sim totalitário, onde as partes se encadeavam num todo; o integralismo era um

movimento de regeneração espiritual, Mussolini foi um grande político por ter revivido a força latente da Itália.

O novo Estado nacional Brasil seria forte como a Itália projetada por Mussolini, Hitler e Salazar, onde a nação estava acima de qualquer interesse particular. Neste arroubo ideológico político, estava em ação o projeto integralista de Gustavo Barroso. Lembremos que o autor de *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937F), seguramente para supervalorizar o movimento da AIB, afirmava que os simpatizantes integralistas chegaram a um milhão de integrantes. Num país de tradição extremamente conservadora, se por um lado o integralismo proposto por Barroso alimentou o autoritarismo e o racismo de nossas elites, por outro nos permite recuperar esse fecundo momento histórico do Brasil.

Buscavam-se alternativas para um país marcado pela corrupção das elites regionais, que continuou com a mais recente Carta Constituição de 1891, com um discurso moderno à sombra das antigas classes senhoriais, que sempre deram as cartas da política brasileira (FAUSTO, 1970). Num país formado sem uma estrutura rígida socialmente, a elite senhorial nunca se afastou da política, sempre atualizou seus desmandos manipulando a imprensa, combatendo as manifestações do povo apenas possível devido a um discurso nacional, que sempre transformou um discurso que favorecia a um reduzido grupo de pessoas em interesse nacional (OLIVEIRA, 1990). Período de transição na história do país, recuperar o pensamento político de Gustavo Barroso é ir muito além de conceber a figura do judeu como mal, esta é apenas parte de um problema maior, que é o tortuoso caminho da brasilidade, dos discursos sobre os brasis, instrumentalizados por grupos conservadores, que teve o papel da Igreja como fundamental. O pensamento de Barroso é fortemente influenciado pela palavra cristã, maior rival do judaísmo, que fundamentou o imaginário sobre o judeu. Barroso destila ódio ao judeu, sujeito perverso, é o anticristo, satanás, sujeito de suor fétido, com cornos e rabos, assassino de Cristo, maquinador de crianças, responsável por fomes e pestes, verdadeiro ser com poderes diabólicos que precisa ser eliminado em nome da cristandade ocidental.

A “Questão Judaica”, emergente nas décadas de 1920 e 1930 (MAIO, 1999), é parte da política brasileira de nossas elites visando a manutenção de seus privilégios, que não se sustenta sem a existência de um inimigo. Em todos os momentos de crise política (econômica e social), logo aparecia o elemento que poderia mudar todo o cenário, no caso, a raça. Os problemas nacionais eram antes de mais nada problema de raça (CORRÊA, 1998), discurso maior de nossas elites utilizado justamente porque não condiz com a realidade das coisas. As questões

de identidade nacional deram o tom laudatório que homogeneizava os diferentes problemas num problema nacional. É nos momentos de indefinição política, logo associada à crise de identidade, que se busca o Brasil e os brasileiros, e o integralismo, discurso dirigido às classes médias, não surge de forma gratuita, é um movimento que surge da tensa conjuntura política em meio à democracia de molde liberal endereçada às classes médias, como lembra Chauí (1977).

Num período rico de nossa história, em que as tensões geraram diversas visões de Brasil a alternativa de um Estado forte, baseados no lema “Deus, Pátria e Família”, sob o “princípio de autoridade” ganhou ruas de alguns estados brasileiros, combatendo a democracia liberal, o capitalismo internacional e as correntes de esquerda. Com o *Manifesto de Outubro de 1932*, de autoria de Plínio Salgado, releitura que este faz do fascínio à política de Mussolini, estava pronto o caminho ao Brasil forte. Uma verdadeira assepsia tomava conta desse rico momento histórico que viu nascer as mais fecundas interpretações brasileiras. Todo esse cenário de inquietude política trouxe a influência dos governos autoritários para o Brasil, necessitando, como pregava Barroso, de um novo homem brasileiro. Antes de tudo, era uma “revolução interior” (revolução espiritual) que escravizava o Brasil sob as mãos do “judaísmo internacional”, como assegurava o integralista.

Com profundo apelo nacional e cristão, o chefe político falava em nome de uma entidade superior, inconteste, e assim, com caráter de verdade. Plínio Salgado era admirado por todos os integralistas, a mensagem do movimento integralista tornava ainda mais infalível seu discurso, pois dizia Barroso que se tratava de um movimento guiado por NSJC. Toda essa leitura de Brasil por parte do integralismo (considere-se as nuances em cada integrante) se deu num momento em que grupos políticos precisavam se ordenar para não perderem seus espaços economicamente. Mas, embora a mudança de setores médios tenha sido uma certeza, não se deve acentuar a participação política das classes médias, e termos em mente que a “nova” economia industrial jamais se dissociou da economia de nossa elite agrária.

Essa estrutura sociopolítica movediça ganhou ainda mais terreno quando a vinda de imigrantes tornou-se uma questão de Estado, somada às ideias de socialistas, comunistas e anarquistas. Dentre os imigrantes estava o judeu, que assumiria na obra de Barroso o ponto central. Sem tradição agrícola, o judeu passou a ser visto como o inimigo da nação, aquele que punha o processo de identidade nacional em xeque num momento em que o Brasil precisava se formar como nação (LESSER, 1995). Sem tradição agrícola, o judeu foi odiado por setores conservadores por investir suas atividades nos pequenos negócios. O judeu se torna “raça indesejável”, ser indigesto, usurpador, parasitário, com inclinações anárquicas,

colocando em risco a construção do Brasil (CARNEIRO, 1995). Essa imagem negativa do judeu se deve à maneira como as elites brasileiras artificialmente atribuíram as raças (dotadas de atributos) a existência dos problemas nacionais, sob o conceito de *caráter nacional*.⁴ O fato de o judeu não ter experiência na lavoura foi o principal argumento para as elites brasileiras persegui-lo. Como os problemas nacionais para as elites brasileiras eram vistos a partir das tendências da raça, argumento surgido com o racismo científico datado de 1870, deu-se no Brasil a *transfiguração do real* (LUIZETTO, 1975).

Já é questão muito analisada por historiadores e pesquisadores das áreas das ciências humanas o circuito das ideias alienígenas assimiladas pela elite intelectual e econômica no Brasil, especificamente nos anos 1870, que legitimou falas de políticos e escritores sobre a hierarquia das raças, e uma vez sendo o Brasil um país constituído por mestiços (biologicamente inferior ao branco), éramos um país “atrasado”. Há uma farta bibliografia sobre a assimilação das ideias científicas (positivismo, evolucionismo e determinismo) por nossas elites, apontando a manipulação das ideias em defesa da manutenção dos interesses da elite política e intelectual. No campo político, o *darwinismo social* deu lastro para que o negro fosse escravizado, adiando a cada dia a sua libertação. Não bastassem as interpretações do cientificismo europeu (CHACON, 1977), a ideia de evolução entremeada ao positivismo de Comte foi o principal argumento para a instalação do regime republicano. Nos estabelecimentos científicos (museus e institutos geográficos), como nas faculdades de Direito e de Medicina, estava em formação o projeto de um novo Brasil (SCHWARCZ, 1993; ALONSO, 2002).

4 O conceito de raça, ao mesmo tempo em que é utilizado para dar legitimidade científica à hierarquia racial, criando raças superiores (o branco) e inferiores (mestiços, índios e negros), serviu para fabricar a ideia de nação, do ponto de vista racial, homogênea. Foi a tão sonhada corrida em busca do *caráter nacional* brasileiro que instigou escritores como Sílvio, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e tantos outros homens da época, cada qual com sua singularidade – de forma nuançada as classes sociais em cada um, todavia (LEITE, 1983). No plano genético, nunca houve consistência científica à ideia de uma raça única, ainda que se saiba numa dada população da existência de traços em comum (CAVALLI-SFORZA, 2003). Nessa perspectiva, o que sustenta o sentido de raça são os genes. De forma sumária, a identificação pelos genes mostrou-se inviável, dado não ser possível partirem as diversas raças de uma raça única, tanto devido às migrações desde a chamada “Pré-História” como em função das prováveis mutações surgidas numa dada população. Mesmo que raça não ultrapasse a condição de uma ideia vaga, existiram tentativas classificatórias que perduraram até o final do século XIX e mesmo depois, como se observa no racismo do século XIX – Nazismo, Apartheids, e nos racismos dos séculos XX e XXI. Darwin havia chamado atenção para a questão de que a continuidade geográfica impedia qualquer possibilidade de classificação das raças. É somente na modernidade, como desdobramento do conjunto de transformações ocorridas em decorrência da Revolução Industrial, sob a égide maior do liberalismo, que veremos o advento das teorias raciais, das diferenças entre o *gênero humano*. Em 1864, o francês François Bernier utilizava o conceito de raça para diferenciar as classes sociais (no caso, a nobreza, fosse esta de possível origem franca ou germânica), com relação à plebe. Surgida num momento de expansão industrial, onde se presenciava a ideologia maior do liberalismo, tanto no plano político como econômico, enfrentando os antigos resquícios feudais, no contexto da Revolução Francesa, a questão racial veio à tona para dividir grupos e assim atribuir o estatuto de superioridade e inferioridade ao gênero humano (MUNANGA, 2004).

É nesse contexto que surge o preconceito contra a raça amarela (o medo da mongolização), tempos depois, o preconceito recairia sobre o judeu, considerada raça indesejável que entravava o processo de formação do novo Brasil. Lembremos a constituição de 1934 que, conforme Milgram, “estabeleceu pela primeira vez normas e leis para regular a entrada de estrangeiros”, somado a admiração de Barroso pela política do III Reich. A não pairar dúvidas sobre o antissemitismo racista de Barroso, sua caça ao judeu incidia sobre o judeu conspirador, símbolo do mal, responsável pelo comunismo em várias partes do mundo, pela decadência e destruição das sociedades (MILGRAM, 1994).

Conforme Carneiro, “o discurso antissemita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos, que no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto” (CARNEIRO, 1995). Luizetto mostrou muito bem os “desencontros” acerca do discurso sobre os japoneses, que por um lado eram inclinados ao pauperismo, por outros eram considerados pessoas de superioridade mental e moral, ficando claro que “estas teorias foram justificativas convenientemente utilizadas, ocultando debaixo de suas hipóteses ou teorias, interesses ou conveniências de outra natureza, e não a razão principal da oposição à imigração” (LUIZETTO, 1982, p. 49).

O preconceito e o triste imaginário de Barroso sobre a figura do judeu deveram-se à não adaptação deste ao trabalho agrícola, realizando os anseios da elite tradicional empreendedora da Revolução de 1930. A Revolução de 1930 foi uma “revolução” que manteve de pé novos setores médios embrenhados noutras atividades que não a economia rural, mas que jamais foram independentes das elites tradicionais (FAUSTO, 1970). Num contexto agitado politicamente em que o marxismo se mostrou uma possibilidade real, é compreensível o antissemitismo e não poderia ser diferente a concepção de um autor que concebia o judeu como grupo de bandidos e criminosos, raça deicida, fermentos, borras ou parasitas sociais que infestam o organismo social. Afirmava Barroso que o judeu era autor de atentados, participava de redes de espionagem, se envolvia no comércio de drogas, no de armamentos e no tráfico de mulheres.

Com discurso semelhante aos antissemitas “modernos” ou “tradicionais” (ARENDRT, 1989), Barroso generaliza a figura do judeu, de imaginário nada positivo, construída ao longo da Idade Média pela Igreja. É verdade que o racismo contra o judeu é parte de uma complexa discussão na França e na Alemanha em seus processos de formações modernas, que de uma forma ou de outra, reverberou nas Américas (o uso do argumento racista no Brasil já está presente desde as primeiras “leituras de Brasil”), enviando o Brasil almejado pelos integralistas. Nessa ótica, Gustavo Barroso compactua de um imaginário que concebe o judeu “anárquico”, que só se preocupa em ganhar dinheiro, passando “por cima

de tudo”. Hostil às correntes de esquerda, seguramente Barroso tinha em mente judeus do leste europeu que participaram das aspirações comunistas.

É incontestável que nas décadas de 1920 e 1930 mais uma vez o apelo racial se fez presente como estratégia política para a formação do Estado nacional brasileiro. Uma vez que o discurso nacional suplanta as particularidades, forjando que os interesses são nacionais, graves e inadiáveis, o apelo racial sempre caiu como uma luva para as elites políticas e econômicas brasileiras, nublando as reais condições de um país marcado com práticas bastante conhecidas, que ia das fraudes políticas até a perseguição e morte do opositor.

Diga-se de passagem, o *racismo científico* da geração de Sílvio Romero e Euclides da Cunha prosseguiu sob a política higienista no começo do século XX, tão intolerante quanto o pensamento de homens que pensavam que a superioridade era dada por natureza (COMAS, 1970). A prática política do Estado brasileiro da época de Barroso foi tão intolerante quanto o pensamento de homens como Sílvio, que até estipulava um período para a sociedade brasileira se embranquecer (Romero datava em quatro séculos para o Brasil se tornar branco), exigindo do leitor a compreensão de que, como afirma Antônio Candido, as Teorias raciais eram leituras da época, afirmando que Sílvio Romero foi um homem de sua época. Barroso não procede como alguns escritores deterministas que delineiam a importância da raça, mas em momentos pontuais de sua obra recorre a Gobineau e Lapouge. O integralista era um extremo conhecedor da literatura antisemita, conheceu Mussolini e teve contato com figuras proeminentes do III Reich (CARNEIRO, 1990).

Intérprete da cultura brasileira, Barroso elaborou seu “projeto de Brasil” contemplando as três raças num país que sempre omitiu a guerra de raças, desde os tempos de Camarão. Não havia cenário mais adequado para a voz da direita quando do clima tenso e indefinido que viu Vargas chegar ao poder. É sob o emaranhado dessa indefinição que soa a concepção de Barroso, escolhendo um culpado pela situação do Brasil, temendo comunistas e vozes dissonantes que representavam o novo. O judeu é o novo, é a força contrária ao proprietário de terra que vive da economia agrária, neste resiste o trabalho forçado no campo escolhendo a cidade para empreender seu negócio.

A década de 1930 foi a época das grandes sínteses históricas bem ao modo da instabilidade política que deu margem à crença num Estado forte, que se confundia com a cidadania ordeira do homem. No tenso momento em que as forças da direita se enrijecem, cabe-nos entender a postura antisemita deste pensador nacionalista, católico, amante das forças armadas, e acima de tudo, divulgador de um Estado forte. Para Barroso, o mal maior era a ideologia de Marx, por impedir a

configuração de uma sociedade “boa”, hierárquica, solidária, viabilizada por meio das corporações. Muitas são as questões apontadas por um dos chefes integralistas para o novo Brasil, mas lembremos seu combate à figura do judeu, ligado ao capitalismo internacional (leia-se capitalismo judaico), por sua vez o “outro lado da moeda”, parte do pensamento liberal burguês.

Tão importante quanto entender o antisemitismo de Barroso surgido no seio da AIB, formada em 1932, e de discussões acerca do “mimetismo de ideias” e de outros “objetos” sobre o movimento criado por Plínio Salgado, é perscrutar a fala desse importante intelectual, presidente da ABL e idealizador do Museu Nacional e de tantas outras instituições, possuidor de vários cargos ao longo da vida, representante dos anseios de setores conservadores brasileiros, desvelando naturalmente a ideologia do pensador de direita que foi (MENEZES, 2006).

Antes de Barroso empreender a verdadeira batalha integralista em nome da civilização cristã, não é gratuito que as mesmas elites que combateram as raças biologicamente inferiores atribuindo a estas características de barbárie décadas depois confeccionem um discurso de um judeu perverso, afinal de contas, “os autoritários nacionalistas do novo regime sentiam-se atraídos por determinadas formas racistas de regeneração nacional que eram bastante populares na Europa da época, possuindo assim motivações de ordem ideológica para limitar a entrada de estrangeiros” (LESSER, 1995, p. 98).

O caso do judeu é emblemático por este se tornar um “problema” aos olhos do Estado apenas na década de 1920 (MAIO, 1999), o que não significa dizer que o imaginário sobre os povos semitas não tivesse despertado reflexões de eruditos como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Gilberto Freire, Câmara Cascudo, dentre outros, de maneira preconceituosa. Estamos na esfera política da história onde o intelectual está preso a uma esfera de poder (CERTEAU, 1982; MICELI, 1979), representando os interesses desse ou daquele grupo.

Grosso modo, a ciência (Teorias raciais), utilizada para legitimação do campo político, foi instrumento para um “projeto de Brasil” (MOTA, 2000). A ciência, ferramenta de fundamental importância na consolidação da nação brasileira, foi o que Maria Odila chamou de “interiorização da metrópole” (DIAS, 2005), quando se buscou conhecer o Brasil, sendo indispensável a fundação de instituições científicas. Foi a partir do interesse nas riquezas naturais brasileiras, com um saber eminentemente prático, que o Brasil se formou como nação, processo interminável que a cada crise política e econômica traz o discurso do atraso e dos elementos que impedem a formação da nação.

Não foi apenas na década de 1930 que vemos políticas apelando abertamente para os ditames científicos. Veja, por exemplo, o surgimento da eugenia (1929), e

poucos anos depois, a materialização de uma política de corpos (mentes sadias), na construção do novo homem brasileiro na política do Estado Novo de Vargas (LENHARO, 1986; BERCITO, 1991). Diga-se de passagem, a instrumentalidade do conhecimento científico esteve presente desde o século XVIII, em expedições científicas com a mania de classificação (ROUANET, 1991), em busca do conhecimento do Brasil. Era desbravando o desconhecido, descobrindo suas riquezas e a potencialidade de seu povo que se fabricou a ideia de nação.

Barroso é um significativo intérprete da cultura brasileira, por propor um modelo de nação baseada no corporativismo. Num momento de formação das grandes sínteses históricas (Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado e Gilberto Freire), Barroso questionou problemas já levantados por esses autores preocupados com a cultura brasileira não mais sob a rigidez das formulações racistas até então presentes, chamando atenção para a malevolência da “raça judaica”. Dentre tantas características perniciosas do judeu, o comunismo aparecia como uma verdadeira “filosofia do mal”, por uma série de fatores. Este era um dos motivos para que o escritor simpatizante do fascismo se identificasse com os regimes de direita, sendo um impiedoso crítico das democracias, mais uma dentre as tantas “criações judaicas”.

Aversão ao número: por um estado hierárquico

Gustavo Barroso foi por excelência um antidemocrata. Convicto nos inúmeros males provocados pelo judaísmo, em que apenas a “renovação espiritual” evitaria o caos ocasionado pelo judeu, o integralista seguia as diretrizes de um “Estado Social Cristão”. Crente com uma sociedade organizada a partir da “Cidade de Deus” (não bastava o absolutismo divino dos reis), a Igreja daria as cartas do regime político pensado por Barroso.

Barroso desenvolvia uma longa discussão sobre a teoria que tornava legítima a participação da Igreja na esfera pública, formada por intelectuais, um verdadeiro exército intelectual autorizado e com credibilidade de combater as aspirações políticas da “massa de ignorantes” na formação do regime político. Padres e militares seriam os elementos fundamentais na formação do Estado defendido pelo camisa verde (o “Estado integral”), esteado sob a moral católica, sob o “princípio de autoridade”, resguardado no trono e no altar. Este era o “Estado forte” almejado por Barroso, longe de toda e qualquer participação do povo, pois o poder viria de “cima para baixo”. Barroso elogiava o pensamento de Alberto Torres quando afirmava que:

A igualdade perante a lei tem hoje um sentido que deve atingir a vida em toda a sua plenitude” e isso se realiza “assegurando a todos os indivíduos o uso dos meios próprios de realizar a vocação”. O princípio é este: para capacidades iguais, possibilidades iguais. Princípio que se resolve, no campo da Educação, pelo dever que tem o Estado de garantir, mediante a seleção e a gratuidade do ensino, o livre desenvolvimento das capacidades individuais, e no campo econômico, pela criação do Sistema das Cooperativas Nacionais e dos Institutos Nacionais de Crédito Popular (BARROSO, 1935B, p. 106).

Avesso à “anarquia do número”, provocada pelo liberalismo, na sua ótica gerador do individualismo, do socialismo, do comunismo e em menor grau, do anarquismo, Barroso enaltecia o regime de corporações, que não apresentava nenhum choque social.

A corporação é uma instituição pública positiva que agrupa os homens dependentes da mesma atividade numa solidariedade material e numa fraternidade espiritual capazes de garantir-lhe a liberdade e a dignidade. É o resultado lógico duma organização sindical e pressupõe o sindicato. Georges Sorel a alta moralidade das antigas corporações e Saint-Léon mostrou o gigantesco passo para a luta sem mercê das classes que foi o seu desaparecimento. A corporação acaba com essa luta, porque somente contém elementos homogêneos, tendentes a íntima solidariedade de interesses e pensamentos, enquanto a classe é essencialmente heterogênea. Naturalmente, as corporações serão organizadas de acordo com os progressos sociais, libertas da hereditariedade das funções e de outros arcaísmos” (BARROSO, 1934A, p. 57-58).

Alberto Torres servia muito bem a Barroso com seu modelo de Estado baseado em corporações, em que cada elemento se alocava num todo, tendo sua razão de ser na organicidade, responsável pelo equilíbrio e harmonia social. Esse projeto político é autoritário porque omite as particularidades (por exemplo, o marxismo), viabilizando o “Estado Social Cristão” sonhado por Barroso. Cabia aos homens “seguir a vontade divina” a partir de dois elementos, que eram padres e militares. Assim como o militar protege o território de invasões, o clero, representante de Deus, fornece as diretrizes políticas. Afirmava Barroso que esta elite intelectual era a responsável por organizar teoricamente o Estado, e emudecer tais setores seria o mesmo que criar um Estado leigo, que interessava ao *kahal judaico*. Assim como o soldado resguarda o Estado contra possíveis ataques, a Igreja daria sua contribuição do ponto de vista espiritual na formação de uma civilização cristã no combate à ameaça judaica, “À Igreja assistem, incontestáveis, o dever e o direito

de ser a guarda vigilante, a sentinela infatigável dos princípios básicos da civilização cristã, hoje ameaçada pela civilização judaica e pagã do ouro. Ela não pode, portanto, falhar a essa missão em domínio algum” (BARROSO, 1937C, p. 10).

Não há espaço para contestação no Estado pensado por Barroso, se trata de um modelo de nação regida por mãos divinas. O filosofismo dos iluministas levou inevitavelmente a sociedade ao marxismo, que não resolveu os gravíssimos problemas de uma sociedade marcada pelo individualismo, pelo pragmatismo e racionalismo, mais preocupada com a *quantidade* do que com *qualidade*, agravando a Questão Social, causada pelos horrores da mecanização, após o primeiro conflito mundial. Por isso, os aplausos de Barroso aos papas, autores de encíclicas com sua mensagem moral pregada pelo evangelho, centralizado nos valores familiares, como o sentimento, a alteridade, o humanismo cristão etc. Em *Integralismo e Catolicismo* (1937C), Barroso transpõe a encíclica de Pio XI, *A Rerum Novarum*.

Uma vez que a Igreja era a representante de Deus na terra, daí seu poder e força política, era legítimo o interesse do clero pelas letras, pela ciência, pela educação, pelas questões sociais, econômicas e políticas. Combater tal raciocínio era levar ao *naturalismo*, reprovado pela Igreja, que para L. Cotê significava *amoralismo político*, por isso, a presença de um *liberalismo doutrinário, absoluto e essencial* e de um *liberalismo claro escuro*. O primeiro liberalismo nega a influência da Igreja na esfera pública, acabando por criar um Estado leigo, indo de encontro a uma sociedade cristã; já o segundo, permite toda ou alguma autoridade na esfera pública; e o *outro liberalismo*, mais radical, combatia qualquer participação da Igreja, como é o caso do comunismo.

Todos os liberalismos apontados por Barroso impediam a participação da Igreja na esfera pública, e assim, de toda sua campanha em defesa de um Estado católico. Opor-se à participação da Igreja na esfera pública servia ao projeto socialista, que tinha como caminho natural o comunismo, formador de um Estado leigo, algo que apenas interessava aos judeus. Tendo por princípio a matéria, a moral e a política pública se transformavam em práticas corruptas nas mãos de judeus, sacramentando todos os vícios de um Estado leigo que servia ao liberalismo. Por isso,

A intervenção da Igreja, condenando uma política, tem como fim, não só manter a intangibilidade dos preceitos da moral cristã, fundamento duma civilização, como também proteger o indivíduo contra as injustiças e os erros que necessariamente decorrem da imoralidade ou amoralidade administrativa, política ou social. O que a Igreja, representante de Jesus Cristo sobre a Terra, não pode é ficar neutra diante do erro ou lavar as mãos como Pilatos... (BARROSO, 1937C, p. 11).

Era incontestável a participação da Igreja na política pública, por sua mensagem reformista de acolhimento aos trabalhadores escravizados pelo capitalismo internacional. O homem vivia momentos de miséria, precisando de dignidade, sendo necessária a ajuda mútua, por meio do espírito onde o coletivo estivesse acima dos particularismos, fazendo o mundo menos individualista. As encíclicas e os papas eram citados como prova de que a sociedade ideal era aquela que tinha a Igreja como mediadora entre o Estado e a sociedade civil. As críticas a escritores (racionais, alguns filósofos, que colocavam toda essa lógica de pensamento abaixo) se dava porque estes combatiam a ordem natural das coisas, de setores sociais já ordenados pela “Cidade de Deus”. As ideias desses escritores são concebidas por Barroso como dissolventes, céticas, amorais, são filosofias ligadas às forças secretas. Seguindo os passos da moralidade católica, onde o escritor cearense citava a fala de papas em suas respectivas encíclicas, era imprescindível combater o poder carbonário do judaísmo, portador de todas as imoralidades. Em defesa da participação da Igreja na esfera pública que o liberalismo acabava por suplantar, haja vista desprezar determinados valores morais oriundos de um rígido esquema que tinha Jesus como arquiteto, Barroso apelava para as mais proeminentes figuras do clero:

Além do Sumo Pontífice Gregório XVI, que tão bom combate deu ao carbonarismo e a maçonaria, outros Papas, notadamente Leão XIII, Pio X e Pio XI, declararam com a autoridade que lhes foi conferida por Jesus Cristo que a Moral e a Política devem caminhar paralelas e sobre a última a Igreja se deve manifestar, desde que, pela amoralidade, esteja em jogo a consciência católica da Nação. Assim, não se compreende que alguns sacerdotes sirvam a governos e partidos notoriamente imorais, nem que os fiéis se alieiem de pleitos, dizendo-se indiferentes aos partidos, quando as esquerdas se congregam e ameaçam com a vitória. O que se está passando na Espanha e na França é uma grave lição (BARROSO, 1937C, p. 12).

O liberalismo era o causador da imoralidade, produto do *materialismo judaico*, gerador de um governo anárquico, no caso, a “anarquia do número”. Barroso combatia tenazmente os regimes de esquerda por serem estes perpetrados por judeus, daí a recorrência a nomes e mais nomes de figuras comunistas. É o que Cohn (1969) salientou em relação a Hitler, o objetivo ou a força da crítica era o ódio ao judeu por ele mesmo. Por um Estafo forte, negador das liberdades individuais, toda nossa tradição católica (aquela que deveria ser seguida) era formada pela filosofia e arte grega, pelo direito e pela religião cristã. Aquele que negasse

essas bases só podia almejar a completa destruição da civilização, que era o caso do comunismo, um dos alvos mais importantes de Gustavo Barroso.

O Estado forte e integral, que representava *Soma*, viabilizaria o crescimento da sociedade e do Estado brasileiro, como está na contramão do comunismo porque este tirava proveito da luta de classes, aumentando na proporção direta da exploração do homem pelo homem, alegava Barroso. Imoralidade, interesses partidários, escravização do homem, práticas corruptas, ceticismo e ateísmo, mercantilização de tudo, todo este estado de coisas somente fora possível devido à filosofia liberal, caduca e burguesa do materialismo judaico, de visão unilateral. O passado brasileiro e a conjuntura do momento não eram nada favoráveis, razão para o surgimento de um amplo movimento regenerador que buscou as raízes nacionais para a formação de um novo Brasil. Eis uma síntese da leitura de Barroso:

Para a realização de tão grande obra política, econômica e social, o Integralismo tem de combater sem tréguas e sem piedade toda a repelente imoralidade do atual regime de fraudes, enganos corrupção e promessas vãs, bem como todo o materialismo dissolvente da barbárie comunista que alguns loucos apontam como salvação para o nosso país. O atual regime pseudo liberal e pseudo democrático é um espelho da decadência a que chegou o liberalismo, que procurou dividir a Nação com regionalismos e separatismos estreitos, implantando ódios entre irmãos, atirado as trincheiras da guerra civil; com partidos políticos transitórios que sobrepõem as ambições pessoais aos mais altos interesses da Pátria e pescam votos, favorecendo os eleitores com um imediatismo inconsciente, em que tudo concedem ou vendem, contanto que atinjam as posições (BARROSO, 1935B, p. 14).

A crítica ao marxismo se dava porque esta filosofia burguesa era uma verdadeira “ideologia do mal”, por ser perpetrada por judeus, acusados de participação em movimentos terroristas, atentados e saques. Responsáveis por concussões, roubos de documentos, raptos e envenenamentos covardes, Barroso, em *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937C), arrolava nomes de verdadeiros criminosos simpatizantes do comunismo. Na Alemanha, uma grande rede de espionagem era formada por judeus, manchando a ideologia de Marx. Em 1935, aconteceu o atentado à famosa Catedral de Sofia, somava-se a este acontecimento a inundação de dinheiro em Chicago e o rapto e assassinato do general russo branco Kutiepof. Como se não bastasse, Barroso anotava o caso das Astúrias, onde casas de judeus foram invadidas e nessas foram encontrados dinamites e material de propaganda revolucionária em hebraico. Planejando instaurar o bolchevismo na Espanha, concluía Barroso:

Eis aí o formidável estado maior do terror! Nas garras destes tigres judaicos e de sangue, cheios de ódios satânicos, sedentos de pilhagem e de sangue, os políticos corruptos e sem entradas entregaram a infeliz Espanha. Miseráveis, verdadeiros judeus artificiais, maçons infames, que se tornaram instrumentos da Internacional Anti-Cristã contra uma terra tradicionalmente católica! (BARROSO, 1937F, p. 37-38).

Este cenário do mal levava Barroso a afirmar que o “inimigo número um da humanidade é o judaísmo internacional”. Como sabemos, após a Revolução Russa, as elites brasileiras alardearam o terror da onda vermelha, o perigo vermelho, encarnação do diabo, cuja responsabilidade recaía sobre o judeu, identificado por meio do capitalismo internacional, do liberalismo e do comunismo (MOTTA, 2002).

Tratava-se da “guerra da Rússia judaica contra o mundo cristão, guerra de Moscovo contra Roma”, como escrevia Barroso. Criando uma verdadeira batalha contra as “forças do mal”, setores da direita, na qual Barroso se afinava, o marxismo foi concebido e temido por setores reacionários da elite brasileira, se transformando no grande argumento para os problemas brasileiros da época. Mas a esperança de novos tempos por parte de um Estado que reconhecesse os direitos da sociedade em geral confundia-se a todo o momento com os problemas do país. No fundo, setores da elite sentiam-se ameaçados com a futura nação brasileira, daí a criação do comunismo como inimigo número 1. A violência do Estado, suprimindo antigos privilégios de setores bem estabelecidos, fez um homem como Chateaubriand declarar que o país poderia ser invadido, uma ampla literatura comunista estabeleceu-se no país.

O caráter combativo, de intervenção política com objetivos propagandísticos foi uma constante na trajetória da literatura anti-comunista brasileira. Mesmo quando os livros falavam de outros países, seja a URSS, a China ou os países da “cortina de ferro”, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro. Ao longo de várias décadas tais obras foram produzidas e dedicadas a mostrar aos brasileiros os “equivocos e perigos” do comunismo, na esperança de atrapalhar os esforços do proselitismo do Partido Comunista. Algumas vezes, os autores dedicavam-se à sociedade como um todo e, em outras ocasiões, a grupos específicos como estudantes, fiéis católicos, militares e operários (MOTTA, 2002, p. 11).

Foi nessa conjuntura de incertezas, de descrenças pelas democracias liberais por um lado e pelo avanço do socialismo pelo mundo, num Brasil onde Vargas não conseguiu sanar problemas seculares, que a voz de Barroso se levantou. Gus-

tavo Barroso é um autor extremamente antidemocrata, tem ojeriza à soberania nacional, à “anarquia do número”, pensa um Estado totalitário onde a hierarquia é fundamental, diante de uma filosofia (a espiritualidade) que naturaliza os embates e a realidade das coisas. Assim, no mundo hierárquico proposto pelo camisa verde, Barroso considera a família a célula social mais importante, juntamente com as corporações, substitutas dos partidos liberais, mais uma grande mentira liberal, que demonstrava a corrupção de um país dividido e dominado por interesses de pequenos grupos políticos.

Não vamos adentrar em uma discussão historiográfica sobre o integralista, haja vista existir uma infundável produção sobre o tema, chamando atenção para problemas como o integralismo ter tido uma maior aceitação em localidades fundadas por italianos e alemães, como determinados municípios do sul do país (GERTZ, 1991). Na conjuntura social, política e econômica que se apresentava a Barroso, sua simpatia ao nazifascismo deve ser entendida como produto de um período de efervescente nacionalismo (CARNEIRO, 1995), e seu antissemitismo deve ser analisado como uma alternativa política compreensível do tenso período histórico e político do país (SILVA, 2007).

No complexo panorama da década de 1930, o maior perigo voltava-se contra as “forças do mal” (COSTA FILHO, 2019). A exacerbação da ameaça comunista (o Plano Cohen deixa fora de dúvida o artifício de figuras ligadas ao governo Vargas), reforçou o discurso e postura política de Barroso sobre o judeu. Esse epicentro inquietou Barroso e os líderes Plínio Salgado e Miguel Reale. Se é fora de dúvida o antissemitismo declarado de Barroso, apesar deste ser um tema que menos aparecia nas discussões da AIB, conforme aponta o estudo de Trindade (1979), deve-se compreender os porquês de uma verdadeira filosofia do ódio sobre um ser incapaz de criar qualquer forma de organização social, tamanha era sua malevolência, como advogava Barroso. A admiração aos regimes de Hitler e Mussolini se dá apenas porque estes são antes de tudo “movimentos espirituais”, que embora sejam motivados por diversas questões têm por objetivo perseguir a figura do judeu.

Barroso seguia diferenciando regimes “totalitários” e não “autoritários”, onde os primeiros trariam um mundo harmônico, onde não presenciáramos a exploração do homem pelo homem, onde os recursos naturais do Brasil, como a água e a luz, não fossem propriedade de um pequeno grupo de pessoas, onde não existisse o ganho abusivo de poucos em detrimento da miséria de milhares de pessoas, pois todos lutariam para o interesse maior da nação, “não há remédio, no Estado Liberal Democrático, para curar as chagas produzidas por esses vampiros dos povos, nem para afugentá-los ou acabá-los. Daí o seu combate ao fascismo, aos

regimes em que não poderão mais, pela força das coisas, exercer sua pirataria” (BARROSO, 1936, p. 105).

Nazismo e Fascismo significavam para Barroso regimes de *renovação espiritual* que deteriam as forças destruidoras do *materialismo judaico*, segundo ele, produto ou filho do pensamento liberal, causador do “individualismo dissolvente”, da escravização do homem pelo homem. Tudo se devia ao judeu! Num tenso momento da política brasileira, com práticas que só interessavam aos chefes locais, Barroso, ao menos em tese, fazia a diferença entre “Totalitarismo” e “Totalidade”, abrandando posturas que seriam facilmente concebidas como a mera imitação do regime de Mussolini no Brasil.

Apesar de enaltecer tanto o nazismo quanto o fascismo, diversas vezes o camisa verde tratou de ressaltar que o integralismo não era o fascismo, tinha apenas “pontos de contato”, “Nazismo, Fascismo e Integralismo são cidades diferentes, diversas repúblicas. Todos querem, organizando os respectivos nacionalismos, ‘vencer a anarquia’, como diz o sr. Armando, mas cada um tem sua doutrina própria e obedece a realidades diferentes, que só os ignorantes ou os de má fé negam ou escondem” (BARROSO, 1937A, p. 168). Seguramente se colocava dessa forma para nublar sua postura claramente racista, por meio de sua fala nacionalista, argumento bem lembrado por Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2006). A devoção de Barroso era tamanha ao regime de Mussolini que é digno de análise o esquema militar dos camisas verdes pensado pelo chefe de milícias, o farto ritual e a educação do sujeito iniciante na organização da AIB, esboçado em um de seus livros.

Barroso escreve com um toque de mágica argumentações que em tese não são racistas, mas as palavras proferidas ao judeu nos convidam a um olhar mais atento. Da malevolência provocada pelo judeu surge o antídoto contra a infecção ao corpo social de um ser virulento que exige carrapaticida, essa era a forma como o escritor escrevia quando da agitação comunista no Rio de Janeiro em 1935. O Nazismo e o Fascismo eram sempre tomados pelo integralista primeiramente por serem “Estados fortes”, assegurando que seu antissemitismo não tinha ligação racial, era moral ou religioso. Citou certa vez a fala de Salgado quando este dizia que o problema do Brasil “é ético e não étnico”, mas quando tratou do racismo alemão, logo contextualizou este se embrenhando numa visão fortemente maniqueísta que tinha o judeu como mal, exigindo assim sua eliminação.

Com problemas clássicos acumulados desde a formação do Brasil enquanto nação, recuperados nos momentos tensos de sua história (A República Velha foi um rico período para experiências políticas nunca vistas) (DE DECCA, 2004), deve-se entender o apelo de Barroso a figuras cujo imaginário era ganhar direito, à moralidade da política brasileira, a regeneração dos costumes familiares construídos no Estado católico, a uma verdadeira aspepsia da política nacional. Uma

verdadeira regeneração fazia-se necessária, a decadência do ensino e sua mercantilização eram alvos do escritor cearense. É compreensível que diante da malevolência do judeu, Barroso lidere a batalha integralista conquistando cada vez mais adeptos. Contra tudo e todos, a postura de Barroso explica a crença de jovens convictos na resolução ou na criação de um Brasil a partir dos estados fortes, que arrebatou intelectuais sem se aterem às divergências deste movimento que rendeu acaloradas análises, que como bem lembra Antonio Candido,

na minha geração o ingresso nas “hostes do sigma”, como diziam, não foi para muitos rapazes adesão consciente a uma modalidade de fascismo, mas fruto de uma inquietação honesta, embora quase sempre reacionária, nascida da revolta contra o império do coronelismo e bilontra, mascarado de “imortais princípios de 89”. O integralismo lhes uma “solução nacional”, e muitos deles largaram o movimento assim que o seu aspecto fascista se evidenciou ou se tornou insuportável (CANDIDO, 1978, p. 13).

Barroso pensou num regime democrático onde o trabalhador não fosse explorado pelas forças do capital. Em seus textos vemos o autor falar em democracia, mas uma “democracia orgânica”, uma “democracia social cristã”, donde a divisão natural dos homens, anteparo do autor para qualquer crítica liberal (o marxismo é para Barroso uma filosofia liberal), colocando em cheque seu mundo hierárquico, muito bem ordenado. Antes de encarar o antissemitismo de Barroso, é preciso compreender as razões para seu “projeto de Brasil”, não esquecendo, pois, de lembrar a fala de Carlos de Jesus Nobrega quando diz “que Gustavo Barroso utiliza um arsenal moralista e religioso para ocultar a sua proposta de branqueamento e domínio da raça branca tantos em termos culturais como raciais” (JESUS, 2006, p. 117).

As obras integralistas de Barroso se configuram como um combate à malevolência de uma figura responsável pela situação de toda a história do Brasil. Já nos tempos de Judas, o falso liberalismo surgiu, razão para todo o empreendimento judaico, “todas as vilezas humanas, desde o beijo traidor dum apóstolo até a negação apavorada de outro, nasceu a Liberal-Democracia nessa experiência que o horror da responsabilidade fez, consultando o sufrágio universal”. A democracia é o ponto nevrálgico para Barroso, mas percebemos que o fato desta ser encabeçada pelo judeu merece todas as suas críticas. Grosso modo, o regime liberal democrata (aqui há uma associação direta conforme posicionamento do escritor) destrói o mundo harmônico das sociedades cristãs regidas pelo “princípio de autoridade” debaixo do Trono e do Altar. “Deus, Pátria e Família” são elementos centrais no discurso de Barroso.

Ora negando ser o integralismo um movimento político, e sim religioso, tendo como chefe uma ideia, ora falando de uma sociedade regida por um poder espiritual, Barroso delimita categoricamente a existência de uma sociedade regida pelo “princípio de autoridade”, esmiuçando assim a complexa relação social entre sociedade e Estado, sobretudo, entre a Igreja e política, onde aquela possui legitimidade natural de gerir politicamente a sociedade, promulgando normas morais, sociais e éticas. O anseio de Barroso é a identificação do Estado com a Nação (o que caracteriza substancialmente os regimes autoritários), no qual impede tensões particulares dentro de um todo social, por demais complexo. Somente o pensamento cristão seria capaz de fornecer as bases da política, diante de uma “massa de ignorantes”. Era legítimo a Igreja fornecer os elementos para a formação desse Estado.

Porque a missão da Igreja é cuidar das almas, sem deixar de ter em vista a complexidade dos meios para isso, tanto diretos como indiretos. Os primeiros são os que se relacionam com a preparação religiosa, com a ordem espiritual e sobrenatural; os segundos são os que, na ordem temporal, subordinam esta aos bens espirituais. Se toda autoridade vem de Deus, e se deve dar a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar, segundo a divina lição do Nosso senhor Jesus Cristo, em verdade Cesar tem deveres para com Deus, isto é, o Estado tem deveres morais e espirituais (BARROSO, 1937C, p. 10).

O pensamento do autor é formado a partir do mundo autoritário da Antiguidade Clássica, com modelos políticos que favoreceram o surgimento de uma “individualidade forte e invencível”, no qual norteou toda sua admiração pelos regimes autoritários. Apavorado pela soberania popular, somente possível devido à visão materialista do judaísmo internacional e ao liberalismo, Barroso se resguardava na visão de homens como Aristóteles e Platão, reabilitados por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, para quem as normas na “cidade dos homens” não são mais que reflexos da “cidade de Deus”, “somente Deus pode dar um fundamento moral, duradouro, estável, a autoridade do Estado, a autoridade do chefe da família e ao direito de possuir. A sociedade tem de repousar sobre verdades eternas” (BARROSO, 1937C, p. 79).

Temeroso pela “anarquia do número”, a democracia liberal recebe todas as críticas, esta era apenas uma das manifestações da força judaica. O liberalismo seria responsável pelo capitalismo, onde a força material destruía tudo aquilo que encontrava pela frente, pondo em declínio toda uma ordem de coisas em função do individualismo liberal. “É o mundo do esplendor da energia individual no es-

magamento do fraco pelo forte, na exploração dos escravos operários pelo capitalista sem entranhas, no sentido pragmático da vida, no materialismo do gozo e do fausto da riqueza” (BARROSO, 1935C, p. 74). Barroso compactua com o mito de que todo judeu é rico. Atrelada a tal característica, surge a ideia clássica do judeu sem pátria, reforçando ainda mais a ideia de ambição e avareza, fazendo do judeu um ser parasitário que vive à custa do outro.

Ainda que o integralista não esboce uma “história” do capitalismo, este vem à tona quando se trata dos problemas mundiais, pois sua visão só faz sentido devido à força econômica do judeu presente ao longo da história mundial. Barroso reconhece o caráter parasitário do judeu desde épocas remotas, mas ressalta que é com a Revolução Francesa que o liberalismo surge em seu maior esplendor, inaugurando novos tempos completamente diferentes dos tempos medievais.

Influenciado por Plínio Salgado, no que tange ao aspecto de uma sociedade integral-espiritual, a imagem de Barroso é análoga à do escritor paulista, que é a escravização do mundo pela ação do judaísmo internacional:

[...] a maneira como as forças ocultas do capitalismo internacional atuam se apoderarem das nações é mais ou menos a mesma por toda a parte: desorganizar a economia para desorganizar a política e a vida social; açambarcar as propriedades na desvalorização subsequente; pauperizar os ricos, proletarizar os remediados, reduzir a última miséria os trabalhadores. E dominar o país arruinado, escravizado como Nicarágua, anarquizando como Cuba, bolchevizando com a Rússia (BARROSO, 1936, p. 98-99).

Tanto para Salgado como para Barroso e também para os antisemitas, o capitalismo judaico é responsável pela crise mundial que escravizou o homem, tornando-o mera mercadoria ou produto de um sistema capitalista cada vez mais explorador, que tornou o homem um mero número, produzindo uma série de problemas, só aumentando a luta de classes. A pobreza do mundo deve-se ao explorador, que não tem sensibilidade pelo próximo, sem ética ou valores:

Todo esse inferno contemporâneo é presidido pela soma do trabalho acumulado pelos latrocínios, na tradução metálica das barras de outro e na versão social do papel-moeda, concentração nas mãos de poucos. É o Capital. Tudo gira em torno desse ídolo muito mais terrível do que o Moloch de Cartago, que exigia menor número de vítimas para as suas entranhas de fogo. Por que sofre tanto a humanidade? É o Capital, que mancha para a sua feição mais simples; que ensaia a sua tirania na forma dos grandes trusts, dos monopólios, dos grupos financeiros, das organizações bancárias, e que se dirige para o capitalismo de Estado,

numa velocidade cada vez maior e enervadora. É a besta apocalíptica. Que se assenhoreou do poder dos reis e dos impérios; que proclamou sua tirania sobre todas as nações, sobre todos os grupos sociais e sobre todos os homens. É o espírito da mentira e da crueldade. O dragão que devora os povos. Ele se ergueu, na face da terra, para enfrentar e negar a Deus... (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 380).

O espírito das trevas parece que erigiu o seu trono na alma das classes abastadas; o fogo da sua perfídia parece lampear nos olhos cúpidos dos grandes chefes financeiros, que comandam a marcha trágica da civilização; a sua avareza enche as arcas dos estabelecimentos bancários e aflige as classes produtoras; a sua solércia inflama de rancores e revolta as massas proletárias e o exército dos que sofrem necessidades e curtem dores secretas, oprimidos, humilhados por uma organização social que se esqueceu dos mais elementares sentimentos da solidariedade e da justiça humana (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 381).

Assim como Plínio Salgado, Barroso pensa que o capitalismo escravizou a humanidade. A pecúnia judaica havia deitado mão nos mais variados segmentos desde a imprensa até a exploração de recursos naturais como a eletricidade e os transportes, tornando o homem mera mercadoria, alimentando o “individualismo dissolvente”, aumentando a exploração do homem pelo homem. O judeu atuava em várias frentes de comércio, como parte dessa onda individualista, até o ensino encontrava-se mercantilizado. A pseudociência, na ótica de Barroso, jamais capacitou um olhar totalizante, o olhar do Século XX, facultando um novo homem brasileiro com um novo olhar, com uma nova maneira de sentir. Somente alterando o quadro caótico provocado pelo “capitalismo judaico” seria possível encontrar os reais elementos formadores deste novo Brasil. Barroso chamava atenção para um olhar totalizante, uma visão não unilateral que os homens do século XIX (um século de análise e não de soma) não tiveram. Tratava-se de uma visão unilateral que somente o novo século que se anunciava, o *Espírito do Século XX* (1936) permitiria que se sentisse “na vida das nações aquele fermento de decomposição a que Hitler se refere, ameaça oculta de afundamento do ocidente”.

Os males mundiais surgiram após a Revolução Francesa, orquestrados por um sem número de judeus. Se Salgado se refere ao século XIX para demarcar a crise mundial, em sua obra *O Sofrimento Universal*, Barroso dá continuidade a este tenebroso momento em que a burguesia chega ao poder, instaurando a “equidade política”, o que não resolve a questão social, pois para o integralista, do que adianta a democracia dos votos se no Brasil são sempre os grupos políticos que dão as cartas das eleições? Tanto para Salgado como para Barroso, liberdade po-

lítica (“equidade política”) significa anarquia, algo a ser evitado, pois permite o surgimento da corrida ao capital, razão para a ganância que destrói qualquer ética, quebrando os lineamentos sociais.

Salgado, em tese, não se opõe ao judeu com o ranço racial que só Barroso defendia abertamente, mas vimos que o judeu é o principal responsável do caos brasileiro: o mundo encontra-se em declínio em função das forças do capital, que cada vez mais expande seus tentáculos. Apesar de o judeu ser um agente forte deste capitalismo, a crítica tanto de Plínio quanto a de Reale não trazem o apelo racial. Podemos resumir de maneira clara a concepção de Salgado nesta passagem:

Nós estamos assistindo à morte do século XIX. Os séculos não são limitados pelo calendário. Eles se interpenetram. Enquanto um nasce, outro está morrendo. O século XIX está morrendo em pleno século XX. Basta auscultar o mundo de hoje, para se sentir que alguma coisa agoniza. Há uma surda tristeza na civilização contemporânea... São os inadaptados à velocidade e à sinfonia deste glorioso século XX. Esta tristeza está no século XX, mas não lhe pertence. É a angústia do século XIX que se debate contra a morte. Já alguns espíritos descobrem o sentido novo da Alegria e da Força. São os vanguardeiros. O resto da humanidade é o século XIX, que agoniza. (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 380).

Para Barroso, Liberalismo e Comunismo são primos ou “filhos gêmeos” do judaísmo bolchevista. Notemos que em todos os aspectos a causa do problema deve-se à figura do judeu. Seja no plano político, econômico, religioso, educacional, da ciência e das artes no geral, o judeu aparece como o responsável pelo caos mundial, caos este provocado pela escravização em função de seu potencial capitalista. O regime que não respeita o “princípio de autoridade” é tenazmente combatido por Barroso, pois leva aos piores males, a começar pela separação do homem consigo mesmo.

Entramos num mundo caótico, de crise, que não une, só separa, onde os escritores e suas teorias possuem apenas uma visão limitada e não totalizante das coisas, foi o século XIX. Só a visão totalizante do regime espiritual-integral, sob o poder do Sigma (união de todos), tendo a ideia maior de Deus, pode salvar o mundo de uma anarquia ainda maior provocada pelas “criações judaicas”, dentre estas, o comunismo. No pensamento de Barroso não cabe racionalidade, pois essa permite a problematização-contestação daquilo que o autor concebe como natural, que é o complexo corpo social com suas particularidades por natureza divididas. Por isso, a defesa de um “Estado forte” (um regime espiritual), de combate

ao materialismo, substrato dos regimes de esquerdas, que subvertem a ordem e levam à “anarquia do número”. Em Barroso, a sociedade deve ser devidamente organizada, cada sujeito ocupa harmonicamente seu espaço num mundo regido por Deus. Sociedade e Estado se confundem, pois são partes dialéticas, um é o espelho do outro. Não existem choques, a sociedade é regida pela melhor forma de Estado, no caso, o “Estado Social Cristão”.

Fontes

BARROSO, Gustavo. O integralismo de norte a sul. 2^o. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. O integralismo em marcha. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

BARROSO, Gustavo. O quarto império. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935A.

BARROSO, Gustavo. O que o integralista deve saber. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935B.

BARROSO, Gustavo. Palavra e o pensamento integralista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935C.

BARROSO, Gustavo. **Espírito do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, Gustavo. A sinagoga paulista. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937A.

BARROSO, Gustavo. História Secreta do Brasil. 2^o Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937B.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo e Catolicismo**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937C.

BARROSO, Gustavo. Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1894. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937D.

BARROSO, Gustavo. Integralismo e o mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937E.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, maçonaria e comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937F.

BARROSO, Gustavo. Comunismo, cristianismo e corporativismo. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

BARROSO, Gustavo. Liceu do Ceará. In: Memórias de Gustavo Barroso. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

SALGADO, Plínio. **O manifesto de outubro de 1932**. Edição do cinquentenário. São Paulo: editora Vozes do Oeste, 1982.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução:** o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *In:* CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo Hiper-tardio. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.
- BERCITO, Sônia de Jesus Rodrigues. **Ser forte para fazer a nação forte: A Educação Física no Brasil (1932-1945).** Dissertação apresentada ao Programa de História Social da FFLCH/USP, 1991.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Brasil, Refúgio nos Trópicos. A Trajetória dos Judeus Refugiados do Nazi-fascismo. São Paulo: estação Liberdade, 1977.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Dez mitos sobre os judeus. Cotia; São Paulo: Ateliê Editora, 2014.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e antissemitismo na Era Vargas. **Estudos Interdisciplinares de América Latina Y el Caribe.** Volume. 1, nº 1, Enero-Junio, 1990.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945). 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Veneno da serpente: reflexões sobre o Antissemitismo no Brasil. Perspectiva, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do mundo: o Brasil durante o Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, povos e línguas.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CHACON, Vamireh. **História das Ideias no Brasil.** São Paulo, Grijalbo. EDUSP, 1977.
- CHASIN, José. **Integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo Hiper-tardio. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. 2º Ed. Rio de Janeiro: CEDEC: Paz e Terra, 1977.

COMAS, J. **Raça e Ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

COHN, N. A **Conspiração Mundial dos Judeus: Mito ou Realidade**. Análise dos Protocolos e outros Documentos. São Paulo: Ibrasa, 1969.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Forças do mal: os prejuízos ‘raciais’ da figura do judeu na produção integralista de Gustavo Barroso (1933-1937)**. São Paulo: Todas as Musas, 2019.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Sílvio Romero: literatura, raça e política**. São Paulo: Porto de Ideias, 2016.

COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)**. São Paulo: Ed. Todas as Musas, 2017.

CRUZ, N. R. **O integralismo e a questão racial. A intolerância como conflito**. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e Antissemitismo nos Textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH, 1992.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: História e Historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: revisão e as estratégias da intolerância, 1987-2003**. São Paulo: UNESP, 2006.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica:** imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LUIZETTO, Flávio V. **Os constituintes em face da imigração:** estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na constituição de 1934. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1975.

MAIO, Marcos Shor. Qual antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MENEZES, Eduardo Diathay Bezerra de. **Gustavo Barroso:** um cearense ariano. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.lv

MILGRAM, Avraham. **Os judeus do vaticano:** a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difel, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação:** histórias. São Paulo: SENAC, 2000. (Vários Autores).

MOTTA, Rodrigo Sá. **Em guarda Contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Niterói: EDUFF; 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

POLIAKOV, Léon. **A Europa Suicida:** 1870-1933. História do Antissemitismo IV. São Paulo: 1985.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido:** a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Giselda (Org.). **Estudos sobre o Integralismo no Brasil.** Recife: Ed. da UFRPE, 2007.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. 2.º Ed. São Paulo: Difel, 1979.

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea



Fabio Gentile ¹

Introdução

A direita está crescendo bastante no mundo Ocidental, como testemunham a vitória de Donald Trump nos EUA, a força da “Lega”, de Matteo Salvini na Itália, e o movimento de extrema direita de Jair Bolsonaro no Brasil. Porém, é preciso registrar um descompasso, tanto no perfil metodológico quanto no teórico, entre o avanço da direita no Ocidente e o estado da arte sobre suas configurações ideológicas e organizações políticas.

Há muitos fatores que podem explicar esta lacuna de estudos sobre a direita no campo das ciências sociais. De forma geral, pode-se dizer que a direita foi apresentada como um apêndice *tout court* da época dos regimes fascistas entre as duas guerras mundiais. Na área dos estudos sobre o fascismo registrou-se um domínio do paradigma antifascista, na sua versão liberal ou marxista, de acordo com o qual o fascismo seria um “parêntese” no caminho progressivo da civilização ocidental. Uma vez concluído o “parêntese” do fascismo com o fim da Segunda Guerra Mundial, os pequenos grupos que ainda se inspiravam nos regimes de Mussolini e Hitler vieram a ser apresentados como sobrevivências marginais daqueles fenômenos.

Associar a categoria de direita “monoliticamente” ao nazifascismo teve entre as demais consequências a marginalização da experiência das direitas liberais e conservadoras na Europa continental e aquelas de matriz anglo-saxônica entre o final do século XIX e a época entre as duas guerras mundiais.

¹ Fabio Gentile é Doutor em Filosofia e Política pela Universidade “L’Orientale” de Nápoles (Itália). Atualmente é professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

Por se considerar e ser considerada desde as suas primeiras manifestações a herdeira do nazifascismo, um fenômeno específico de uma época que nunca mais voltaria na história da humanidade, as ciências sociais atribuíram à direita uma função exclusivamente “antissistêmica”, embora, com o início da Guerra Fria, os movimentos espalhados de combatentes e militantes dos regimes fascistas (sobretudo na Itália e na Alemanha), sob o controle dos serviços secretos norte-americanos, desenvolveram um papel estratégico no combate ao comunismo, apoiando governos conservadores na Europa Ocidental (PARLATO, 2006; GENTILE, 2013).

Enfim, a ambiguidade da direita – dentro e fora do novo sistema democrático (IGNAZI, 1989) - nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, levou muitos cientistas sociais e políticos a pensarem que esta área não fosse produtora de uma específica ideologia, embora os fundadores dos grupos de direita reivindicassem o seu caráter de novidade e de originalidade, destacando que o “neofascismo” não era um simples apêndice do regime fascista. Pelo contrário, era a realização, em um novo contexto, do programa social do movimento fascista das origens, uma vez que o regime não conseguiu alcançar todas as metas de política social fixadas.

Entre a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980, o panorama mudou sob o efeito do fim da Guerra Fria. Novos movimentos de direita, qual a “*nouvelle droite*” francesa de Alain De Benoist (1979), articulando uma reflexão bastante original na área da direita, que prefigurava cenários das últimas duas décadas (implosão da União Soviética, globalização, declínio da democracia representativa e “antipolítica”, ascensão do neoliberalismo e crises financeiras), chamaram a atenção das ciências sociais sobre o tema crucial da “ideologia da direita” (GENTILE, 1975). A proposta era abrir o campo teórico e metodológico, cruzando o plano histórico-político com o plano ideológico. Um dos principais resultados do renovamento do debate foi uma definição de “ideologia da direita”, que se tornou rapidamente um ponto de partida fundamental para uma nova geração de analistas e cientistas sociais.

Em acordo com Jesi (1979), é possível resumir a ideologia da direita desta forma: um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas e litúrgicas manifestado na forma de redes conceituais e códigos comunicativos, não necessariamente caracterizado por uma intrínseca originalidade, capazes, porém, de despertar os sentimentos mais profundos das massas, visando ganhar um consenso de caráter fideísta.

Finalmente, a direita estava sendo liberada do preconceito de ser apenas um resíduo do fascismo para se tornar um fenômeno complexo, capaz de produzir uma

ideologia autônoma. Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim em 1989, a direita se reinventou em torno de novos temas: o populismo “antipolítico”, a crise da representação tradicional e a imigração, entre os principais.

O novo desafio das ciências sociais e políticas era então a compreensão deste variado arquipélago de direita, enquanto os “*think tanks*” orgânicos à nova ordem “neoliberal”, hegemônica pelos EUA, celebravam o “fim da história” e o triunfo histórico definitivo do capitalismo e da democracia representativa, capazes de derrotar todos os inimigos ideológicos após o 1989 (FUKUYAMA, 1992).

Contra os perigos de ser absorvido pelo pensamento único globalizado, caracterizado pela extinção das categorias direita-esquerda (STERNHELL, 1989), fascismo-antifascismo – reduzidas a velhas categorias do século XX e, portanto, não adequadas para compreender a nova ordem mundial –, Norberto Bobbio reafirma a necessidade de manter a dicotomia direita-esquerda (BOBBIO, 1995), dado que elas são portadoras de duas *Weltanschauung* totalmente opostas, elaboradas como fundamento de um projeto ideológico-político bem definido, que vai até além do campo político para caracterizar uma diferente visão das relações sociais cotidianas (PIERUCCI, 1990).

À luz destas considerações, precisamos ainda manter direita e esquerda contra o pensamento único neoliberal globalizado, que pretende se afirmar também absorvendo qualquer oposição num comunitarismo indistinto, sem classes sociais. Nesta perspectiva, o fenômeno da direita brasileira contemporânea, suas configurações ideológicas e suas organizações políticas, se torna um laboratório privilegiado para pensar a ascensão das direitas na América Latina e no Ocidente capitalista (LÓPEZ SEGRERA, 2016). Se por um lado ela reproduz de forma atualizada a peculiar convivência de princípios liberais e práticas autoritárias características da história do Brasil contemporâneo, por outro está reproduzindo na sociedade brasileira um aspecto importante do desequilíbrio das sociedades “pós-democráticas” (CROUCH, 2004): a aliança entre movimentos neoliberais e a direita nacionalista, criando coalizões ou até convivendo no mesmo partido.

Para dar um exemplo, os movimentos neoliberais brasileiros estão entre os principais defensores da globalização, implementada por meio de uma agenda de políticas transnacionais, portanto não compartilham o programa racista e homofóbico do movimento de Bolsonaro, porém o consideram útil para desviar as críticas dos interesses que representam.

Pensar a direita brasileira contemporânea como laboratório original de alianças entre pensamento neoliberal globalizado e práticas autoritárias pode também proporcionar um avanço importante no campo do pensamento político-social brasileiro, em direção de um novo caminho metodológico e teórico trilhado pela

construção de “redes de interdependências que necessitam ser recompostas por uma sociologia interessada na transnacionalização da cultura” (LEÃO, 2018, p. 27).

Assim, o foco não vai ser mais sobre a lógica tradicional de um centro criador de ideologia e de uma periferia meramente reprodutora. Pelo contrário, o objetivo é criar novos espaços transnacionais de circulação de ideias, interação e comparação entre fenômenos que compartilham a mesma raiz ideológica e política. Nesta perspectiva, o desafio é pensar as matrizes teóricas da nova direita “plural” numa circulação transnacional de ideias, compatibilizando o autoritarismo “instrumental” de Oliveira Vianna, na década de 1920, com a aliança entre neoliberalismo e ditadura militar “provisória”, teorizada pelo pensamento autoritário brasileiro da década de 1950, e corroborada na década de 1960 pelo pensamento liberal-conservador de Von Hayek e, sobretudo, pela doutrina neoliberal de Milton Friedman, inspirador da ditadura de Pinochet no Chile, a “[...] primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” na década de 1970 (ANDERSON, 1995, p. 19).

As ciências sociais brasileiras ainda estão num nível pioneiro de estudos e reflexões sobre a direita. Provavelmente porque a confiança de muitos analistas na transição pela democracia, juntamente com a exigência de pensar um modelo constitucional e institucional democrático das relações Estado-sociedade, tem longamente marginalizado o tema do autoritarismo, até reduzir a direita, como aconteceu na Europa após a Segunda Guerra Mundial, a uma persistência marginal de um passado que nunca mais voltaria na história do país.

O ciclo de protestos iniciado em Junho de 2013 e culminado com o *impeachment* de Dilma Rousseff mostrou a consolidação de uma “nova” direita, tanto sob o perfil ideológico quanto sob o perfil organizativo. Foram visualizadas três grandes vertentes da nova direita: os pentecostais, que passaram a interagir na política institucional desde a década de 1970, os institutos liberais, criados por forças empresariais para difundir o neoliberalismo no Brasil desde a década de 1980 (GROS, 2004; CASIMIRO, 2018), e o movimento articulado em torno da figura de Jair Bolsonaro. A dificuldade de muitos analistas em tentar definir algo que se apresentava como “novo” no panorama político-social brasileiro levou a destacar principalmente os elementos de novidade da direita na onda do que estava acontecendo desde a década de 1990 nos EUA. Um novo modelo de luta ideológica e de organização política tendo como pauta as grandes questões da “pós-modernidade”. Sem ainda ter esgotado os temas clássicos do Estado e do desenvolvimentismo, a nova direita pareceu estar projetada nas redes sociais lidando com questões como a liberalização de algumas drogas e o debate sobre uma nova geração de direitos, além de um novo discurso racial.

Diante de uma galáxia tão diversificada, o primeiro grande desafio para estudar em profundidade este complexo fenômeno é achar uma categoria de direita rigorosa e versátil ao mesmo tempo, capaz então, por um lado, de colher os elementos que podem ser conduzidos ao nível de interpretação geral, mas por outro lado, capaz de destacar os traços específicos das diferentes famílias e experiências políticas que se colocam na área da direita brasileira.

Sob o perfil metodológico e teórico, nossa proposta é de utilizar uma categoria de direita “plural” (CALDIRON, 2001), caracterizada por uma multiplicidade de experiências, cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo, traço marcante de toda a história do Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, como destacado anteriormente, estudar a direita brasileira proporciona também uma melhor compreensão de tendências políticas, econômicas e sociais do mundo atual.

Tendo em vista o nosso objetivo de apresentar uma teoria da compatibilidade entre neoliberalismo e autoritarismo, focada no estudo específico da direita “plural” brasileira, reunida em torno da tensão liberalismo-autoritarismo, é preciso em via preliminar definir, embora essencialmente, o que entendemos por “neoliberalismo” e quais suas aproximações e diferenças com o liberalismo clássico, uma vez que o neoliberalismo é utilizado para definir um amplo espectro de experiências, gerando também muitos desentendimentos, sobretudo a respeito da sua relação com o liberalismo.

Por um lado, não há como negar as profundas diferenças entre liberalismo e neoliberalismo. Diante do rumo economicista que o neoliberalismo está tomando desde a década de 1960 do século XX, muitos pensadores liberais se concentram mais sobre o tema político-jurídico da justiça, revertendo a relação tradicional de subordinação que ela tem com a liberdade e colocando-a no foco do liberalismo político.

Porém, e para fins de nossa análise, é mais profícuo focar sobre as aproximações entre liberalismo e neoliberalismo. Do ponto de vista das ideias, o neoliberalismo – bem como todas as doutrinas que pretendem se apresentar como “novas” – se caracteriza por um resgate em um contexto diferente de uma matriz liberal originária comum (mercado livre, empresa livre, trabalho livre, eficiência, bem-estar e felicidade coletiva etc.), que nunca realizou-se plenamente - nem no século XIX, ápice do liberalismo -, dado que a partir do 1870 as relações internacionais tomaram o rumo do protecionismo, e que a reconstrução após a Segunda Guerra Mundial foi atuada com base na teoria keynesiana de apoio ao gasto público e aos investimentos nas infraestruturas. Nesta perspectiva, não há conflito teórico entre liberalismo e neoliberalismo a respeito da mesma raiz comum e dos fins a serem alcançados.

Nem o caminho metodológico do liberalismo e do neoliberalismo é muito diferente. Se no liberalismo “clássico” há uma preocupação em recompor a ruptura epistemológica entre a “ciência positiva”, preocupada em sistematizar o que “*positum*” é na realidade, e uma “ciência normativa” criadora de um sistema de regras para alcançar um determinado fim, o neoliberalismo compartilha a mesma preocupação no seu método de investigação da economia. Neste horizonte, Milton Friedman, na década de 1950, afirmava que as conclusões da economia positiva são de fundamental relevância para importantes problemas normativos (1953). O papel da economia “positiva” é de apresentar um conjunto de generalizações a serem utilizadas para fazer previsões corretas sobre as consequências de uma eventual mudança das circunstâncias. Friedman manifesta uma postura realista nas questões da ética. Uma desconfiança nas capacidades do processo deliberativo e normativo no esforço de achar uma raiz comum objetiva capaz de levar todos os indivíduos para a uniformidade.

Tentando exemplificar estas ideias no caminho do liberalismo ao neoliberalismo, é necessário destacar a aproximação entre o liberalismo clássico de Benedetto Croce e o neoliberalismo de Von Hayek ou de Milton Friedman. Se no pensamento de Croce, a análise “positiva” da realidade após a Primeira Guerra Mundial levava a teorizar que o fascismo poderia ser um “parêntese” aceitável, desde que ele cumprisse o papel de criar as condições de reconduzir a crise da sociedade liberal no caminho certo do progresso civilizatório liberal (CROCE, 1973), diante o avanço ameaçador do comunismo totalitário; da mesma forma, Von Hayek no seu clássico *The Road to Serfdom*, obra escrita durante a Segunda Guerra Mundial, constrói sobre a ciência “positiva” a sua proposta político-normativa.

Se os regimes totalitários (fascismo e comunismo) são os principais inimigos do liberalismo, se a socialdemocracia é - na visão de Von Hayek - “precária e instável”, o autoritarismo se apresenta como a melhor solução “instrumental” para garantir a liberdade econômico-política. E na mesma perspectiva, Milton Friedman (1953) teoriza que se o objetivo final do neoliberalismo é a realização da sociedade de mercado, e o modelo institucional é apenas um instrumento para alcançar este objetivo, segue-se que uma ditadura “transitória” (Pinochet no Chile) se torna perfeitamente compatível com o liberalismo, uma vez que o *Welfare State* democrático, de matriz keynesiana, é totalmente inconciliável com a teoria da estabilidade econômico-monetária da Escola de Chicago, e o comunismo soviético é - nesta visão - o regime totalitário mais opressivo da história da humanidade, até mais que o nazifascismo.

Como veremos ao longo do trabalho, o pensamento de Oliveira Vianna, moldado no positivismo castilhisto, antecipa a teoria liberal da “ditadura autoritária”

como “parêntese”, antes das formulações mais rigorosas de Von Hayek e Friedman. Já na primeira grande obra *Populações Meridionais do Brasil* (1987) não haveria então incompatibilidade entre liberalismo e autoritarismo, desde que o autoritarismo fosse pensado como um “instrumento transitório” para dar estrutura, educação e consciência coletiva à sociedade brasileira, de modo tal que ela pudesse apoiar a introdução de instituições genuinamente liberais no Brasil, como o mesmo Vianna esclarece desde sua primeira obra:

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo (VIANNA, 1987, p. 275-276).

As raízes da direita brasileira contemporânea: liberalismo, conservadorismo e autoritarismo

Entender as configurações ideológico-políticas da direita no Brasil requer uma perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na própria estrutura econômico-social colonial do país, consolidada em torno da ascensão ao poder de uma elite de proprietários e comerciantes, depositários de uma tradição patrimonialista e oligárquica herdada da dominação portuguesa, articuladores de um mecanismo de cooptação das clientelas ligado à economia agroexportadora e aos defensores da propriedade da terra e da escravidão.

A combinação de liberalismo e escravidão só pode aparentemente parecer uma contradição. Um olhar mais profundo mostra, porém, que na sociedade pós-colonial brasileira o liberalismo não tomou a forma do pacto da tradição política moderna, nem se associou à ética burguesa da livre iniciativa (BOSI, 1992).

Se por um lado, o liberalismo “heroico” das origens se afirmou como a ideologia da independência, por outro lado - observa Alfredo Bosi - o conceito de liberal, consolidada a independência, logo assumiu o significado de “conservador de um complexo de liberdade”, desde a iniciativa econômica gratuita, passando pelo direito de voto baseado no censo até a liberdade de ter trabalhadores escravos em regime de coerção legal (BOSI, 1992, p. 199-200).

Não houve, portanto, nenhuma incompatibilidade entre ser liberal e ser dono de escravos, dada a ausência de uma relação necessária entre o liberalismo e a abo-

lição da escravidão. Os ideais burgueses, liberais e republicanos ficaram no nível da “consciência possível” (FAORO, 1994), sendo assim rapidamente sufocados por um autoritarismo clânico-oligárquico, de cunho hierárquico, e baseado em laços de fidelidade material e simbólica a uma elite homogênea, defensora do centralismo estadual, como pode se observar no sistema político imperial, ratificado pela constituição de 1824 e pela criação dos dois grandes partidos - o liberal e o conservador - que, além de algumas diferenças ideológicas, representavam os interesses de grupos sociais similares (CARVALHO, 1981).

A conciliação entre liberalismo e conservadorismo encontrava seu momento de expressão máxima no modelo de Estado “Saquarema” (LYNCH, 2010), representado pelos grandes teóricos do Estado imperial centralizador, eficiente e criador do povo brasileiro, dentre as quais se destaca a figura do Visconde do Uruguai (CARVALHO, 2003). Entre a proclamação da Primeira República e a Revolução de 1930, época rica em novas expressões em todos os campos (o modernismo no campo artístico, por exemplo), vão se estruturando as configurações ideológicas e políticas da direita brasileira. De acordo com o historiador José Luís Bendicho Beired, a análise da formação de um pensamento de direita nos sugere pensá-la como um “campo” de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas que vão desde questões de longo prazo do pensamento brasileiro (a ausência de uma consciência nacional e a centralidade do Estado na criação da sociedade) até os desafios da modernização, ligada à crise do modelo agroexportador no contexto mais amplo da crise do Estado liberal, pensado como inadequado a soldar o país legal das elites com o país real da pobreza e do atraso (BEIRED, 1999).

Entre a década de 1920 e a “Era Vargas”, a direita “plural” brasileira se articula em três linhagens ideológicas e políticas principais: o nacional-autoritarismo *cientificista*, herdeiro da tradição positivista brasileira; a direita católica; a direita fascista, representada pelo integralismo, que de acordo com uma análise consolidada seria o movimento ideológico e político mais próximo ao fascismo europeu (TRINDADE, 1974).

Embora caracterizadas por um conjunto diferenciado de reflexões teóricas e políticas (o autoritarismo como manifestação dos interesses das classes dominantes ou como resposta elitista à desarticulação da sociedade civil, a mobilização católico-fundamentalista das massas), as três correntes da direita brasileira, entre a segunda metade dos anos 1920 e os 1930, vieram a compartilhar a visão “normativa” do Estado autoritário, pensado como a única maneira de corrigir os desequilíbrios de longo prazo do Brasil. Como observa Bolívar Lamounier, a “ideologia do Estado autoritário brasileiro” não era uma mera cópia do fascismo europeu, dado que foi alimentada desde o início do século XX por uma síntese entre o pensamento

conservador brasileiro do século XIX e uma bagagem de ideias “profascistas” que há muito tempo estavam circulando no Brasil: do autoritarismo ao corporativismo, do antiliberalismo ao antissocialismo, ao centralismo e ao nacionalismo (LAMOUNIER, 1977).

Assim, no Brasil, entre as duas guerras mundiais não se configura uma relação necessária entre modernização e Estado autoritário, embora o próprio Getúlio Vargas e os próprios colaboradores da “Revolução de 1930” nunca tenham feito segredo sobre terem sido inspirados pelas ideias de Alberto Torres ou de Oliveira Vianna. Mas é preciso pensar a época varguista como um “campo aberto” de propostas, caracterizadas pela tensão liberalismo-autoritarismo. Conforme destacado por Ângela de Castro Gomes, na década de 1930, houve várias propostas em confronto sobre a relação Estado-mercado-indivíduo (GOMES, 2003), algumas das quais suportadas por uma ideologia nacionalista e autoritária, mas também outras que afirmavam uma perspectiva essencialmente liberal, refletindo a complexidade do campo intelectual da época (CORREA, 2016).

A tensão liberalismo-autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna

Para tentar abordar a tensão permanente entre autoritarismo e liberalismo, que acompanha toda a trajetória da direita brasileira, precisamos utilizar o conceito de “autoritarismo instrumental” em uma nova perspectiva analítica (GENTILE, 2018). Teorizado pelo cientista brasileiro W. G. dos Santos na década de 1970, o “autoritarismo instrumental” tornou-se, desde aquela época, uma categoria fundamental do pensamento político-social brasileiro (SANTOS, 1978).

Visando diferenciar o autoritarismo de Oliveira Vianna das outras famílias do pensamento autoritário brasileiro (o integralismo, o catolicismo e o tenentismo), o cientista político elabora um conceito capaz de dar conta do sentido mais profundo do pensamento do sociólogo, ideólogo do Estado autoritário e consultor jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930. Nesta perspectiva, o “autoritarismo instrumental” é pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento da sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil. É uma explicação parcialmente satisfatória.

O “autoritarismo instrumental” formulado por Santos a partir de uma hipótese de convivência ambígua entre autoritarismo e liberalismo não explica de forma adequada as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação na legislação trabalhista brasileira do modelo fascista corporativista, de cunho totalitá-

rio. Em outras palavras, a questão central é como foi possível no pensamento de Oliveira Vianna adaptar para a sociedade brasileira o Estado corporativo, pensado como o melhor e mais moderno “instrumento” na época entre as duas guerras mundiais para pôr ordem na crise do Estado liberal, sem necessariamente cair na teoria da “ditadura permanente” do totalitarismo fascista.

Para que o conceito ainda mantenha o seu fecundo potencial analítico na área dos estudos e das reflexões sobre o autoritarismo e a direita brasileira é preciso fundamentá-lo com novos elementos teóricos, devendo ser repensado tendo em vista mais dois fatores: o autoritarismo se caracteriza como “instrumental” para uma futura sociedade liberal não apenas porque, como observa Murilo de Carvalho, “Oliveira Vianna absorveu muitos temas do liberalismo conservador do Império” (CARVALHO, 1993, p. 22), mantendo de qualquer forma um diálogo sempre aberto com o liberalismo. Mas, sobretudo, porque busca a sua legitimidade no afastamento do Estado totalitário (fascista ou comunista) europeu, caracterizado por uma visão teleológica do Estado, pelo antiliberalismo radical e pela simbiose partido único-Estado.

Uma vez afastado do totalitarismo, o “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do País, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório, ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura varguista de se abrir para uma sociedade liberal, enquanto no caso europeu não é possível alguma compatibilidade entre liberalismo e totalitarismo.

Esta tensão permanente entre autoritarismo e liberalismo na década de 1930 ajuda também a ditadura varguista a se manter estável e longamente no poder. No pensamento nacional-autoritário brasileiro, o autoritarismo se vincula à teoria do “desenvolvimento tardio” em sua variante nacionalista, segundo a qual alguns países da “periferia” do capitalismo privilegiaram o Estado autoritário como centro organizador da nação em todos os seus aspectos, tendo em vista superar o atraso e cortar a dependência dos países mais desenvolvidos.

Embora o pensamento econômico teórico desenvolvimentista *stricto sensu*, articulado em torno de um conjunto de propostas a serem implementadas mediante políticas públicas, consolidou-se nas décadas de 1950 e 1960, tendo como sua referência a Cepal, centro catalizador e difusor das teorias elaboradas por Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros, o desenvolvimentismo tem uma longa tradição ideológico-política, abrangendo não apenas escolas econômicas, mas também autores e correntes voltados para o estudo das sociedades pós-coloniais subdesenvolvidas.

No caso brasileiro, basta pensar nos primeiros teóricos da organização nacional da questão social brasileira na segunda metade do século XIX, tais como Silvio Romero e Alberto Torres, precursores de um pensamento nacional-desenvolvimentista que se tornou um projeto material de políticas polarizadas em torno do Estado interventor. De acordo com Ricardo Bielschowsky, é legítimo então pensar o desenvolvimentismo como um ciclo que inicia com a “Era Vargas” e chega até o 1964, tendo como seu foco a ideologia da transformação da sociedade brasileira por meio da industrialização, do planejamento e dos investimentos, embora não haja na época varguista uma teoria econômica desenvolvimentista “científica” (BIELSCHOWSKY, 1988).

Na luz destas considerações, podemos dizer que o autoritarismo de O. Vianna é “instrumental” não apenas porque é “transitório”, visando construir as condições estruturais para uma democracia liberal, mas sobretudo porque é o mais “adequado” para misturar alguns elementos totalitários de matriz europeia com o liberalismo. Esse “ecletismo” manifesta-se claramente no processo de apropriação criativa que Oliveira Vianna faz dos modelos econômicos, políticos e sociais mais modernos da época, compatibilizando-os com a realidade brasileira. Isso explicaria porque nos anos 1930 os teóricos autoritários se apropriam do modelo corporativo fascista para industrializar o país, mas também ajuda a entender porque nos anos 1960 uma das vertentes mais importantes do autoritarismo procura compatibilizar ditadura autoritária, totalitarismo e neoliberalismo, como mostram as trajetórias dos economistas Eugênio Gudín e Roberto Campos.

Ademais, não foi à toa que o general Golbery do Couto e Silva utilizou Oliveira Vianna como grande referência no seu trabalho sobre a geopolítica do Brasil, um dos documentos fundamentais da Doutrina da Segurança Nacional (SILVA, 1981; TREVISAN, 1985). E, indo mais à frente, o “ecletismo” econômico e político-social brasileiro, visando dar prioridade ao desenvolvimento do país, pode até explicar porque o processo de redemocratização da década de 1980 deixa a ambígua convivência entre os princípios básicos da liberal-democracia e a estrutura sindical-corporativa de cunho fascista, herança do autoritarismo varguista, incorporada à ditadura militar.

As décadas de 1950 e 1960: direita, neoliberalismo e ditadura “provisória”

Seguindo a nossa análise, a época que vai da democracia populista até a ditadura militar (1945-1964) se apresenta como o laboratório da tensão liberalismo-auto-

ritarismo, além de antecipar uma das tendências atuais da globalização, quer dizer, a aliança entre o neoliberalismo e a direita nacionalista.

A recusa do estado totalitário, nazifascista ou comunista abre um espaço de reflexão sobre o conservadorismo de tradição anglo-americana, também sob o efeito da diáspora de muitos intelectuais europeus fugitivos da Alemanha para os centros universitários dos EUA. É uma geração (Hannah Arendt, Leo Strauss etc.) que assume a experiência dos Estados nazistas e estalinistas dentro da mesma categoria de totalitarismo, apagando todas as diferenças histórico-genéticas, ideológicas e econômicas entre os dois modelos. Diante da tragédia das duas experiências totalitárias, o pensamento liberal conservador defende os valores do liberalismo político-econômico, seguindo duas vertentes: o conservadorismo liberal-constitucional (Michael Oakeshott), que recusa o racionalismo universalista e o coletivismo. Argumenta que a política serve apenas para manter um sistema de normas no qual o indivíduo é livre para buscar seus objetivos, ao passo que o governo pode até ter um papel econômico-social, porém não pode, de forma alguma, mexer na estabilidade monetária do país (HAYEK, 1944); e, sobretudo, a escola econômica da nova direita (Hayek), cujo argumento central é que uma sociedade livre necessita de um livre mercado, ou, em outras palavras, a política “limitada” do pensamento conservador é possível apenas num sistema capitalista (OAKESHOTT, 1962).

As novas direitas anglo-americanas foram bastante utilizadas pela direita brasileira após a Segunda Guerra Mundial. É o caso de Roberto Campos, discípulo de Hayek. De acordo com Héliog Trindade, a época que vai da “redemocratização” sob a égide do populismo varguista até o golpe militar de 1964 reflete a persistência de um “hibridismo” brasileiro, combinando formas de pensamento liberal com práticas autoritárias e corporativistas, de cunho fascista (TRINDADE, 1985). É um ponto crucial para entender as relações de continuidade entre a primeira geração de pensadores autoritários (Torres, Vianna, Amaral, Campos) e a segunda geração, representada, sobretudo, pelos economistas Roberto Campos e Eugênio Gudin, dois dos principais teóricos e colaboradores da ditadura militar.

Compartilhamos o argumento central do cientista político Ricardo Silva. O elemento comum para as duas gerações pode se encontrar na defesa de uma “ideologia do Estado autoritário”, organizada em torno de um conjunto de argumentos em favor da implantação do Estado autoritário como remédio aos males do país (SILVA, 2004). Segundo Silva, no caso de Campos e Gudin trata-se de uma atualização, em um contexto histórico diferente, dos argumentos elaborados pelos teóricos do Estado Novo. Se na visão dos principais teóricos da “ideologia do Estado autoritário”, o modelo autoritário varguista foi apresentado como o mais “adequado” naquele momento para a realidade social brasileira, Campos e Gudin, com diferentes

modalidades, voltaram a defender o argumento do autoritarismo como o melhor “instrumento” para alcançar uma sociedade liberal (CAMPOS, 1963). De forma específica, Campos, economista “ecclético” e expoente da “ala direita” do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 124-126), retomando as ideias dos autoritários da década de 1930, configura uma ditadura autoritária “provisória” consistindo numa primazia do poder executivo, dominado pelos militares e pelos tecnocratas, únicos depositários do “bem” e do “racional”, com base na “incapacidade” do povo brasileiro em ter instituições democrático-liberais, de acordo com a teoria do “autoritarismo instrumental”, de matriz cientificista e positivista.

Trata-se de uma reformulação, em um contexto diferente, da ideologia do militar-político, que veio sendo elaborada durante a Era Vargas diante da ineficiência das elites políticas da época liberal e da suposta fragmentação do povo brasileiro. Formulada claramente pelo general Góes Monteiro, em *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* (1934), se torna um argumento fundamental para o golpe de 1964, que busca a legitimidade ideológica da intervenção militar na política na doutrina da “segurança nacional”, bem como na reelaboração do argumento do “perigo comunista”, em continuidade com o anticomunismo varguista fixado na Lei da Segurança Nacional, reproduzindo o discurso ideológico-simbólico “amigo-inimigo” (SCHMITT, 1921), típico dos regimes totalitários e autoritários. É o novo papel das forças armadas no processo político brasileiro.

O Estado autoritário em Campos e Gudin tem como seu pressuposto teórico fundamental a adesão à escola monetarista, na desconfiança, compartilhada pela maioria dos teóricos da estabilidade monetária, nas teses do estruturalismo e na visão de que a democracia não é o melhor regime para programar políticas econômicas de cunho liberal. Nessa postura teórica há uma clara antecipação da aliança entre neoliberalismo e direita. Se no pensamento de M. Friedman e da *Chicago School of Economics* o capitalismo de livre mercado é o único sistema possível, dado o fracasso dos modelos totalitários de direita e de esquerda, e, portanto, para proporcionar riqueza não pode se apoiar a nenhum princípio moral ou político humano, a democracia ou a ditadura se tornam perfeitamente compatíveis com ele, desde que garantam “pragmaticamente” a livre circulação transnacional de capitais financeiros, sem fazer alguma diferença entre graus diferentes de desenvolvimento dos países.

Da mesma forma, no pensamento da direita economicista brasileira das décadas de 1950 e 1960, configura-se uma aliança “ecclética” e pragmática entre neoliberalismo ortodoxo, planejamento econômico “racional” e ditadura, antecipando a experiência do Chile de Pinochet e também, de certa forma, as políticas neoliberais da década de 1980 na Inglaterra e o no EUA. Nesta visão, a ditadura militar,

por sua vez, embora mais repressiva no plano político-social, amplia o campo das possibilidades de desenvolvimento econômico do país, pois recupera, atualizando-a, a ideologia do Estado autoritário numa visão mais “ecletica” ou “pragmática”, que, mesmo privilegiando o estatismo autoritário como via ao desenvolvimento brasileiro, devido também à formação dos militares no poder, não exclui aprioristicamente a compatibilidade de intervencionismo e corporativismo estatal dos anos 1930, estruturalismo dos anos 1950 e neoliberalismo.

A tensão liberalismo-autoritarismo como elemento aglutinador da nova direita “plural” brasileira

Sem pretensão alguma de fazer a história das vertentes ideológicas e políticas que se encontram na direita brasileira, o objetivo deste trabalho foi fornecer algumas trilhas teóricas e metodológicas para entender o crescimento rápido na atual conjuntura brasileira da “nova direita” - um movimento heterogêneo “plural” que não compartilha uma única doutrina -, destacando como as várias tendências que conformam a direita, mesmo reivindicando orgulhosamente a própria especificidade, se caracterizam pela confluência no neoliberalismo, desde a segunda metade da década de 1980.

A hipótese apresentada ao longo do trabalho é a de que nas raízes desta confluência há uma tensão liberalismo-autoritarismo que marca toda a história da direita brasileira, desde as origens da formação de um pensamento autoritário na Primeira República, passando pela “Era Vargas” e pela ditadura militar e chegando até a redemocratização de 1988.

Para sustentar a nossa hipótese, foi necessário analisar as aproximações entre o liberalismo e o neoliberalismo, apontando que em ambos há uma convergência sobre a ideia de que a sociedade de mercado pode ser alcançada plenamente também mediante um regime autoritário “instrumental”, dado o fracasso da socialdemocracia, de matriz keynesiana nos últimos trinta anos. Temos argumentado que o “ecletismo” de Oliveira Vianna no campo sociológico e aquele de Roberto Campos no campo econômico se encontram perfeitamente nesta compatibilidade entre liberalismo e autoritarismo - traço permanente do pensamento, bem como da própria estrutura do Estado brasileiro -, antecipando as teorias do neoliberalismo na década de 1960 e seu apoio à ditadura militar no Chile.

Trata-se agora de fazer algumas considerações finais sobre a tensão liberalismo-autoritarismo como elemento aglutinador da nova direita “plural” brasileira. Por um lado, a nova direita aceita os princípios do liberalismo e da democracia, dado que

se apresenta às eleições para ganhar o consenso, por outro lado ela é “herdeira da Arena e depois do PDS, partidos de sustentação política do regime ditatorial” (CO-DATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 116).

Enquanto os movimentos da direita, logo no início da redemocratização da década de 1980, eram marcados pela manutenção da estrutura sindical-corporativista da Era Vargas, de cunho fascista (GENTILE, 2014), bem como pelo apoio à ditadura (KAYSEL, 2015, p. 68), a nova direita, já durante a fase constituinte, combinava medidas institucionais de cunho autoritário e neocorporativista com o engajamento em políticas neoliberais, introduzidas no Brasil graças aos grandes empresários brasileiros vinculados à rede internacional de “*Think tanks*, fundações e organizações neoliberais estrangeiras [...], como o Liberty Fund, a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise” (GROS, 2004, p. 145).

Nas manifestações antipetistas e a favor do *impeachment*, as organizações neoliberais contribuíram para a construção do discurso de ódio e de “normalização” do nazifascismo na história brasileira (SOLANO GALLEGO, 2018), bem como pela intolerância da “atual cosmovisão da direita no Brasil, compreendida como um universo multidimensional, o qual abarca diferentes tonalidades ideológicas e emissões discursivas” (MESSENERG, 2017, p. 633).

Os grupos organizados protagonistas das manifestações de Junho de 2013 (Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, MBL e também o neofascismo dos Carecas do ABC) se organizaram em torno de uma plataforma ideológico-política comum, indo do antipetismo ao antibolivarianismo, renovação ideológica do anticomunismo da década de 1950, passando pela antipolítica e pelo conservadorismo moral (família tradicional, patriotismo, combate à criminalidade, oposição às cotas raciais) - reformulação nesta nova conjuntura da lógica de inclusão-exclusão dos regimes autoritários -, até os argumentos tradicionais do neoliberalismo (Estado mínimo, sociedade de mercado, liberdade de empresa, fim do estado social) (MESSENERG, 2017, p. 633).

Se focarmos também a atenção na frente nacionalista e fascista, é possível ver esta tensão liberalismo-autoritarismo como traço marcante da nova direita brasileira. Amparado no pensamento do guru da nova direita brasileira, Olavo de Carvalho, o discurso de Jair Bolsonaro mistura o autoritarismo da ditadura militar com os tópicos do neoliberalismo na economia do Instituto Mises Brasil e não parece estar em conflito com as posições neofascistas de Levy Fidelix e do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB (CALDEIRA NETO, 2016). Da mesma forma, os movimentos pentecostais e neopentecostais estão se expandindo

mediante uma tendência a amalgamar princípios do neoliberalismo com a recusa moral dos avanços nos direitos de gênero (ALMEIDA, 2017).

Considerações finais

Na nossa perspectiva crítica, trata-se de considerar o legado das experiências autoritárias como fixação de aspectos que se tornaram perenes e que estão inseridos na própria redemocratização pós-ditadura, de acordo com um processo que alguns cientistas sociais chamam de “hibridismo” da “semidemocracia” brasileira, caracterizada por uma convivência ambígua de novos elementos democráticos e permanências autoritárias (MAINWARING, 2001).

Voltar a refletir sobre tópicos de longo prazo, quais sejam, a “ditadura republicana” de matriz positivista, a “ideologia do Estado autoritário”, o “autoritarismo instrumental” e o hibridismo de lógica liberal e práxis autoritária, ou sobre a coexistência de um ideário neoliberal, difundido desde a década de 1980 no Brasil e na América Latina por institutos liberais a serviço da burguesia brasileira junto com o legado da Era Vargas – sindicato corporativo e formação de uma “cidadania regulada” pelo alto, concedendo previamente direitos sociais -, cujo modelo nacional-autoritário é incorporado ao processo de militarização do Estado e da sociedade civil brasileira nas décadas de 1960 e 1970, é fundamental para a compreensão tanto da tensão liberalismo-autoritarismo que permeia a ideologia da direita brasileira contemporânea, uma mistura de princípios neoliberais e defesa de retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, quanto também o papel estratégico por ela exercido no contexto mais amplo da “pós-democracia”, marcada pelos *lobbies* multinacionais, pelas mídias e por novas formas de poder oligárquico.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. “A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, n.50, p. 1-27, 2017.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BENOIST, Alain De. **Les idées à l’endroit**. Paris: Éditions Libres/Hallier, 1979.

BEIRED, José B. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1988.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Schwarz, 1992.

CALDIRON, Guido. **La destra plurale**. Roma: Manifestolibri, 2001.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil”. **Faces de Clio. Revista do programa de pós graduação em história - Ufjf**, vol. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.

CAMPOS, Roberto. **EconomiaWWW, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Apec, 1963.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. *In*: RUGAI, Elide Bastos; MORAES, João Q. (Org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 13-43.

CARVALHO, José Murilo de. **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CASIMIRO Calheiros, Flavio Henrique. **A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.

CORREA, Maria Letícia. “Intelectuais, imprensa e conformação de um campo de debates sobre temas econômicos no Brasil (1930-1945)”. *In*: **Memórias Congresso Internacional de História “La modernidad en question”**. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2016, p. 955-966.

CROCE, Benedetto. **Scritti e discorsi politici (1943-1947)**. Roma-Bari: Laterza, 1973.

CROUCH, Colin. **Post Democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.

FAORO, Raimundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

FRIEDMAN, Milton. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History and the last man**. New York: Mac Millan, 1992.

GENTILE, Emilio. **Le origini dell'ideologia fascista**. Bolonha: Il Mulino, 1975.

GENTILE, Fabio. **La rinascita della destra**. Napoli: ESI, 2013.

GENTILE, Fabio. “O fascismo como modelo: incorporação da “carta del lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930”. **Mediações**, v.19, n.1, p. 84-101, 2014.

GENTILE, Fabio. “A apropriação do corporativismo fascista no autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna”. **Política hoje**, v. 27, p. 27-46, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940”. In: RUGAI, Elide Bastos (Org.). **Intelectuais, sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 112-145.

GROS, Denise. “Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n.54, p. 143-159, fev./2004.

HAYEK, Friedrich A. von. **The Road to Serfdom**. London: Routledge, 1944.

HAYEK, Friedrich A. von. **The Constitution of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

IGNAZI, Piero. **Il Polo escluso. Profilo del MSI**. Bolonha: Il Mulino, 1989.

JESI, Furio. **Cultura della destra**. Milão: Garzanti, 1979.

KAYSEL, André. “Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.

LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Vol. 2, Tomo III. São Paulo: Difel, 1977, p. 342-374.

LEÃO, Andrea Borges. “José Mauro de Vasconcelos: o intérprete e as traduções do Brasil”. **Revista Política e Sociedade**, v. 17, p. 1-50, 2018.

LYNCH, Edward C. “O pensamento conservador saquarema”. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Org.). **Revisão do pensamento conservador**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p. 25-54.

MAINWARING, Scott (Org.). “Classificando regimes políticos na América latina, 1945-1999”. **Dados — Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.

MESSEMBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. **Revista Sociedade e Estado**, Vol.32, n 3, p. 621-647, 2017.

MONTEIRO, Pedro A. de Góes. **A revolução de 30 a finalidade política do exército**. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934.

OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in Politics**. London: Methuen, 1962.

PARLATO, Giuseppe. **Fascisti senza Mussolini. Le origini del neofascismo in Italia, 1943- 1948**. Bolonha: Il Mulino, 2006.

PIERUCCI, Antonio Flavio. “Ciladas da diferença”. **Tempo Social**, v.2, n.2, p. 7-37, 1990.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHMITT, Carl. Die Diktatur. **Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf**. Berlin: Duncker & Humblot, 1921.

SEGREGA, Francisco López. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso dela nueva derecha**. Buenos Aires: Clacso, 2016.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004.

SOLANO GALLEGU, Esther (Org.). **O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

STERNHELL, Zeev. **Naissance de l'idéologie fasciste**. Paris: Librairie Arthème Fayard. 1989.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de Trinta**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

TRINDADE, Héglio. “Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945)”. In: ROUQUIÉ, Alain *et al.* **Assim renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46-72.

VIANNA, Francisco José Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead



Mauro Luiz Barbosa Marques¹

Distopia, mas nem tanto

Em 1985, refletindo o contexto estadunidense de forte ascensão libero conservadora em tempos de governo Reagan, Margaret Atwood escreveu “O Conto da Aia” (*The handmaid’s tale*). Alcançou grande sucesso e prêmios da área literária, tendo sua obra adaptada para óperas e um filme sem tanto destaque, em 1990. Recentemente, em 2017, o livro é readaptado para uma série homônima produzida pela plataforma de streaming *Hulu*. Mais uma vez se revela um grande sucesso de público e audiência, naturalmente embalado por uma nova e intensa retomada no contexto internacional e estadunidense dos valores conservadores.

Na década de 1980, ao escrever seu livro, Atwood captou elementos sensíveis da política interna dos EUA daquele momento: a denominada “Era Reagan” se consolidava como uma espécie de “*antinewdeal*” a partir do desmonte de determinadas ações e regulações estatais fruto dos anos anteriores marcados por certa expansão no pós-guerra. Vale ressaltar que os Democratas, no governo Carter, iniciaram a seu tempo uma série de desregulamentações, abrindo caminho para, no período Reagan, ocorrer o aprofundamento do chamado modelo neoliberal.

Reagan é eleito em 1980, mas nos anos anteriores os valores e políticas que o sustentaram se constituíram e ganharam escopo. Nos anos 1970 foi ampliada a visibilidade de movimentos contrários à ampliação dos direitos civis, reativos aos movimentos sociais e identitários em franca ascensão. Assim, nas ruas e nos tribunais foram questionadas ações afirmativas, cotas para negros e negras, bem como avanços nos direitos femininos.

1 Doutor em História, professor no IFPE, Campus Belo Jardim. Bolsista da Propesq/IFPE, e-mail: mauro.238@hotmail.com.

Foi emblemático o movimento *STOP ERA (Equal Rights Amendment)*, liderado por Phyllis Schlafly. Segundo Power, tal militantismo à direita nos EUA daquele período tinha nas experiências sul-americanas (especialmente brasileira e chilena) referência, o que demonstra o caráter internacional da corrente política:

Em 1977, quando o repúdio mundial ao regime Pinochet era generalizado, Schlafly elogiou o sucesso do governo militar na troca do preso, líder do partido comunista do Chile, Luis Corvalán, pelo dissidente Vladimir Bukovsky, da União Soviética. No mesmo artigo, ela criticou o governo Allende como um “desastre”, elogiou o regime militar por pilotar a “recuperação” do Chile e exaltou as “mulheres que iniciaram a derrubada de Allende”. “Em 3 de dezembro de 1973, [a marcha ocorreu a 01 de dezembro de 1971], elas protagonizaram uma demonstração impressionante, chamada de Marcha das Panelas Vazias. Milhares de mulheres marcharam pelas ruas de Santiago batendo com colheres em suas panelas e frigideiras vazias” (POWER, 2014, p. 81-82).

Schlafly foi a liderança feminina oponente à chamada Emenda dos Direitos Iguais (ERA). Priorizou argumentos que, segundo boa parte dos analistas, levou a não aprovação do projeto, pois eram necessários 38 estados favoráveis, após a aprovação no Congresso Nacional em 1972. Entre outras coisas, o movimento *STOP ERA* argumentou que a igualdade pretendida pararia com os privilégios femininos, como ser esposa dependente, ter previdência especial, usar banheiros separados e até mesmo não cumprir o serviço militar. Após forte polarização, a emenda foi derrotada.

O ativismo à direita, espalhado pelo continente, não se resumiu ao tema acima. Cada vez mais segmentos combatiam os resquícios do *New Deal* sob a perspectiva conservadora e liberal.² Tais forças se colocavam como alternativa e acreditavam ser a mudança em contraposição aos antigos princípios políticos e econômicos. Assim, a direita Republicana conseguiu unificar o partido em torno de Ronald Reagan, um ator de filmes de faroeste em *Hollywood*.

2 O *New Deal* foi influenciado pela teoria econômica de *John Maynard Keynes* e era baseado na mediação econômica do Estado para garantir o bem-estar da população, distinto das raízes conceituais liberais. Tal plano surgiu em momento de grave crise nos anos 1930 e buscava a geração de empregos através da articulação de investimentos estatais e privados. Os sindicatos eram agentes deste processo, na perspectiva da redução dos conflitos de classe, algo nem sempre alcançado. O relativo êxito do projeto revigorou ao menos em parte o capitalismo estadunidense e isolou política e economicamente as ideias liberais extremas ou neoliberais naquele momento. Geralmente, o *New Deal* é vinculado ao *welfare State*, políticas de bem-estar social, também presentes na Europa, com forte presença do Estado, que garantia uma distribuição menos desigual de renda e criava infraestruturas necessárias a uma vida digna para boa parte população (ver PURDY, 2008).

Ainda nos anos 70, Weyrich e Feulner fundaram um novo *think tank*, a Fundação *Heritage*, importante difusor dos valores conservadores e de livre mercado. Ainda, o *Wall Street Journal* tornou-se porta-voz do neoliberalismo, ampliando sua propaganda e afirmação. As forças neoconservadoras tornaram-se expoentes e, na ausência de uma alternativa distinta, ocuparam o espaço político buscando cumprir o papel de protagonistas da mudança, da novidade.

Reagan e seus partidários sugeriam que havia uma contradição entre liberdade e igualdade. Os programas sociais traziam uniformidade, eram injustos, bem como a igualdade plena “seria economicamente contraproducente, politicamente perigosa e um apelo a demagogia”. Com tal conceito, a prioridade central de Reagan passou a ser o controle da inflação e a resolução do conflito distributivo e de poder interno a favor das classes proprietárias, via favorecimentos visando acúmulo de capital. “No plano externo, [...] se tentava derrotar de vez a União Soviética”, este era o inimigo externo, a ameaça constante presente na propaganda conservadora (MELLO FILHO, 2011, p. 70-71).

Entre outras figuras, destaca-se Russel Kirk: ideólogo que chegou a ser agraciado com a medalha da ordem de mérito da presidência por serviços prestados aos EUA, elevadíssima condecoração, oferecida na gestão Reagan. Na ocasião, o presidente teria afirmado, ainda, que Kirk influenciara toda uma geração com seus valores conservadores, sendo uma espécie de profeta das tradições estadunidenses.

Tais valores estão sintetizados no famoso texto *Política da Prudência*, publicado na língua inglesa no ano de 1993, no qual Russel elenca os dez princípios conservadores fundamentais que devem ser observados, segundo ele. A moral deve ser duradoura, a pessoa conservadora deve aderir ao costume e à continuidade. Reformas geralmente não são bem vistas e a vida tradicional impede o “igualitarismo entorpecente dos sistemas radicais”. É preciso preservar a ordem e a divisão social em classes, assim como o direito inalienável à propriedade, esta combinada à ideia de liberdade. Ainda, o conservador deve crer numa ordem transcendente e em leis naturais. A nostalgia do passado deve ser valorizada e a força da fé no Juízo Final, citado como exemplo de momento de igualdade para todos.³

A política, segundo Kirk, tinha o papel de “regenerar o espírito e o caráter dos cidadãos”, o que se daria a partir do entendimento e da sanção religiosa basilar para a vida sustentada nos princípios acima descritos (BIANCHI, 2015, p. 252-253). Tais valores se difundiram na sociedade estadunidense no período analisado e resgatavam o estilo de ser da nação, em certo sentido, enaltecendo costumes e valores da antiga vida colonial, mantidos na longa duração.

3 Disponível em: <http://manifestoconservador.blogspot.com/2005/09/dez-principios-conservadores.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Adaptados aos anos 1970/1980 e aplicados no poder da presidência da República, tais concepções se aliaram no campo econômico à perspectiva ortodoxa neoliberal, firmemente aplicada na economia. O elemento moral e dos costumes passa a ter destaque, ao mesmo tempo, e ocorre um forte investimento na área militar, em tempos finais da Guerra Fria contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Entre 1982 e 1987, os Estados Unidos conheceram certo crescimento em seu Produto Interno Bruto - PIB, numa média anual de 3,4%. Ao lado da queda inflacionária, a sociedade nortista viu a criminalidade aumentar, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS tornou-se um sério problema de saúde, além da explosão do consumo de drogas e a queda da natalidade. Cortes drásticos foram realizados nas áreas sociais, enquanto os gastos militares cresceram em 40%.

Os anos 1980 também foram marcados pela menor índice de taxa fecundidade em sua história, ficando abaixo de 1,8 filho por mulher. Tema central na trama de Atwood, tal dado é impactante numa sociedade na qual as mulheres tinham em média 7 filhos logo após a independência das Treze Colônias, em 1776.⁴

Visivelmente, o contexto acima descrito foi o caldo de cultura no qual floresceu O Conto da Aia. Neste capítulo, é pretendido analisar a obra escrita combinada com a série televisa de forma complementar, não sendo objetivo central a comparação das duas expressões da história. Por outro lado, a partir da análise da ficção, será realizado um destaque à aplicação hipotética de modelos ultraconservadores em forma de regime político e de regramento moral à sociedade. Segundo a própria autora da história, seu livro mais famoso e com sucesso bombástico em sua revisita a partir de 2017, é baseado em uma série de fatos reais combinados. Assim, Atwood se inspirou em casos históricos de opressão às mulheres para construir sua narrativa.⁵

A 1ª temporada da série televisa tem os elementos centrais do livro de 1985, enquanto a 2ª e 3ª temporadas foram elaboradas pela produção da série com a parceria de Margaret, consultora para os aspectos inovadores ali presentes em comparação à obra seminal.⁶ Ainda, ao final de 2019, foi lançada a continuidade em forma de livro do Conto da Aia, trata-se de “*The Testaments*”, também distante das temporadas até agora lançadas pela série: ambientado 15 anos após a trama até agora conhecida, tal obra é narrada por três mulheres. O livro recém lançado

4 Sobre dados da taxa de fecundidade nos EUA ver <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588213-a-queda-da-fecundidade-nos-eua>, acesso em 5 nov. 2019.

5 “Há um precedente na vida real para tudo no livro. Decidi não colocar nada que alguém em algum lugar já não tenha feito” (Atwood, em entrevista à revista *People*, no ano de 2017).

6 Criada por Bruce Miller e produzida pelo canal de *streaming* estadunidense *Hulu*, no início de 2020 a 4ª temporada se encontrava em estágio inicial de produção, mas se viu paralisada em função da pandemia internacional do coronavírus.

já consta entre os dez mais vendidos na área de ficção, segundo levantamento da revista *Veja*. A obra de 1985 tem esta marca há cem semanas não consecutivas, por vezes entre os primeiros três lugares. Trata-se de uma das obras mais vendidas no país.

O sucesso e a popularização da história de fato surpreendem. Em simples pesquisa nas redes sociais brasileiras, ao final de 2019, são encontrados cinco grupos de debates no *Facebook*, sendo que o mais movimentado tem cerca de 22 mil membros. Também cinco páginas dedicadas à série tiveram mais de 20 mil curtidas. Além disso, os fãs contam com um site ligado à *Hulu* integralmente dedicado à série. A página do *Facebook* vinculada a este site tem mais de um milhão de curtidas.⁷

Em 2017, a série conquistou importantes prêmios no *Emmy*, como melhor roteiro, série dramática, atriz, diretor e atriz coadjuvante. No ano seguinte, dois Globos de Ouro, para melhor atriz e série dramática. Assim, pode-se afirmar que a ficção e suas obras, tanto escrita como televisiva, tem impacto massivo e gera debates importantes entre os amantes de literatura e TV.

A distopia extrema

A República ficcional de *Gilead* se organiza a partir de um regime que se aproxima de um fascismo extremo, patriarcal e de fundo teocrático. Ao contrário de outras ficções distópicas, como no filme *Mad Max*, *Gilead* é colocada como uma sociedade organizada e não pós-apocalíptica ou imersa em caos absoluto. Neste sentido, está mais próxima do romance de George Orwell, 1984.

Tal organização societal se dá como uma afirmação e uma reposta ultraconservadora à crise vivida pela sociedade estadunidense, com todos os elementos de uma disputa conspirativa e articulada pelo poder e, após sua conquista, de uma transição para o ultra autoritarismo. Em que pesem todos estes elementos políticos e de ação estatal, a história é narrada a partir da vida doméstica e da relação entre os personagens ali colocados, o que não impede uma visão geral sobre o regime político, aos poucos descortinado para os leitores ou telespectadores.

Antes da consolidação de *Gilead*, a queda do regime estadunidense se dá por um golpe armado. Uma resposta pela ultra direita de fundo teocrático à profunda crise do país:

Foi depois da catástrofe, quando mataram a tiros o presidente e metralharam o Congresso, e o exército declarou um estado de emergência. Na época, atribuíram a culpa aos fanáticos islâmicos. [...] Foi então que suspenderam a constituição. Disseram

⁷ Ver <https://www.handmaidsbrasil.com> e @handmaidsbrasil on Twitter.

que seria temporário. Não houve sequer nenhum tumulto nas ruas. As pessoas ficavam em casa à noite, assistindo à televisão, em busca de alguma direção. Não havia nem um inimigo que se pudesse identificar (ATWOOD, 2017, p. 208).

O elemento subjetivo é identificado na ficção como a organização surgida nos “ultrasseguros Laboratórios de Ideias dos Filhos de Jacob, nos quais a filosofia e estrutura social de Gilead foram concebidas e forjadas” (ATWOOD, 2017, p. 359). Na série, pôde ser visto o recrutamento do motorista Nick, por exemplo, ainda antes do regime totalitário para tal organização. Os Filhos de Jacob articularam toda a oposição e crítica à velha sociedade dos EUA e, como alternativa fundacional, eles lançam a culpabilização das mulheres, de forma generalizada, pelos principais males da época.

Assim, gradualmente as mulheres perdem seus direitos, mesmo os mais básicos, situação inimaginável numa sociedade moderna e estável. Incrédulas, as pessoas acompanham confortavelmente pela TV, enquanto protestos são brutalmente reprimidos com tiros e armamento pesado. A sociedade se militariza. Inicialmente, elas perdem os direitos ao trabalho fora de casa, aos seus bens - agora administrados pelos maridos - e são criminalizadas em caso de segundo casamento. A “lei” garantia o conceito fundamental deste processo: “[...] um homem estéril não existe, não oficialmente. Existem apenas mulheres que são fecundas e mulheres que são estéreis, essa é a lei” (ATWOOD, 2017, p. 75).

Um elemento central na trama é a queda brusca de fertilidade, algo que o regime coloca na responsabilidade exclusiva das mulheres, ao mesmo tempo em que arquiteta um plano social para reverter tal quadro. Assim, junto a uma rígida estratificação de uma sociedade redividida em ordens com funções específicas e sem mobilidade, surgem as aias. Originalmente vistas como damas de companhia, as aias seriam as mulheres férteis capazes de gerar filhos para os comandantes e suas esposas em *Gilead*, especialmente aqueles com mulheres estéreis. Comandantes, por sua vez, eram os líderes da cúpula do regime, que funcionava numa espécie de colegiado, aparentemente.

A principal personagem da trama - e narradora - é a mulher tornada aia, June. Após uma tentativa frustrada de fuga pelo Canadá, ela é separada de seu marido e filha, sendo levada a um espaço de reeducação para mulheres férteis. É o começo do longo martírio da protagonista. Num amplo ginásio escolar transformado em dormitório, as aprendizes de aias são preparadas para seu novo papel social. Escolas como existiam na velha sociedade não seriam mais necessárias no novo regime: “Não há quaisquer datas depois da metade dos anos 1980. Esta deve ter

sido uma das escolas que foi fechada na época, por falta de crianças” (ATWOOD, 2017, p. 138). O regresso tecnológico é visível, “O sino que mede o tempo está tocando. O tempo aqui é medido por sinos, como outrora nos conventos das freiras. Também como nos conventos, existem poucos espelhos” (ATWOOD, 2017, p. 16).

Além da preocupação com a vaidade – nas residências da elite também não se encontravam espelhos ou maquiagem – o regime proibiu o uso geral da leitura e o acesso à educação em todos os níveis, centralmente às mulheres. Revistas e jornais foram fechados e os exemplares queimados em grandes fogueiras organizadas por populares tementes da depravação presentes naquelas páginas.

Aparentemente, o processo social educativo passou a ser desenvolvido apenas na esfera doméstica e focado para a preparação prática às funções já pré-definidas socialmente. Registre-se que nem regimes como o nazismo alemão chegou a proibir a escrita e o trabalho feminino, a despeito da feroz censura e da queima de obras proscritas, como ocorrido em *Gilead*.

As reeducadoras de mulheres férteis eram chamadas de Tias. Estas podiam utilizar limitadamente o recurso da escrita para controles específicos das aias pelas quais eram responsáveis. Tia Lydia é uma personagem importante na ficção e atrai sentimentos que oscilam entre certo carinho pesaroso e um ódio ardente por parte de June e das outras aias ou aprendizes. Em minúsculas formas de resistência no sistema totalitário, até o deboche poderia valer:

Na pintura do cubículo do banheiro, alguém desconhecido havia rabiscado: *Tia Lydia gosta de chupeta*. Era como uma bandeira acenada do alto de uma colina em sinal de rebelião. A simples ideia de Tia Lydia fazendo uma coisa dessas era por si só animadora (ATWOOD, 2017, p. 264).

Tia Lydia e suas ajudantes buscavam incutir nas mulheres o que as esperava, deixando claro que não existia opção melhor naquele momento, segundo as frases mânticas proferidas durante o curso reeducativo e relatadas na narração de June: “O costumeiro, dizia Tia Lydia, é aquilo a que vocês estão habituadas. Isso pode não parecer costumeiro para vocês agora, mas depois de algum tempo será. Irá se tornar costumeiro” (ATWOOD, 2017, p. 46); “A República de Gilead, dizia Tia Lydia, não conhece fronteiras. Gilead está dentro de você” (ATWOOD, 2017, p. 34). O período de formação naquele espaço preparava as futuras aias para sua função social reprodutora junto às mansões de Comandantes. Em certo momento, a narradora vislumbra certa acomodação e desânimo ante o regime e o projeto ali

aplicado: “Já estávamos perdendo apreço pela liberdade, já estávamos achando aquelas paredes seguras” (ATWOOD, 2017, p. 162).

De fato, era pouco animador o destino após a formação das aias. Indicadas para os comandantes específicos, em breve assumiriam a posição nas casas de família e tentariam procriar a partir de sessões rituais, que na prática eram estupros “consentidos”, cenas, aliás, das mais chocantes na série televisa, inclusive quando utilizado para acelerar o parto de June. Os telespectadores reagiram a tal cena e ao suposto exagero de sua utilização durante a segunda temporada.⁸ Em função de tal reação do público, a terceira temporada fez modificações e reduziu as cenas fortes de estupro. Sobre as sessões, June assim descreve tais atos legitimados pelo regime:

O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo [...]. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que escolhi (ATWOOD, 2017, p. 115).

Após dar à luz, a aia podia amamentar seu bebê por algum tempo, mas oficialmente a mãe da criança seria a esposa da casa, que passava por um ritual de “parto” simulado junto das aias no momento da concepção. Natural em uma sociedade altamente religiosa, a realização de rituais sacraliza e garante a legitimidade das intenções esdrúxulas deste caso.

Janine terá permissão para amamentar o bebê, durante alguns meses, elas acreditam em leite materno. Depois será transferida, para ver se consegue fazer de novo. Com alguma outra pessoa que precise de ajuda. Mas nunca será mandada para as Colônias, nunca será declarada uma *Não mulher*. Essa é sua recompensa (ATWOOD, 2017, p. 154-155).

Às mulheres lésbicas – potencialmente não seriam reprodutoras - também eram indicados pelo regime os chamados estupros reeducativos, além da retirada do clitóris. Ter o destino das colônias, longe das casas da elite comandante e dos trabalhadores e suas famílias, significava a morte certa por se tratar de trabalho escravizado em zona de forte contaminação.

Na obra escrita, Atwood sugere que num futuro distante, no ano de 2195, ocorreriam estudos sobre a sociedade e o regime de *Gilead*. Nestes debates eram dis-

8 Sobre isso, ver <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/nova-temporada-de-the-handmaids-tale-nao-pretende-ser-tortura-para-publico-diz-criador-23719126.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

cutidas e analisadas as características do regime já não mais existente, uma forma da autora descortinar as entranhas dos sistema totalitário ao leitor:

O regime criou uma reserva imediata dessas mulheres ao declarar adúlteros todos os segundos casamentos e ligações extra-conjugais, prendendo as parceiras de sexo feminino, e, com o fundamento de que elas eram moralmente inaptas, confiscando os filhos e filhas que já tivessem, que foram adotados por casais sem filhos dos escalões superiores que eram ávidos por ter pro-gênie, quaisquer que fossem os meios empregados (ATWOOD, 2017, p. 357).

As pouco numerosas crianças filhas de mulheres “inaptas moralmente” também foram redistribuídas para as famílias dominantes, enquanto suas mães ainda férteis eram selecionadas e colocadas à disposição para o ritual de estupro acompanhado presencialmente pelas esposas fieis e religiosas.

[...] Desse modo, homens ocupando altas posições no regime puderam escolher a dedo entre as mulheres que tinham demonstrado ser aptas reprodutivamente ao terem concebido e dado à luz uma ou mais crianças saudáveis, uma característica desejável numa era de índices de natalidade caucasianos em queda livre, um fenômeno observável não só em *Gilead*, mas também na maioria das sociedades caucasianas do norte na época (ATWOOD, 2017, p. 357).

Os motivos desse declínio de natalidade têm importantes pistas especialmente na trama escrita. Além de epidemias de doenças sexualmente transmissíveis, a liberalização do aborto, a homossexualidade e “também a infame epidemia de aids que, uma vez disseminadas livremente entre a população, eliminaram muitas pessoas jovens sexualmente ativas” (ATWOOD, 2017, p. 357). Além destes, ainda são elencados eventos como a ocorrência de bebês natimortos e com deformidades genéticas, acidentes nucleares, vazamento de armas químicas, uso descontrolado de inseticidas, herbicidas e uma crise ambiental aguda.

Todo este cenário foi um prato cheio para o discurso conservador moralista que passou a sugerir o retorno à tradição, aos cuidados familiares, ao recato e a ordem social, parte do que sugeria Kirk nos seus princípios conservadores, a despeito de que jamais ele chegou a defender publicamente um regime nos moldes de *Gilead*. Importa ressaltar que tal sistema de aias reprodutivas tinha, segundo os ideólogos do regime, precedentes bíblicos, ou seja, a prática antiga da poligamia simultânea, praticada nos tempos primitivos do Velho Testamento, texto de onde surgiu, aliás, o próprio nome da República Sagrada. Assim, o regime proibia a inseminação artificial, mas estimulou as mães de aluguel obrigadas socialmente

ao ritual de estupro familiar, algo assim justificado por parte do Comandante Fred, primeiro comandante a receber June em sua casa: “Da maneira como fazemos estão protegidas, podem realizar seus destinos biológicos em paz. [...] Tudo o que fizemos foi pôr as coisas de volta, de acordo com as normas da Natureza” (ATWOOD, 2017, p. 261).

Ainda sobre o funcionamento do regime, de maneira curiosa e ao contrário de boa parte dos conservadores extremos da atualidade, que tendem a minorar a importância da preservação da natureza, *Gilead* teria um cuidado muito especial com o tema ambiental, após a humanidade chegar ao limite do sustentável. Na série televisiva, o Comandante Fred comenta em certo momento o alto investimento em energia solar nas cidades da República, enquanto as dificuldades de alimentação são cotidianamente sentidas: “Os lugares de pesca no mar tornaram-se extintos há vários anos; os poucos peixes que temos agora vêm de fazendas marinhas onde são criados em cativeiro, e têm gosto de lama” (ATWOOD, 2017, p. 197).

Os alimentos são racionados e distribuídos a partir de tickets, o isolamento da República sagrada é importante no cenário internacional e mesmo a carne é um prato raro: “[...] a carne é cara, e mesmo os Comandantes não comem carne todos os dias [...] Não existem mais muitas coisas de plástico” (ATWOOD, 2017, p. 39). Na ficção, ao menos o meio ambiente os conservadores extremos foram obrigados a preservar e tentar despolui-lo.

Como sistema totalitário, o regime de *Gilead* se mantém graças a um investimento maciço no terror e na militarização da sociedade. Aparentemente, boa parcela da população ocupa o serviço de policiamento amplo nas cidades. Armamento pesado e absoluta intolerância, julgamentos sumários sem direito a advogado de defesa e o muro dos enforcamentos são as tônicas para controle social via repressão e medo.

Há três novos corpos no Muro. Um é de um padre, ainda vestindo a batina preta. A batina foi posta nele para o julgamento, embora tenham desistido de usá-las há anos, quando as guerras entre as seitas começaram. Os outros dois têm cartazes púrpura pendurados ao redor do pescoço: Traição por falsidade de Gênero. Seus corpos ainda estão vestidos com os uniformes dos guardiões. Foram apanhados juntos, devem ter sido, mas onde? Numa caserna, num chuveiro? (ATWOOD, 2017, p. 55).

Homossexualidade é um crime punido com a morte, assim como adultério. Na série da TV, uma mulher adúltera e seu amante não são enforcados, mas jogados em uma piscina com um peso em seus corpos para afogamento, em sessão aberta

ao público, incluindo os pais dos condenados. A violência de Estado contra crimes de moral mantém o clima de absoluto terror e garante o funcionamento do sistema social.

Socialmente, o regime se mantinha com uma forte divisão de tarefas sociais, lembrando o esquema feudal dos estamentos. As Marthas trabalhavam na manutenção das residências dos comandantes, eram mulheres nem aptas à procriação nem para o casamento com a elite comandante da República. As Esposas casadas com os comandantes cumpriam o papel de parceria no casal modelo na sociedade. Caso fossem estéreis, recebiam em sua casa uma aia. Não iam para as colônias em função de sua posição político-social. Neste trecho da obra, temos um resumo das tarefas sociais e medos de Marthas e Esposas:

[...] às vezes, contudo, Serena Joy está fora de casa, visitando outra Esposa de Comandante, uma que esteja doente; esse é o único lugar que seria concebível que ela fosse sozinha, à noite. Ela leva comida, um bolo ou uma torta ou um pão feito por Rita, ou um pote de geleia das folhas de menta que são cultivadas em seu jardim. Elas ficam doentes com frequência, essas Esposas de Comandante. Isso acrescenta interesse às suas vidas. Quanto a nós, as Aias e mesmo as Marthas, evitamos doenças. As Marthas não querem ser obrigadas a se aposentarem, porque quem sabe para onde vão? Você não vê mais tantas mulheres mais velhas circulando. E quanto a nós, qualquer doença real, qualquer indolência, fraqueza, uma perda de peso ou apetite, uma queda de cabelo, uma deficiência das glândulas, seria terminal (ATWOOD, 2017, p. 185).

Na trama, Serena é a Esposa do comandante Fred. O casal recebe em sua casa a aia originalmente registrada June nos velhos EUA, mas rebatizada como *Offred*, ou seja, ela recebia, assim como todas as outras aias, uma nova identidade vinculada ao nome do comandante que a acolhia. Ao mudar de casa, mudava-se a identidade.

Os trabalhadores urbanos, ou econopessoas, pouco presentes na trama, também podiam manter suas famílias, dentro do conceito familiar do regime, e trabalhavam em diversas funções no novo desenho em *Gilead*. Mulheres férteis em situação estável de primeiro casamento seguiam sem trabalhar fora de casa e cuidavam da reprodução de cada célula. Aparentemente não eram assalariados, vivendo com o sistema de tickets e distribuição de alimentos. Colocada como uma República sitiada, o peso militar era imenso tanto nas fronteiras, algo percebido nos comentários domésticos, como nas ruas da cidade e locais de trabalho, cenários essenciais descritos por Atwood.

Apesar da sombra totalitária do regime, curiosos espaços de resistência e fuga de padrões se estabeleceram o tempo todo na trama. Especialmente por ter como cenário o núcleo doméstico, ali são registradas situações interessantes, como a vasta biblioteca do comandante Fred, sua coleção de revistas já proscritas pelo regime e as conversas proibidas, além dos jogos, com sua aia, June.

[...] por toda parte sobre as paredes há estantes. Elas estão cheias de livros [...] Livros e livros e livros, bem ali, bem visíveis a olho nu, sem trancas, sem caixas. Não é de espantar que não possamos entrar aqui. É um oásis do que é proibido. Tento não ficar olhando (ATWOOD, 2017, p. 166).

O Comandante justifica tal situação colocando-se como privilegiado: “Alguns de nós [...] conservam um apreço pelas coisas antigas. [...] Mas todas as revistas deveriam ter sido queimadas, eu disse. Houve busca de casa em casa, fogueiras...” (ATWOOD, 2017, p. 189). A esposa Serena organiza, durante a trama, diversas fugas das obrigações do regime, tendo grande destaque o esforço para que o motorista Nick engravidasse Offred, considerando que o Comandante aparentemente era infértil, algo desconsiderado pelo regime. Assim, Serena rompe o ritual do estupro e obriga a relação entre ambos, que já se sentiam atraídos: o pai biológico da filha nascida de June, imediatamente adotada por Serena, seria o motorista, e não o Comandante.

Fora do ambiente doméstico, Fred leva sua aia para saídas noturnas rumo a *Jezebel*, local destinado a ofertar prostitutas. Funcionava nos moldes de secretos clubes e eram frequentados pela elite dos comandantes de *Filhos da Jacó*. Fica evidente o descontrole da elite política com uma vida mundana diferente do regime imposto a toda sociedade.

A partir de *Jezebel* ocorre uma das mais significativas fugas na série televisiva, quando a personagem lésbica Moira foge e chega ao Canadá, conseguindo se somar aos refugiados de lá. No mesmo espaço, June assassina um membro do alto escalão do regime e consegue incinerar o cadáver, contando com o apoio das Marthas do local. A partir da ação das Marthas surge, aliás, o sistema mais forte de resistência interna ao regime e tal temática ganha destaque na trama televisiva na terceira temporada. Mesmo o segundo comandante que recebe June em sua residência, Lawrence, além de manter ainda mais privilégios e rupturas cotidianas – quadros de arte, discos, livros... -, representa certa dissidência e resistência passiva ao regime.

Lawrence não realiza os estupros cerimoniais e ainda contribui com fugas de aias, crianças e Marthas. A resistência ao regime se torna foco especialmente a

partir do final da segunda temporada e toda a terceira, não sendo um tema desenvolvido na obra original de 1985. A organização *Mayday* é mencionada constantemente na obra, bem como a Rota Clandestina Feminina. Ambas tinham ligações: a primeira realizava operações militares, a segunda operações de resgate e apareciam subliminarmente na trama e a partir de comentários de aias ou Marthas.

Ao final da segunda temporada, é organizada uma fuga e June prefere ficar, deixando sua filha nas mãos de outra aia para que a levasse e entregasse ao seu marido, que havia conseguido fugir e se refugiado no Canadá. Ela fica na perspectiva de uma resistência maior, observada na terceira temporada, encerrada com uma espetacular fuga aérea de dezenas de crianças, além da prisão do comandante Fred, no Canadá. A quarta temporada, sem previsão quando encerramos este artigo, deve seguir neste contexto e trazer novos elementos.

Buscando uma reflexão nada conclusiva: *Gilead* é uma possibilidade?

Como Atwood sugere na sua obra escrita em dada altura, “havia muito pouco de verdadeiramente original ou nativo em Gilead: sua genialidade foi a síntese” (ATWOOD, 2017, p. 361). Como largamente comentado neste texto, a autora bebeu de regimes políticos diversos para constituir as características da República Sagrada. Ditaduras do cone sul, os aspectos repressivos do Irã – e outras teocracias parciais ou plenas - pós 1979, costumes cristãos ou islâmicos do passado colonial, além de determinados valores bíblicos.

A estes aspectos ela incluiu na construção ficcional a conjuntura de avanço militante conservador nos EUA a partir dos 1970. Bebendo das elaborações da autora, podemos descartar a possibilidade de um regime nos moldes de *Gilead* se concretizar em alguma parte do planeta?

Especialmente em um período marcado pelas dificuldades do capitalismo pós 2008 e os importantes ataques ao *welfare state* em termos globais, o discurso conservador, aparentemente antissistêmico, ganha seu espaço nos moldes sugeridos em o Conto da Aia. Na ficção, o elemento subjetivo ultraconservador eliminou fisicamente o Presidente e parte do Congresso dos EUA em um atentado, embora não assumido. O regime passou a fechar-se a partir desse momento específico. Na atual conjuntura, não parece existir nenhum grupo semelhante aos “Filhos de Jacob” com influência suficiente para a derrubada do regime democrático liberal em qualquer uma das principais nações do mundo.

Ao mesmo tempo, se percebe a preferência da maioria dos ultraconservadores por uma aliança com o ideário liberal financista na economia, obviamente muito distante do totalitarismo “comunitário” pré-capitalista da ficção distópica. Para a ruptura democrática e a constituição de uma *Gilead*, tal aliança seria desfeita e os setores obscurantistas precisariam de outra base de apoio que aceitasse o imenso regresso tecnológico e civilizatório. Este cenário parece bastante improvável em um contexto no qual as forças ultraconservadoras têm convivido no limite dos espaços democráticos, a despeito de importantes crises e acirramentos com estes.

Constituir uma *Gilead* na atualidade significaria uma ruptura de relações internacionais, um imenso isolamento no sistema de Estados internacional e o investimento maciço na esfera militar, tanto para defesa externa, como para sustentação do regime interno. Seria uma ruptura com o mercado e com os interesses de quase toda burguesia proprietária.

Tal recuo civilizatório necessitaria de uma ampla base social disposta a viver e acreditar no futuro melhor quando tudo à sua volta regride, além da falência de possíveis alternativas intermediárias, que geralmente surgem nas crises de fundo. Assim, talvez um certo otimismo humanista permita afirmar as impossibilidades de um regime como *Gilead* no mundo atual.

Por outro lado, fragmentos e aspectos desta sociedade, os mesmos que foram unidos e problematizados por Atwood, ainda persistem e tendem ao exacerbamento mais de três décadas após a obra seminal. A polarização entre a defesa de inúmeros avanços sociais, étnicos e liberdades democráticas e a batalha político-moral contra tais direitos, atualmente combinados com um capitalismo altamente desertificador, de tendência parasitária, especulativo e concentrador de riquezas tende a crescer no próximo período.

Neste sentido, qualquer previsão é temerária, afinal, a história não é adivinhação e os historiadores podem, no máximo, apontar cenários e possibilidades. Um futuro distópico que confirme as piores ficções futuristas – apocalípticas ou totalitárias – depende fundamentalmente da queda vertiginosa do sistema capitalista bem como dos regimes democráticos que o sustentam, combinado com um força subjetiva que consiga vencer a polarização acima indicada e impor o regresso civilizacional como alternativa antissistêmica.

Se no século XIX o comunismo seria um fantasma a rondar a Europa, algo confirmado tenuemente na Comuna de Paris e solidamente nas experiências – problemáticas, mas também inovadoras – do século XX, a extrema direita e seu projeto societal tenta se colocar como alternativa de poder e trazem na mala a de-

fesa da velha sociedade, da tradição e dos tempos antigos nos quais supostamente não haveria a degradação hoje observada.

Tal fantasma poderá puxar os pés da humanidade numa noite qualquer, caso o obscurantismo regressista venha a se tornar a saída desejada por parte importante desta sociedade global. Por ora, seguimos na disputa pelos rumos da civilização e por projetos societais. Há possibilidades reais que polarizações importantes por disputas neste sentido ocorram em várias partes do planeta e com desfechos absolutamente imprevisíveis. Neste cenário que nos cerca, importante não esquecer uma frase central destacada na história, lida por June numa parede e escrita por uma aia suicida: *Não deixe que os bastardos esmaguem você.*⁹

Referências Bibliográficas

- ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.
- BIANCHI, Alvaro. Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org.) **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- KIRK, Russel. **A política da Prudência**. São Paulo: É Realizações, 2014.
- MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de. **A economia política do governo Reagan: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2011.
- POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos. In **Varia História**. Belo Horizonte: vol. 30, nº 52, 2014.
- PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

9 Marx e Engels abriram o Manifesto Comunista de 1848 com os seguintes dizeres: “UM ESPECTRO RONDA A EUROPA – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa aliaram-se numa sagrada perseguição a esse espectro, o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães”. No presente artigo optou-se pela expressão “fantasma”, sinônimo de espectro neste contexto.



Este livro foi composto em fonte Liberation Serif, impresso no formato 15 x 22 cm,
com 254 páginas em suporte físico e e-book formato pdf,
em setembro de 2020.

Participam desta publicação

Michael Löwy	Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro
Hernán Ramírez	Neoliberalismo e (neo) autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina
David Moreno Montenegro	Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana
Rejane Carolina Hoeveler	A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas
Celina Lerner	A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook
Fabiano Godinho Faria	Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro
Michelangelo Torres	Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro
Felipe Cazetta	A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S)
Cícero João da Costa Filho	Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930
Fábio Gentile	Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea
Mauro Luiz Barbosa Marques	Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead

O que a série de televisão norte-americana *The Handmaid's Tale*, um pensador brasileiro de meados do século XX, a ditadura militar brasileira, os movimentos neofascistas e o governo Bolsonaro têm em comum? É o que onze autores respondem nesta obra que já nasce obrigatória para quem deseja compreender como chegamos ao atual cenário sociopolítico mundial e, mais importante ainda, os impactos em nossas vidas em médio e longo prazo dessa guinada à direita. As análises precisas de Michael Löwy, Hernán Ramírez, David Moreno Montenegro, Rejane Carolina Hoeveler, Celina Lerner, Fabiano Godinho Faria, Michelangelo Torres, Felipe Cazetta, Cícero João da Costa Filho, Fabio Gentile e Mauro Luiz Barbosa Marques nos trazem um alerta de que vivemos não apenas uma polarização política, mas um período de conflitos causados pelo choque de visões de mundo antagônicas: de um lado a defesa de uma sociedade plural e, do outro, a tentativa de calar as vozes dissonantes através da manutenção intransigente de um discurso calcado no ódio e no medo do diferente.

